

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR**

**ALESSANDRA SILVA DE SOUZA**

**SOBERANIA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA: PRÁTICAS E PERSPECTIVAS  
PARA A TRANSFORMAÇÃO NO/DO CAMPO NA REGIÃO METROPOLITANA DE  
CURITIBA – AS EXPERIÊNCIAS DA AOPA E DO ASSENTAMENTO  
CONTESTADO**

**CURITIBA  
2010**

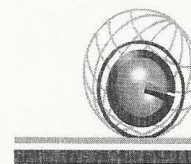
**ALESSANDRA SILVA DE SOUZA**

**SOBERANIA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA: PRÁTICAS E PERSPECTIVAS  
PARA A TRANSFORMAÇÃO NO/DO CAMPO NA REGIÃO METROPOLITANA DE  
CURITIBA – AS EXPERIÊNCIAS DA AOPA E DO ASSENTAMENTO  
CONTESTADO**

**Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós Graduação em Geografia da  
Universidade Federal do Paraná – UFPR,  
para obtenção do título de Mestre.  
Orientador: Jorge R. Montenegro Gómez**

**CURITIBA  
2010**

MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
- MESTRADO E DOUTORADO



PARECER

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Geografia reuniram-se para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado, apresentada pela candidata **ALESSANDRA SILVA DE SOUZA**, intitulada: **"SOBERANIA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA: PRÁTICAS E PERSPECTIVAS PARA A TRANSFORMAÇÃO NO/DO CAMPO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA"**, para obtenção do grau de **Mestre** em Geografia, do Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, Linha de Pesquisa **Produção e Transformação do Espaço Urbano - Regional**.

Após haver analisado o referido trabalho e argüido a candidata, são de parecer pela Aprovação com Distinção da Dissertação.

Curitiba, 16 de julho de 2010.

Nome e assinatura da Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jorge R. Montenegro Gómez  
(Orientador e Presidente da Banca)

Prof. Dr. Alfio Brandenburg  
UFPR

Prof. Dr. Luciano Zanetti Pessoa Candiotto  
UNIOESTE

## DEDICATÓRIA

*Aos meus pais Nadir e Pedro (camponeses-  
migrantes-operários) que tiveram a sabedoria de me  
fazer distinguir sempre o bem do mal;  
e ao meu filho Pedro Vinicius pelo amor  
incondicional, que meu deu força para continuar.*

## AGRADECIMENTOS

Talvez esta seja a parte mais difícil deste trabalho, agradecer aos parceiros desta dura jornada, com o pertinente temor de esquecer alguém, mas vamos lá...

À Capes pelo crédito indispensável à concretização deste trabalho.

Agradeço ao Jorge Montenegro, “meu orientador e amigo pessoal”, pela amizade, respeito, conhecimento e sobretudo paciência que me permitiram ampliar a visão sobre o campo e das conflituosas relações que nele se apresentam. Minha eterna gratidão por sua paciência e coragem de acreditar na minha proposta, me guiando até o fim: OBRIGADA!

Aos Professores Francisco Mendonça e Alfio Brandenburg pelas contribuições no exame de qualificação, ao Programa de Pós Graduação em Geografia da UFPR e ao Secretário da Pós Luiz Carlos Zem que foi um “anjo da guarda” em muitos momentos.

Aos camponeses e camponesas da AOPA e Assentamento Contestado. Agradeço à todos e todas, em especial ao Celso, Edson, Zeni, Paulinho, Sandra Mara, Ceres, Tardin, Antônio Capitani, Pedro, Dalvan, Igor, Mário, Marfil, Marcelo Passos, Bueno. Agradeço à todos os funcionários de órgãos públicos nos quais realizei levantamento de dados, em especial à Rosana Melo da CONAB/PR, Célia SMAB - Curitiba/PR.

À Indi, Sol e Manu: pelos papos, risadas, acolhida e amizade. Vocês são parte deste trabalho: amo vocês! Ao Duas Unhas minha gratidão pelo incentivo e amizade. À Fer e Marina Ikuta, Gisa, Mezenga, Rô e Aloma, por me acolherem com carinho na família prudentino-curitibana.

Agradeço aos “meninos(as) do Jorge”: Luiz Alves, Lineu, Gustavo Olesko, Mercedes, Soeli, Fidel, entre outros e “Outr@s”, a galera da graduação e da Varal de Cachaça. À Paty Balinski por todo carinho e ajuda com os preciosos mapas, Márcia Labres, Carol Deconto, e toda galera do Laghur pelos papos descontraídos; também agradeço aos amigos(as) da turma 2008/2009, em especial o Zeh Aquino, Paulinha, Carol Israel, Luciléia, Lucileyde, Clotilde e à todos os “Incontestáveis”.

À TODOS meus amigos da Unesp Prudente que torceram e ainda torcem por mim: a galera da Moradia, da Melem Isaac 96, da Barbárie: VALEU! Flavinha, Renata, Wavá, Leits, Jânio, Naty, Carol, Karina e Lucélia: sem palavras, viu?!

Por último, mas de forma alguma menos importante; agradeço à minha família: meus pais, irmãos, sobrinhos e ao meu filho Pedro razão da minha luta diária e da minha alegria. Sem vocês nada disso seria possível. OBRIGADA!

*“Sei que quase nada sei,  
mas desconfio de muita coisa”  
(Guimarães Rosa)*

**RESUMO:** Esta dissertação tem como objetivo central ampliar o debate acerca das transformações que vem ocorrendo no campo, sobretudo da (re)significação da questão agrária e do campesinato, com a incorporação de novos elementos como a Soberania Alimentar e a Agroecologia. Esses elementos trazem consigo questões político-ideológicas da reestruturação no campo a partir das esferas sociais, ambientais, políticas, culturais e econômicas. Para tanto, apresentamos os dados coletados na pesquisa de mestrado realizada na Região metropolitana de Curitiba (RMC), acerca dos atores sociais investigados: Assentamento Contestado e a Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia – AOPA. Como elementos fundamentais para a compreensão/ articulação desses atores sociais, destacamos a organização e a criação de mercados, que tem se expandido, territorializando as práticas camponesas, evidenciando a Agroecologia, ampliando o debate sobre segurança alimentar. Além disso são destacados os mercados camponeses: as feiras orgânicas onde se inserem a produção agroecológica, o Mercado Municipal de Orgânicos (MMOC) e ainda o programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que embora seja uma política pública instituída pelo governo federal, intensifica-se e colabora para a ampliação das práticas e do debate sobre a agricultura contrapondo o modelo hegemônico de mercantilização do direito a um alimento saudável, a uma produção limpa, etc. Trazemos diferentes experiências dos atores sociais escolhidos para demonstrar como a evolução destas práticas nos permitem ampliar conhecimentos e rever os saberes camponeses e ainda compreender os avanços assim como as carências existentes frente as práticas agroecológicas. Por último evidenciamos um balanço, de onde, e para onde, caminham essas práticas, bem como buscamos compreender as territorialidades camponesas na RMC, com camponeses tradicionais, neo-rurais e Sem-Terra, enfrentando os desafios da comercialização e de conseguir a certificação (ressaltando os contrapontos entre as certificações solidárias e capitalistas), nos permitindo refletir se o movimento agroecológico se consolida em um movimento social contra-hegemônico ou um paradigma de transformação social do/no campo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Soberania Alimentar, Agroecologia, Territorialidades Camponeses, Mercados Camponeses.

**ABSTRACT:** This dissertation aims to broaden the debate on the changes that are occurring in the countryside, especially about the (re)significance of the agrarian question and peasantry, with the introduction of new elements such as Food Sovereignty and Agroecology. These elements bring political and ideological issues regarding the reorganization of patterns of settlement and land use in the countryside, considering the social, environmental, political, cultural and economic spheres. Therefore, we present data collected during a master level research project in the Metropolitan Region of Curitiba (RMC) on the social actors investigated: Contestado Settlement and Association for the Development of Agroecology – AOPA. Some key elements to the understanding/coordination of these social actors include the creation and organization of markets that are expanding peasant practices in the territory, highlighting Agroecology and disseminating the debate on food security. Also, the following peasant markets deserve special consideration in this work: markets for the sale of agro-ecological and organic products, the *Mercado Municipal de Orgânicos* (MMOC) – Local market for the sale of organic products and the *Programa de Aquisição de Alimentos* (PAA) – Program of Food Purchase, which despite being a public policy established by the federal government, contributes to the expansion of agricultural practices and debate, opposing the hegemonic model of the commercialization of the right to healthy food to clean production, etc. We describe the different experiences of the social actors chosen to demonstrate how the spread of these practices provide further knowledge about their strengths and weaknesses. Finally, we inform the course taken by such practices and attempt to understand peasant territorialities in the RMC, which include traditional peasants, neo-rural and landless peasants who face the challenges of selling and certifying their organic products (contrasting solidary and capitalist certifications). This allows us to reflect whether the agroecological movement becomes a social counter-hegemonic movement or a paradigm of social transformation of/in the countryside.

**KEYWORDS:** Food Sovereignty, Agroecology, Peasant Territorialities, Peasant Markets.

## SUMÁRIO

<b>Lista de Figuras</b>	12
<b>Lista de Gráficos</b>	13
<b>Lista de Mapas</b>	14
<b>Lista de Quadros</b>	15
<b>Lista de Siglas</b>	16
<b>Lista de Sites</b>	18
<b>INTRODUÇÃO</b>	19
<b>Capítulo 1 – Perspectivas e práticas: experiências agroecológicas na Região Metropolitana de Curitiba</b>	28
1.1 A Região Metropolitana de Curitiba: um ‘celeiro’ de práticas agroecológicas	30
1.1.1 Territorialização das práticas agroecológicas na Região Metropolitana de Curitiba: os mercados camponeses	34
1.1.2 As feiras de produção agroecológica na Região Metropolitana de Curitiba/PR	40
1.1.3 O Mercado Municipal de Orgânicos em Curitiba/PR- uma alternativa às feiras?	47
1.1.4 Programa de Aquisição de Alimentos – PAA /Conab	50
1.2 Caracterização dos atores sociais investigados: AOPA e Assentamento Contestado	53
1.2.1 Assentamento de Reforma Agrária Contestado – Lapa/PR: sua formação, organização e práticas	54
1.2.2 Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia – AOPA	65
<b>Capítulo 2 – Soberania e Segurança Alimentar: avanços na construção de um campo vivo</b>	72
2.1 Soberania e segurança alimentar: diferenças conceituais no meio do crescente debate	72
2.1.1 Soberania e “crises alimentares”: novos elementos e práticas	76
2.1.2 Movimentos sociais e organizações populares na construção de espaços de diálogo – os fóruns e agendas por soberania alimentar	84
2.2 O PAA como política pública de segurança e soberania alimentar	88
2.3 Agricultura em debate: por que, para quem, quanto e como produzir?	91
<b>Capítulo 3 – A Agroecologia como paradigma de transformação do/no campo</b>	94

3.1	A Agroecologia em debate: de onde para onde?	95
3.1.1	Territorialidades camponesas na RMC – camponeses tradicionais, neo-rurais e sem-terras	112
3.1.2	Avanços a partir da consolidação dos mercados camponeses	123
3.1.3	Territorialização das práticas agroecológicas na RMC – o caso AOPA e Assentamento Contestado	130
3.2.	Os desafios da comercialização da produção agroecológica – os processos de certificação	134
3.2.1	Certificadoras capitalistas X certificadoras solidárias – quem é quem nesse processo?	137
	<b>Capítulo 4 – Agroecologia em questão: entraves e avanços na compreensão do movimento contra-hegemônico de transformação do/no campo</b>	148
4.1	Avanços e entraves: qual o debate político-ideológico entre os diferentes sujeitos diante de suas opções e práticas agroecológicas?	148
4.2	Movimento social contra-hegemônico ou paradigma de transformação?	156
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	158
	<b>BIBLIOGRAFIA</b>	163
	<b>ANEXOS</b>	169

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1-</b>	Folder do Turismo Rural nas colônias Polonesas em Campo Largo	42
<b>Figura 2 -</b>	Padronização das barracas nas feiras orgânicas em Curitiba	43
<b>Figura 3 -</b>	Estandes no Mercado Municipal de Orgânicos de Curitiba/PR	49
<b>Figura 4 -</b>	Estandes no Mercado Municipal de Orgânicos em Curitiba/PR	50
<b>Figura 5 -</b>	Sede da Fazenda	55
<b>Figura 6 -</b>	Assentamento Contestado – Lapa/PR	56
<b>Figura 7 -</b>	Produção de Hortaliças e Ervas Medicinais em horta mandala no Assentamento Contestado – Lapa/PR	58
<b>Figura 8 -</b>	Implementação da segunda <i>mandala</i> no Assentamento Contestado	60
<b>Figura 9 -</b>	Viveiro de Mudas – <i>Mandala</i> 1 – Assentamento Contestado	62
<b>Figura 10 -</b>	ELAA – Resistência camponesa pela construção do conhecimento	63
<b>Figura 11 -</b>	Dois momentos da formatura da 1ª turma da ELAA: a formatura acadêmica e formatura camponesa	64
<b>Figura 12 -</b>	Festa das sementes durante a 8ª Jornada de Agroecologia e diversidade de sementes crioulas produzidas no PA Contestado	65
<b>Figura 13 -</b>	Antiga sede da AOPA	66
<b>Figura 14 -</b>	Equipe preparando embalagens para comercialização dos produtos na Rede Mercadorama	67
<b>Figura 15 -</b>	Reunião de Avaliação do PAA no Assentamento Contestado – Lapa/PR	90
<b>Figura 16 -</b>	Coleta do PAA no Assentamento Contestado	91
<b>Figura 17 -</b>	Propriedade Convencional no Assentamento Contestado	119
<b>Figura 18 -</b>	Sede de Associação Terra Livre no Assentamento Contestado	130
<b>Figura 19 -</b>	Territorialização da Rede Ecovida	141
<b>Figura 20 -</b>	Dupla certificação de associado em Curitiba/PR	142

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1 -</b>	Feirantes que deslocam a produção e comercializam nas feiras orgânicas de Curitiba/PR – Origem dos produtos da RMC por barraca	46
<b>Gráfico 2 -</b>	Expansão do Projeto PAA na Região Metropolitana de Curitiba – 2003 a 2008 ( Convencionais, Agroecológicos e Orgânicos)	115
<b>Gráfico 3 -</b>	Entrevistas realizadas por município	129

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1 -</b>	Localização da Região Metropolitana de Curitiba	32
<b>Mapa 2 -</b>	Territorialização dos produtores agroecológicos da AOPA e do Assentamento Contestado	36
<b>Mapa 3 -</b>	Localização das feiras orgânicas em Curitiba/PR	45
<b>Mapa 4 -</b>	Números de famílias associadas à AOPA e assentadas no Assentamento Contestado vinculados à práticas agroecológicas	71
<b>Mapa 5 -</b>	Territorialização dos mercados camponeses	132
<b>Mapa 6 -</b>	Alcance da produção agroecológica – Número de pessoas beneficiadas por município	133

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1 -</b>	Feiras Orgânicas no município de Curitiba/PR	44
<b>QUADRO 2 -</b>	Diferentes Modelos de Agricultura segundo Enio Guterres	109
<b>QUADRO 3 -</b>	Tipologia dos agricultores orgânicos identificados na RMC	114
<b>QUADRO 4 -</b>	Origem e organização camponesa na RMC – o caso AOPA/Contestado	116
<b>QUADRO 5 -</b>	Projeto de Aquisição de Alimentos com Doação Simultânea na RMC em 2008/2009	127
<b>QUADRO 6 -</b>	Programa de Aquisição de Alimentos na RMC – Municípios Produtores, Município de Destino, Beneficiários atendidos.	128

## **LISTA DE SIGLAS**

**AOPA** – Associação Para O Desenvolvimento Da Agroecologia

**BNDES** – Banco Nacional Do Desenvolvimento

**COMEC** – Coordenação da Região Metropolitana De Curitiba

**CONAB** – Companhia Nacional De Abastecimento

**COPAVI** – Cooperativa De Produção Agropecuária

**CRESOL** – Grupo Renascer De Crédito Fundiário

**CPRA** – Centro Paranaense de Referência em Agroecologia

**ELAA** - Escola Latino Americana De Agroecologia

**EMATER** – Instituto Paranaense De Assistência Técnica e Extensão Rural

**EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

**FAO** – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

**GEAE** – Grupo De Estudos de Agricultura Ecológica

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IDH** – Índice De Desenvolvimento Humano

**INCRA** – Instituto Nacional de Colonização E Reforma Agrária

**IN** – Instrução Normativa

**MMA** – Ministério do Meio Ambiente

**MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário

**MDS** – Ministério do Desenvolvimento Social

**MMOC**- Mercado Municipal De Orgânicos De Curitiba

**MST** – Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**OMS** – Organização Mundial de Saúde

**PAA**- Programa De Aquisição De Alimentos

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PRONAF** – Programa Nacional De Fortalecimento Da Agricultura Familiar

**RMC** - Região Metropolitana De Curitiba

**SDT** – Secretaria do Desenvolvimento Territorial

**SEAB** – Secretaria do Abastecimento do Estado do Paraná

**SEMAB** – Secretaria Municipal de Abastecimento de Curitiba

**TECPAR** - Instituto de Tecnologia do Estado do Paraná

## **LISTA DE SITES**

**COMEC** – <http://www.comec.pr.gov.br>

**CONSEA** – <http://www.planalto.gov.br/consea>

**ETC GROUP** – [www.etcgroup.org](http://www.etcgroup.org)

**IBGE** – <http://www.ibge.gov.br>

**TECPAR - Instituto Tecnológico do Paraná** - <http://www.tecpar.br>

**Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST** – [http:// www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)

**MDA** – <http://www.mda.gov.br>

**MDS** – <http://www.mds.gov.br>

**PNUD** – <http://www.pnud.org.br/home>

**Rede Ecovida** - <http://www.ecovida.org.br>

**SMAB** – <http://www.curitiba.pr.gov.br/smab>

## INTRODUÇÃO

Foi a partir da percepção das novas/velhas práticas para o desenvolvimento da agricultura, assim como da emergência das questões agrária e ambiental, que nos vimos envoltos nos debates sobre as formas alternativas de se promover uma agricultura sustentável.

Percebemos então a importância do debate sobre a Agroecologia, intimamente relacionado com as questões de segurança e soberania alimentar. A Agroecologia se destaca por ser uma ciência, além evidentemente de práticas, onde se incorporam múltiplos aspectos (econômico, político, social, cultural e ambiental) e que se configura em práticas e saberes geradores de autonomia, identidade, qualidade de vida, renda, etc.

Quando definimos que o pano de fundo deste trabalho e de nossas discussões seriam então a Agroecologia e a Soberania Alimentar, chegamos à conclusão que seria muito interessante que partíssemos do particular para o universal de modo a compreendermos as transformações territoriais a partir das práticas agrícolas e relações sociais que no campo se configuram, e elegemos então o método materialista-histórico-dialético, a categoria de análise “território”, e a compreensão do campesinato como classe, para configurarem este debate.

O materialismo-histórico-dialético, já evidenciado, entre outros, em QUAINI (1979), LEFÉBVRE (1979), SPOSITO (2004), CHAÚÍ (2000) e MENDONÇA (2004), nos permite a partir da lógica marxista, compreender a dialética como lei do movimento que capta a dinâmica da sociedade, observando a realidade analisada no sentido do particular para o universal. Assim, através deste método, passamos a compreender que as relações no campo são múltiplas e conflituosas já que carregam diferentes interesses políticos, econômicos e sociais, e promovem práticas distintas e muitas vezes contraditórias.

Com esse referencial como ponto de partida nos aproximamos do paradigma da questão agrária, enfrentando o paradigma do capitalismo agrário que apenas justifica a expansão do capitalismo no campo sem incorporar os conflitos e desequilíbrios que este provoca.

As questões fundamentais que falávamos anteriormente, como a escolha de um paradigma com o qual haja uma identidade científica e ideológica refletem na maneira de compreender e transformar o campo. Quando relacionadas à agricultura,

por exemplo, podemos elencar um elemento prioritário que é a necessidade intrínseca de assegurar alimento a todas as pessoas em quantidade, variedade e qualidade suficientes; mas que muitas vezes, pelo interesse capitalista é relegado a um segundo plano, em favor da exportação e do lucro.

Essas relações conflituosas entre os diferentes atores sociais dos diferentes paradigmas, no caso específico das práticas agrícolas são percebidas quando o enfrentamento se faz perceptível por parte de camponeses e ações políticas, como por exemplo, na intencionalidade de se promover a Agroecologia, criando condições para a produção e comercialização, numa cadeia que vá do agricultor diretamente ao consumidor, pensando-os como alternativa

O nosso recorte territorial apesar de termos escolhido a Região Metropolitana de Curitiba, elencamos como sujeitos a ser analisados, a Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia - AOPA e seus associados, e o Assentamento Contestado, que embora tenha também um grupo associado à AOPA, distingue-se dos demais associados pela particularidades que um assentamento de reforma agrária, vinculado a um movimento social, apresenta em sua organização, ideologia política, resistência; elementos que não poderíamos deixar de destacar e que nos apresentam um diferencial com o primeiro grupo.

O território foi escolhido como categoria de análise por compreendermos que as relações e a construção histórica dos enfrentamentos e transformações do campo se dão no território, de modo a transformá-lo em função do enfrentamento, das relações de poder e identidade, enfim, um território em disputa.

Deste modo o território<sup>1</sup>, e aqui nos referimos ao território camponês, leva em consideração não apenas as noções de limites, mas as relações de poder, trazendo deste modo o ponto de vista zonal, no qual as particularidades se evidenciam a partir de uma atividade econômica ou cultural (embora haja nas práticas agroecológicas, às quais nos referimos, elementos fortemente relacionáveis à questões políticas, ambientais e sociais), que se superpõem sem cessar, já evidenciados em Raffestin (1983).

No entanto, para os elementos que nos propomos estudar, como as transformações no campo a partir das práticas agroecológicas, observamos que

---

<sup>1</sup> Para a noção de território ver FOCAULT(1984), HAESBAERT(2004), SOUZA(2004), SANTOS(1996), RAFFESTIN (1983).

nem sempre as multidimensionalidades são levadas em consideração, sobretudo quando observamos as ações do Estado através das políticas públicas e isso, como Fernandes (2008) evidenciou, se revela numa intencionalidade, já que os territórios podem ser vistos de formas distintas por diferentes sujeitos. Assim para Fernandes (2008):

A intencionalidade compreendida como propriedade do pensamento e da ideologia em que o sujeito delibera, planeja, projeta, dirige e propõe a significação e, por conseguinte, a interpretação, se realiza através das relações sociais no processo de produção do espaço e na compreensão desse processo. Deliberar, planejar, projetar, dirigir, propor, significar, interpretar são verbos que explicitam ação e poder. O poder de significar e interpretar expressa a intenção, pretensão do sujeito. A intencionalidade expressa, portanto, um ato político, um ato de criação, de construção. Este ato político exprime a liberdade da criação, da significação e da interpretação.[...]O conceito de território passa a ser instrumentalizado para atender aos interesses de instituições e expressa, então, sua mais cara propriedade: as relações de poder. Por essa razão, parece-nos que a multidimensionalidade, embora presente na significação do conceito de território em muitos artigos e documentos, não se realiza, porque implicaria na socialização das tomadas de decisão. Assim também a multiescalaridade é completamente desprezada, porque significaria reconhecer os territórios das diferentes classes sociais. (FERNANDES, 2008, p.277-279)

Evidenciamos ainda que no debate que nos propomos fazer, estamos trabalhando com a noção de território, mas conscientes que em cada território existem múltiplas territorialidades como Porto-Gonçalves (2006) ressaltou:

[...] o território é espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há sempre, território e territorialidade, ou seja, processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 5)

Acerca do debate destas múltiplas territorialidades, das relações de poder que se estabelecem a partir do território, é que como sujeitos históricos elencamos os camponeses, considerando-os uma classe, pois são eles através de suas práticas e identidade que possibilitam a compreensão das reconfigurações que no campo tem se desenrolado e que são acentuadas e ganham novas significações quando os elementos que compõem o debate sobre o agronegócio se somam à eles.

Optamos pelo conceito de campesinato, que será melhor debatido no terceiro capítulo, por uma identificação teórica e ideológica com autores como Fernandes (2008), Sevilla Guzmán (2005), Martins (1994), Marques (2008), Oliveira (1995 e 2001), Paulino (2006), entre outros.

Apesar de estarmos trabalhando com o conceito de campesinato, enquanto classe, compartilhamos da idéia que Marques(2008) nos remete, de que há uma resignificação do campesinato a partir da emergência que os recentes estudos sobre o campo apresentam e também do desenvolvimento do capitalismo no campo, sobretudo com a mundialização do capital que traz conseqüências aos camponeses, o que nos permite pensar em resignificações do conceito de camponês a partir das múltiplas realidades ora observadas.

Sevilla Guzmán (2005) ressalta que partir do debate tentando classificar e denominar o camponês de formas diversas a partir da apropriação de técnicas ou o repúdio a estas, se são um grupo ou uma classe, ou ainda uma fração de classe retardatária e comparável a “um saco de batatas”, tudo isso passa a ser um falso debate, pois deixa de levar em consideração a multiplicidade de elementos que um grupo social pode apresentar, também ressaltado em Shanin (1979), e que o campesinato apesar das teorias proféticas não desapareceu, mas vem se recriando, sobretudo no caso latinoamericano, embora haja correntes que querem decretar o seu falecimento.

Compartilhamos com Sevilla Guzmán (2005) a idéia de que existem diferentes graus de camponesidade e isso se acentua quando nos referimos às práticas agroecológicas. Sevilla Guzmán (2005) ressalta:

[...] a questão camponesa baseada nesses termos é um falso debate, já que, como veremos, desde uma perspectiva agroecológica que é a que utilizamos aqui, o campesinato é, mais que uma categoria histórica ou sujeito social, uma forma de manejar recursos naturais vinculada aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia, gerando-se assim distintos graus de “camponesidade” [...] (SEVILLA GUZMÁN, 2005, p.77-78)

A partir do conhecimento prévio das categorias e conceitos que abordaremos, do recorte territorial, dos atores sociais escolhidos e as relações que estes estabelecem, no primeiro capítulo optamos por trazer uma exaustiva descrição,

desses atores sociais, seus conflitos, suas relações com a produção agrícola, sua organização no território, bem como questões de segurança e soberania alimentar que são tão importantes para compreendermos o debate principal sobre a Agroecologia e dos mercados camponeses aos quais nos remeteremos nos capítulos subseqüentes.

Além das opções teóricas, nos centramos nas relações e nos sujeitos envolvidos com estas questões intimamente ligadas à Agroecologia, dentro da RMC, e assim passamos a considerar as diversas formas que assentados e associados propõem como formas alternativas de produção agrícola bem como de sociedade. Ou seja, pretendemos mostrar que o modelo hegemônico que hoje se observa no campo (princípios amplamente difundidos através da Revolução Verde nos quais se baseiam o agronegócio), não é a única forma de produzir, nem de ordem social, e que existem possibilidades de mudança através de um embate político-econômico-social-ambiental a partir da mudança de matriz produtiva, e enfim com essa mudança ampliar a discussão sobre a questão agrária e todos os seus desmembramentos econômicos, sociais, políticos, culturais, etc.

Focamos-nos na Agroecologia por compreender que dela resulta um novo paradigma de transformação para o campo; pois ressalta embates políticos, econômicos, sociais e ambientais, de modo a transgredir a lógica capitalista no campo num silencioso embate, no qual passamos a ter uma resignificação do campesinato a partir das práticas agrícolas e da tomada de consciência, que temos indagado da seguinte forma: *“De que lado é meu quintal?”*, no sentido de nos posicionarmos frente a estes embates, nos permitindo compreender as relações conflituosas que estão estabelecidas no campo dentre os paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário, como já expusemos.

Assim acreditamos evidenciar algumas questões essenciais neste trabalho como a reconfiguração no campo a partir da ótica do capital; a resignificação da questão agrária que incorpora vários elementos como segurança e soberania alimentar, questões ambientais, políticas públicas, e escolhas quanto às formas de produção de alimentos.

Por conseguinte passamos a verificar a transformação dos territórios a partir das práticas adotadas (agrícolas, políticas, ambientais, etc.); um embate, embora silencioso, contra o modelo hegemônico na agricultura, que pós-revolução verde, na

década de 1970, tornou-se praticamente um padrão a ser seguido, e pós década de 1990 com a criação e aprimoramento das técnicas da revolução.

Assim, sejam por meio da criação de equipamentos ainda mais eficientes pela ótica do capital, seja pelas alterações genéticas que ocorreram com a manipulação das sementes em laboratório através da transgenia; que com as novas práticas de agricultura, no caso as práticas ecológicas, e incorporadas a práticas sociais e consciência política, se faz ainda timidamente, mas de forma a gerar cadeias, redes e comercialização e solidariedade entre os camponeses.

Outro ponto importante neste debate é que embora tenhamos conhecimento sobre a existência na RMC de uma forte produção orgânica extensiva que se constituem em latifúndios de produção orgânica, que configura um agroconegócio, destinando a produção às grandes cadeias de supermercados, não nos ataremos a este nicho de produção e mercado, tendo em vista que nenhum dos assentados ou dos associados com os quais estamos dialogando, participam desta atividade.

Existem algumas diferenças entre a agricultura orgânica e a agroecológica. No caso da primeira, é uma agricultura que foi pensada a partir da década de 1935 no sentido promover uma agricultura alternativa com base ecológica, visando um uso mais racional dos recursos naturais e a não contaminação da produção agrícola por “defensivos” agrícolas. No caso da agricultura agroecológica existem inúmeras técnicas para a produção agrícola numa perspectiva ecológica, como por exemplo a própria agricultura orgânica, a permeacultura, os sistemas de agroflorestas, etc., no intuito de otimizar a produção, mas também de através das práticas agrícolas promover um debate sobre a sustentabilidade na agricultura, com aspectos ambientais, político, econômicos e sociais; que abordaremos com mais profundidade no terceiro capítulo no qual trataremos mais especificamente o tema da Agroecologia.

Para que fique um pouco mais clara a forma pela qual pretendemos chegar aos objetivos que estipulamos (debater a questão da Agroecologia à luz do debate por soberania alimentar enfocando a questão agrária e a transformação dos territórios rurais), escolhemos uma metodologia na qual pudéssemos nos aproximar ao máximo da realidade a ser observada. Deste modo, primeiramente delimitamos a área a ser estudada, a RMC, que tem 27 municípios, com territorialidades muito distintas. No entanto, selecionamos a Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia- AOPA e seus 189 associados e o Assentamento Contestado com 108

famílias, por ser um caso de luta e resistência camponesa a partir da implementação de um projeto de reforma agrária e que tem um grupo associado à AOPA.

Nosso intuito passou então a ser a compreensão destas territorialidades criadas a partir das práticas agroecológicas, e para tanto começamos por uma revisão bibliográfica do tema e uma historicização da região estudada, escolha das categorias e conceitos a serem adotados, coleta de dados juntos à AOPA e ao Assentamento Contestado, às Secretarias Municipais de Abastecimento- SMAB's, Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB e seu Programa de Aquisição de Alimentos. Destacamos que realizamos 73 entrevistas com diferentes atores sociais e trabalhos de campo que nos permitiram apreender melhor a realidade estudada, e ainda a participação em eventos relacionados à temática dos quais destacamos a Jornada de Agroecologia realizada em Maio de 2009 em Francisco Beltrão/PR, promovida pela Via Campesina e o Congresso Latino Americano de Agroecologia ocorrido em Curitiba/PR também em 2009.

No casos das entrevistas vale ressaltar que em grande parte desse trabalho se deu após o lento processo de aproximação aos feirantes das feiras orgânicas de Curitiba, fato que nos permitiu perceber as dificuldades que este grupo enfrentava e também suas articulações e conhecimentos que os permitiram se organizar até chegar ao processo de comercialização.

Vale ainda ressaltar que além da revisão bibliográfica, a coleta de dados junto às SMAB's e CONAB's, nos permitiu apreender que além do debate político, ambiental e social, um dos vieses mais fortalecidos é o econômico e com isso chegamos a uma territorialização das práticas agroecológicas e a consolidação de mercados, que optamos por denominar de 'mercados camponeses'.

A partir do debate que trouxemos de mercados camponeses, evidenciou-se então nichos de mercado, que são ressaltados quando observamos o surgimento de um agroconegócio, e ainda a “comercialização” do direito de produzir que se dá com a obrigatoriedade de se obter certificações para a comercialização da produção agroecológica, e que subordina os camponeses mais uma vez à lógica capitalista.

No entanto destacaremos as formas solidárias de certificação e que, via de regra, foge ao perfil das certificadoras tradicionais, para verificarmos suas peculiaridades dentro desta trama e compreender essas formas de certificação.

Com todos esses elementos, organizamos a dissertação em quatro capítulos, onde serão apresentados os sujeitos analisados e um debate teórico.

No **Capítulo 1 – Práticas e perspectivas – experiências agroecológicas na Região Metropolitana de Curitiba**, trazemos uma panorâmica dos objetos de análise, trazendo uma caracterização da área, atores sociais, as especificidades (sociais/culturais/organizativas), e um mapeamento da territorialização dos sujeitos envolvidos.

Assim como o debate, que retomaremos no terceiro capítulo, sobre as relações que se estabelecem entre os sujeitos investigados e os mercados camponeses. Resumidamente, trata-se de um processo de descrição exaustiva dessas relações, do recorte temático do nosso estudo.

No **Capítulo 2 – Soberania e Segurança Alimentar: avanços na construção de um campo vivo**, trazemos um debate sobre como a segurança e a soberania alimentar têm cada vez mais se tornado presentes e sobretudo como elemento facilitador da compreensão do campo a partir das relações humanas e interesses econômicos. Buscamos neste capítulo inserir o leitor no debate, trazendo os múltiplos elementos de análise para a compreensão de como movimentos sociais e organizações populares e governos se posicionam e intervêm na maneira como o campo se configura a partir de práticas agrícolas; nos levando ao questionamento: por quem, para que, quanto e como produzir alimentos?

No **Capítulo 3- A Agroecologia como paradigma de transformação do/no campo**, trazemos o debate acerca da Agroecologia, tentando pensar o que representa esse movimento agroecológico no embate, embora na maioria dos casos silencioso, ao modelo hegemônico-capitalista-agroexportador, que vem dominando o campo e o reconfigurando a partir das relações de poder que nele se apresentam. O principal elemento deste capítulo é relacionar a realidade que apreendemos na RMC com o debate sobre o modelo agrícola, no intuito de justamente compreender as relações sociais, culturais, econômicas e políticas que se contrapõem, e ainda compreender o avanço das práticas agroecológicas (ciência, técnicas e saberes tradicionais) à luz do debate da questão agrária.

No **Capítulo 4 - Agroecologia em questão: entraves e avanços na compreensão do movimento contra-hegemônico de transformação do/no campo**, retomamos a esfera do real, mais agora dialogando com os principais autores que vêm debatendo a questão agrária, sobretudo os que tem trazido elementos sobre as novas significações da questão agrária, do campesinato, da

Agroecologia e da Soberania Alimentar. Nosso intuito é estabelecer relações entre os debates, nos posicionando a partir da realidade que apreendemos na RMC.

A partir disso, buscaremos nas **Considerações Finais** alinhar as principais questões abordadas de modo a concluirmos como estão as práticas agroecológicas e em que ponto estão se dando os debates sobre segurança e soberania alimentar na RMC, compreendendo assim os avanços e entraves que acontecem com diferentes atores sociais num mesmo território no qual identificamos múltiplas territorialidades.

## Capítulo 1 – Práticas e perspectivas: experiências agroecológicas na Região Metropolitana de Curitiba

Quando observamos panoramicamente o Estado do Paraná, no intuito de identificar onde se realizam experiências agroecológicas, percebemos uma ampla variedade de atores sociais assumindo a Agroecologia como modelo de produção, ou como instrumento de enfrentamento e identidade.

Segundo Karam (2004), no Paraná o movimento de agricultura orgânica aconteceu junto a debates e ações de contestação do cenário nacional, contra a agricultura convencional e hegemônica, que se evidenciou desde a década de 1970. Na Região Metropolitana de Curitiba – RMC, a construção da agricultura orgânica tem seu processo instaurado a partir do final da década de 1970, quando diferentes atores sociais passam a se engajar na elaboração de um projeto em que a agricultura orgânica se coloca como uma possível estratégia.

No caso da RMC, no início da década de 1980, a partir de eventos relacionados ao tema, sediados<sup>2</sup> em Curitiba, traziam os interesses dos estudantes, agrônomos, extensionistas, técnicos e produtores rurais, em buscar um novo rumo para a agricultura nacional. Karam (2004) destaca a fundação do Grupo de Estudos de Agricultura Ecológica - GEAE na Universidade Federal do Paraná, e a mudança de posicionamento da Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná – SEAB, que pós-ditadura, no governo do PMDB, passou a estimular métodos produtivos alternativos no país.<sup>3</sup>

Essas mudanças quanto a agricultura orgânica no Estado do Paraná e na RMC desde a década de 1980, refletem na configuração da década de 1990, ganhando fôlego e nova “roupagem”. Para além da agricultura orgânica surge um movimento agroecológico e a Agroecologia passa a ser vista como ciência multidisciplinar. Devemos ainda destacar que durante a Eco-92, a agricultura através de práticas sustentáveis e alternativas, propôs novos desafios para o debate.

Atualmente, a Agroecologia vem se consolidando com novas experiências, em diferentes âmbitos, no intuito de debater e também praticar a sustentabilidade na

---

<sup>2</sup> Destaca-se o I Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (I EBAA) em 1981 sediado em Curitiba.

<sup>3</sup> No artigo “Agricultura Orgânica: estratégia para uma nova ruralidade”, Karen Follador Karam (2004), apresenta um extrato da sua tese de doutoramento no Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, defendida na Universidade Federal do Paraná no ano de 2001, na qual são apresentados todos os elementos para a compreensão desta realidade.

agricultura. A exemplo disso podemos observar os camponeses, envolvidos ou não em movimentos sociais de luta pela terra, as associações e cooperativas, os agricultores neo-rurais, etc., muito diversos em identidade, mas levando em consideração as condições do solo, clima, mercado, cultura, dos quais pretendemos trazer alguns exemplos<sup>4</sup>.

Encontramos, por exemplo, mateiras agroecológicas produzindo a partir das práticas orgânicas na região Central do Estado, destacando-se o município de Turvo. Neste município estivemos em contato com camponeses que vivem em sistema de faxinal e destinam sua produção de mate ao mercado externo, sobretudo, Estados Unidos.

Na região do Norte Pioneiro, no município de Jaboti/PR, temos o exemplo da produção de açúcar mascavo organizada através de uma associação, o Grupo Curupira<sup>5</sup>. No Noroeste do Estado, ocorre a produção de uma variedade de cana orgânica, que serve como matéria prima para a fabricação de aguardente e açúcar mascavo, na Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória – COPAVI, e que no caso da aguardente é praticamente da exportada para a Europa, mas também distribuídos em outras regiões do país.

Outra experiência muito relevante é a do Faxinal Marmeleiro de Baixo, localizado no município de Rebouças/PR, região centro-sul paranaense, onde a produção de milho de variedade crioula desde o ano de 1993 iniciou um movimento de resgate cultural e de reconstrução ecológica da agricultura no Estado<sup>6</sup>.

No sudoeste do estado, Fritz (2008) nos remete as inúmeras experiências, como as cooperativas com produção agroecológica e orgânica na região de Francisco Beltrão, que já conta com uma organizada cadeia de comercialização, e ainda destaca as experiências de crédito fundiário do Grupo Renascer de Crédito Fundiário – Cresol, e do Projeto Vida Na Roça.

Na empobrecida região do Vale do Ribeira é muito relevante a experiência das agroflorestas no município de Barra do Turvo/SP e Adrianópolis/PR. As experiências voltadas à Agroecologia levaram os agricultores a trocar o monocultivo da banana pelo plantio de diversas espécies ao mesmo tempo, preservando e recuperando espécies nativas, formando assim uma floresta.

---

<sup>4</sup> Os exemplos que apresentamos foram apreendidos através da bibliografia selecionada e de trabalho de campo em 2008 e 2009.

<sup>5</sup> Ver Cerveira (2002).

<sup>6</sup> Ver Tardin et al (2004).

Contudo, não queremos aqui pontuar todas as experiências agroecológicas do Estado, mas trazer elementos para esta discussão, mostrando a necessidade de articulação entre as práticas e iniciativas para promoção da Agroecologia, e as políticas públicas voltadas para a captação e distribuição da produção agrícola agroecológica.

Outros elementos que permeiam o debate são: a criação de associações; a formação acadêmica de agentes disseminadores da Agroecologia; a criação de mercados camponeses locais e regionais e o debate político e econômico sobre a produção agrícola.

Para dialogar com esses diferentes sujeitos, optamos por fazer um recorte territorial elencando assim a RMC e dentro deste recorte nos remetemos às experiências dos associados da Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia - AOPA, e dos assentados rurais do Assentamento Contestado no município de Lapa/PR, que embora sejam associados à AOPA, apresentam uma organização muito diferenciada por se tratar de um assentamento de reforma agrária e vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, com um histórico de luta e de resistência relevantes.

Nos próximos subitens abordaremos no entanto outros elementos que nos permitem compreender como a questão da Agroecologia atingiu o estágio atual na RMC, buscando compreender como os atores sociais da AOPA e do Assentamento Contestado se inseriram neste processo.

### **1.1. - A Região Metropolitana de Curitiba: um ‘celeiro’ de práticas agroecológicas**

Como verificamos no ponto anterior, no Estado do Paraná o movimento agroecológico é diverso, particularmente na RMC. Brandenburg (2003) nos remete a este crescimento, e para tanto utiliza dados da Associação de Agricultores Orgânicos do Paraná- AOPA<sup>7</sup> que entre os anos de 1996 e 2001 teve um crescimento de cerca de 550% no número de agricultores envolvidos com práticas

---

<sup>7</sup> A Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia- AOPA, teve seu estatuto alterado por três vezes e na última mudança estatutária em 2008 deixou de ser Associação da Agricultura Orgânica do Paraná, para incorporar ao nome a questão da Agroecologia, que segundo o diretor, Sr. Marcelo Passos, vai de encontro com a ideologia que os associados passaram a ter, não apenas vinculado a comercialização, mas também ao modo de vida sustentável.

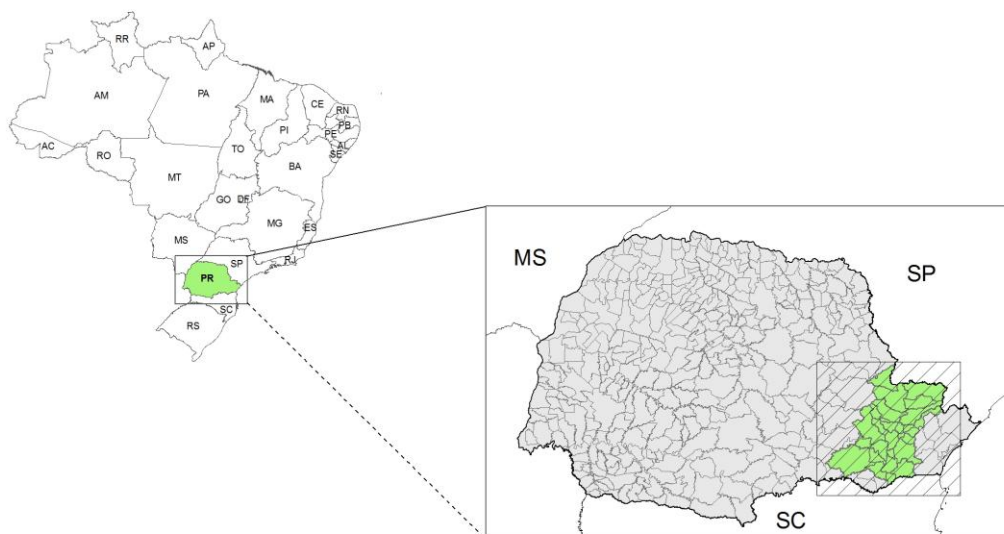
orgânicas, o que acarretou um aumento expressivo na produção de orgânicos, em 1996 eram 4.365 toneladas e no ano de 2006, 35.539 toneladas.

A Região Metropolitana de Curitiba (Figura 1) possui uma característica peculiar em relação a outras regiões metropolitanas brasileiras, que é sua amplitude territorial. Conta com 26 municípios e com uma área total de 15.418,543 km<sup>2</sup>, segundo os dados do IBGE de 2008.

Quando analisamos dados como população em 2008, podemos vislumbrar que são extremamente variáveis, com municípios com cerca de 6.000 habitantes e outros com 240.000 ou como no caso de Curitiba com 1.820.000 habitantes aproximadamente, mas somando-se toda a população da região metropolitana chegamos ao número de aproximadamente 3.170.000 habitantes com uma densidade demográfica de 205,7 habitantes/km<sup>2</sup>. Outros fatores como Índice de Desenvolvimento Humano são extremamente relevantes, já que é nesta região que se apresenta um dos menores IDH's do país no município de Adrianópolis.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Ver IBGE (2002) e PNUD (2000)



- Legenda**
- Região Metropolitana de Curitiba
  - Municípios vizinhos / PR
  - Limites estaduais



0 25 50 km

Base Cartográfica: IBGE  
 Elaboração: Patricia Baliski, 2009  
 Organização: Alessandra S. de Souza, 2009

**Mapa 1 – Localização da Região Metropolitana de Curitiba**

Apesar de toda a diferenciação e diversidade de realidades neste território, o que nos chama a atenção é que na RMC temos tido a oportunidade de dialogar com camponeses com experiências muito diversas, que observamos em trabalhos de campo, sejam por questões culturais (há muitos descendentes de migrantes europeus), organizativas e até mesmo de origem. Há aqueles que desde a década de 1970 adequaram suas produções da agricultura tradicional<sup>9</sup> para a matriz produtiva convencional que veio acompanhada de um forte discurso de modernização do campo. Esses camponeses mesmo não tendo o conhecimento das técnicas que se empregavam nessa transição de matrizes produtivas acabaram por se inserir na lógica hegemônica de produção agrícola com seu pacote tecnológico e na ideologia da modernização do campo que foi chamada de Revolução Verde.

Alguns camponeses nos surpreendem ao relatar que estão migrando para a matriz agroecológica sem se quer ter passado pela matriz convencional. Ao serem entrevistados demonstram não saber que a Agroecologia enquanto ciência vem dialogar com o conhecimento tradicional camponês, e trazer elementos científicos e técnicos que respaldem uma maior produtividade, assim como um debate político, econômico, cultural e ambiental, que permitam à eles compreender que não se trata apenas de um pacote agrícola, mas de uma real transformação no campo.

Essas várias possibilidades de análise e diálogo na RMC nos permitiram buscar diferentes sujeitos que enriquecessem nossa análise, e deste modo, optamos por estudar um assentamento rural de reforma agrária e uma associação de produtores agroecológicos.

O assentamento escolhido foi o Assentamento Contestado que fica no município de Lapa/PR, na RMC, a 70km de Curitiba, e a associação escolhida foi a AOPA sediada no município de Curitiba/PR mas com seus associados em diferentes municípios da RMC, Campos Gerais e Litoral.

A importância deste recorte se dá principalmente pela territorialização das experiências em Agroecologia que podemos analisar nestes espaços, assim como através do debate político-ideológico, da criação de mercados camponeses, das políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA (e ainda o

---

<sup>9</sup> Consideramos como agricultura tradicional, a agricultura que considerava todo o conhecimento e tradição camponesa como premissa para se ter um racionalidade na produção agrícola respeitando a vida no campo, com técnicas e conhecimentos herdados entre gerações e procedente de diferentes culturas.

Pronaf Agroecologia<sup>10</sup>), do associativismo como forma de organização e territorialização, do processo de certificação, das práticas de medicina alternativa e ainda dos centros de formação em Agroecologia.

Assim, tanto no assentamento quanto na associação, é possível fazer um debate sobre a inserção da produção no mercado, sobretudo na criação de mercados camponeses agroecológicos, a discussão da certificação capitalista ou solidária, e ainda debater questões ligadas às políticas públicas e projetos com apoio governamental para produção, organização e comercialização da produção; e com isso a discussão de modelo/matriz para o campo.

No entanto, vamos nos atentar inicialmente ao que estamos considerando como a conquista e criação de mercados específicos onde os camponeses conseguem ter algum tipo de autonomia, no sentido de comercializar a sua produção e criar espaços de interação e debate, que chamaremos de “mercados camponeses”, como veremos no próximo subitem.

### **1.1.1 - Territorialização das práticas agroecológicas na Região Metropolitana de Curitiba: os mercados camponeses**

Todo o trabalho foi dimensionado a partir da tentativa de compreender o que e como a Agroecologia cria novas territorialidades, a partir de diferentes experiências, em diferentes territórios. Através da pesquisa na RMC observamos que as práticas agroecológicas criam além de apenas uma territorialização, uma rede que acaba por se configurar nos mercados camponeses.

Esses produtores agroecológicos estabelecem redes em diferentes âmbitos: através das grandes empresas certificadoras, das feiras para a comercialização de produtos agroecológicos, através das políticas públicas voltadas à captação e à comercialização da produção, ou inserção indireta de produtos agroecológicos em mercados específicos, como é o caso do Mercado Municipal de Orgânicos de Curitiba – MMOC. Existem ainda aqueles que através de associações menores se unem para obtenção de certificação de um produto específico produzido de modo coletivo.

---

<sup>10</sup> O PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criou no ano de 2007 uma linha específica para os agricultores que têm confirmadas e/ou certificadas sua produção agroecológica. Ver em [www.bndes.gov.br/programas/agropecuarios/pronaf\\_agroecologia.asp](http://www.bndes.gov.br/programas/agropecuarios/pronaf_agroecologia.asp)

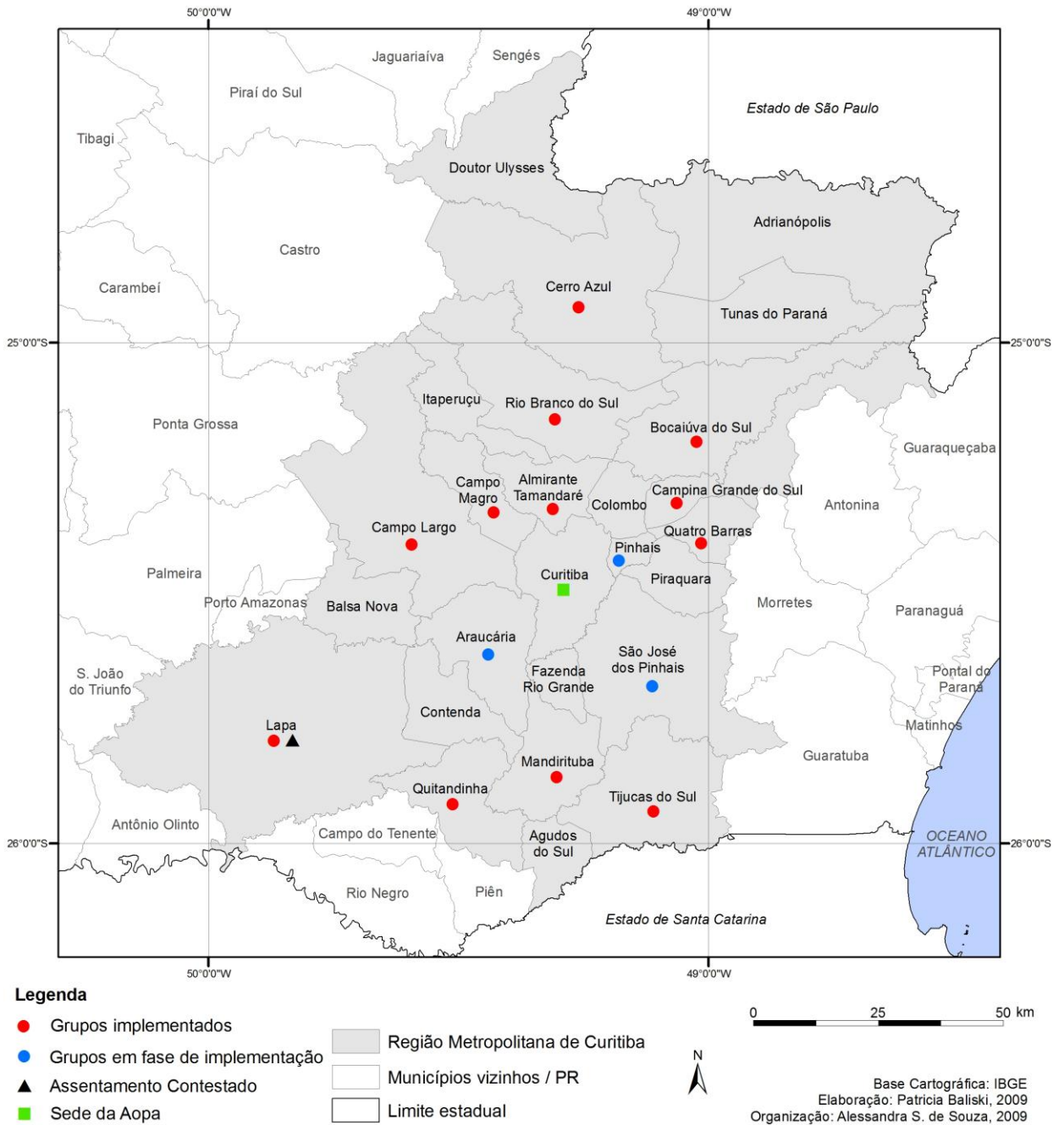
Quando falamos da territorialização das práticas agroecológicas desses camponeses tanto do Assentamento Contestado como da AOPA, o que percebemos é que existem para além das questões econômicas evidentes, relações de poder e de identidade muito presentes, assim como um debate político intenso. Uma forma de verificar essa territorialização das práticas agroecológicas é pensar não apenas na produção, mas em toda a cadeia que a produção percorre até chegar à população. Um exemplo disso são as feiras orgânicas, nas quais os produtores agroecológicos se inserem<sup>11</sup>, mas que ainda não estão presentes na maior parte dos municípios da RMC; acabam por criar uma logística para escoar a produção na região.

No Mapa 2, poderemos observar a territorialização dos produtores agroecológicos da AOPA e do Assentamento Contestado, nos diferentes municípios da RMC.

Embora tenhamos a presença de produtores em grande parte dos municípios da RMC, e ainda em três municípios (Araucária, São José dos Pinhais e Pinhais) a implantação de núcleos vinculados à AOPA, sabemos que existem muitos outros camponeses não associados que participam dos mercados camponeses e promovem o debate sobre a Agroecologia e a Soberania Alimentar.

---

<sup>11</sup> Apesar de não existirem feiras específicas para os produtores agroecológicos, a comercialização vem sendo realizada nas feiras orgânicas de diferentes municípios e em alguns casos até mesmo nas feiras convencionais. No entanto o que os distingue claramente é o discurso contrário a monocultura orgânica e ainda posicionamento dos diferentes atores frente as transformações ocorridas no campo nas últimas décadas.



**Mapa 2 – Territorialização dos produtores agroecológicos da AOPA e do Assentamento Contestado**

No entanto a cooperação entre os camponeses se dá entre aqueles que comercializam, e os que não participam diretamente dos mercados camponeses, já que nem todos os associados que produzem estão interessados ou conseguem fazer essa “ponte direta” até os consumidores, e se estabelece então relações de solidariedade. Um exemplo comum é encontrar nas feiras orgânicas de Curitiba, barracas que tem produtos de outros camponeses, conforme percebemos no

trabalho de campo realizado entre os anos de 2008 e 2010. Um exemplo claro destas relações de parceria é, por exemplo, no caso do Sr. Marfil que comercializa produtos processados e expõe além da sua produção a de outros produtores vinculados à Rede Ecovida, sobretudo provenientes do Estado de Santa Catarina.

De modo geral quando se fala em mercados camponeses<sup>12</sup>, o que vem à mente é uma forma arcaica de comercialização em pequena escala. No entanto ressaltamos que não há nada de arcaico na criação de mercados camponeses, sobretudo porque a criação desses mercados traz uma resposta ao modelo concentrador, modernizador a qualquer custo, de monocultivo e agroexportador ao qual os camponeses foram historicamente submetidos e que se intensificou nas últimas três décadas com o processo de modernização do campo.

Os mercados camponeses acabam por representar uma maior autonomia do camponês que direciona e conduz sua forma de produzir, a quantidade que será produzida e com que finalidade, além de definir de que forma será comercializada. Para García Guerreiro (2008) pensar estes mercados exige reflexões em torno da mercantilização da natureza, do trabalho e das relações sociais, Assim, a Alessandra Silva de Souza afirma:

[...]La desnaturalización y desconstrucción de las relaciones de mercado abre interrogantes acerca del vínculo entre economía y sociedad, comportando una crítica a la noción abstracta y difusa de mercado 'autoregulado' que ha difundido el liberalismo económico por la que el mercado es un ente único, que regula automáticamente la actividad económica asignando recursos sin la intervención de las instituciones y prácticas de los hombres. (GARCÍA GUERREIRO 2008, p.33-41)

Na RMC as formas de inserção da produção agroecológica nos mercados são: as feiras municipais de produção orgânica<sup>13</sup>, o Mercado Municipal de Orgânicos em Curitiba, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Companhia Nacional

---

<sup>12</sup> Consideramos que os mercados camponeses se estabelecem a partir da inserção da produção camponesa nos mercados, no intuito de contrapor o modelo agrícola hegemônico, assim como reafirmar a identidade e a autonomia sobre a vida e os meios de produção, salientados em GARCIA GUERREIRO (2008) e GIARRACCA (2008).

<sup>13</sup> As feiras municipais orgânicas e/ou agroecológicas acontecem em Curitiba (de segunda a sábado, ver tabela 1), em Campo Largo e na Lapa aos sábados. Como já relatamos não existem feiras específicas de produção orgânica, mas a forma orgânica de produzir também é uma das formas de se atingir uma produção agroecológica, levando em consideração todas as outras premissas que compõem as práticas agroecológicas.

de Abastecimento (CONAB) do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e ainda algumas propriedades que fazem parte de rotas de turismo rural, nas quais parte da produção é comercializada. Há ainda a produção em larga escala que é destinada aos grandes supermercados, no entanto, nem os assentados do Assentamento Contestado, nem os associados da AOPA participam desta fatia do mercado, por isso não entraremos neste debate.

No caso das feiras, em todos os municípios em que elas acontecem, há uma predominância nos bairros centrais, como por exemplo, no caso de Curitiba, onde existem nove feiras regulamentadas pela Secretaria Municipal de Abastecimento-SMAB, que trazem sua produção orgânica e/ou agroecológica para bairros nobres Jardim Botânico, Batel, Centro Cívico; em diferentes praças, mas que dificultam o acesso da população da periferia a esta produção, pois embora muitos circundem a região central da cidade nos dias e horários em que as feiras acontecem, muitos estão em horário de trabalho e em outros casos nem mesmo trabalham ou circulam na região central.

Ao mesmo tempo, com a própria agregação de valor aos produtos orgânicos e/ou agroecológicos a maior parte da população não conseguiria acessar, mesmo que estas feiras fossem em bairros mais populares. Evidentemente isso nos remete a inúmeros debates que vêm sendo travados, sobretudo no âmbito dos movimentos sociais, sobre questões como segurança e soberania alimentar, ou seja, produzir como, pra quem, em que quantidade, e como comercializar?

Ao mesmo tempo ao entrarem neste debate sobre as formas de comercialização se posicionando frente aos mercados é uma maneira de criar uma autonomia, que os camponeses vivenciam desde o momento em que planeja qual será sua plantação, até o momento em que este tem contato com os mercados e até mesmo os consumidores finais da sua produção.

Em alguns municípios a questão dos mercados camponeses, criados geralmente a partir das feiras, ainda está engatinhando. É por exemplo o caso do município da Lapa/PR onde a feira surgiu há 10 anos, mas onde há apenas 2 anos a produção orgânica passou a ser inserida; ou o caso de Campo Largo em que a feira existe desde o final de 2007, ambas criadas a partir da necessidade dos produtores locais e em parceria com as SMAB's.

Nos municípios de Castro<sup>14</sup> e Quatro Barras, os produtores agroecológicos, vem destinando parte da produção às feiras locais convencionais, e mesmo com uma produção diferenciada, acabam por comercializar a custos muito reduzidos, devido à concorrência com os produtos convencionais.<sup>15</sup>

No entanto, este panorama que temos visto até o momento sinaliza para uma necessidade de criação de mercados locais e regionais para comercialização da produção agroecológica, e uma maior autonomia dos camponeses para não se tornarem reféns de intermediários ou nichos de mercado para segmentos elitizados chamado de “agroconegócio”<sup>16</sup>; que os associados da AOPA com os quais tivemos oportunidade de dialogar destacam como um entrave ao avanço da Agroecologia, tendo em vista que ao invés de esclarecer a população sobre modelos agrícolas e formas de produzir, criam mais confusões ao passo que trazem o discurso ecológico que muitas vezes não condiz com suas práticas.

Outra experiência que surgiu na RMC em 2009 foi o Mercado Municipal de Orgânicos - MMOC, localizado na região central, que conta com 22 estandes, nos quais estão inseridos produtores, cooperativas e comerciantes. Ele é um anexo ao antigo Mercado Municipal de Curitiba, com uma forte propaganda e apelo da “cidade ecológica”, e que por sua estética mais se parece com um “shopping de orgânicos”.

Uma maneira de criar mercados camponeses é através das políticas públicas que visam incentivar a “agricultura familiar”. Um exemplo disso é o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA que compreende ações vinculadas à distribuição de produtos agrícolas para pessoas em situação de insegurança alimentar. Para acessar esta política pública em específico, os camponeses elaboram projetos nos quais consta a área da produção, o tipo de produtos agrícolas que serão produzidos ou processados, assim como devem justificar uma eficiência da propriedade de

---

<sup>14</sup> O município de Castro/PR não faz parte da RMC, no entanto existem associados tanto neste município como também em Palmeiras/PR e Barra do Turvo/SP, e por isso optamos por em alguns momentos demonstrar os dados da produção destes associados quando se tornam mais relevantes.

<sup>15</sup> Apesar de terem sido solicitadas à todas as Prefeituras dos municípios que compõem a RMC informações sobre feiras e mercados destinados a produtos agroecológicos, apenas os município de Curitiba, Campo Largo, Lapa e Quatro Barras sinalizaram positivamente à indagação sobre a existência de feiras nestes municípios.

<sup>16</sup> Não nos aprofundaremos neste debate tendo em vista que nenhum dos atores sociais investigados participam ou colaboram com a idéia de nicho de mercado. Para mais informações ver a Tese de Doutorado de Gonçalves(2008) onde o AgroEcoNegócio é compreendido como atividade agrícola sem utilização de insumos artificiais, produzidos em larga escala, para comercialização em grandes redes/mercados, e que assim como o Agronegócio convencional, não tem nenhuma premissa ideológica de autonomia ou sustentabilidade; mas apenas corresponde a nichos específicos de mercado, numa competitividade com os pequenos produtores rurais.

modo a comprovar a capacidade de entrega dos produtos, que é feita a instituições beneficentes, creches, escolas, hospitais, ONG's, etc.

É interessante verificar que esta é uma política pública muito presente no Estado do Paraná. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social, no ano de 2008, apenas no Estado do Paraná, o PAA - Conab atendeu 948 mil pessoas, através da produção de 4,3 mil agricultores com 12 milhões de recursos empenhados<sup>17</sup>.

É através desta política pública que a produção dos camponeses do assentamento Contestado e da AOPA conseguem em grande maioria (80% dos associados destinam a produção ao PAA) comercializar sua produção<sup>18</sup>, mas também tentando criar novos mercados principalmente através das feiras nos municípios de origem como alternativa, tanto porque se cria uma proximidade com os consumidores, sobretudo urbanos, e também porque é uma forma de não ficar extremamente dependente da política pública.

Levantamos então algumas questões de que forma estes mercados camponeses vem se estabelecendo na Região metropolitana, quais são os impasses, quais são as dificuldades e avanços na perspectiva de comercialização da produção agroecológica, tendo em vista que esta é uma das ramificações do que se compreende por processo agroecológico, ou seja, o aspecto econômico que acompanha as premissas de sustentabilidade ambiental, cultural e autonomia política.

### **1.1.2 – As feiras de produção agroecológica na Região Metropolitana de Curitiba/PR**

Na RMC as feiras de produção orgânica, nas quais os produtores agroecológicos se inserem, acontecem ainda de modo muito tímido, com exceção do município de Curitiba em que as feiras estão mais consolidadas. Nos outros municípios da RMC os debates tem avançado lentamente no intuito de criar uma maior articulação entre os camponeses, para pleitear espaços junto ao poder público local para a concessão de direito à comercialização através de feiras ou em mercados específicos para essa produção.

---

<sup>17</sup> Ver [www.mds.gov.br/sites/mds-em-numeros/parana](http://www.mds.gov.br/sites/mds-em-numeros/parana)

<sup>18</sup> Dados obtidos em campo.

No caso do município da Lapa/PR, os camponeses que vem trabalhando com a matriz agroecológica, após inúmeras negociações, conseguiram junto à Secretaria Municipal de Abastecimento, inserir a produção agroecológica em duas feiras que acontecem nas quartas-feiras e sábados em dois bairros centrais do município. Desde novembro de 2008, os assentados do Assentamento Contestado que compõem o Grupo Terra Livre participam também deste mercado que conta com 7 barracas, mas já há uma intencionalidade de inserção de novos agricultores.

Apesar de ainda muito modesta, a criação deste espaço de sociabilização de experiência entre camponeses e moradores da cidade representa um avanço nas relações de solidariedade e de confiança, em que toda as quartas e sábados há uma troca que evidencia o debate sobre o alimento sadio, incorporando os moradores do espaço urbano ao debate, e ainda no caso dos agricultores do assentamento que estão inseridos neste espaço, uma possibilidade de contato que desmistifica e deixa de marginalizar os movimentos sociais.

Outro município em que a feira agroecológica foi um espaço conquistado é Campo Largo, no qual se organizou uma feira para comercialização de produtos agroecológicos. A feira conta com 8 produtores, a maioria destes também destinam sua produção para as feiras de Curitiba (seja na barraca de outro produtor ou na própria barraca) (ver Mapa 4), e parte da produção é comercializada na própria propriedade em atividades como o turismo rural.

Um exemplo disso é o Turismo Rural nas Colônias Polonesas no município de Campo Largo/PR, que acontecem aos sábados e aos domingos, nos quais além de passeio por museus, trilhas, animais para passeios, artesanatos e plantas ornamentais, há também a comercialização dos produtos na Chácara Santa Rosa onde a mesma família de camponeses que realizam a comercialização nas feiras de Curitiba e Campo Largo, também conseguem comercializar sua produção. Além deste circuito há ainda o Circuito ACOPA.<sup>19</sup> Em outros circuitos<sup>20</sup> de Turismo Rural da RMC onde os associados da AOPA inserem sua produção *in natura* ou processada.

---

<sup>19</sup> A ACOPA é a Associação dos Consumidores de Produtos Orgânicos do Paraná, na qual atividades como caminhadas, visitas à produtores, feiras, encontros e retiros com a finalidade de debater a produção e o consumo de alimentos orgânicos acontece desde o fim da década de 1990.

<sup>20</sup> Outros circuitos que se destacam na RMC são: Caminhos da Guajuvira em Araucária/PR, Caminho do Vinho em Pinhais/PR e o Circuito Italiano de Colombo. Neste último o Sr. Gasparin, associado da AOPA criou uma atividade conjunta ao pesque-pague que denominou como colha-pague e que atrai muitos turistas devido à proximidade que estes acabam buscando junto à vida no campo, mesmo que momentaneamente.



**Figura 1 – Folder do Turismo Rural nas colônias Polonesas em Campo Largo**  
 Fonte: Trabalho de Campo, 2009.

No caso do município de Curitiba, as feiras estão organizadas desde o ano de 2000, mas através da Portaria 096/2003, alterada pela Portaria 30/2005 e pela Lei Federal nº 10.831 de 23 de Dezembro de 2203, foram regulamentadas (ver Anexo A) e padronizadas.<sup>21</sup>

<sup>21</sup> Ver site da Secretaria Municipal de Abastecimento – SMAB – [www.curitiba.pr.gov.br](http://www.curitiba.pr.gov.br)



**Figura 2 – Padronização das barracas nas feiras orgânicas em Curitiba**

Fotos: Alessandra Souza – Trabalho de Campo, 2008-2010.

As feiras do município de Curitiba acontecem em bairros centrais e elitizados o que de certo modo dificulta o acesso de grande parcela da população. Elas acontecem em diferentes horários e dias da semana, e os camponeses<sup>22</sup> que estão envolvidos nessa atividade passaram pelo processo de licitação junto à SMAB.

Cada feira tem em torno de oito a doze barracas, com produtos muito variados, desde hortaliças a grãos e ainda os alimentos processados como queijos, geléias, farinhas, etc., o que possibilita aos consumidores que tem como acessar estes produtos a possibilidade de encontrar ampla variedade de produtos agrícolas livres de agrotóxicos.

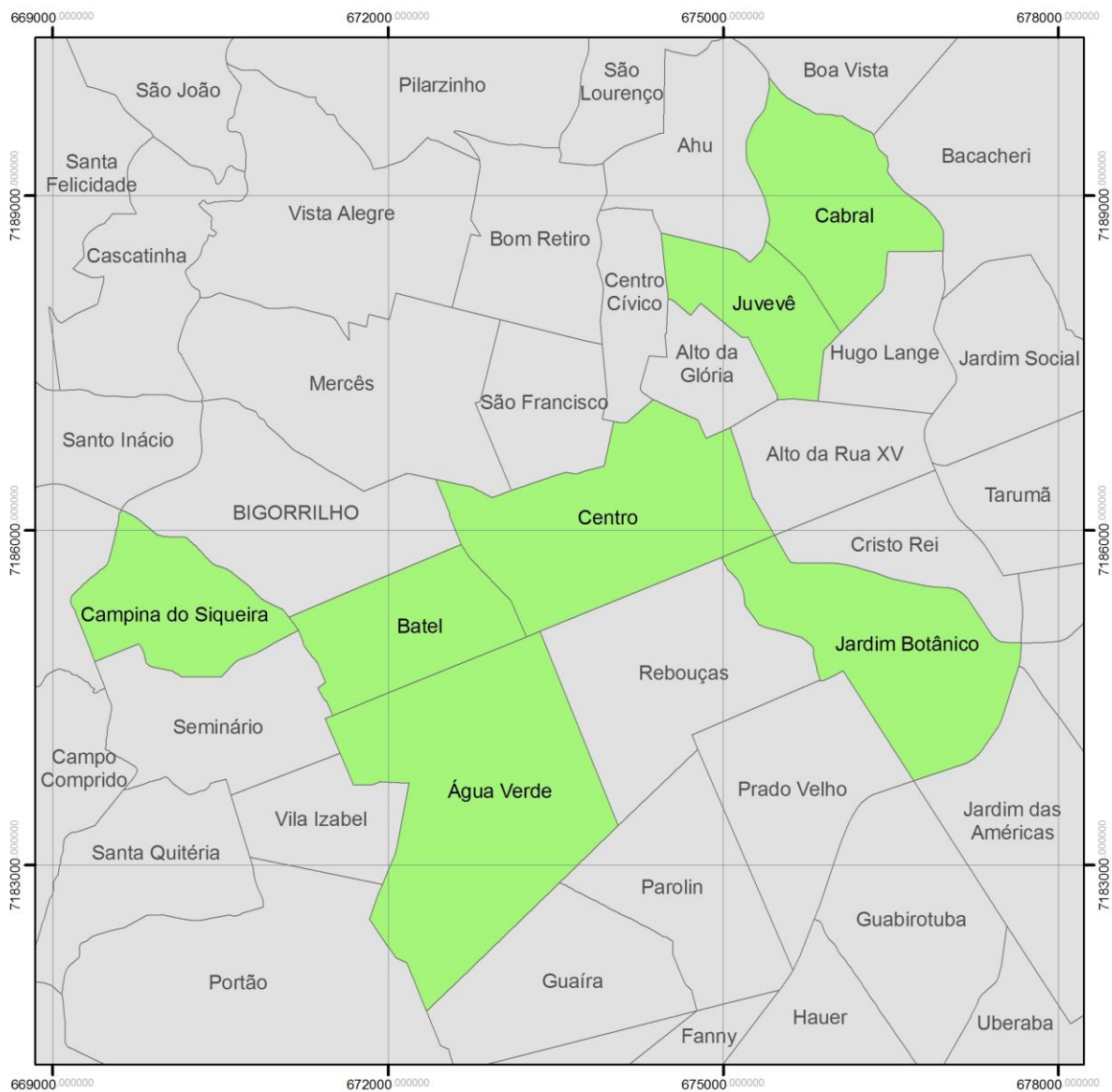
---

<sup>22</sup> Estamos considerando como camponeses os associados da AOPA que comercializam sua produção nas feiras, pois em trabalho de campo pudemos verificar seu modo de vida e organização, bem como a identidade demonstrada através de entrevistas e visitas.

**QUADRO 1 – Feiras Orgânicas no Município de Curitiba/PR**

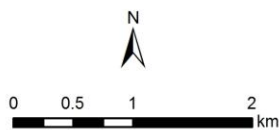
<b>NOME</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>BAIRRO</b>	<b>ATENDIMENTO</b>
Feira orgânica - Praça do Japão	Esquina com a Av. Sete de Setembro	AGUA VERDE	Funciona às quintas-feiras, das 15h às 20h.
Feira orgânica - Praça da Ucrânia	Junto à Av. Cândido Hartmann	BATEL	Funciona aos sábados das 07hs às 12hs.
Feira orgânica – EMATER	Em frente a EMATER	CABRAL	Funciona todas às quartas-feiras das 7h às 12h.
Feira orgânica – Campina do Siqueira	Ao lado do Terminal Campina do Siqueira	CAMPINA DO SIQUEIRA	Funciona às terças-feiras, das 7h às 12h.
Feira orgânica – Passeio Público	Passeio público	CENTRO	Funciona todos os sábados, das 7h às 12h.
Feira orgânica – Praça Expedicionário	Praça do Expedicionário	CENTRO	Funciona às quartas feiras, das 7h às 12 h.
Feira orgânica Prefeitura	Ao lado da Prefeitura Municipal de Curitiba	CENTRO CIVICO	Atendimento às quartas-feiras, das 7h às 12h.
Feira orgânica – Jardim Botânico	Na Praça da Igreja Santo Antonio	JARDIM BOTANICO	Funciona aos sábados das 7h30 às 12h.
Feira orgânica - Praça São Paulo da Cruz		JUVEVE	Funciona às quintas-feiras das 07hs às 12hs.

Fonte: SMAB de Curitiba, 2009.



**Legenda**

- Bairros com Feiras Orgânicas
- Demais bairros - Curitiba



Base Cartográfica: IPPUC; IBGE  
 Elaboração: Patricia Baliski, 2009  
 Organização: Alessandra S. de Souza, 2009

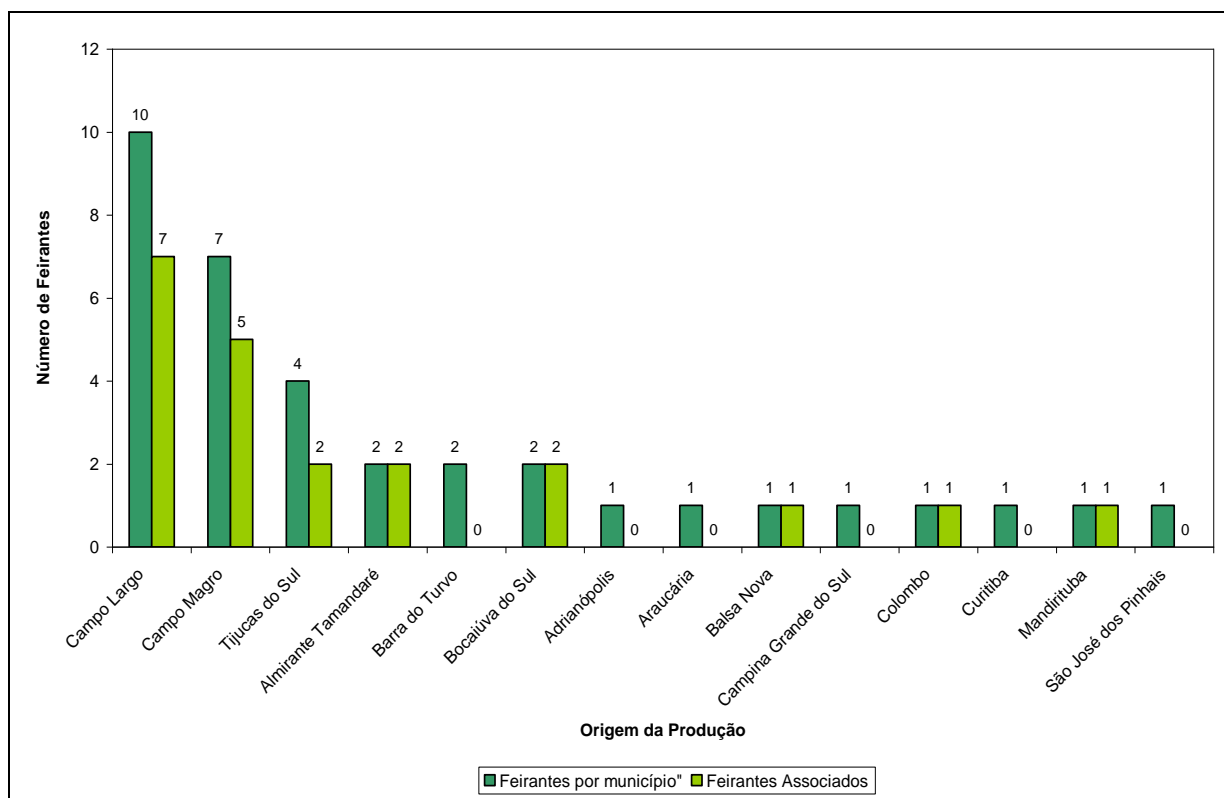


**MAPA 3 – Localização das feiras orgânica em Curitiba/PR**

No caso do município de Curitiba, as feiras acontecem em diferentes dias, portanto em alguns casos os mesmos produtores, deslocam sua produção em mais de um dia, tendo assim barracas em diferentes feiras, comercializando quase que

toda a semana sua produção. No Gráfico 1 podemos observar os municípios de origem da produção e quantas barracas/produtores deslocam sua produção.

Embora não faça parte da RMC ou mesmo do Estado do Paraná, destacamos no gráfico os associados do município de Barra do Turvo/SP pela distância percorrida para comercializar a produção.



**Gráfico 1- Feirantes que deslocam a produção e comercializam nas feiras orgânicas de Curitiba – Origem dos produtos da RMC por barraca**

Fonte: Trabalho de Campo, 2009.

Há experiências em diversos municípios em que os agricultores tem autorização para comercializarem sua produção em feiras de produção convencional, com preços diferenciados e destacando que sua produção é agroecológica.

No caso dos municípios de Quatro Barras e Castro, apesar de terem autorização para participarem das feiras, os associados destacam uma grande dificuldade de comercializar a produção à preços diferenciados pois a competitividade é grande e o desconhecimento sobre a produção limpa também; o que faz com que eles comercializem a preços sem diferenciação de preços

Mesmo havendo feiras em alguns dos municípios da RMC, o que temos observado de modo geral é que esta experiência tem sido realizada de modo muito tímido, em muitos casos por falta de incentivo para essas práticas pelas SMAB's dos municípios, e também pela burocracia que se encontra nestes órgãos para o caso dos municípios que já tem as feiras. Em Curitiba, por exemplo, além de passar pelo processo de licitação o agricultor obrigatoriamente deverá estar certificado por uma certificadora autorizada pela IFOAM<sup>23</sup>, como veremos adiante.

### **1.1.3 – O Mercado Municipal de Orgânicos em Curitiba/PR- uma alternativa às feiras?**

Como vimos no ponto anterior, a emergente necessidade de se criar mercados para comercialização da produção agrícola orgânica amplamente debatida na RMC desde início da década de 1980, ganhou fôlego novo na década de 1990 e 2000 com a regulamentação das feiras.

No início de 2009 foi inaugurado um anexo ao Mercado Municipal de Curitiba, destinado à comercialização exclusiva de produtos orgânicos. O Mercado Municipal de Orgânicos de Curitiba- MMOC conta com 3,7 mil metros quadrados, e 22 lojas. É o primeiro do gênero em todo o país, segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, e segundo a administração do mercado conta com mais de mil tipos de produtos, todos certificados com selo que garante a inexistência de agrotóxicos e aditivos químicos.

A criação do MMOC foi um projeto realizado em parceria entre a Prefeitura de Curitiba e o MDA, que declararam na época da inauguração que era um grandioso projeto para servir de vitrine ao Brasil e ao mundo no que tange a produção orgânica, e a partir da Portaria Nº 48/2007(ver Anexo B), foi regulamentada a comercialização de produtos orgânicos.

No entanto, para o coordenador estadual da agricultura orgânica no Estado do Paraná, pela EMATER, Iniberto Hamerchmidt, em entrevista cedida ao Paraná Online, relatou que a importância do mercado se deu, sobretudo porque nos últimos

---

<sup>23</sup> A IFOAM é a Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica e foi fundada no ano de 1972 em Versalhes na França reunindo cerca de 400 organizações que questionavam o paradigma hegemônico dentro da Agronomia, e que tinham como principal enfoque promover a troca de informações entre os associados e normatizar as certificadoras que no programa são 14 certificadoras, e no Brasil é representada pelo Instituto Biodinâmico (IBD).

dois anos a produção orgânica no Estado do Paraná cresceu cerca de 2000%. Com cerca de 3 mil produtores trabalhando no ramo dos produtos livres de agrotóxicos o coordenador espera que em dois anos o valor dos orgânicos, atualmente até 30% mais caros que os tradicionais, torne-se competitivo no mercado.

Em visita ao mercado, pudemos verificar que este é um espaço extremamente elitizado, que nada lembra o mercado municipal ao qual está anexado, nem mesmo às feiras de produtos orgânicos. Está organizado em lojas e estandes, e ao contrário do que diz a administração, não se encontra uma variedade tão grande de produtos agrícolas(ver figura 2 e 3).

Em contato com os camponeses associados à AOPA, nos foram apontados os entraves financeiros e burocráticos para a comercialização da produção no MMOC. Entre as exigências, por exemplo, está: a abertura de firma, fiador para aluguel de estande, processo de licitação, etc.

No entanto este fato não os impede de comercializar no MMOC a produção agroecológica. Como todos os associados da AOPA têm certificação emitida por certificadora vinculada à IFOAM, alguns emitem nota de produtor e anexam cópia da certificação, para assim inserir os produtos no mercado. Um outro fato interessante é que todos os associados da AOPA que comercializam a produção nas feiras de Curitiba, também destinam parte da sua produção ao MMOC, e dos 22 permissionários autorizados a comercializarem no mercado, apenas dois são produtores, os demais apenas tem afinidade com o campo, gostam do sentido bucólico da vida no campo, são chacareiros mas não são certificados ou não produzem em quantidade suficiente para comercialização, pelo que complementam com a produção de outros.



**Figura 3 – Estandes no Mercado Municipal de Orgânicos de Curitiba/PR**  
Fotos: Alessandra Souza – Trabalho de Campo, 2009.

Como afirmávamos, com exceção do Sistema de Cooperativa Agrícola da Agricultura Familiar Integrada- COOPAFI de Cerro Azul e Francisco Beltrão (sede), que está inserido em dois estandes do mercado e do Estande Bandeirante, os demais não são produtores, apenas adquirem a produção de camponeses da região (não apenas dos associados da AOPA), num processo de atravessamento.

Embora haja um discurso comum aos expositores sobre a obrigatoriedade de uma certificação exigida pela diretoria do mercado, esse processo não assegura de fato ao consumidor a origem pois embora os fornecedores sejam certificados, a relação de atravessamento não assegura totalmente a origem, pensando no sentido que com os riscos na produção agroecológica (como intempéries climáticas, pragas, etc) não sendo o comerciante o próprio produtor, embora certificado seria possível entregar uma produção de outra origem e agregar à ela o selo, que ao dono do estande não seria possível saber realmente a origem.



**Figura 4 – Estandes no Mercado Municipal de Orgânicos em Curitiba/PR**

Fotos: Alessandra Souza – Trabalho de Campo, 2009.

Através da configuração que hoje se apresenta no MMOC, e das dificuldades impostas aos produtores para inserção da produção no mesmo (seja pela licitação, abertura de firma, etc.), a limitação quanto o número de permissionários no mercado e nas feiras é que muitos dos associados tem buscado comercializar sua produção via PAA.

Isso ocorre sobretudo pelo fato do PAA ser uma política pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e portanto com maior abrangência, fortalecendo os agricultores ( e de quebra torna-se também um mercado camponês; embora dependente da vontade política), agregando produtores no intuito de alavancar a agricultura de modo geral, e não apenas a orgânica, como veremos no próximo ponto.

#### **1.1.4 – O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA/ CONAB na Região Metropolitana de Curitiba**

O Programa de Aquisição de Alimentos- PAA, da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) sob a supervisão do MDS, foi uma das ações criadas junto ao Projeto Fome Zero do Governo Federal e cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

O Grupo Gestor do PAA, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome é composto ainda pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação, é responsável pela implementação do programa.

O PAA é uma política pública regulamentada pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696/2003, e regulamentado pelo Decreto nº. 6.447/2008, e os alimentos adquiridos pelo Programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais (como creches, hospitais, escolas públicas, asilos, etc.) e demais cidadãos em situação de risco alimentar, como indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária e atingidos por barragens.

O programa adquire alimentos, por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, até o limite de R\$ 3.500,00 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, exceto na modalidade Incentivo à Produção e Consumo do Leite, cujo limite é semestral.

O objetivo do PAA é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

No caso dos hospitais, creches, entidades filantrópicas, os alimentos recebidos tem sido parte orgânica e parte convencional, mas especificamente no caso da RMC, segundo a própria CONAB/PR os orgânicos/agroecológicos se destacam. Os produtores agroecológicos inserem sua produção neste mercado também com a certificação de produção orgânica o que permite uma agregação de valor aos produtos.

Deste modo, o programa enquanto política pública assegura aos camponeses uma autonomia sobre sua produção, levando ao mesmo tempo alimentos saudáveis a uma parcela da população que certamente não os acessaria via feira ou mercado municipal.

Segundo o MDS, existem cinco modalidades dentro do programa, todas operadas pela CONAB e governos estaduais e municipais. A Compra Direta da Agricultura Familiar, que é a mais acessada, possibilita a aquisição de alimentos

pelo Governo Federal a preços de referência, de produtores organizados em grupos formais (cooperativas e associações), inserindo os agricultores familiares no mercado de forma mais justa, via compra direta de sua produção, a fim de constituir reserva estratégica de alimentos.

No caso da Compra para Doação Simultânea, como falamos anteriormente, é destinada à promoção da articulação entre a produção dos camponeses e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de escolas, creches, abrigos, albergues, asilos, hospitais públicos e outros, e dos programas sociais da localidade, tais como bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, resultando no desenvolvimento da economia local, e geração de renda no campo.

Há ainda a Formação de Estoques pela Agricultura Familiar, que tem por intuito adquirir alimentos da safra vigente, próprios para consumo humano, oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais para formação de estoques em suas próprias organizações.

No caso do Incentivo à Produção e Consumo de Leite, tem-se por princípio incentivar o consumo e a produção familiar de leite, visando diminuir a vulnerabilidade social, combatendo a fome e a desnutrição, e contribuir para o fortalecimento do setor produtivo familiar, mediante a aquisição e distribuição de leite com garantia de preço.

Por fim, a última modalidade que vem sendo implementada desde o final de 2007, é a Aquisição de Alimentos para Atendimento da Alimentação Escolar, que pretende promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas das escolas para as merendas.

Esta última modalidade é muito interessante se pensarmos que tem havido um esforço por parte do governo de levar a alimentação orgânica às populações de risco<sup>24</sup>. Via PAA, a alimentação escolar em toda a rede pública estadual, a partir de agosto de 2009, passou a ter parte dos alimentos de origem orgânica. No início de Junho de 2009, foi aprovado na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o projeto de Lei 462 de 2008, que previa justamente esta alteração nos hábitos alimentares dos estudantes, via inserção de alimentos saudáveis na alimentação escolar para mais de 500 mil estudantes.

---

<sup>24</sup> Ver [http://www.redebrasilatual.com.br/temas/saude/parana-tera-merenda-escolar-organica-na-rede-estadual/discussion\\_reply\\_form](http://www.redebrasilatual.com.br/temas/saude/parana-tera-merenda-escolar-organica-na-rede-estadual/discussion_reply_form)

Segundo o MDS, nos Programas de Segurança Alimentar, até junho de 2009, pela modalidade de compra direta, no Brasil foram atendidas 81,9 mil pessoas e 867 agricultores, e foram investidos 2,7 milhões de reais. No caso da modalidade de Compra para doação simultânea, foram atendidas 948 mil pessoas, 4,3 mil agricultores, e investidos 12 milhões de reais.

O PAA, apesar de uma política pública, pode ser considerado um dos maiores “mercados camponeses”, já que é através dos projetos elaborados para a inserção no programa, que uma grande parcela dos agricultores conseguem comercializar sua produção. No caso das organizações analisadas, tanto a AOPA como Assentamento Contestado, destinam cerca de 80% da produção ao programa.

A partir do enfoque que demos aos mercados camponeses, demonstrando quanto são múltiplas as possibilidades de inserção da produção agroecológica nestes mercados, traremos no próximo subitem as caracterizações dos nossos sujeitos analisados na pesquisa no intuito de compreendermos como eles se inserem e constroem mercados e territórios camponeses.

## **1.2 – Caracterização dos atores sociais investigados: AOPA e Assentamento Contestado**

Até agora descrevemos os mercados camponeses que nos permitirão mais adiante compreender outras questões à luz do debate sobre a Agroecologia e a Soberania Alimentar.

No entanto não os apresentaremos sem antes ressaltarmos que os mercados camponeses assim como os atores sociais que trouxemos para investigação, são que elementos de exemplificação, ou seja, possibilitam que vejamos *in loco* o que as teorias nos mostram, possibilitando um debate ainda maior acerca da questão agrária, dos territórios e do campesinato, que mais adiante nos auxiliarão na compreensão destes temas.

Apresentaremos assim uma descrição do Assentamento Contestado e da AOPA, que nos remeta a organização desses grupos nos permitindo analisar suas peculiaridades.

Traremos uma descrição detalhada com fotos, que embora possa parecer exaustiva é fundamental para permitir que mais adiante consigamos alinhar os atores sociais às práticas e enfrentamentos que temos observado.

### **1.2.1 - Assentamento de Reforma Agrária Contestado – Lapa/PR: sua formação, organização e práticas**

Como alertamos anteriormente, destacamos o Assentamento Contestado por ser o único da RMC, por nele estarem inseridos alguns assentados que são associados da AOPA, mas sobretudo pelas relações conflituosas internas e externas ao assentamento. Entre essas relações conflituosas podemos destacar o processo de luta e conquista pela/da terra, a escolha da matriz produtiva e as relações entre os movimentos sociais e a sociedade.

O Assentamento Contestado fica no município de Lapa, situado na RMC, a 70 km de Curitiba, numa área de difícil acesso, onde se chega apenas por uma estrada de terra, num local que faz divisa com o município de Balsa Nova.

O local onde antes era uma fazenda, que pertenceu a David dos Santos Pacheco, o primeiro e único Barão de Campos Gerais - grande latifundiário de muita influência no período colonial; que viveu entre os anos de 1810 e 1893 sendo então proprietário de grandes extensões de terra, vice-presidente da província do Paraná e fundador do Partido Liberal.

A fazenda tinha como principal atividade a criação de mulas, e por isso se tornou um ponto estratégico de parada para os tropeiros do Sul, que ali descansavam e se alimentavam antes de seguir viagem para São Paulo. Neste período, o trabalho realizado era no regime de escravidão, e sua sede se tornou importante recebendo até mesmo o Imperador do Brasil no ano de 1880, em visita ao que seria posteriormente o Estado do Paraná.

Devido ao grande prestígio que este adquirira junto ao Imperador desde a Guerra do Paraguai quando o Barão organizou um batalhão de voluntários com seus próprios recursos. Foi nessa solenidade da visita onde o Imperador do Brasil ficou hospedado na sede da fazenda, que o Barão em 31/05/1880 aproveitou para alforriar seus escravos, data que antecedia 8 anos à Lei Áurea.



**Figura 5 -  
Sede da  
fazenda**

Foto:  
Alessandra  
Souza -  
Trabalho de  
Campo, 2009.

Anos  
após a morte  
do Barão dos  
Campos  
Gerais, a  
fazenda fora  
vendida

algumas vezes sendo seu último proprietário a empresa INCEPA S/A, que a mantinha como propriedade, ainda que suas atividades se mantivessem relacionadas à produção de cerâmicas, lavabos, materiais hidráulicos, etc.

Na década de 1990 a INCEPA acumulou enormes dívidas com a Previdência Social, e pelo fato da empresa ter contraído imensas dívidas, como também pela atividade agropecuária não ser a principal atividade da empresa, a propriedade havia tornado-se improdutiva.

Segundo Tardin e Moreira (2007), a localização, o fato da área ser improdutiva e também a relevância histórica com relação à escravidão e às passagens do Imperador pela sua sede, foram fatores decisivos para que em 07 de fevereiro de 1999 um grupo de famílias organizadas no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST ocupasse a área com a finalidade de pressionar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA a desapropriar as terras, que perfaziam uma área total de 3.380 hectares.

No início foi formado um acampamento pelo MST. E no primeiro ano se juntaram cerca de 80 famílias, que já realizavam debates acerca de que forma o assentamento se organizaria, ou seja, qual seria o projeto de assentamento, para assim iniciar a produção de alimentos na área.

Segundo entrevista com o senhor Antônio Capitani, articulador do Grupo Terra Livre<sup>25</sup> (que posteriormente se consolidou na formação de uma associação), a área não era a mais propícia para a formação de um assentamento rural, já que a região é basicamente formada por arenitos que surgiram pelo derretimento de geleiras, alta declividade do terreno, dificultando deste modo a atividade da agricultura. No entanto, as famílias se organizaram de modo a recuperar o solo para que a produção agrícola se realizasse.



**Figura 6 – Assentamento Contestado – Lapa/PR**

Foto: Arquivo do PA Contestado.

Nesta mesma época, o MST, dentro do setor de produção, iniciou um amplo debate sobre um novo modelo de assentamento, mas esta não era uma preocupação isolada do MST. Para o caso do assentamento que estava sendo organizado, no então Acampamento Contestado na Lapa, mas uma política nacional do MST voltada à cooperação trouxe a perspectiva de se organizar de uma nova maneira, na qual as moradias e a infraestrutura social, iam além do plano econômico, mas percebendo as diferentes demandas das famílias para assegurar qualidade de vida para todos, ou seja, incluindo jovens, crianças, adultos e idosos.<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> Associação Terra Livre é o nome do grupo dos produtores agroecológicos do Assentamento Contestado, que conta com cerca de 40 famílias.

<sup>26</sup> Ver Cartilha de Textos de Estudo Sobre Agricultura: Cuidando da Terra, Cultivando Biodiversidade, Colhendo Soberania Popular; da 7ª Jornada de Agroecologia promovida de 23 a 26 de Julho de 2008 em Cascável/PR pelos movimentos que compõem a Via Campesina.

Durante o acampamento, as famílias estavam organizadas em dez grupos e houve a tentativa de organizar uma agrovila<sup>27</sup> (fato que não se consolidou pois a maior parte dos assentados preferiu o direito do uso do solo para moradia e produção individualizados). No entanto o INCRA queria assentar 160 famílias e o grupo que estava acampado na área reivindicava que fossem 80 famílias. Após muitos debates chegou-se ao consenso de 108 famílias e foram divididas as áreas produtivas em parcelas e as áreas de reflorestamento que representam cerca de 20% da área total foram separadas de modo coletivo.

Desde modo, as 80 famílias que ocuparam a área no ano de 1999 e que estavam sobre lonas de modo muito precário, puderam no ano de 2000 se organizar em grupos de 10 famílias no intuito de formar as agrovilas. No ano de 2001 após um grande debate sobre o número de famílias que seriam assentadas chegou-se ao número de 108, e então em 2001 o INCRA dividiu a área e em 2002 regularizou-se o Assentamento.

Desde o início, houve um debate quanto à matriz produtiva que seria incorporada no assentamento, mas havia aqueles que temiam não conseguir produzir o suficiente sem a utilização de agrotóxicos. No entanto, alguns assentados se propuseram junto ao setor de produção do MST, em travar o debate e seguir nesta perspectiva. Este grupo apesar do pouco apoio e da pouca instrução foi em busca do conhecimento, com ajuda do setor de produção, mas buscando também formas alternativas em diferentes centros de formação.

Em 2004 alguns assentados passaram a fazer em Ponta Grossa, no Centro Chico Mendes<sup>28</sup>, cursos de Bioenergia e posteriormente passou-se a discutir a necessidade de se criarem no âmbito dos movimentos sociais centros de formação

---

<sup>27</sup> As agrovilas são uma experiência que o MST vem tentando adotar após a consolidação dos assentamentos, no entanto sem muito êxito. Esta experiência consiste na formação de uma vila para as casas e produção de alimentos e animais de forma coletiva, assim como as áreas de reserva e de proteção e produção.

<sup>28</sup> O Centro Chico Mendes de Agroecologia foi uma conquista dos movimentos sociais ligados à Via Campesina, que após uma deliberação em 2003 na Jornada de Agroecologia em Cascavel/PR, decidiram que ocupariam uma área onde a transnacional Monsanto realizava experimentos com soja transgênica, e após as vitórias técnicas do Instituto Ambiental do Paraná- IAP e da fiscalização da Secretaria Estadual de Abastecimento – SEAB, bem como da Comissão Técnica Nacional de Biosegurança, foi confirmado que havia inúmeras irregularidades como a inexistência de área de reserva legal, matas ciliares, etc. Ao mesmo tempo, houve durante a Jornada de Agroecologia uma pressão para que os deputados estaduais votassem a lei que proibiu o cultivo, armazenamento, transporte e comercialização de transgênicos no Estado do Paraná, que foi sancionada pelo governador Roberto Requião sobre o número Lei 14.162/2003 (que foi revogada em 2007) dando condições para que a área em questão se torna-se um centro de formação e referência para a agroecologia.

em Agroecologia que dessem respaldo aos assentados que desejavam se manter ou iniciar sua produção nesta matriz.

Contudo, houve uma divisão entre os assentados, e atualmente dos 108 famílias assentadas, só 42 produzem na matriz agroecológica, e mais 38 estão passando pelo processo de conversão de matriz produtiva e 28 se mantêm na matriz convencional.

Consideramos relevante a informação que as 42 famílias que produzem na matriz agroecológica estão organizados em 4 grupos sendo que dois são de dez famílias e dois de onze famílias, organizados numa associação que denominaram Grupo Terra Livre.

Recentemente, este grupo se organizou e formou Associação de Cooperação Agrícola e Reforma Agrária do Assentamento Contestado – registrada sob CNPJ 05.331.147/0001-88, formalizando assim as parcerias, de modo também a ampliar as possibilidades de comercialização. Vale ressaltar que este grupo tem uma produção agrícola muito diversificada, mas se sobressai a produção de hortaliças e ervas medicinais no sistema de horta *mandala*<sup>29</sup> que poderemos observar melhor na figura 7(p.55).



<sup>29</sup> A *mandala* em sânscrito, antiga língua clássica da Índia, significa círculo. Presente na natureza e no inconsciente do ser humano desde os primórdios da civilização, a *mandala* representa um processo de reordenação do caos, revelando seu poder integrador. Para a agricultura desde a década de 1970, quando agricultores ecologistas da Austrália usaram seus conhecimentos de agricultura criaram a permeacultura, passaram a trabalhar no sistema de *mandalas* no intuito de rearranjar fatores da produção, com ética no uso dos recursos naturais e para um melhor aproveitamento dos espaços em que as plantas crescem juntas aproveitando espaços horizontais e verticais ao seu benefício. Podem ser encontradas inúmeras formas de *mandalas*, mas as mais comuns são as de formato circular e de espiral. (EMATER, 2004)



**Figura 7 – Produção de hortaliças e ervas medicinais em *horta mandala* no Assentamento Contestado – Lapa/PR**

Fotos: Alessandra Souza – Trabalho de Campo, 2008

Há um projeto que foi elaborado pelo setor de produção do MST, destinado ao Assentamento Contestado e com verba já aprovada pela Petrobrás, mas esta ainda não foi totalmente liberada pelo Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural- EMATER. Este projeto prevê a construção de mais dez hortas *mandalas*<sup>30</sup> o que abarcaria as 38 famílias que já estão no processo de conversão da matriz convencional para a agroecológica<sup>31</sup>.

A construção destas *mandalas* serve de estímulo para famílias que estão convertendo suas produções, assim como para as que estão matriz convencional (caso desejassem fazer a conversão), já que estas *mandalas* e a produção de hortaliças, assim como as que já são produzidas pelo Grupo Terra Livre poderão ser destinadas para o PAA da Conab, órgão que está vinculado ao MDS. Observamos na Figura 8 a construção da segunda mandala no Assentamento Contestado, e podemos observar que há um círculo central no qual a água da chuva é depositada, e os assentados criam peixes ou ainda aves aquáticas, no sentido de criar uma matéria orgânica que sirva como adubo natural, já que esta água é que irrigará toda a produção agrícola da *mandala*.

---

<sup>30</sup> As mandalas não fazem parte do conhecimento local ou herdado por esses camponeses, portanto, não se trata de um resgate cultural, mas uma opção técnica de otimização do espaço e busca por novas formas de produzir e manejar o solo.

<sup>31</sup> A informação foi cedida pelo Setor de Produção do MST, sediado na Secretaria Estadual do Movimento em Curitiba.



**Figura 8 – Implantação da segunda *mandala* no Assentamento Contestado**

Fotos: Alessandra Souza – Trabalho de Campo, 2009.

Quando dizemos que a produção de hortaliças nas hortas *mandala* que vem sendo implementadas poderão ser destinadas ao PAA da Conab, temos em vista o fato de que o programa visa buscar a produção da “agricultura familiar”<sup>32</sup> de modo a destinar ao município de origem ou próximos em parceria com as prefeituras, os alimentos às instituições de assistência como creches, hospitais, etc.

Vale ressaltar que pelo PAA não se compra apenas a produção agrícola agroecológica e/ou orgânica, mas também a produção a partir da matriz convencional<sup>33</sup>. Há diferenciação nos preços pagos pelo programa, já que com os alimentos agroecológicos ocorre a agregação de valor devido a qualidade da produção. No caso do Assentamento Contestado são 88 famílias que destinam sua produção ao PAA, 42 da matriz agroecológica e 46 da matriz convencional.

Isso nos remete novamente à discussão de matriz dentro do assentamento, uma vez que ainda há uma divisão de grupos, com uma parte permanecendo na matriz convencional. Também é uma forma de autonomia desses camponeses, e conforme percebemos em campo eles ainda não consideram a matriz agroecológica eficiente.

---

<sup>32</sup> Adotamos a partir de nossa posição política e ideológica o conceito de campesinato, por acreditarmos que nossas opções estão intimamente ligadas ao que é chamado de Paradigma da Questão Agrária amplamente debatido em FERNANDES (2005), OLIVEIRA (2001). Assim, optamos por não reproduzir o termo “agricultura familiar” por considerá-lo parte de uma política neoliberal de dominação através das muitas facetas do capital no campo, mas, sobretudo, por considerarmos que a construção deste conceito implica num modo de compreender o campo dentro de um paradigma, no caso o Paradigma do Capitalismo Agrário, no qual os interesses do capital no campo se sobressaem as necessidades das comunidades camponesas, num processo de dominação e destruição de suas culturas e modo de vida, assim como a autonomia para produção de sua subsistência e recriação.

<sup>33</sup> Ver [www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/programas](http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/programas)

Isso ocorre apesar de no assentamento haver um centro de formação em Agroecologia, a Escola Latino Americana de Agroecologia – ELAA, que se tornou uma referência na formação de agroecólogos. Esse fato nos remete à discussão de que tendo neste espaço um centro de formação, as experiências deveriam ser mais difundidas e não apenas agregar os camponeses quando o debate passa a ser o econômico com políticas públicas ou com a agregação de valor.

Em trabalho de campo, tivemos a oportunidade de verificar que há uma divisão entre os dois grupos. Em diferentes relatos, ficam claros os posicionamentos já que havia uma deliberação quando na criação do assentamento de que deveria ser um assentamento totalmente em conformidade ecológica, em forma de agrovilas, mas quando o INCRA regularizou a área, algumas famílias não demonstraram interesse em participar deste projeto que era maior. Por tudo isso, os grupos se dividiram e se autodenominam “veneneiros” e “orgânicos”, e a conversão de matriz é um debate freqüente.

Mesmo com alguns impasses ideológicos dentro do Assentamento Contestado, o que percebemos é que existem iniciativas muito interessantes, como por exemplo, na citada produção agroecológica através das mandalas com hortaliças, que tem realizado com muito êxito a manipulação das suas próprias mudas e sementes.

Para tanto construíram uma espécie de estufa onde manipulam a matéria orgânica que servirá para adubar o solo e para a formação de mudas (conforme figura 9 da página 53), e também para a inserção destas nos canteiros preparados a partir de compostagem, húmus e folhagem para sombreamento, técnicas que são apreendidas nos diversos cursos de formação, e no próximo contato que estes assentados têm com os estudantes da Escola Latino Americana de Agroecologia - ELAA e também no Centro Chico Mendes em Ponta Grossa/PR, além evidentemente dos conhecimentos camponeses herdados.



**Figura 9 – Viveiro de Mudanças do Grupo Terra Livre**

Fotos: Alessandra Souza – Trabalho de Campo, 2008-2009.

Estes conhecimentos são compartilhados entre os camponeses e esta troca de experiências vem fortalecendo o debate que é também ideológico, já que comporta um enfrentamento à lógica modernizadora que a Revolução Verde na década de 1970 impôs ao campo, e que não reduzia apenas a questão produtiva.

Os centros de formação são interessantes pois o conhecimento é partilhado e a ciência se agrega de modo a modernizar as técnicas tradicionais, com respeito às tradições e a cultura camponesa, mas trazendo técnicas que permitam uma maior produção.

Nesse sentido, é relevante levar em consideração que no ano de 2005, durante o Fórum Mundial Social em Porto Alegre/RS, movimentos sociais ligados à Via Campesina, davam os primeiros passos na direção da construção de uma escola que tivesse a premissa da Soberania Alimentar dos povos. No ano de 2006 surge no Assentamento Contestado onde antes era o solar do Barão dos Campos Gerais, a Escola Latino Americana de Agroecologia – ELAA, em parceria com movimentos sociais ligados à Via Campesina, o Governo da Venezuela, o Governo do Estado do Paraná e a Universidade Federal do Paraná. Na figura 10, podemos

observar alguns momentos de sociabilização entre os estudantes da ELAA, os assentados e convidados durante a festa de 4º ano da escola.



**Figura 10 – ELAA: resistência camponesa para construção do conhecimento**  
Fotos: Alessandra Souza- Trabalho de Campo, 2008-2009.

O sistema educacional da ELAA tem como premissa a pedagogia da alternância<sup>34</sup>, isto é, o tempo de formação se divide entre o tempo escola e o tempo comunidade. No primeiro, realizado na ELAA, se levam a cabo os experimentos e se intercambiam os conhecimentos, que depois serão levados para as comunidades de origem dos estudantes durante o tempo comunidade.

Isso tem uma relevância muito grande quando pensamos na difusão do conhecimento, neste caso, reconhecido pela Universidade Federal do Paraná que titula os educandos com nível superior em tecnologia da Agroecologia. Esses estudantes advêm de diferentes estados brasileiros e países da América Latina e as turmas contam com cerca de 60 educandos. A primeira turma se formou em Maio de

<sup>34</sup> Na Pedagogia da Alternância, o saber prático obtido junto à família e à comunidade na execução das tarefas e a teoria obtida na escola durante a troca de experiências e absorção dos conteúdos ensinados se fundem. Assim a Pedagogia da Alternância institui um relacionamento entre o meio em que vive o jovem, a família, a comunidade e a escola. Ver Freire (1996)

2009 durante a VIII Jornada de Agroecologia em Francisco Beltrão/PR, conforme podemos observar na figura 11.



**Figura 11 – Dois momentos da formatura da 1ª Turma da ELAA: a formatura acadêmica e a formatura camponesa**

Fotos: Alessandra Souza – Trabalho de Campo, 2009.

No entanto, apesar da ELAA estar inserida no Assentamento Contestado, a interação entre estudantes e assentados é saudável no caso daqueles que trabalham com a agricultura agroecológica, mas ainda é muito tímida com os chamados “veneneiros”. O contato entre assentados e estudantes se dá no assentamento, já que pela Pedagogia da Alternância no que é o tempo comunidade, estes educandos voltam para suas comunidades de origem e aplicam lá o conhecimento teórico. De certo modo, isso também dificulta uma aproximação com os assentados que permanecem na matriz convencional, para uma ampliação do debate acerca da transição agroecológica.

Contudo fato de existirem espaços de troca de saberes entre estudantes e assentados. São eventos criados para que sejam partilhados os conhecimentos, através de palestras, oficinas e seminários, onde há ainda a troca de sementes crioulas<sup>35</sup>, como podemos observar na figura 12.

---

<sup>35</sup> As sementes crioulas são aquelas herdadas entre camponeses durante milhões de anos e que permitem uma variedade imensa de gêneros que nos permitam assegurar a alimentação em diferentes gerações e povos. A troca de sementes é também um ato político onde camponeses e camponesas expressam sua posição frente aos modelos agrícolas adotados em diferentes países, mas uma forma de resistir e preservar sua cultura.



**Figura 12 – Festa das sementes durante a 8ª Jornada de Agroecologia e diversidade de sementes crioulas produzidas no PA Contestado.**

Fotos: Alessandra Souza – Trabalho de Campo, 2009.

Nestes espaços, as experiências são extremamente ricas pois permitem aos camponeses conhecer outras realidades, bem como compartilhar a sua e aprimorar a sua forma de produzir, num diálogo de saberes e de resgate da cultura camponesa e ainda de técnicas científicas que permitem o aprimoramento de todos.

Assim, da mesma forma que os assentados, os associados da AOPA, também se organizam em grupos e realizam um forte debate sobre o uso das sementes, os insumos, a forma de produção (matriz), etc., como veremos no próximo subitem.

### **1.2.2 – Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia - AOPA**

Traremos agora a descrição da AOPA, no intuito de compreender como se organizam e se articulam esses atores sociais, como fizemos anteriormente com o Assentamento Contestado; para então somá-los aos nossos debates.

A AOPA foi criada no ano de 1995. No primeiro momento seu nome era Associação de Agricultura Orgânica do Paraná, com sede no bairro do Tarumã no município de Curitiba/PR, onde havia inclusive uma loja para a comercialização, conforme podemos observar na figura 13<sup>36</sup>.

Como principal objetivo, a associação buscava agregar os produtores orgânicos do Estado, buscar a inclusão social dos seus associados através de políticas públicas e comercializar a produção.

---

<sup>36</sup> A sede da Associação, dos anos de 2005 a 2009 foi no bairro Santa Cândida, e atualmente está em frente ao Centro Paranaense de Referência em Agroecologia – CPRA, na Estrada da Graciosa, 6960, no município de Pinhais/PR.



**Figura 13 – Antiga Sede da AOPA**

Foto: Acervo da AOPA

A associação foi organizada a partir da lógica de formação de grupos (que segue a mesma linha da Rede Ecovida, no sentido de grupos que se autogerem e fiscalizam), e chegou a ter 340 famílias associadas nas regiões centro-sul, sudoeste paranaense e ainda no noroeste do estado de Santa Catarina, além evidentemente da RMC.

Como o único intuito da associação era agregar produtores para facilitar a comercialização, ela era organizada de modo a ser uma prestadora de serviços de comercialização, com inscrição estadual e cadastro nacional de pessoa jurídica-CNPJ, de modo a se inserir no mercado.

Segundo Antônio Marfil, um dos coordenadores da associação, entre os anos de 1995 e 1999<sup>37</sup> foi o período de conquistas de mercados, sobretudo com o contrato com a Rede Mercadorama que comprava toda a produção dos associados. Essa rede recebia a produção faturada pelos associados, que emitiam notas fiscais via associação e recebiam pagamentos em 30 dias.

Contudo, no ano de 2000, a Rede Mercadorama foi comprada pela Rede Sonae de Supermercados e assim surgiram alguns problemas com a comercialização. Um exemplo destas dificuldades, é que havia uma proximidade

---

<sup>37</sup> Vale ressaltar que os associados também destinavam pequena parte da produção, embora de modo muito tímido, para as feiras, o que segundo a AOPA no período de 1995 a 1999 não representava nem 5% da produção. Outro elemento importante é que o Fome Zero e o PAA enquanto política pública, surgiram apenas no ano de 2003 no Governo Lula.

entre os agricultores e os coordenadores da AOPA com os gerentes e supervisores dos supermercados da Rede Mercadorama, relação de confiança que foi quebrada com a mudança estrutural no ato da venda. Com isso os associados passaram a ter inúmeras devoluções da produção<sup>38</sup>, coisa que nunca havia acontecido, bem como um aumento do prazo de recebimento de 30 para 60 dias, o que tornou inviável a comercialização por esta via.

Entre 2001 e 2002, apesar das inúmeras dificuldades de se comercializar com a Rede Sonae, a associação insistiu neste processo e também mantiveram na sua sede uma loja para comercialização dos produtos, conforme podemos observar na figura 14 na página 63.



**Figura 14 – Equipe preparando embalagens para comercialização dos produtos na Rede Mercadorama (2000)**

Foto: Acervo da AOPA

No entanto, no ano de 2002 houve perda de 95% da produção devido a uma forte geada que atingiu o Estado do Paraná e que ocasionou o fim de relações comerciais com a Rede Sonae, o fechamento da loja da associação em sua sede, bem como uma reestruturação da associação, inclusive ideológica.

---

<sup>38</sup> Segundo Mario Kryzanoski, associado da AOPA, o questionamento sobre a produção e indagação sobre a qualidade dos produtos (e aqui está se referindo aspecto físico da produção que em períodos chuvosos ou de inverno rigoroso prejudica tanto a produção convencional quanto agroecológica) que nunca havia acontecido passou a ser um empecilho para a comercialização e isso se agravou ainda mais em períodos de chuvas e geadas.

No período entre os anos de 1995 e 2002, os associados mantinham sua produção certificada pelo Instituto BioDinâmico – IBD filiado à IFOAM, e estavam extremamente ligados às questões da comercialização e agregação de valor, mediante produtos certificados.

A reestruturação da associação tanto comercial como político-ideológica se deu a partir da percepção da necessidade de autonomia por parte dos agricultores, da quebra de contrato com a Rede Sonae, e somente foi percebida quando a AOPA se aproximou da Rede Ecovida.

Essa reestruturação passou a acontecer de fato no ano de 2002 e se consolidou quando os associados deixaram de efetuar a comercialização com redes de supermercados e com a loja na sede, e passaram a se preocupar com a formação das famílias envolvidas. Houve então uma troca de certificadora do IBD para a Rede Ecovida de Certificação<sup>39</sup>, e das 340 famílias, só restaram 80 famílias, que se propuseram a recomeçar por dentro da associação.

No ano de 2003 os associados passaram a participar de modo mais efetivo de licitações realizadas por diferentes SMAB's, nas quais eram definidos quem seriam os permissionários das feiras; e passaram a se inserir em feiras de produção orgânica e agroecológica.

Alguns estão inseridos em feiras nos seus próprios municípios de origem, outros destinam sua produção para os demais associados que estão nas feiras, para que estes comercializem, de modo que haja maior variedade de produtos em cada barraca expositora, tendo em vista que nenhum produz toda diversidade de produtos agrícolas encontrados na feira sozinhos. Esta também é uma forma alternativa de criar uma rede de solidariedade entre os camponeses.

Segundo Antônio Marfil, a produção dos associados da AOPA tem dois destinos certos, o PAA e as feiras. No PAA, cerca de 90% dos associados tem participado, o que não os impede de participar simultaneamente das feiras, MMOC, de estarem inseridos em circuitos turísticos comuns na RMC, e ainda fornecerem a padarias, mercados, etc.

---

<sup>39</sup> A Rede Ecovida é uma rede de agricultores que visa desenvolver e multiplicar as iniciativas em Agroecologia, estimular o trabalho associativo na produção e no consumo de produtos ecológicos e articular e disponibilizar informações entre as organizações e pessoas.

Verificamos ainda em trabalho de campo, que nas feiras estão inseridos em torno de 40 a 50%<sup>40</sup> dos associados, direta ou indiretamente, que como já falamos há uma troca de produtos e inserção nas barracas de diferentes associados.

Segundo Marcelo Passos, presidente da associação, atualmente estão associadas à AOPA cerca de 191 famílias reunidas, em 19 grupos, com cerca de 2000 pessoas envolvidas diretamente com práticas agroecológicas, tendo em vista que cada família tem em média 6 membros e emprega entre 2 e 4 trabalhadores rurais nos períodos de plantio e colheita; apenas vinculadas à AOPA, contando com uma área com cerca de 2800 hectares convertidos para a Agroecologia e uma pequena parte ainda em processo de conversão.

Essa conversão se deu a partir de um controle social que é um compromisso da Rede Ecovida, no sentido de se autogerirem, sem influência externa, sobretudo da iniciativa privada ou governamental, que se passou a ser um compromisso dos grupos envolvidos gerando assim três níveis de garantia.

O primeiro nível é a família envolvida no processo agroecológico com um debate sobre sustentabilidade e uso racional dos recursos naturais. O segundo nível os grupos que se autogestionam. O terceiro nível é a formação de núcleos de troca de experiências e controle, com três pessoas em cada núcleo responsável por ser o olhar externo para as práticas de outros grupos. É interessante ressaltar que as práticas e organização da AOPA após a mudança estatutária se aproximam muito da forma de organização da Rede Ecovida com quem mantém uma relação de proximidade.

Entre os projetos da AOPA o que mais se destaca é o Projeto Iguatu que teve como parceiros a Cooperativa Central de Reforma Agrária no Paraná –CCA, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região SUL – FETRAF – SUL, Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo/SO e Adrianópolis/PR – COOPERAFLORESTA, Universidade Federal do Paraná – UFPR e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.

O projeto teve abrangência em 20 municípios, manteve até o fim de 2009, com recursos provenientes da Petrobrás Ambiental que não quis renovar a nova

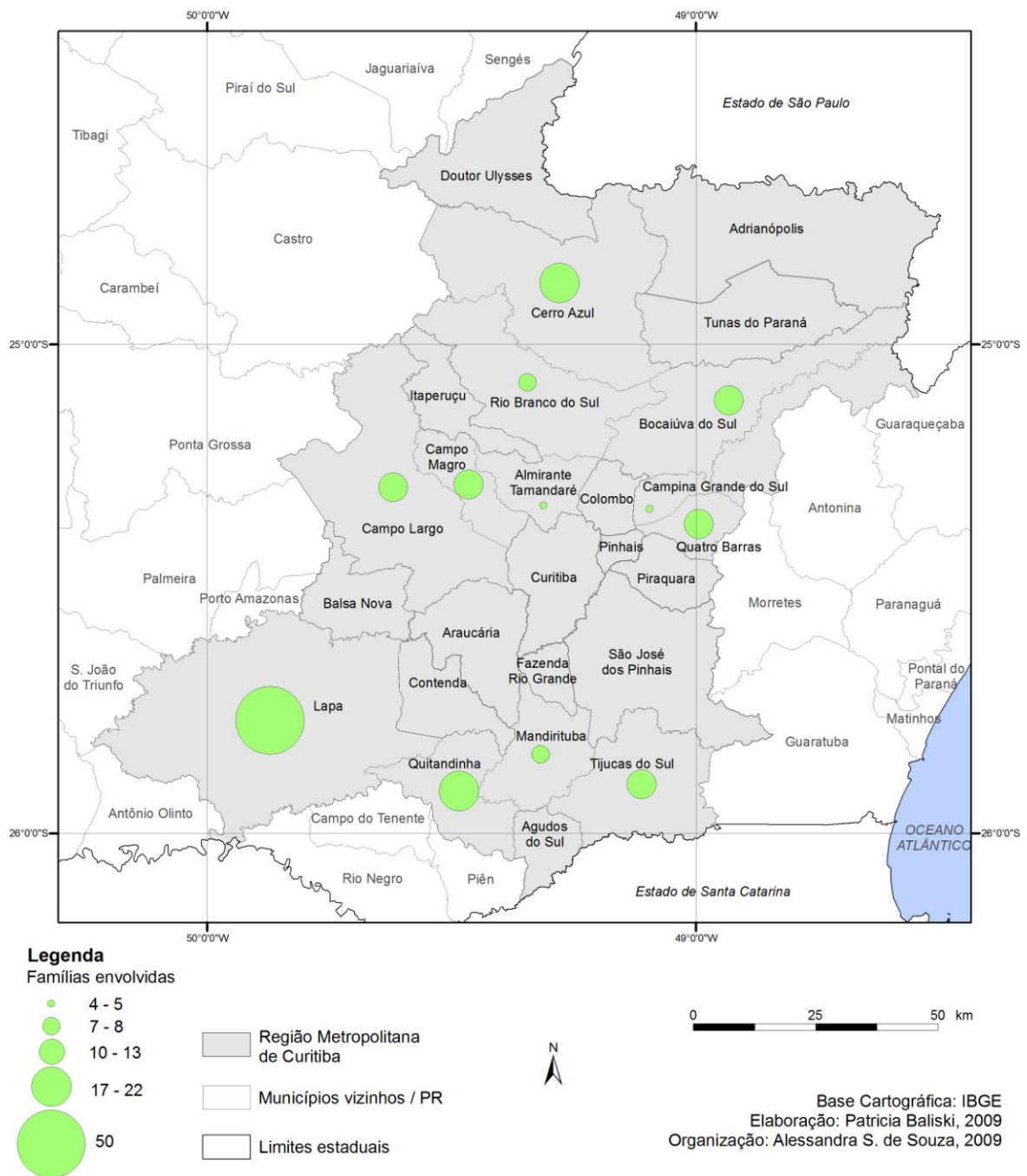
---

<sup>40</sup> É importante ressaltarmos que em grande parte dos casos os associados destinam a produção a mais de um ponto de comercialização, sejam as feiras, PAA, MMOC ou em outros locais.

etapa do projeto, etapa que visava a formação de mais pessoas para ampliar a promoção da Agroecologia.

Como principal objetivo a AOPA visa formar mais agentes disseminadores do saber agroecológico, que colaborem com a elaboração de novos projetos, já que o quadro de profissionais que trabalham (na maioria dos casos voluntariamente na associação) não são o suficiente para criar forma de atender e dar assistência aos associados, bem como, conseguir com os novos projetos agregar mais associados.

No Mapa 4 podemos verificar o números de famílias associadas à AOPA e assentadas no Assentamento Contestado que nos permitem visualizar nos municípios da RMC o alcance da associação.



**Mapa 4 – Números de famílias associadas à AOPA e assentadas no Assentamento Contestado vinculados a práticas agroecológicas**

Assim, o que vislumbramos até o momento, sejam os mercados camponeses propriamente ditos (PAA, feiras, MMOC), ou as práticas e relações que se estabelecem, nos demonstram que as práticas e perspectivas agroecológicas na RMC são muito diversas, e essas particularidades de relações nos permitirão compreender alguns conceitos e teorias acerca da soberania alimentar e da agroecologia campo como veremos no próximo capítulo.

## **Capítulo 2 – Soberania e Segurança Alimentar: avanços na construção de um campo vivo.**

No capítulo anterior trouxemos a descrição das relações que verificamos no campo na RMC através dos atores sociais que temos acompanhado, AOPA e Assentamento Contestado, e ainda a consolidação dos mercados camponeses.

Entretanto, devemos ponderar que nossa investigação não se inicia e se finda na RMC, mas que partimos da RMC para compreendermos questões mais amplas que não apenas a afetam, mas ao campo de modo geral. São relações conflituosas que passam a serem submetidas a embates políticos e a interesses econômicos, envolvendo a todas as pessoas, seja no campo ou na cidade, um debate que também estamos desenvolvendo nas universidades, grupos de debate, etc.

Neste sentido, traremos neste capítulo uma reflexão sobre uma dessas questões maiores, o debate entre segurança e soberania alimentar, de modo a nos permitir compreender as transformações que vem ocorrendo, sobretudo a partir das diferentes formas que o capital se introduz no campo e configura interesses e relações sociais.

### **2.1 – Soberania e Segurança Alimentar: diferenças conceituais no meio do crescente debate**

Como já expomos no capítulo 1, a compreensão das transformações no campo, e a eminente necessidade de compreender as diferenciadas relações sociais e ainda diferentes formas do capital se territorializar no campo nos remetem a um debate sobre questões que são essenciais para travar um debate sobre os elementos que colaboram para essa configuração do campo. A questão da segurança e soberania alimentar vem sendo um desses debates mais intensos e, nossa opinião, mais relevante para entender as diferentes formas de apropriação do território dedicado à agricultura.

A segurança alimentar, como conceitua Mazzei (2007), é um termo que se pode aplicar em escala local, nacional ou mundial, mas que politicamente se refere a uma estratégia nacional para assegurar alimentação à população em modo permanente. Mazzei (2007) evidencia que a importação não garante a segurança

alimentar, já que o problema é o impacto da abertura comercial para os produtores e comerciantes em pequena escala, para as populações rurais e os consumidores dentro e entre os países.

Rosset(2003), na sua caracterização sobre segurança alimentar, já traz embutida uma crítica a esse conceito:

Segurança alimentar significa que toda criança, mulher e homem precisam estar certos de ter o suficiente para comer todos os dias, mas o conceito não diz nada sobre onde esse alimento vem ou como é produzido. Logo, Washington pode alegar que importar comida barata dos EUA é uma maneira melhor de países pobres alcançarem a segurança alimentar que produzindo comida eles próprios. Importações volumosas de alimento barato e subsidiado, no entanto, arruinariam agricultores locais, expulsando-os da terra. Incham as fileiras dos famintos, e sua segurança alimentar é colocada nas mãos da economia monetária, na medida que migram para favelas urbanas onde não conseguem encontrar empregos com salários para garantir a vida. Para atingir a segurança alimentar genuína, as pessoas em áreas rurais precisam ter acesso à terra produtiva e obter preços para suas colheitas garantido uma vida digna (ROSSET, 2003, p. 320)

A contribuição de Rosset(2003) nos permite pensar a questão da segurança e da soberania alimentar a partir de como essas relações reconfiguram os territórios, fazendo emergir os mercados, estabelecendo relações sociais entre os camponeses e não só a partir da mera produção; que como Shanin(2008) nos adverte são extremamente organizados e com muito conhecimento a nos transmitir na medida de que seus conhecimentos os permitem se organizar e aprender a partir da criatividade e da multiplicidade de respostas em situações de crise e da sua capacidade de envolver as suas famílias na solução de problemas com a tomada de iniciativas e alternativas, que os permitam manter-se unidos, através das relações familiares e das relações de trabalho, mas levando principalmente em consideração sua relação com terra.

Chonchol (2005) traz uma caracterização de segurança alimentar que nos permite entendê-la em função dos conflitos políticos que agravam em numerosos países a situação alimentar das populações.

Nos anos 1980, considerava-se que os grandes déficits alimentares eram influenciados, sobretudo por razões climáticas excepcionalmente negativas, e secundariamente por conflitos

políticos. Nos anos 1990, os conflitos políticos convertem-se na causa primeira da necessidade de ajuda alimentar de urgência. Por outro lado, comprova-se que os conflitos que se eternizam podem agravar as condições de produção e abastecimento de numerosas populações. (CHONCHOL, 2005, p.35)

As questões de segurança alimentar e soberania alimentar vêm sendo discutidas ainda de modo muito tímido, enquanto o enfrentamento entre camponeses e agronegócio é muito desigual, sobretudo quando analisamos a que interesses o modelo econômico da agricultura brasileira estão respaldando (e aqui estamos nos referindo ao pacote tecnológico e às energias limpas - nos referimos ao etanol que passou a ser 'a menina dos olhos', molas propulsoras da monocultura e do agronegócio). Oliveira (2003) ressalta a vulnerabilidade alimentar à qual somos constantemente submetidos frente ao comércio de *commodities*, no qual pouco interessa quem produz, para quem e como, mas apenas as necessidades mercadológicas. Assim:

Quem produz, produz para quem paga mais, não importa onde ele esteja na face do planeta. Logo, a volúpia dos que seguem o agronegócio vai deixando o país vulnerável no que se refere à soberania alimentar. Como as *commodities* garantem saldo na balança comercial o Estado financia mais as ditas cujas. Então, mais agricultores capitalistas vão tentar produzi-las. Dessa forma, produz-se o saldo da balança comercial que vai pagar os juros da dívida externa. É o cachorro correndo atrás do próprio rabo. (OLIVEIRA, 2003, p.7)

Chonchol (2005) enfatiza também a importância do conhecimento da situação alimentar nos países em desenvolvimento para uma tomada de consciência dos fenômenos da subalimentação. Duas teses sobre este fenômeno foram levantadas e o aspecto mais relevante delas se referia às demandas por alimentos a partir de um crescimento demográfico populacional, sem a expansão de áreas para o cultivo. Isso implicaria no uso cada vez maior de tecnologias para ampliar a produção, ou ainda a tomada do campo pelo agronegócio, que tem como consequência o uso de áreas agriculturáveis, processos de expulsão da terra, precarização do trabalho, etc.

Isso nos permite pensar a partir dos elementos levantados por Chonchol (2005) a questão dos modelos agrícolas mundiais da degradação dos recursos naturais, expansão urbana, etc., nos remetendo à aqueles que acreditam que os

processos tecnológicos e sobretudo a biotecnologia, podem respaldar ao crescimento da demanda por alimentos, dando assim novas configurações aos territórios a partir da questão prioritária do direito à alimentação ou o debate acerca da subalimentação que se apresenta em muitas regiões.

De Marcos (2008) ressalta de que maneira esses modelos agrícolas mundiais, mas especialmente no caso latino-americano, implicam diretamente nas questões de segurança e soberania alimentar. Para ela, a ação de multinacionais da área da alimentação (Cargill, Mitsui, Louis Dreyffus, Swift, IBP, FARmland Industries, etc) e dos agroquímicos (Novartis, DuPont, Bayer, Monsanto, etc), a partir da lógica do processo de internacionalização da economia, se relacionam com a questão das dívidas externas que são contraídas a partir da necessidade de se promover um crescimento da produção interna e posteriormente para sanar estas dívidas.

Assim, é evidenciado a necessidade cada vez mais produzir e exportar, geralmente, matérias-primas com baixo valor agregado, que acabam por subordinar os países através da OMC e ainda acarretam resultados como, por exemplo, a diminuição da biodiversidade com o aumento das culturas de exportação em detrimento das culturas para o consumo interno, que acarreta enfraquecimento de solos, perdas da soberania e da segurança alimentar de inúmeros povos.

Para o Conselho Nacional de Segurança Alimentar – CONSEA (2009), a segurança alimentar e nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a uma alimentação saudável, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, devendo ser totalmente baseada em práticas alimentares promotoras de saúde, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, como um direito do brasileiro de se alimentar devidamente, respeitando particularidades e características culturais de cada região.

Ainda no caso brasileiro, no que tange às questões da segurança alimentar, houve uma evolução. Bezerra (2009) ressalta a incorporação da noção nutricional, fazendo referência não apenas ao aspecto alimentar (de produção, distribuição, comercialização e acesso aos alimentos), mas também a este aspecto nutricional (acesso em quantidade e qualidade que possa suprir as necessidades do organismo de aproveitar esses alimentos).

Já a soberania alimentar, segundo Rosset (2003) é uma questão de segurança e soberania nacional, mas está intimamente ligada às questões da segurança alimentar. Indo de encontro ao posicionamento de Chonchol, Rosset

(2003) ressalta que a noção de soberania alimentar argumenta que alimentar o povo de uma nação, se sobrepõe a questão de segurança alimentar, já que se torna uma questão de soberania nacional, ou seja:

Se, para a próxima refeição, a população de um país depender dos caprichos da economia global, da boa vontade de uma superpotência de não usar o alimento como arma, da imprevisibilidade e do alto custo de transportes a longas distâncias, então esse país não está seguro, nem no sentido de segurança nacional nem de segurança alimentar. A soberania alimentar, portanto, vai além do conceito de segurança alimentar, que foi destituído do significado real. (ROSSET, 2003, p.319)

O que podemos observar é que há uma forte disputa entre os conceitos, mas ao mesmo tempo certa confusão teórica, de certo modo compreensível, já que segunda a Via Campesina, o conceito de soberania vem sendo proposto desde a segunda metade da década de 1990.

Mazzei (2007), de encontro aos posicionamentos dos movimentos sociais, propõe uma discussão sobre a soberania alimentar como algo muito mais amplo. Para ele é o direito dos povos de definir seu próprio alimento e agricultura, de proteger e regular a produção agrícola doméstica e o comércio para criar objetivos de desenvolvimento sustentável, assim determinando sua auto-suficiência, de restringir a entrada de produtos em seus mercados, e de prover às comunidades locais de pescadores a prioridade na administração do uso dos direitos aos recursos aquáticos. Portanto, pode-se afirmar que a soberania nada tem a ver com a negação do comércio, ao contrário, promove a formulação de políticas comerciais e práticas que apóiem o direito dos povos a uma produção segura, saudável e ecologicamente sustentável.

A partir do debate que trouxemos sobre segurança e soberania alimentar, no próximo ponto, buscaremos abordar de que modo estas questões colaboram com o debate sobre a reconfiguração da questão agrária e do capitalismo agrário à luz do debate por soberania.

### **2.1.1 – Soberania e “crises alimentares”: novos elementos e práticas**

Trataremos agora a questão das crises alimentares que figura o debate da segurança e da soberania alimentar, que ganha força nas discussões políticas, pois

torna de modo mais eminente as relações de produção e consumo de alimentos. Questões estas que são tanto políticas e econômicas, quanto sociais, e acabam por incorporar novos elementos, que configuram o debate da questão agrária e o campo brasileiro.

Quando afirmamos esta relação indissociável, estamos nos remetendo ao que salientou Fernandes (2001) quando afirmou que a questão agrária não se configura mais apenas pela propriedade e pela concentração de terras, mas sim por outras questões, como a expropriação do homem do campo, sua luta pela conquista e permanência na terra, e deste modo, o acesso a formas de produzir que minimamente assegurem sua subsistência e dêem respostas à crescente demanda de alimentos.

Para Carvalho (2004), há uma dívida histórica quanto à questão agrária, mas a dinâmica do capital no campo coloca a soberania alimentar num segundo plano já que com o processo de exploração e expropriação exercido pelas grandes corporações e latifúndios, os camponeses acabam relegando a um segundo plano questões fundamentais como a produção nesse enfrentamento desigual, e ressalta:

Especialmente o processo de apropriação do capital no campo através do agronegócio, em geral, se caracteriza pela forma da monocultura associada à grande propriedade. Isso significa que o agronegócio está transformando em “*produtiva*”, no sentido capitalista de ser produtora de mercadorias, uma grande quantidade de terras que antes eram consideradas “*latifúndios improdutivos*”. O resultado é o aumento da concentração fundiária em um país em que a reforma agrária é dívida histórica. (CARVALHO, 2004, p.51)

Todos esses aspectos se entrelaçam no debate acerca da segurança e soberania alimentar, ambas extremamente relacionadas com a matriz produtiva no sentido de como produzir, quanto produzir, para quem produzir, em que tempo produzir, etc. Deste modo além apenas do aspecto produtivo, o debate permeia um enfrentamento político-ideológico entre os agentes destas reconfigurações no campo, com uma “nova questão agrária”, que abordaremos com profundidade no quarto capítulo.

Este debate político-ideológico sobre a segurança e a soberania alimentar, permeia então questões como a produção de alimentos, a matriz energética e com ela a monocultura, os movimentos sociais e o agronegócio, a significativa demanda por alimentos e com ela a especulação através dos mercados de *commodities*, etc..

Isso nos remete a uma crise na produção agrícola, não pela ausência de produtos, mas pela destinação que se tem dado à eles, e ainda ao não-debate amplo e público sobre a segurança e soberania alimentar, ficando muitas vezes apenas no âmbito dos movimentos sociais, instituições governamentais e ONG's.

Esta crise na produção agrícola, tanto nas formas de produzir como a destinação, ou “crises alimentares”, que foi observada constantemente no ano de 2008 e à qual fomos submetidos, evidenciou-se pela alta dos preços dos alimentos, ora justificadas pelo discurso da demanda, ora contrariada pela crítica a bolsa de futuros e à especulação.

Essa situação exposta cria vulnerabilidade no campo, seja relacionado aos conflitos agrários ou com os problemas agrícolas, nos remetem a um mundo rural em crise ou uma crise agrária. Rosset (2006) considera que a crise está presente em todo o mundo, sejam pelas origens históricas de coloniamiento dos países, seja pela expulsão e submissão de vários povos obrigando-os a praticarem sua agricultura em locais impróprios, o trabalho sazonal com remuneração precária, e ainda as atividades agrícolas para exportação.

Um exemplo de enfrentamento a esta crise alimentar, é o Assentamento Contestado, que após a luta pela terra, uma segunda batalha vem sendo travada, com questões relacionadas à produção. Para eles produzir representa muito mais que subsistir, representa um enfrentamento diário às condições do solo, à falta de assistência técnica (com a qual acabam por recorrer a outras técnicas e cada vez mais buscando conhecimentos e práticas alternativas), e ainda um enfrentamento à lógica hegemônica de produção<sup>41</sup>, ou seja, alimentos limpos em menor escala mas produzidos com autonomia.

Um dos membros do Grupo Terra Livre no Assentamento Contestado, Celso Chagas, articulador do grupo e principal referência em Agroecologia no assentamento, nos remete a uma questão fundamental sobre soberania e segurança alimentar em relação à autonomia.

---

<sup>41</sup> Nos referimos como lógica hegemônica de produção, as formas de produção voltadas ao lucro e à subordinação ao capital, na qual prevalecem os interesses econômicos em contraposição ao uso dos recursos naturais, às relações sociais e culturais. Como personificação desta lógica observamos o avanço do agronegócio e suas práticas voltadas ao comércio exterior, que vem se transformando e crescendo desde a década de 1990, com o discurso de “desenvolvimento” do campo em contraposição ao modelos camponeses, considerados pelos que praticam esta agricultura ostensiva, como arcaico, ultrapassado.

[...] As pessoas não “entende” que a gente não na briga só por nossa causa, que é por causa de todo mundo, pra gente parar de ter veneno nas plantações, na vida da gente, na mesa da gente. O que a gente que é poder trabalhar do jeito certo, sabendo que “ta” fazendo a coisa certa, do jeito que a gente sabe. Muitos conhecimentos que a gente aprende em palestra em curso são muito importante, mas o mais importante mesmo é a gente discutir de que lado a gente “ta”. Muito assentado aqui ainda não percebeu isso, acha que só porque agora tem lote pode esquecer quem é o inimigo, mas o que eu vejo é que o inimigo não descansa, ele enfrenta a gente e não de igual pra igual não. Só quem ta na lida é que sabe[...]” – (Depoimento<sup>42</sup> de Celso Chagas – Assentado no Projeto de Assentamento Contestado – Trabalho de Campo, 2009)

O “inimigo” a que Celso se refere, evidentemente não pode ser personificado em uma só pessoa. Trata-se do capital que se materializa nas grandes corporações mundiais, que criaram uma nova configuração mundial para o campo desde a Revolução Verde. No caso brasileiro, o crescimento desse “inimigo” veio em função das políticas econômicas neoliberais ligadas a exigências de instituições financeiras internacionais, que permitiram uma maior concentração da terra e uma precarização do pequeno produtor nas áreas rurais.

Essa precarização das áreas rurais e da tomada do campo pelo capital, é evidenciada em Oliveira (2001) pensando a expansão do capital no campo de forma heterogênea, complexa, portanto plural, pois o capital trabalha com o movimento contraditório e desigual no seu processo de desenvolvimento. Para o caso brasileiro, o capital no campo se desenvolve atuando simultaneamente na direção da implantação do trabalho assalariado, nas diferentes monoculturas por diferentes regiões do país, de forma contraditória a produção camponesa, ao mesmo tempo, que considera o camponês um sujeito social dentro do capitalismo. Assim, ressalta:

[...] No Brasil, o desenvolvimento do modo capitalista de produção se faz principalmente pela fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra. Este processo, que teve sua origem na escravidão vem sendo cada vez mais consolidado, desde a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre.[...] Assim, a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido de transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas ao contrário, transformou capitalistas industriais e urbanos – sobretudo do Centro-Sul do país – em proprietários de terra, em latifundiários.[...] Isso se evidencia com a política de incentivos fiscais, como os promovidos pela SUDAM e pela SUDENE, que

---

<sup>42</sup> Todos os depoimentos foram registrados em trabalho de campo, durante o período de 2008-2010.

foram instrumentos de política econômica que propiciaram esta fusão, de modo que os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil, fato nunca observado na história da humanidade.(OLIVEIRA, 2001, p.1-13)

Como consequência a estes processos, Rosset (2006) evidencia que com a submissão dos governos aos agentes financeiros, piorando as condições das áreas rurais, sobretudo a dos camponeses, com políticas que incluíram a liberalização do comércio e a subsequente inundação de mercados locais com importações de alimentos subfaturados, com os quais os agricultores locais não conseguem competir. Nesse sentido, assistimos a uma secundarização da reforma agrária e da redistribuição de terra, o que aprofunda o processo de transformação da terra em mercadoria e incentiva o abandono da agricultura por parte dos pequenos produtores, que são os principais produtores de alimentos<sup>43</sup>.

Outro aspecto relevante é que a ação dos capitalistas no campo fortaleça as cadeias de *commodities*<sup>44</sup> agrícolas, que estão concentradas sob o poder de poucas empresas transnacionais, de modo a haver um aumento absurdo dos custos e preços dos alimentos, e da diminuição de alguns gêneros em contraponto às culturas de exportação recorrentemente associadas ao agronegócio e cada vez criam uma vulnerabilidade relacionada à alimentação, e portanto à soberania e à segurança alimentar.

Essa vulnerabilidade relacionada à alimentação, no ano de 2008, foi visivelmente percebida. A FAO, através do seu diretor Jacques Diouf, associou a crise na produção de alimentos às mudanças climáticas no mundo, ao aumento dos custos dos insumos agrícolas como as sementes e os fertilizantes (setor denominado por um oligopólio mundial de empresas que recebeu um forte impacto

---

<sup>43</sup> No relatório Impactos da Expansão da Monocultura para a Produção de Bioenergia, da Fundação Heinrich Boll, vinculado ao Núcleo Amigos da Terra, datado de 2008, é destacado que a área atual plantada com três tipos de monocultura (soja, cana de açúcar e eucalipto) chegam a 31,4 milhões de hectares, que corresponderia aos territórios de Holanda, Bélgica, Luxemburgo e Reino Unido juntos. A área de plantio de grãos no Brasil tem 47,1% com a soja, 27,3 % com milho, 8,9% com feijão, 6,4% com arroz e o restante com outras culturas. Além disso, o relatório ainda destaca que a geração de empregos no campo se dá em 87,3% dos casos em pequenas propriedades. Outro dado relevante é que em relação ao emprego direto nas principais atividades agropecuárias no Brasil em equivalente homem/ano, para cada 100 hectares no ano de 2006, a produção agrícola voltada a diversidade de produtos (Ex: tomate, mandioca, café, feijão, arroz, mamona, etc.) emprega entre 25 a 240 pessoas, em contraposição às culturas de monocultivos em grandes extensões (Ex: soja, eucalipto, pecuária de corte, cana de açúcar) e entre 0,24 e 10 pessoas.

<sup>44</sup> *Commodities* é toda mercadoria em estado bruto ou com grau muito pequeno de industrialização, negociada através de transações comerciais internacionais. Inclui bens agrícolas como a soja e a cana; minerais como o aço; e florestais como o eucalipto.

do aumento do preço do barril do petróleo), e ao aumento do consumo de alimentos na Índia e na China, com destaque para os produtos de origem animal.

Para o Banco Mundial, através do posicionamento de seu presidente Roberto Zoelick o mundo todo é culpado, e como saída sugeriu que se fizesse um novo acordo, entre todas as forças econômicas do mundo, para outro patamar de preços e produção, já que a crise é resultado de décadas de políticas (que visaram a modernização do campo e sobretudo que difundiram as técnicas da Revolução Verde e da tomada do campo pelo capital), para a agricultura que agora são necessárias erradicar.

Para o presidente do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva, a culpa da crise esta centrada nos subsídios que os governos dos países ricos dão aos seus agricultores, pois se caíssem os subsídios, os agricultores do sul poderiam aumentar sua produção e exportar para eles a menor preço. Isso demonstra clara submissão aos interesses dos países desenvolvidos, sobretudo ao capital transnacional, não discutindo profundamente as questões de segurança e soberania com a ênfase que necessitam os países emergentes.

No entanto, o relator do direito à alimentação da Organização das Nações Unidas-ONU, Jean Ziegler; entrou no debate sobre a crise alimentar apontando outro tipo de argumentos:

A fome e a desnutrição não são efeitos de fatalidade ou de eventos geográficos. Ela é resultado da exclusão de milhões de pessoas do acesso à terra, água, sementes, conhecimentos, bens da natureza para produzirem sua própria existência. Ela é resultado das políticas impostas por governos de países desenvolvidos, por suas empresas transnacionais e seus aliados nos países pobres do sul na perspectiva de manter a continuidade da hegemonia política, econômica, cultural e militar sobre o atual processo de reestruturação econômica global. Graças a essa política, as empresas do norte aumentaram suas vendas e seus lucros enquanto os pobres aumentaram suas dívidas piorando suas condições de vida, aumentando a miséria e a exclusão em todas as partes. É resultado do aumento da concentração do mercado agrícola mundial nas mãos de poucas empresas transnacionais, o que aumentou conseqüentemente a dependência e a subordinação alimentar da maioria dos povos a seus interesses de lucro. (ZIEGLER, 2008)

Outro elemento é que os interesses das transnacionais estão relacionados às bolsas financeiras, ou bolsas de mercadorias & futuros, no qual a produção agrícola

está sujeita a amplos processos de especulação, ficando vulnerável toda uma população ao interesse econômico de países e corporações que podem pagar mais para obter certo tipo de produto agrícola.

Esses países ou corporações não levam em conta em que condições foi produzido, muito menos que subordinação se deu para que este ou aquele país destinasse sua produção (muitas vezes monoculturas para exportação) aos mercados de valores, e ainda se esta forma de mercantilizar a produção agrícola cria uma cadeia viciosa e degradante às comunidades que se inserem nestas atividades ; como por exemplo à redução de policultivos que também acarretam uma debilidade sobretudo na segurança alimentar de um povo.

Apesar de haver todo este apelo de que as *commodities* são também uma forma de fortalecimento da economia e da agricultura para equilibrar os mercados, embutidos nos discursos da FAO, do Banco Mundial, e da presidência do Brasil, o relator da ONU deixa claro a que interesses estamos submetidos, sobretudo a população camponesa, que além de todo este enfrentamento ainda necessita garantir a segurança alimentar, mas sobretudo a soberania alimentar, quando se propõe que todos tenham acesso à terra para nela produzir, assegurando deste modo alimentos sadios para todos, respeitando o modo de vida camponês e sua cultura.

Deste modo o debate sobre a segurança e soberania alimentar é crescente, já que são questões totalmente atreladas à questão agrária, tendo em vista que a questão agrária as incorpora deste o debate sobre a produção, passando pelo debate do uso do solo e do direito à terra, até chegar nos diferentes atores sociais envolvidos nas questões que compõem o debate que são extremamente conflituosas; e ainda ao modelo energético que vem sendo adotado.

Oliveira (2008) no que tange à crise na produção de alimentos com a queda das safras e a tomada das terras para os cultivos agroindustriais destaca o que considera como principais elementos para a instauração das crises alimentares:

[...] Primeiro o que está em jogo é uma crise estrutural no interior do sistema produtivo que o capitalismo adotou no neoliberalismo, com a mudança sistemática de controle da produção de alimentos, antes baseada no sistema de estoques e agora baseada no livre comércio, ou seja, na disponibilidade de mercado.[...]uma parte dos fundos se dirigiu à compra de commodities o que acelerou o processo especulativo em função da queda dos estoques.[...] E a segunda

razão é a natureza conjuntural e deriva do aumento do preço do petróleo. Toda a produção do agronegócio pós-revolução verde, e agora, nesse período do neoliberalismo, está assentada no setor agroquímico, e evidentemente que este é comandado pela lógica do preço do petróleo.[...] (OLIVEIRA, 2008)

No sentido de compreender esta crise na agricultura, Roberto Baggio, diretor estadual do MST no Estado do Paraná, nos remete novamente a questão da soberania alimentar, que considera estar relacionada com a questão da matriz produtiva, fato que acaba criando uma submissão dos camponeses aos interesses do capital transnacional no campo. Ele destaca:

[...] Eu entendo que a crise atual do sistema capitalista internacional, recolocou a questão central da matriz, do grande modelo como que se produz hoje em estala mundial. E essa matriz do capital ameaça hoje a natureza. Então é uma ameaça real da existência do planeta e por sua vez há uma ameaça da existência da vida humana e do conjunto das formas de vida animal, mineral, etc. Então essa ameaça do sistema, o capitalismo representa hoje o sistema que ameaça a sua própria existência e o tema da agroecologia, do meio ambiente, da biodiversidade, da soberania, eles se transformaram em temas políticos centrais que perpassam os interesses dos camponeses, então hoje são temas da sociedade brasileira e mundial que está preocupada com a lógica de apropriação e exploração da natureza. A alternativa para isso, construir uma nova matriz, quem tem condições de construir uma nova matriz? Os camponeses(as), os agricultores familiares, então achamos que ganhou espaço a agroecologia e as perspectivas são muito boas e a partir daí dialogando com outros setores[...] – (Depoimento de Roberto Baggio – Dirigente Estadual do MST – Trabalho de Campo, 2009)

Esses elementos, que colaboram para o debate da soberania e segurança alimentar, fazem com que fiquem ainda mais evidentes as transformações e conflitos que têm coexistido no campo brasileiro, ou seja, enfrentamento e ao mesmo tempo submissão ao capital no campo. Esta circunstância, nos permite compreender por exemplo, a necessidade crescente de se organizarem instâncias nas quais essa discussão seja realizada, como veremos no próximo subitem, e ainda a ampliação do debate acerca da matriz produtiva como abordaremos no terceiro capítulo.

## **2.1.2 – Movimentos sociais e organizações populares na construção de espaços de diálogo: os fóruns e agendas por soberania alimentar**

As questões relacionadas à soberania alimentar, foram amplamente debatidas pós-revolução verde e no fim da década de 1990 os movimentos sociais, sobretudo os que compõem a Via Campesina passaram a inserir este debate na pauta como uma proposta política.

Foi a Via Campesina no ano de 1996, após vários anos debatendo a questão da soberania alimentar, que formulou e apresentou uma proposta em Roma durante o Fórum Mundial sobre a Alimentação, e posteriormente participou da concepção do que hoje compreendemos por soberania alimentar. Traremos aqui alguns elementos e debates promovidos por diferentes organizações em diferentes fóruns neste início do século 21, que muito colaboraram para que hoje este debate esteja mais aberto e qualificado.

No ano de 2000, em Havana, no Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar convocado pela Associação Nacional de Agricultores Pequenos de Cuba (ANAP), uma pergunta norteou os debates: “É possível garantir a soberania alimentar a todos os povos no mundo de hoje?”. Este Fórum que contou com mais de 400 delegados de 60 diferentes países e com cerca de 200 organizações (nos quais estavam representados movimentos de trabalhadores, camponeses, pescadores, indígenas, mulheres, jovens, ONG’s e pesquisadores), foi um marco na definição de uma proposta da sociedade civil para enfrentar a fome em todo o mundo.

Siliprandi (2001) destaca as principais decisões deste fórum no que tange às questões de soberania alimentar:

A soberania alimentar é o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação a toda população[...] Ela pressupõe uma Reforma Agrária radical, e o apoio às agriculturas familiares, em que as mulheres tenham igualdade de oportunidades e de acesso aos meios de produção[...] Para se obter soberania alimentar, são necessários sistemas produtivos sustentáveis, em que se valorize a soberania e as culturas locais e, em especial, os hábitos alimentares[...] A alimentação jamais será utilizada como arma de pressão econômica e política entre os países. (SILIPRANDI, 2001, p.18)

Seis anos mais tarde, em Mali, aconteceu o Fórum Mundial para a Soberania Alimentar, Nyéléni 2007, no qual participaram organizações governamentais e não governamentais, movimentos sociais e pesquisadores de todo o mundo. O tema novamente foi debatido ampliando-se a discussão, de modo que os participantes podiam debater em grupos temas “transversais” à soberania.

A comissão organizadora propôs que se formassem sete grupos temáticos, no intuito de que três premissas fossem respondidas. Eram elas: 1- Para que lutamos? , 2- Contra o que/quem lutamos?, e 3- O que podemos fazer a respeito? Os grupos temáticos eram:

1) As políticas do comércio internacional e os mercados locais; 2) A tecnologia e o conhecimento local; 3) O acesso e o controle sobre os recursos naturais: a terra, a água, as sementes; 4) Divisão Territorial e terras, água, direitos dos pescadores, aquicultura e o uso das florestas; 5) Os conflitos e os desastres naturais: como responder a nível local e internacional; 6) As condições sociais e a migração forçada; e 7) Os modelos de produção: os impactos sociais na soberania alimentar, as pessoas, seus meios de subsistência e o meio ambiente. (NYELENI, 2007)

No entanto, merecem destaque para o debate que trazemos as discussões realizadas nos grupos cinco e sete. No grupo cinco devemos destacar o debate acerca de como a soberania alimentar tem contribuído para o fortalecimento das comunidades contra os impactos e conflitos, que as crises alimentares em diferentes períodos submetem às populações mundiais. Neste grupo também foi realizada uma análise crítica sobre como estão relacionados os vínculos entre a política e a fome.

No grupo sete a discussão foi realizada acerca dos modelos contraditórios de desenvolvimento rural e de produção, as agroindústrias e a pesca industrial em contrapartida ao modelo de produção agroecológica, pastoral e de pesca artesanal, e assim o debate chegou ao consenso coletivo de que para haver soberania alimentar, os processos produtivos, distributivos e de consumo devem estar baseados numa produção agroecológica, logo sustentável.

O Fórum para a Soberania Alimentar de Nyéléni, teve três objetivos que após serem debatidos nos grupos de trabalho geraram uma agenda de ações:

O primeiro objetivo é aprofundar a compreensão e o significado de soberania alimentar, ou seja, o que significa a soberania alimentar para nós e que tipo de produção e de consumo de alimentos

defendemos? O segundo objetivo é fortalecer o diálogo e a construção de alianças entre diferentes setores e grupos interessados buscando melhorar o entendimento das suas análises, metas e estratégias. O terceiro e último objetivo, visa o estabelecimento de estratégias, agenda de ações e aumentar o nosso compromisso conjunto na luta pela soberania alimentar. (NYÉLÉNI, 2007)

Ao final do evento comitê, o internacional de organização, em carta aos participantes elencou os principais pontos para compreender o que estes espaços de diálogo entre diferentes povos representam. Destacamos do documento o seguinte trecho, que acreditamos que resume os cinco dias do fórum e concretiza o momento atual do debate sobre a soberania alimentar:

La soberanía alimentaria está siendo cooptada por el sistema neoliberal dominante y algunos de sus actores. Ellos la definen de acuerdo a sus intereses. Por ejemplo, hablan de soberanía alimentaria para los países, pero al mismo tiempo, no critican las prácticas de dumping de sus propios países. La palabra 'soberanía' también ha tenido varias connotaciones históricas diferentes en muchos países, lo que la hace un término recibido positivamente en algunos países, mientras que en otros se la asocia con puntos de vista nacionalistas y regresivos. Algunos perciben la soberanía alimentaria como un principio político que la comunidad internacional debe respetar en relación a los estados-naciones. Otros la usan para justificar políticas de comercio agropecuario que benefician a las corporaciones y los grandes productores comerciales. Así, el Foro para la Soberanía Alimentaria Nyéléni 2007 trata de la soberanía alimentaria de los pueblos la cual será definida por los movimientos sociales. Es un 'vehículo', un conductor para nuestro proyecto político colectivo y nuestras estrategias y acciones conjuntas sobre la producción y el consumo en todos los niveles. (NYÉLÉNI, 2007)

Todo este debate proposto em 1996 em Roma e teve continuação no Fórum de Nyéléni, traz uma perspectiva do enfrentamento e das ofensivas que os camponeses têm vivenciado no campo, e acabam emergindo como resposta à ausência de políticas voltadas às estratégias de produção e de consumo, que acabam por criar uma autonomia camponesa, pois se criam alternativas para permanecer no campo, produzir alimentos que assegurem o direito à alimentação, mas que também sejam instrumento de debate político-econômico-social e até ambiental.

Existem outros espaços de diálogo acerca da soberania alimentar e de formas alternativas para o trabalho e a produção no campo. Três espaços muito relevantes

são o Fórum Social Mundial, a Jornada de Agroecologia (realizada no Paraná) e o Congresso Latino Americano de Agroecologia. O primeiro por trazer militantes de diversos países para debater as relações diversas entre comunidades e o poder das transnacionais, poder político e ideológico, e buscar uma interlocução com seus pares, de modo a buscar um equilíbrio social entre as nações, e cuja pergunta principal que permeia os debates e é o tema do encontro é: “Outro mundo é possível”. Já as jornadas e congressos de Agroecologia, trazem o debate por soberania como bandeira política dos movimentos sociais e militantes de diversos segmentos no sentido de incorporá-la ao debate das matrizes produtivas, do modo de vida camponês, do resgate da cultura, etc.

Espaços como a Jornada de Agroecologia e o Congresso são muito importantes para a articulação dos movimentos sociais em torno da soberania alimentar e do debate acerca das suas práticas agroecológicas, mas o Fórum Mundial Social por exemplo, apesar de ter se consolidado num espaço importante para o debate destas questões, não é específico para a temática da alimentação.

No entanto, nestes espaços de diálogo se consolidam compromissos e agendas para que a discussão não se finde no evento. Um exemplo são as articulações para o fortalecimento das organizações sociais comprometidas com a ampliação do debate.

Um exemplo disso nos é colocado por José Maria Tardin, representante da Via Campesina no Estado do Paraná, desde a década de 1980 um conjunto de forças no campo, intensificaram um processo de articulação e sua fase inicial foi no continente latino americano que era o CLOC (Coordenação Latinoamericana de Organizações Camponesas), e dessa experiência regional avançou-se numa articulação internacional que a partir dos anos de 1990 veio constituir-se na Via Campesina. Que seria a articulação em escala mundial dos povos que trabalham e vivem da agricultura camponeses, pequenos proprietários, indígenas, quilombolas, mulheres, jovens, etc. Assim:

A articulação internacional e além de uma articulação ela avançou em torno de um conjunto de políticas que da de certa forma fortaleça a esse processo. Essa articulação internacional que a Via Campesina tem construído em torno de si do que seria um projeto soberano de agricultura em escala mundial, então tem um conteúdo programático de um modelo agrícola a ser implementado em cada país. Então seguiu um programa, um modelo agrícola, realizar

atividades de lutas em nível internacional, então tem desenhado um calendário internacional de lutas, por exemplo, 17 de abril é o dia internacional de luta pela terra, 16 de outubro é dia internacional de luta pela soberania alimentar, tem um dia internacional de lutas contra as empresas transnacionais. Então é um calendário unificador das atividades de luta.” – Depoimento de José Maria Tardin representante da Via Campesina.

Esses espaços trazem elementos importantes na ampliação do debate sobre soberania alimentar, assim como sobre novas matrizes produtivas que incorporam o respeito à natureza e ao homem, mas principalmente criam fatos políticos, mostram o descontentamento e a necessidade de enfrentamento às formas de opressão que o capital vem impondo no campo.

Essas formas de organização política e social que estão intimamente relacionados à soberania alimentar, bem como os debates realizados por diferentes movimentos sociais e organizações sociais em fóruns, vem crescentemente promovendo a discussão e ampliando o conhecimento acerca dessas questões.

## **2.2 – O PAA como política pública de segurança e soberania alimentar**

Embora para muitos pareça um apelo eleitoral falar de uma política pública específica de um governo, implementada há uma década estar sujeita a decisões políticas, não trataremos do Programa de Aquisição de Alimento – PAA enquanto política pública cercada por um debate acerca do Estado, de como se configura e quais são as decisões influenciam a escolha de uma ou outra política pública.

Apesar de já termos identificado no primeiro capítulo o que é o PAA e como o programa é gerido, buscaremos aqui identificar o poder de alcance desta política pública na RMC em relação ao debate entre segurança e soberania alimentar.

Nosso primeiro contato com o PAA foi quando intrigados com questões práticas de comercialização da produção agrícola na RMC, nos deparamos com as feiras e o MMOC, e descobrimos através da coleta de dados, que seria impossível, apenas nestes dois espaços comercializar toda a produção. Através das entrevistas percebemos que nestes mercados apenas parte da produção e que há dez anos, os camponeses vinham buscando cada vez mais comercializar a produção via PAA.

Assim, verificamos que na RMC, tem ocorrido um crescimento no número de famílias envolvidas no programa, tanto os que permanecem na matriz convencional de produção agrícola, como os que produzem e debatem a produção através da Agroecologia e ainda aqueles que produzem orgânicos apenas para agregar valor à produção<sup>45</sup>.

Para Roberto Baggio – dirigente estadual do MST no Paraná, o PAA é a política pública que mais se evidencia e a que é mais relevante. E destaca:

Acho que a melhor política pública do governo Lula, é a política da compra de alimentos da Conab (PAA), porque é uma política que ajuda o agricultor a planejar sua produção nos marcos da agroecologia e há uma segurança de comercialização, e por sua vez o camponês estabelece uma relação política com os grupos da cidade porque ele vai entregar o feijão, o milho verde, a carne, a fruta, a verdura para um grupo urbano. Então não é o alimento em si só. Nessa política do PAA tem um conjunto de ingredientes que são muito positivos. Por isso que a proposta da Via Campesina, dos movimentos sociais e tudo mais, é que o governo transforma-se a CONAB na grande central de abastecimento do país. Que a CONAB fosse uma grande estatal para comprar toda alimentação da agricultura camponesa, familiar. Então se limita aos agricultores com até 30 ou 50 hectares. O Estado brasileiro compra-se 100% porque é o que produz para o mercado interno. As médias e grandes [propriedades] produz para o mercado internacional. Então nossa proposta é que o governo avance e transforme a CONAB na grande estatal do abastecimento interno, porque aí seria a função de assegurar soberania alimentar do povo brasileiro produzida pelos agricultores familiares, camponeses, indígenas e assentados da reforma agrária. (Entrevista concedida por Roberto Baggio, dirigente estadual do MST no Estado do Paraná – Trabalho de Campo, 2009)

Outro aspecto interessante abordado por Roberto Baggio que pudemos observar em campo, foi a questão da comunicação entre produtores e consumidores. Percebemos que a avaliação do programa em diferentes espaços (ver figura 15), tanto os coordenados pela CONAB como os que os camponeses organizaram, se tornou um momento de troca de experiências, estímulo e reconhecimento da importância que a produção agroecológica tem.

---

<sup>45</sup> Quando dizemos que nem todos os produtores orgânicos estão envolvidos nas práticas ecológicas, o que estamos evidenciando é que embora a agricultura orgânica seja uma prática agrícola limpa, não incorpora um debate político-social-cultural-ambiental, senão que na maioria dos casos, os produtores envolvidos visam apenas o aspecto econômico com a agregação de valor e a reserva de nichos de mercado, sobretudo, a partir do mercado de certificações e ainda no surgimento de um “Agroeconegocio”.



**FIGURA 15 – Reunião de Avaliação do PAA no Assentamento Contestado – Lapa/PR**  
Foto: Alessandra Souza – Trabalho de Campo, 2009

Segundo Maria das Graças, da Associação de Catadores de Resíduos recicláveis da Avenida das Torres, que recebe a doação da CONAB, para os associados receber a doação é também um momento de recuperar a dignidade e de ver que o governo ainda os vê como pessoas, diferente da maior parte da população que os vê com suas carroças no centro da cidade no final da tarde recolhendo o material para reciclagem; e evidencia:

Esse projeto ajuda na nossa auto-estima (refere-se aqui a auto-estima) porque a gente sabe que 'ta' tendo um alimento que nem todos vão ter um alimento sadio, bom pra saúde das nossas crianças, bom pra adulto, velho. O mais importante é que esse alimento é entregue com muito respeito na nossa associação e chega tudo fresquinho. Sem contar que ai a gente não gasta tudo o que ganha com alimentação e ai dá pra usar o dinheirinho que a gente consegue pra comprar um sapato pros filhos, um remédio que às vezes não tem no posto, e ai a gente vai levando. (Entrevista Concedida por Maria das Graças da Associação dos Catadores da Avenida das Torres, Curitiba/PR – Trabalho de Campo, 2009)

Outro elemento interessante são as relações que se estabelecem a partir da coleta da produção (ver figura 16) para posteriormente destiná-la ao PAA. Em muitos casos é o momento de troca de informações entre os associados, bem como de trocar experiências, pois como veremos no próximo capítulo muitos camponeses não tem projetos individuais junto à CONAB e assim se estabelece também uma relação de confiança e parceria.



**FIGURA 16 – Coleta do PAA no Assentamento Contestado**

Foto: Alessandra Souza – Trabalho de campo 2009.

Um elemento importante que traremos no terceiro capítulo sobre a questão do PAA é que o PAA incorpora a produção convencional e orgânica<sup>46</sup>, e que embora o convencional, segundo os dados da CONAB, esteja mais consolidado na RMC, é crescente o número de envolvidos com projetos agroecológicos para se inserir ao programa.

A maior dificuldade ainda apresentada pelos grupos envolvidos com a Agroecologia é escrever um projeto e organizar a produção para as formas de entrega previstas em contrato pela CONAB. Isso acontece seja por motivo de falta de instrução ou por falta de informação da CONAB, já que não existe uma equipe que apenas atenda aos grupos e aos camponeses que querem inscrever projetos, e ainda, a questão da documentação exigida, bem como a certificação.

Nos próximos capítulos buscaremos nos aprofundar nestas e outras questões que nos fazem perceber a importância dos mercados camponeses, sobretudo quando observamos a territorialização desses mercados e a necessidade de serem criadas alternativas à lógica consolidada, bem como a ampliação das práticas agroecológicas.

### **2.3 – Agricultura em debate: por que, para quem, quanto e como produzir?**

Neste subitem queremos refletir sobre o espaço agrário no sentido de nos questionarmos frente aos processos de transformações que vem ocorrendo no

---

<sup>46</sup> Vale ressaltar que aqui nos referimos realmente a forma de produzir orgânica, tendo em vista que até mesmo dentro os produtores agroecológicos a agricultura orgânica é a técnica mais difundida.

campo, pois se relacionam também ao debate que estamos fazendo sobre soberania, Agroecologia, e que são elementos fundamentais para compreendermos a reformulação ou resignificação da questão agrária que passa a incorporar todos estes elementos.

Traremos agora um novo elemento que crescentemente vem colaborado com o debate, evidenciando aspectos políticos-econômicos-sociais, que compõem essa trama de muitos atores e interesses. Deste modo, ao pensarmos a agricultura, por exemplo, estamos também pensando em escolhas, modelos e projetos, do qual destacaremos a Agroecologia.

Mas afinal, o que é Agroecologia? É um modo de produção com uso racional de recursos naturais? É um sistema de mercantilização da ecologia? É apenas a agricultura orgânica? Essas e muitas outras questões têm permeado o debate e gerado certa confusão quanto ao tema. A mais comum é pensar que a Agroecologia é a produção de alimentos orgânicos, o que de fato não está incorreto, mas que devemos ressaltar que é apenas um dos elementos na agricultura ecológica, que como já abordamos anteriormente, levando em consideração aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais.

Contudo os questionamentos que iniciam este subitem e que são nossos balizadores, nos permitem refletir a questão da autonomia camponesa sobre seu modo de viver, bem como sua forma de lidar com a produção agrícola.

Neste sentido pensar na produção nos remete aos questionamentos e debates entre os camponeses sobre de que forma produzir, em que quantidade, que mercados abastecer, onde comercializar de modo a permitir sua forma de independência frente aos agressivos avanços do capital no campo.

Portanto o que temos até aqui é a tentativa de compreender quem são nossos atores sociais, como se organizam, como se inserem nos mercados e criam estratégias para sua reprodução social. Além disso buscamos através do debate sobre a segurança e soberania alimentar compreender como esses debates se fundem e como a partir deles a produção agroecológica, que é diversa, nos ajuda a compreender que estamos frente a uma reordenação crítica do rural, onde a tradicional questão agrária vem sendo reformulada com questões como a Agroecologia.

No próximo capítulo abordaremos mais profundamente os aspectos teóricos da Agroecologia, articulando-os as informações apreendidas em campo, para que possamos compreender esse processo de transformação do campo.

Neste aprofundamento, buscaremos compreender uma questão central que é a autonomia camponesa em saber por que, para quem, quanto e como produzir, pois estas indagações isoladamente ganham aspectos apenas comerciais, mas pela ótica da Agroecologia, traz a tona um aspecto muito interessante, incorporando o sentido político da não submissão e de resistência à lógica do agronegócio (que é a lógica irracional capitalista). Acaba também por incorporar o debate ambiental sobre matrizes mais racionais de produção, sobretudo as ecológicas.

No aspecto social faz com que o camponês enquanto classe, com os mesmos anseios e necessidades muito parecidas se aproximem, dialoguem sobre o campo, suas limitações e seus avanços de modo a permitir que haja uma incessante troca de saberes, já ressaltados por Carvalho (2004), Guterres (2006) e Sevilla Guzmán (2004).

No quarto capítulo voltaremos a abordar a questão dos rumos que o campo vem tomando sob o domínio do capital, das transnacionais, do agronegócio; buscando dialogar com os principais autores que nos permitem incorporar o amplo debate sobre a Agroecologia ao debate maior que é a questão agrária.

### Capítulo 3 – A Agroecologia como paradigma de transformação do/no campo

Nos capítulos anteriores apresentamos uma descrição do nosso recorte territorial (capítulo 1), e o debate sobre Soberania Alimentar (capítulo 2), nos quais a questão do território está intrinsecamente relacionada. Assim, com essa ordem do nosso discurso trazemos um panorama geral da questão da Agroecologia; que agora debateremos com maior profundidade. Toda a problemática que as práticas sociais (e aqui compreendemos as esferas políticas, econômicas, culturais) envolvidas a interesses que se reconfiguram através da pressão que o capital exerce nas diferentes camadas da sociedade, de modo a colaborarem para uma transformação das relações na sociedade como um todo, mas que tem parte fundamental dos enfrentamentos que temos observado no campo.

Quando pensamos que a prática agroecológica pode ser mais do que um instrumento de luta e reconfiguração no campo, estamos pensando que o fortalecimento do movimento agroecológico dentro do Paradigma da Questão Agrária<sup>47</sup> pode ser também um paradigma de transformação no/do campo, no sentido de que: estabelecem-se novas lutas, novos debates e práticas, agrega pessoas, enfrenta modelos e cria uma possibilidade de embate/enfrentamento que embora silencioso se amplia e conquista/resgata territórios que antes estavam na maioria dos casos sob a lógica da Revolução Verde, do produtivismo, da exploração do homem e da natureza e da implementação de técnicas a qualquer custo.

Observamos que para os grandes produtores agrícolas que trabalham sob a perspectiva da acumulação e lucro, portanto do capital, o que deve ser levado em consideração é apenas a esfera econômica e o produtivismo na agricultura, com safras recordes a custos elevados. Isso geralmente representa na esfera social o que Guterres (2006) e Carvalho (2004) evidencia como a precarização do trabalho, problemas de saúde (causados por intoxicação, exaustão pelas longas jornadas de trabalho, etc); na esfera ambiental pela degradação dos solos, uso de insumos artificiais, queimadas, etc.

Para os camponeses que se reproduzem de modo a se contraporem a essa visão produtivista, a Agroecologia representa uma opção política muito definida que vai ao encontro dos debates que apresentamos no segundo capítulo no que tange

---

<sup>47</sup> Ver em Oliveira (2001 e 2003), Fernandes (2001), Porto-Gonçalves (2005)

ao debate entre a questão da segurança e da soberania alimentar e popular, no sentido de fortalecer esta última.

Tudo isso acaba indo em contraposição ao modelo agrícola mundial, que no Brasil ganhou força a partir da década de 1990 com o Agronegócio (que deu nova roupagem às práticas da Revolução Verde da década de 1970); mas que representa desde então a tentativa do capital nacional e transnacional de dominação total do campo, no qual se passou a dominar não apenas um segmento da produção agrícola, mas uma extensa cadeia de produção dos mais variados bens de consumo.

Essa diversificação das atividades produtivas fazem com que uma ampla diversidade nas atividades produtivas, mas também faz com a dominação através do capital torne-se muitas vezes se faz imperceptível.

A Agroecologia, nesse contexto, traz a tona essas indagações, essa necessidade de transformação e efetivamente a promove, e por isso passaremos neste capítulo a buscar a compreensão de como as práticas agroecológicas vêm transformando os múltiplos territórios da RMC, como os atores sociais se relacionam e como se estabelecem os mercados camponeses.

### **3.1 – Agroecologia em debate: de onde para onde?**

Neste subitem nos propomos a pensar como o debate em torno da Agroecologia surgiu e como vem avançando frente aos processos de transformação constantes que no campo se apresentam.

Temos trazido até aqui a perspectiva de como o campo pode ser transformado a partir das práticas agroecológicas sem termos nos aprofundado neste debate, mas buscaremos agora debater esse aspecto, que na verdade é o fio condutor de todos os diálogos. Na tentativa de compreender a Agroecologia e o movimento agroecológico, a partir do questionamento “de onde veio e em direção este movimento tem sinalizado?”, assim como mostrar dentro do nosso recorte territorial – a RMC, como as práticas agroecológicas vêm crescendo e transformando o campo.

Apesar de serem múltiplas e estarem cada vez mais se intensificando devemos primeiramente identificar como foi iniciado. Historicamente o movimento agroecológico no campo, seja voltando às raízes do movimento ecológico na

agricultura, seja passando pelas conferências e decisões políticas por maior sustentabilidade no planeta, ou ainda pelo desenvolvimento rural sustentável,(ao qual temos severas críticas pela apropriação do capital da natureza e do próprio conceito de sustentabilidade); partiremos dos eventos que foram preliminares para o debate da sustentabilidade no planeta e seus desdobramentos no campo, com a inquietação acerca de um modelo agrícola mais racional, que colaborasse também para a preservação da biosfera, para depois nos aprofundarmos no que a Agroecologia vem representando atualmente no campo.

Sevilla Guzmán (1997) ressalta alguns dos mais importantes eventos nos quais o debate pelo uso mais racional dos recursos naturais com a finalidade de preservação das espécies e conseqüentemente do planeta foram debatidos. Desde os anos 1970, mais precisamente da Conferência de Estocolmo, os países participantes se deram conta da existência de um único mundo e de uma deteriorização ambiental única, que se transformou num primeiro aviso.

Entre os anos de 1972 e 1974 os Trabalhos do Clube de Roma chegaram à conclusão que seria impossível o crescimento infinito com recursos finitos e assim surgiram os primeiros relatórios oficiais sobre a deteriorização ambiental do planeta com fundamentação empírica.

Em 1980 o presidente estadunidense Carter, solicitou o Relatório Global 2000, que revelou que a sobrevivência humana no planeta estava ameaçada se o estilo de vida do Norte se estendesse aos países do Sul, e assim se realizou um primeiro diagnóstico sobre a deterioração ambiental da Biosfera. No entanto, somente com o Relatório Brundtland de 1987 da Comissão Mundial de Meio Ambiente e do Desenvolvimento, que foi criada uma definição oficial do conceito de Desenvolvimento Sustentável e com ele a primeira discussão do método para encarar a crise ecológica.

A Conferência ECO 92 realizada no Rio de Janeiro permitiu que o debate crescesse, criando a Carta da Terra (Agenda 21), a Carta Climática (Convênio Climático) e o Convênio da Biodiversidade, enquanto compromissos ambientais das nações de todo o mundo no sentido de proteger, recuperar, e preservar os recursos naturais do planeta para esta e para gerações futuras. Dessa conferência surgiu, portanto, um código de comportamento a ser seguido no século 21, de modo a se encarar as alterações do meio como conseqüência da mudança climática e a partir

disso atuar em relação à ocupação crescente pela espécie humana dos habitats de outras espécies.

A partir desses compromissos firmados na Conferência ECO 1992 e com a Agenda 21 assinada por 176 países, abriu-se a possibilidade de um consenso internacional sobre a necessidade de se implantar o desenvolvimento sustentável, debatendo a sustentabilidade do/no planeta. Assim a Agenda 21, tinha como intuito realizar práticas conscientes e ecológicas, que teve como foco o questionamento das formas de produção no campo, a preservação da diversidade das espécies, a crítica sobre o modelo de consumo, por exemplo.

No Brasil esse compromisso teve como desdobramento a criação da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 21 Nacional, que selecionou seis áreas temáticas que refletem a problemática sócio-ambiental do país, sendo uma delas a Agricultura Sustentável.

É no capítulo 14 da Agenda 21 intitulado “Promoção do Desenvolvimento Rural e Agrícola Sustentável da Agenda 21 Global” que conta com 12 itens que compõem o ideal para que se atinja a sustentabilidade no campo. São eles:

- (1) Revisão, planejamento e programação integrada da política agrícola, à luz do aspecto multifuncional da agricultura, em especial no que diz respeito à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável;
- (2) Obtenção da participação popular e promoção do desenvolvimento de recursos humanos para a agricultura sustentável;
- (3) Melhora da produção agrícola e dos sistemas de cultivo por meio da diversificação do emprego agrícola e não-agrícola e do desenvolvimento da infra-estrutura;
- (4) Utilização dos recursos terrestres: planejamento, informação e educação;
- (5) Conservação e reabilitação da terra;
- (6) Água para a produção sustentável de alimentos e o desenvolvimento rural sustentável;
- (7) Conservação e utilização sustentável dos recursos genéticos vegetais para a produção de alimentos e a agricultura sustentável;
- (8) Conservação e utilização sustentável dos recursos genéticos animais para a agricultura sustentável;
- (9) Manejo e controle integrado das pragas na agricultura;
- (10) Nutrição sustentável das plantas para aumento da produção alimentar;
- (11) Diversificação da energia rural para melhora da produtividade;
- (12) Avaliação dos efeitos da radiação ultravioleta decorrente da degradação da camada de ozônio estratosférico sobre as plantas e animais. (MMA, 1992)

A partir desses itens que compõem o ideal para se atingir a sustentabilidade, na Agenda 21 Brasileira (criada pelo MMA), ela passou a ser vista de forma ampliada e progressiva, onde preconiza a idéia da sustentabilidade permeando

todas as dimensões da vida: a econômica, a social, a territorial, a científica e tecnológica, a política e a cultural. Já a sustentabilidade progressiva significa que não se devem aguçar os conflitos a ponto de torná-los inegociáveis, e sim, fragmentá-los em fatias menos complexas, tornando-os administráveis no tempo e no espaço.

No entanto podemos vislumbrar que há um parcela de mito nesse compromisso global, já que em diferentes escalas na maioria das vezes, as metas não se aplicam, tornando-se utópicas, ou seja, os compromissos em relação à sustentabilidade no campo, passam obrigatoriamente por interesses econômicos, políticos e que em muitos casos torna-se um empecilho às práticas alternativas na agricultura ou até mesmo à ampliação do debate acerca dessa temática.

Um exemplo mais palpável disso é o modelo adotado para a produção agrícola, com ampla produção, que segundo Oliveira (2008) está baseada num modelo agroexportador e em gêneros produzidos em grande escala, com monocultivos, justificados pelas grandes parcelas de terras estão nas mãos de poucos empresários rurais. Ressaltando ainda que nesse modelo para os camponeses que produzem o alimento e garantem a segurança alimentar de grande parcela da população, sobram apenas pequenas porções de terras, com múltiplos cultivos, preservando os recursos naturais, com identidade com a terra, etc.

Nesse sentido o desafio (na esfera política, social e econômica) passa a ser assumir que os princípios e premissas que devem orientar a sua implementação são ainda experimentais e dependem, antes de tudo, de um processo social em que os atores tomem para si o debate gradativamente e sucessivamente acerca de novos consensos rumo ao futuro que se deseja sustentável.

Para o MMA (1992), somente de forma combinada que as dinâmicas do processo de construção social do desenvolvimento sustentável se tornam possível. São elas:

A dimensão ética, onde se destaca o reconhecimento de que no almejado equilíbrio ecológico está em jogo mais que um padrão duradouro de organização da sociedade; está em jogo a vida dos seres e da própria espécie humana (gerações futuras);[...]dimensão temporal, que determina a necessidade de planejar a longo prazo, rompendo com a lógica imediatista, e estabelece o princípio da precaução (adotado em várias convenções internacionais de que o Brasil é signatário e que tem, internamente, força de lei, com a ratificação pelo Congresso); [...] a dimensão social, que expressa o

consenso de que só uma sociedade sustentável - menos desigual e com pluralismo político - pode produzir o desenvolvimento sustentável; [...]a dimensão prática, que reconhece necessária a mudança de hábitos de produção de consumo e de comportamentos. (MMA, 1992)

Nesse sentido a base conceitual da Agenda 21 acaba por sintetizar a importância da construção de um programa de transição que contemple questões importantes como a redução da degradação do meio ambiente e ao mesmo tempo a pobreza e desigualdade, e deste modo contribua para a sustentabilidade progressiva.

Isso representa que para atingir a sustentabilidade não é necessário adiar decisões e ações vitais, mas legitimar formas que auxiliem as economias e a sociedades que permanecem em bases insustentáveis até que estas se emancipem e atinjam a sustentabilidade.

No sentido de sustentabilidade no campo a partir das práticas agrícolas, a Agroecologia tem se tornado um instrumento muito eficaz de transição frente às práticas insustentáveis, pois torna possível se atingir a sustentabilidade no campo, auxiliando nas questões econômicas e sociais.

Um exemplo, disso é a incorporação de grupos de camponeses em mercados específicos de produção agroecológica, como são as feiras, o MMOC, e ainda o PAA, como demonstramos no primeiro capítulo e que nos aprofundaremos nos próximos itens.

O MMA considera ainda que seja preciso romper o círculo vicioso da produção, que além de prejudicial ao meio ambiente, exclui dos benefícios que gera a grande parte da sociedade. Deste modo, considera que é preciso promover um círculo virtuoso em que a produção obedeça a critérios de conservação ambiental duradouros e de aperfeiçoamento progressivo nos padrões de distribuição de renda.

Neste sentido, para além de um posicionamento ideológico e político, é necessário reconsiderar aspectos econômicos e culturais, em que todos os aspectos que pressupõe a sustentabilidade de fato co-existam, ou seja, sendo a sustentabilidade um conceito sistêmico deve estar relacionado com a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana.

Estas iniciativas que o MMA se refere e que para consolidação e efetivação da Agenda 21 nos parecem fundamentais para que haja transformações no campo,

tem sido considerados e incorporados pelo capital no campo no sentido de que se cria dentro da idéia de “desenvolvimento” a perspectiva de desenvolvimento rural, e do desenvolvimento rural sustentável, se apropriando das práticas e saberes tradicionais.

Isso acaba criando um discurso muitas vezes vazios e que ganham grandes dimensões, pois se tornam chamariz para alguns grupos que visam nessas práticas politicamente e ambientalmente corretas apenas agregar valor, levando o debate todo apenas por características econômicas, descaracterizando o debate que a ECO 1992 e a Agenda 21 Brasileira se propuseram.

Para Graziano da Silva (1997) a questão do desenvolvimento rural sustentável, reafirma que a maior importância do movimento para uma agricultura sustentável não está na produção da produção, mas na produção da consciência.

De fato não se pode ignorar que para a produção de alimentos mais saudáveis é muito interessante, no que tange a preservação e conservação dos recursos naturais; a retomada de práticas tradicionais, respeitando o tempo histórico, para que os camponeses não sejam excluídos do processo produtivo, e assim a produção da consciência traz a tona a necessidade de ampliação do debate, da vontade política e da sociedade.

Para muitos camponeses a mudança de matriz produtiva representa necessariamente a retomada das tradições, unidas às práticas econômicas, que tem fortalecido um debate político-ambiental. Deste modo para que as ações humanas passem a ser sustentável tem que ter em vista quatro requisitos básicos: ser ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente aceito, conforme proposto na Agenda 21 a partir da discussão da sustentabilidade.

E a partir do debate pela sustentabilidade, passou-se a pensar em alternativas para o campo que atendessem as diretrizes da Agenda 21, e na década que se seguiu, inúmeras tentativas de dialogar e criar ações que efetivamente promovessem as práticas sustentáveis no campo culminaram em normativas e decretos que incentivaram por exemplo, a produção orgânica.

Para Sevilla Guzmán (1997) essas são orientações teóricas que visam a sustentabilidade na agricultura que no campo prático têm um enfrentamento entre o pensamento científico convencional e pensamento alternativo. Para os países desenvolvidos a inserção de práticas visando um desenvolvimento sustentável, e que promova atividades econômicas de natureza ambiental, teria seu potencial de

crescimento refletidos nos conteúdos de sustentabilidade e não de exploração dos demais países. De outro lado, para os países em desenvolvimento esses esquemas de incorporação de processos sustentáveis representam a realização de processos de crescimento econômico nos locais onde as necessidades básicas não são satisfeitas, mas promovendo os valores que alimentam níveis de consumo dentro dos limites ecologicamente aceitáveis.

Assim, passamos a perceber como a sustentabilidade passa a ser incorporada pelos discursos, do governo, dos movimentos sociais, das instituições e corporações transnacionais, e da sociedade de modo geral. Essa incorporação nos discursos e a ampliação das práticas ecológicas, por exemplo, tendem a criar novos mercados, reafirmando as potencialidades do capital no campo, causando uma mercantilização do conceito, práticas e saberes tradicionais.

Para Almeida (1997), o debate sobre a sustentabilidade só foi de fato iniciado em função da finitude dos recursos naturais e das injustiças sociais provocadas pelo modelo de desenvolvimento vigente na maioria dos países, já que o conceito de desenvolvimento sustentável parece dar a idéia de uma busca de integração sistêmica entre diferentes níveis da vida social, e deste modo um certo equilíbrio entre a exploração dos recursos naturais, o desenvolvimento tecnológico e uma mudança social.

No entanto, os valores que norteiam este debate em relação aos atores e agentes e seus parâmetros valorativos e políticos dificultam ainda mais a discussão, já que acaba havendo uma disputa e um questionamento maior que “de sustentar o quê, para quem e como?”, no sentido de saber qual o melhor caminho a ser seguido. Almeida (1997) ainda ressalta:

Sem querer simplificar o debate sobre este importante tema, a discussão sobre o desenvolvimento sustentável hoje está polarizada entre duas concepções principais: de um lado, o conceito/idéia como sendo gestado dentro da esfera da economia, sendo com essa referência que é pensado o social. Incorpora-se, deste modo, a natureza à cadeia de produção (a natureza passa a ser um bem de capital); de outro, uma idéia desmesurada da esfera econômica, indo para além da visão instrumental, restrita, que a economia impõe à idéia/conceito. (ALMEIDA, 1997, p.43)

Nesse sentido, um dos primeiros e importantes aspectos para se abordar a sustentabilidade na agricultura é debater quem são os atores sociais, assim como

repensar espaços para a produção sustentável de alimentos. Alguns dos objetivos e tecnologias que consideramos relevantes são as tecnologias de produção limpa, o desenvolvimento sustentável, a qualidade de vida, a geração de renda, a valorização da produção, a valoração dos recursos naturais, a educação socioambiental, o mercado justo, a soberania alimentar, assim como o consumo responsável.

Para Sevilla Guzmán (2001) a inserção de contextos sustentáveis na agricultura necessitam reflexões no sentido de que:

[...]as novas estratégias de ação, orientadas para a construção de contextos de sustentabilidade, devem garantir o incremento da biodiversidade cultural, minimizando, ao mesmo tempo, as dependências às quais os etnoecossistemas estão submetidos. No que diz respeito às formas de relação com recursos naturais, estas devem atender não somente a utilização dos mesmos, mas também a sua conservação, empregando, para isto, tecnologias respeitosas para com o meio ambiente. Ademais, as intervenções externas devem garantir a abertura de espaços na administração que permitam a efetiva participação dos atores locais. (SEVILLA GUZMÁN, 2001, p.43)

Assim, a Agroecologia colabora para essas reflexões que são elencadas, contudo com um enfoque científico. Para Sevilla Guzmán (2001):

[...] a Agroecologia, com este enfoque científico que promove o desenvolvimento rural sustentável<sup>48</sup>, está assentada na busca e identificação do local e sua identidade para, a partir daí, recriar a heterogeneidade do meio rural, através de diferentes formas de ação social coletiva de caráter participativo. (SEVILLA GUZMÁN, 2001, p.43)

Evidenciando o que Sevilla Guzmán nos indica como diferentes formas de ação social coletiva de caráter participativo, para pensarmos a sustentabilidade no campo; se agrega a estas premissas (econômico, ambiental, social e cultural) que pressupõe o conceito sistêmico de sustentabilidade, um quinto elemento que é o “politicamente debatido”.

---

<sup>48</sup> Embora a idéia de desenvolvimento rural sustentável traga uma nova roupagem a idéia do desenvolvimento rural, a apropriação da idéia de sustentabilidade acaba por mercantilizar o conceito, criar certo modismo, e incorpora enquanto mercadoria a agregação de valor (politicamente correto). Essas práticas ficam muito perceptíveis quando vislumbramos as práticas orgânicas na agricultura sem que haja um debate político, ambiental, social e econômico.

A partir de todo este debate que compreendemos que é fundamental inserirmos o conceito de território, passando a ser o estruturador de uma real sustentabilidade na agricultura, que temos observado através das práticas agroecológicas, principalmente quando a pensamos a partir da dimensão da identidade.

O território<sup>49</sup> nos serviria então para evidenciar os conflitos sociais e as relações de poder de forma espacializada, no âmbito de atuação das organizações sociais e das instituições que representam a ideologia hegemônica, correspondendo assim ao estabelecimento de uma territorialidade, com o fortalecimento, o resgate ou construção de uma identidade caracterizada pela cultura, a economia, o social e o político, que promova um sentimento identitário que permite que o indivíduo se sinta como membro pleno de uma coletividade.

Esta promoção do sentimento de identidade articulado com a realização de ações coletivas, segundo os camponeses vinculado à AOPA e ao Contestado, acaba por gerar a necessidade de autonomia, que vinculado ao ideal de sustentabilidade tornar-se-ia elemento fundante para reduzir desigualdades e promover liberdade, numa intensa prática de discussão livre e coletiva do que representa o viver em sociedade.

Mais especificamente abordando a idéia de promoção de liberdade para os camponeses incorporarem ou definirem suas formas de produzir no sentido do que as práticas sustentáveis representam no campo brasileiro, esta identidade e autonomia<sup>50</sup> se materializariam através da produção de alimentos saudáveis, livres de insumos químicos e acessíveis à maior parcela possível da população.

Essa materialização da autonomia, vista a partir da produção sadia de alimentos, promove um intenso debate acerca das questões relacionadas com a segurança e soberania alimentar conforme abordamos no segundo capítulo. A primeira no sentido de assegurar alimento a toda a população em quantidade suficiente, e o segundo sendo apenas possível a partir de um debate ampliado sobre as estratégias de produção, levando-se em consideração as esferas políticas, ambiental, social, cultural, etc., e a autonomia sobre a produção bem como sobre o modo de vida.

---

<sup>49</sup> Sobre o conceito de território ver em Andrade(1996), Foucault(1984), Haesbaert(2004), Souza(2004), Santos(1996), Silva(1996), Raffestin(1993).

<sup>50</sup> Sobre o debate da autonomia no campo ver Carvalho (2002), Ceceña(2008), García Guerreiro(2008), Giarracca(2008), Gipi Fernandez(2008), Via Campesina(2009).

Portanto, afirmar que a Agroecologia é apenas a produção de alimentos sem insumos artificiais se torna absurdamente equivocada, pois deixa de levar em consideração na maioria dos casos, um enfrentamento ideológico que vai de embate ao modelo agrícola, onde o convencional hoje é majoritário, evidenciado pelo agronegócio, sobretudo, marcado pela monocultura em áreas imensas, mas também à existência de um agronegócio de agricultura orgânica extensiva, em muitos casos para exportação, com um mercado paralelo de certificações que contestaremos mais adiante.

Para Altieri (1998), a Agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais aprofundada dos agrossistemas e de seus princípios, se tornando uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos numa nova abordagem sobre a compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e sobre as sociedades. Assim:

“Na Agroecologia, a preservação e ampliação da biodiversidade dos agrossistemas é o primeiro princípio utilizado para produzir auto-regulação e sustentabilidade.[...] Porém restaurar a saúde ecológica de um agrossistema não é o único objetivo da Agroecologia, já que a sustentabilidade não é possível sem a preservação da diversidade cultural que nutre as agriculturas locais.[...]O conhecimento do camponês sobre os ecossistemas geralmente resulta em estratégias produtivas multidimensionais de uso da terra, que criam, dentro de certos limites ecológicos e técnicos, a auto-suficiência alimentar da comunidades em determinadas regiões.”(ALTIERI, 1998, p. 24-26)

Caporal e Costabeber (2004) compartilham com Altieri(1998) a idéia de que a agricultura com enfoque ecológico, ou a Agroecologia grossamente falando, não se atem somente aos aspectos ecológicos, mas se remete a uma reorganização preocupada com os processos produtivos. Nesse sentido muito mais amplamente que um conjunto de conhecimentos, ela deve contribuir para a realização de análises críticas para a reconfiguração de manejos adequados dos agroecossistemas, pensando então no viés da sustentabilidade<sup>51</sup>. Assim, considera

---

<sup>51</sup> O conceito de sustentabilidade embora muitas vezes “mercantilizado”, ou incorporado ao discurso com a finalidade de se estabelecer relação e assim agregar valor, está presente no debate da produção agroecológica pois para além de uma matriz limpa no sentido da produção estar em conformidade ambiental sem utilização de insumos artificiais, leva também em consideração os

que a Agroecologia vai além, mas para chegar ao estágio que temos observado e que deve evoluir muito nos próximos anos, outras formas de agricultura alternativas, figuravam no debate acerca de modelos de produção.

Portanto para compreendermos de onde vem e para onde vai o movimento agroecológico, precisamos compreender além das práticas já consolidadas outras técnicas de agricultura ecológica/alternativa que

As principais formas de agricultura ecológica ou agricultura alternativa, hoje são utilizadas como técnicas agrícolas, que complementadas com práticas sustentáveis, respeito à cultura, autonomia, política e mercados, podem ser observadas numa intencionalidade agroecológica. Segundo Darolt (2004), antecederam à Agroecologia outras formas de agricultura ecológica/alternativa, que hoje são compreendidas como técnicas que foram incorporadas à Agroecologia, mas que antecedem o movimento agroecológicos. São elas, a agricultura biodinâmica, a agricultura orgânica, a agricultura natural e a permacultura.

A agricultura biodinâmica, teve seu início na década de 1920 com um ciclo de 8 palestras na Polônia, pelo filósofo Rudolf Steiner. De acordo com esta corrente, a saúde do solo, das plantas e dos animais dependem da sua conexão com as forças de origem cósmica da natureza. Na agricultura biodinâmica encontramos alguns preparados a base de esterco, de sílica e de plantas medicinais que são utilizados de maneira semelhante à homeopatia.

O conceito de agricultura orgânica surge com o inglês Sir Albert Howard entre os anos de 1925 e 1930 em que trabalhou e pesquisou o tipo de agricultura praticada pelos camponeses na Índia. Howard ressaltava a importância da utilização da matéria orgânica e da manutenção biológica do solo. Resumidamente, agricultura orgânica é o sistema de produção que exclui o uso de fertilizantes sintéticos de alta solubilidade, agrotóxicos, reguladores de crescimento e aditivos para a alimentação animal, produzidos sinteticamente. Baseia-se no uso de esterco animal, rotação de culturas, adubação verde, compostagem e controle biológico de pragas e doenças

A agricultura natural foi pensada por Mokiti Okada (1882-1955), fundador da religião que originou a Igreja Messiânica, que propôs em 1935 um sistema da produção agrícola que tomasse a natureza como modelo - agricultura orgânica, em

---

debates promovidos acerca das inúmeras conferências e fóruns que visam ampliar as práticas e o debate ecológico.

que o solo se torna mais fértil pela ação benéfica dos microorganismos (bactérias, fungos) que decompõem a matéria orgânica liberando nutrientes para as plantas.

Já a permeacultura surgiu em 1975 com Bill Mollinson e nesta corrente se procura praticar uma agricultura da forma mais integrada possível com o ambiente natural, imitando a composição espacial das plantas encontradas nas matas e florestas naturais. Envolve plantas semi-permanentes (mandioca, bananeira) e permanentes (árvores frutíferas, madeiras, etc.), incluindo a atividade produtiva de animais. Trata-se, pois, de um sistema "agrosilvopastoril" que considera os aspectos paisagísticos e energéticos, na elaboração e manutenção destes policultivos (diversas culturas convivendo no mesmo espaço) - agrossilvicultura.

Gliessman (2005) ressalta que no século XX, a ecologia ocupava-se do estudo de sistemas naturais, enquanto a Agronomia tratava de aplicar métodos de investigação científica na agricultura, e que a primeira tentativa de um cruzamento fértil entre Ecologia e agronomia foi no final da década de 1920. Na década de 1930, os ecologistas propuseram o termo Agroecologia, como ecologia aplicada à agricultura, mas que em seguida foi deixada para os agrônomos. No entanto no final dos anos 50, o amadurecimento do conceito de ecossistema deflagrou um renovado interesse na ecologia de cultivos, que foi denominada "ecologia agrícola".

Ainda segundo Gliessman (2005), ao longo dos anos 60 e 70, o interesse em aplicar a ecologia à agricultura se intensificou, sobretudo com estudos de ecologia de populações e comunidades, numa crescente influência de uma consciência ambiental. Mas foi na década de 1970, que agrônomos e ecologistas conseguiram perceber a legitimidade, cada qual da sua ciência, no manejo de agroecossistemas ecologicamente fundamentados.

Na década de 1980 e 1990, a influência da Agroecologia contribuiu para a incorporação do conceito de sustentabilidade na agricultura, como uma forma de responder ao modelo de desenvolvimento no campo proposto pela Revolução Verde. Assim, Gliessman (2005) ressalta:

Hoje, a agroecologia continua a fazer conexão entre as fronteiras estabelecidas. Por um lado, a agroecologia é o estudo de processos econômicos e de agrossistemas, por outro, é um agente para mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham a necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável. (GLIESSMAN, 2005 - p.56)

Para Caporal e Costabeber (2004), há uma grande dificuldade de interpretação sobre as transformações no campo, quando se inclui o conceito de sustentabilidade, sobretudo a partir das práticas agroecológicas:

Há uma confusão na interpretação conceitual. A Agroecologia não é uma única técnica, por isso não constitui mercado específico, mas sim agrega formas de produzir e ofertar produtos agrícolas 'limpos' ou ecológicos, em oposição ao pacote da Revolução Verde. Diversas interpretações vinculam a Agroecologia com 'uma vida mais saudável', 'uma produção agrícola dentro de uma lógica em que a natureza mostra o caminho', 'uma agricultura socialmente justa', 'o ato de trabalhar no meio ambiente preservando-o', 'o equilíbrio entre nutrientes, solo, planta e animais', um 'novo equilíbrio nas relações homem-natureza', quando na verdade a Agroecologia é a junção de todos estes aspectos. (CAPORAL & COSTABEBER, 2004, p.6)

Essas confusões, geram o que Almeida (2002) considera uma generalização da proposta da Agroecologia, como técnica ou como política no discurso e na prática agroecológica, como por exemplo, a necessidade de se esclarecer a compreensão das tradicionais ferramentas de trabalho agroecológico, bem como a experimentação, a demonstração, a formação, a capacitação, a assessoria e o acompanhamento, no sentido que assim haveria uma maior facilidade de delimitar responsabilidades, e traçar metas explícitas.

Esta dificuldade em delimitar responsabilidades e traçar metas surge do que Altieri (1997) considera "opções neoliberais" feitas em diversos níveis pelos governos latino-americanos. Estes criaram novas condições nas economias regionais, que mudaram o setor agrário, que acarretou um empobrecimento das populações rurais tentando posteriormente, combater a miséria no setor rural, e de recuperar os recursos básicos das pequenas propriedades.

Evidentemente, a necessidade de combater a pobreza acarretou o aparecimento de diversas ONG's, políticas públicas, institutos governamentais, buscando estratégias de novos tipos de desenvolvimento agrícola e de gerenciamento de recursos com base na participação local, em que as técnicas proporcionassem produtividade, ao mesmo tempo em que se conservassem os recursos de base.

A partir dessa necessidade de se combater a pobreza rural, bem como o aparecimento de instituições buscando estratégias para o desenvolvimento agrícola, que a Agroecologia tomou força. Iniciando com pequenos grupos de agricultores que

ansiavam por deixar a agricultura convencional utilizadora de insumos químicos. Deste modo adotariam um modelo de base ecológica, já que dentro da matriz convencional, controlada por multinacionais, onde não haveria espaço para estes, e assim os camponeses tenderiam a desaparecer ou a se recriar.

Alguns elementos fundamentais para o debate como a reconstrução do espaço agrário e da mudança de matriz são abordados por Guterres (2006)

[...] a partir das práticas agroecológicas, que vão de encontro às discussões da Via Campesina, nos trariam a compreensão de que para efetivar a mudança de matriz é necessária a adesão de comunidades inteiras de forma conjunta, recuperando e manejando o solo, livrando-se dos insumos artificiais, diversificando a produção (para escapar da monocultura), produzindo para o auto-consumo familiar, controlando as sementes e mudas, tendo sempre disponibilidade de água, com matas e pomares para que haja o equilíbrio ecológico, com o domínio de conhecimentos básicos e a construção da própria infra-estrutura [...] (GUTERRES,2006, p.25)

Com essa eminente necessidade de buscar um modelo ecológico e da questão da apropriação capitalista das técnicas, dos saberes e do conceito de sustentabilidade, é que a Agroecologia se torna um crescente debate, onde as práticas são aderidas pelos produtores.

No entanto, o que se observa crescentemente no campo, são grupos de produtores que vem se organizando fortalecendo o debate econômico sobre a produção ecológica, sem uma discussão ampla e política da utilização de recursos, mas apenas da mercantilização dos produtos, visando lucro, com produção de monocultivos ecológicos, que se acabam por se caracterizar num *AgroEcoNegócio*.

Uma perspectiva interessante para análise é a forma que os agricultores, retomando os saberes tradicionais a partir da inserção da Agroecologia, passam a criar um nicho de mercado para produtos ecológicos, sem uma das perspectivas de discussão que é a perspectiva política.

Isso acaba levando o debate apenas pelo viés das práticas agrônômicas e econômico onde a agregação de valor e nichos de mercado são as premissas, e devido à apropriação do discurso da sustentabilidade há uma nova perspectiva de mercados e de consumo.

De certo modo, a Agroecologia passou a ser vista como uma agricultura alternativa, tanto pela proposição de enfrentamento que abrange a questão política e ecológica, como também econômica. No entanto essa agricultura alternativa, que na

verdade antecedia à Revolução Verde (no momento atual a Agroecologia tornou-se, apesar da ampliação do debate, uma revisita às formas de agricultura alternativas com inserção de técnicas aos saberes camponeses tradicionais), tinha a formulação de um contra-movimento aos domínios da lógica industrial de produção, evidenciada por Bradenburg (2002).

O quadro a seguir nos remete justamente a esta comparação entre interesses, que nos permite ter uma melhor dimensão deste movimento contra-hegemônico no campo.

**QUADRO 2 - Diferenças entre os modelos de agricultura segundo Enio Guterres**

<b>Os dois modelos de produção:</b>	<b>Agricultura Imperialista dos transgênicos, convencional</b>	<b>Agricultura Popular, agroecológica</b>
<b>Quem se beneficia nesse modelo?</b>	As multinacionais e latifundiários	Os pequenos e médios agricultores
<b>Quem controla as sementes?</b>	São patenteadas	São os agricultores que as produzem há dezenas e centenas de anos
<b>Como controlar as pragas e doenças?</b>	Usando inicialmente pouco veneno e aumentando conforme aumentar a resistência das pragas	Equilibrando e nutrindo o solo, produzindo de modo racional
<b>Qual o tipo do cultivo predominante?</b>	Monocultura	Policultura
<b>Qual a forma de adubação do solo?</b>	Adubos e fertilizantes químicos	Adubos orgânicos para o solo e não pra a planta
<b>Quem controla esse modelo?</b>	Multinacionais da biotecnologia e da agroquímica	Os pequenos e médios agricultores com suas cooperativas e associações
<b>E a produtividade é maior?</b>	Sua justificativa é a 'alta eficiência e produtividade', no entanto se comparada a quantidade obtida em emprego total; tem escassos níveis de produtividade	As pequenas produtividades que adotam a diversidade biológica têm um rendimento muito maior em termos de utilização eficiente de recursos e de maior produção por hectare.
<b>Qual é o custo da produção neste modelo?</b>	Custos elevados, pois depende de uma grande quantidade de insumos externos importados	Baixo custo pois não depende de insumos externos e é possível produzir de tudo.
<b>O que ocorre neste modelo com o meio ambiente?</b>	Contaminação das variedades crioulas pela transgenia, contaminação do solo e águas subterrâneas, aparecimento de pragas e doenças.	Um meio ambiente equilibrado que diminui a incidência de pragas e de doenças

Fonte: Adaptado de Guterres (2006, p.76)

Contudo, o que se evidencia de modo geral, não é um movimento de discussão e de mudança de matriz, mas a inserção lenta do debate tanto no âmbito dos movimentos sociais do campo (apesar da discussão sobre o tema ser efervescente), e dos pequenos agricultores, sobre a forma de produzir, a

quantidade, as técnicas dentro desta perspectiva ecológica, com a retomada das técnicas e saberes camponeses herdados ao longo dos anos, e transmitidos de geração para geração.

Na Agroecologia a agricultura é vista como um sistema vivo e complexo, inserida na natureza rica em diversidade, vários tipos de plantas, animais, microorganismos, minerais e infinitas formas de relação entre estes e outros habitantes do planeta Terra. Assim, compreendemos a Agroecologia como um conjunto de princípios e técnicas que visam reduzir a dependência de energia externa e o impacto ambiental da atividade agrícola, produzindo alimentos mais saudáveis e valorizando o homem do campo, sua família, seu trabalho e sua cultura.

No entanto para Graziano da Silva (1997), essas agriculturas não poderiam ser vistas como movimento social, muito menos como paradigma de modificação ou reestruturação econômica, social e ecológica da agricultura industrial, evidenciando ainda que primeiramente além de uma discussão sobre se a transição é possível e se realmente se dará, é necessário se debater as técnicas, e que sobretudo, não devem ser deixadas de lado as discussões sobre o tipo de desenvolvimento econômico que se quer para pensar que técnicas e tecnologias são as mais adequadas.

Este tipo de resistência, também está presente no campo. No caso, por exemplo, do Assentamento Contestado existe certo estranhamento às práticas agroecológicas por parte de um grupo de assentados, que não conseguem perceber que a transição de modelos, embora lentamente trará resultados como a melhoria da qualidade de vida, assim como preservação dos recursos naturais, ou ainda na esfera econômica a possível agregação de valor.

Em contraponto, existem os grupos como os associados da AOPA e os assentados do Grupo Terra Livre que pensam que as práticas agroecológicas são uma forma de resistência ao modelo vigente, pois há um enfrentamento à agronegócio e aos monocultivos, e ainda a nova faceta do agronegócio.

Essa nova faceta do agronegócio vem se apropriando do discurso da sustentabilidade, para produzir alimentos orgânicos, com certificações e selos (que estão cada vez com mais propostas), que com a apropriação do capital que cria nichos de produção e comercialização, mas que não os assegura a toda população. Desta forma pela lógica capitalista apenas sua reprodução justifica sua presença, ou seja, expropriação, agregação de valor e lucro.

A apropriação do discurso da sustentabilidade cria mercados muito específicos, e, sobretudo a agregação de valor. A agricultura orgânica extensiva mostra a capacidade do agronegócio de se configurar como produtor de alimentos saudáveis e, de captar mão de obra distribuindo em grandes redes, atingindo apenas uma pequena parcela da população que tem acesso aos produtos orgânicos (que é apenas uma das formas de se produzir agroecologicamente), em função do valor agregado que resulta em um preço acima de suas possibilidades.

Para Roberto Baggio, dirigente estadual do MST no Estado do Paraná, embora venha se instalando uma premissa muito fortalecida acerca da agregação de valor para a produção agrícola ecológica, não é possível esquecer que isso acontece porque não existe a possibilidade de um isolamento do modo de vida camponês dentro da lógica capitalista, embora sejam criadas alternativas de resistência e luta. Assim considera que:

A comunidade precisa se relacionar com o Estado, é impossível hoje no mundo globalizado, internacionalizado você constituir pequenas ilhas, não sobrevive. Então as comunidades têm que se relacionar com o Estado e com as forças econômicas ao longo da vida. Não tem como eu levantar um muro aqui para não ser influenciado com as idéias do neoliberalismo. Então de certa forma o desafio é: como que essas comunidades vão resistir a essa ofensiva? Nessa resistência não se deixar contaminar, sem se fragilizar. A gente se contamina a medida que adota do padrão dele [agronegócio], o pacote dele, então como que vai resistindo? Vai acumulando, vai estabelecendo relação com os vizinhos, com as comunidades, vai identificando apoios, pode-se buscar apoios do estado de políticas públicas, para ir somando essa perspectiva e ir ampliando forças até alterar o cenário. Então num mundo globalizado temos que estabelecer relações permanentes, de dialogo, de relações políticas, de cooperação, de enfrentamento, de negociações etc.[...] De certa forma acho o movimento camponês, os movimentos sociais acumularam porque vêm numa trajetória de luta social de batalha, de formação, então há um crescimento político e de certa forma o que talvez seja mais rico até mesmo do que o que de Agroecologia nos espaços são propostas construídas a partir das comunidades camponesas. Não é o Estado que vá lá e fala faça isso. É um acontecimento há uma maturação, há um conhecimento científico apropriado na pratica da agroecologia então essa é fortaleza do processo. São iniciativas como essas vão ajudando a acumular, a ganhar força para ir crescendo se fortalecendo para daí até uma perspectiva futura construir um projeto diferenciado que implica daí mudar a sociedade capitalista atual. (Depoimento de Roberto Baggio – Dirigente do MST no Estado do Paraná – Entrevista cedida durante a 8ª Jornada de Agroecologia em Maio de 2009 – Francisco Beltrão/PR)

Assim, instigados pelas mudanças provocadas pelas práticas agroecológicas, buscaremos analisar suas perspectivas, a partir de nossos objetos de análise e do nosso recorte territorial.

No que tange este movimento camponês contrário ao modelo hegemônico, acerca de um possível paradigma de transformação do campo, debateremos nos próximos itens, levando em consideração, sobretudo, a organização dos atores sociais que estamos investigando no nosso recorte territorial (RMC).

### **3.1.1 – Territorialidades camponesas na RMC – camponeses tradicionais, neo-rurais e sem-terras**

Passaremos aqui a buscar compreender os camponeses embora haja inúmeras tentativas de “extinguí-lo” resistem e se recriam nas diferenças , e não se deixam engessar , nem mesmo ao conceito de campesinato em gavetas do conhecimento, tamanha é sua diversidade.

Neste sentido, Bogo (2008) afirma que é contraditório afirmar “cultura camponesa”, no caso brasileiro, sobretudo por se tratar de um país muito diverso, o que implica em que também são diversas as origens. Assim afirma:

[...] Não há “uma única cultura camponesa”- cada grupo social com essa origem, que habita o meio rural, dependendo da localização, etnia, forma organizativa, religião etc. se apresenta, no todo ou em parte, diferencialmente [...] os camponeses não constituem uma sociedade à parte, uma classe arredia ou um modo de produção próprio; geralmente são vítimas das inovações e das transformações que mexem com seu modo de produzir a existência. Eles fazem parte do mesmo modo de produção em vigor e buscam, por meio das formas variadas de produção, maneiras de resistirem às transformações que mexem com seu modo de produzir a existência. Eles fazem parte do mesmo modo de produção em vigor e buscam, por meio das formas variadas de produção, maneiras de resistirem às transformações forçadas por elementos externos que são cada vez mais violentos, principalmente nos lugares em que o capital tem maiores interesses de ampliar sua concentração [...] (BOGO, 2008, p-91)

Assim, o camponês passa a criar alternativas e a tomar consciência acerca do modelo político e agrícola, e passa a resgatar saberes tradicionais e técnicas. Deste

modo a Agroecologia é fundamental no sentido que surge como perspectiva para o camponês se reproduzir socialmente e ainda ter um enfrentamento ao capital. Isso vai para além da perspectiva da produção, pois se insere o debate político sobre a possibilidade de mudança com respeito ao modo de vida camponês, para compreendermos como se consolida sua reprodução social.

Contudo, as práticas agroecológicas, que são instrumentos de transformação, além de criar soberania, criam também autonomia: sobre os meios de produção, sobre o modo de vida camponês e ainda através da comercialização, sobre a consolidação de mercados camponeses, com o qual tivemos um primeiro contato no capítulo 1 e vamos retomar a discussão ainda neste capítulo.

Para Bogo(2008), essas questões estão intrinsecamente relacionadas ao modo de viver e a identidade camponesa já que essa parcela da população desde sua origem foi mais do que uma categoria ou classe, mas que sua autonomia e cultura estruturada em torno do trabalho traz em si pela própria natureza a radicalidade da luta porque lida com a radicalidade da vida.

E é essa radicalidade da vida camponesa, com autonomia, luta, enfrentamento, alternativas, emancipação social do seu modo de viver, experimentar e transformar o campo que estamos no referindo, para pensarmos um campo vivo no qual apesar do capital se sobressair através do seu poder econômico e ideológico, se possam experimentar outras formas de se reproduzir socialmente.

Quando falamos das territorialidades camponesas destacando os diferentes grupos que encontramos na RMC, estamos lembrando o que já era evidenciado em Shanin (1979) existem diferentes graus de camponesidade, ou partindo do conceito de território podemos utilizar como referência Porto-Gonçalves (2006) no sentido de compreender que os territórios são singulares, portanto se configuram múltiplas territorialidades a partir da heterogeneidade de atores sociais.

E é através desta busca por alternativas e formas diferenciadas de se reproduzirem socialmente que identificamos ainda na Introdução do nosso trabalho a existência de diferentes territorialidades camponesas (os faxinalenses, neo-rurais, sem-terra, camponeses tradicionais, etc.) no Estado do Paraná.

Essas múltiplas territorialidades são possíveis de serem analisadas quando percebemos que os grupos se organizam a partir da sua forma de se identificar com a terra, de se relacionar com seus pares, sua forma de produzir e se reproduzir socialmente.

Nesse sentido, Karam (2004) identificou na RMC no início da década de 2000, a existência de dois grupos de camponeses, que em sua tese identificou os agricultores orgânicos como agricultores tradicionais e agricultores neo-rurais; organizando-os/agrupando-os da seguinte forma:

**QUADRO 3 – Tipologia dos agricultores orgânicos identificados na RMC**

<b>Agricultor(a) tradicional</b>	<b>Agricultor(a) neo-rural</b>
<p>Aquele que tem uma trajetória de vida que se reproduz material, social e culturalmente no meio rural. A maior parte é descendente de imigrantes europeus, do final do século XIX. São agricultores, heterogêneos como segmento social, especialmente no que diz respeito ao grau de integração na economia de mercado, há desde o produtor de subsistência até o empresário rural, com a produção voltada às demandas do mercado.</p>	<p>É uma noção em processo de construção. Considera-se que é o agricultor que “por uma livre escolha, bem precisa e particular, decide não mais morar na cidade e não mais trabalhar em profissões urbanas, resolvendo se mudar para o campo e trabalhar na agricultura ou na criação de animais”. O “neo-ruralismo” é um conceito que surgiu na França, no final dos anos 60, como um movimento de contracultura. No Brasil, suas dimensões são ainda pouco conhecidas.</p>

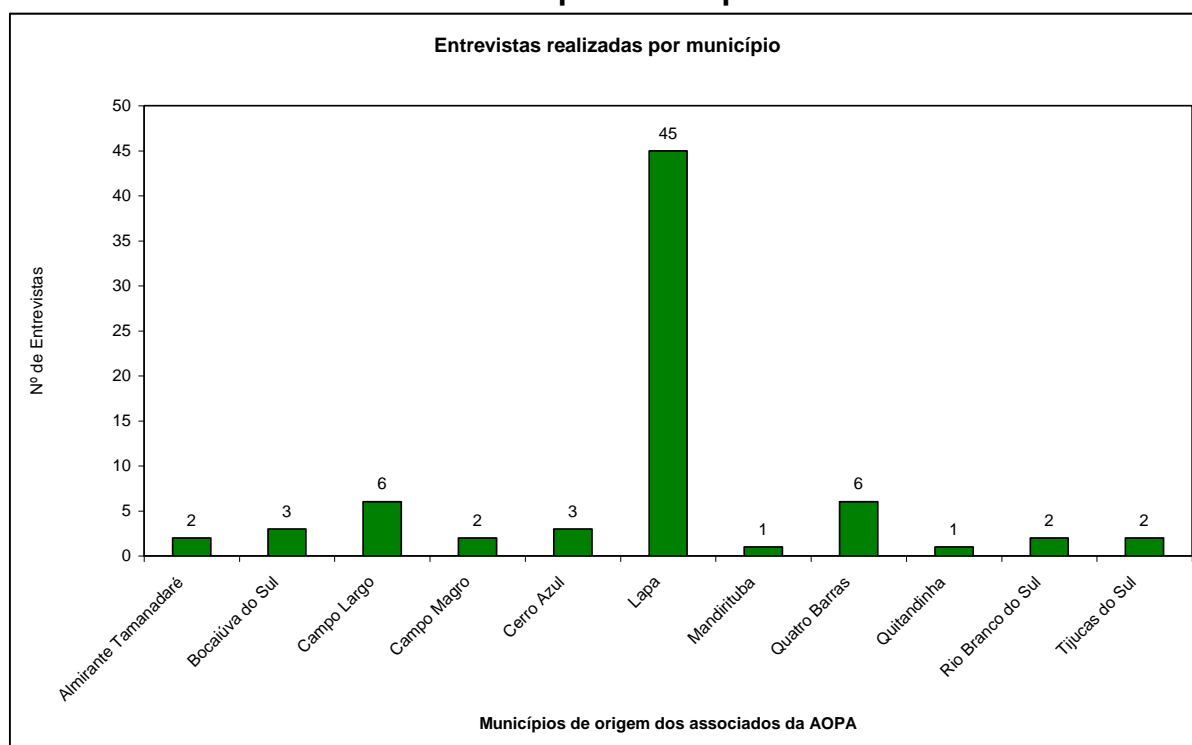
Fonte: KARAM (2004).

A classificação de Karam (2004) é extremamente relevante por identificar nos camponeses associados à AOPA diferenças que ajudam a compreender a multiplicidade de realidades.

No entanto, consideramos que na RMC merece ainda destaque um terceiro grupo; os sem-terra do Assentamento Contestado, acampados a partir de 1999 e assentados na década de 2000, que apresentam outras particularidades (a luta pela terra, a resistência camponesa, a mobilização e formação política merecem destaque); e que não foram utilizados nas duas classificações de Karam (2004), provavelmente pelo fato do assentamento ter sido instaurado posteriormente a sua pesquisa e sua associação à AOPA.

Em nossa pesquisa, tivemos oportunidade de revisitar esses dados. Partimos das entrevistas realizadas com os associados, em feiras, no MMOC, no assentamento, na ELAA, e na entrega da produção para o PAA. Os entrevistados não foram necessariamente escolhidos, mas foram conforme nos aproximamos desses mercados e da associação nos envolvendo com suas histórias, bem como com a disponibilidade em nos apresentar suas vidas e sua produção, sendo ouvidos e entrevistados.

## GRÁFICO 2 – Entrevistas realizadas por município



Organização: Alessandra Silva de Souza.

Os dados do gráfico 3, destaca as entrevistas realizadas nos diferentes município, dos quais se evidenciam Lapa, Campo Largo e Quatro Barras, por serem municípios onde há feiras organizadas e aos quais também deslocam a produção para outros, e que tivemos oportunidade de entrevistar mais camponeses. Vale ainda ressaltar que as entrevistas, em 80% dos casos, foram realizadas nas feiras e no MMOC.

Apesar de termos sistematizado os dados de diferentes modos, parte desta observação e diálogo pode ser observada no Quadro 4, onde procuramos tabular em % as informações coletadas em campo.

**QUADRO 4 - Origem e organização camponesa na RMC – o caso AOPA/Contestado**

	(em%)	Tradicional	Neo-rural	Sem-Terra
<b>Nº integrantes na família</b>	0-5 integrantes	80	94	68
	5 a 10 integrantes	15	6	32
	10 a 15 integrantes	5	0	0
	15 a 20 integrantes	0	0	0
<b>Trabalham no sítio</b>	0-5 integrantes	80	75	80
	5 a 10 integrantes	20	25	20
	10 a 15 integrantes	0	0	0
	15 a 20 integrantes	0	0	0
<b>Origem</b>	Campo	100	10	75
	Cidade	0	90	25
<b>Pais eram agricultores?</b>	Sim	100	90	95
	Não	0	10	5
<b>Avós eram agricultores?</b>	Sim	100	95	100
	Não	0	5	0
<b>As terras eram da família de origem?</b>	Sim	80	0	45
	Não	20	100	55
<b>As terras foram adquiridas há quanto tempo?</b>	0-5 anos	5	70	0
	5 a 10 anos	25	30	100
	10 a 15 anos	45	0	0
	15 a 20 anos ou mais	25	0	0
<b>Já morou na cidade?</b>	Sim	0	100	25
	Não	100	0	75
<b>Exerceu atividades remuneradas na cidade?</b>	Sim	0	100	25
	Não	100	0	75
<b>Exerceu atividades remuneradas no campo?</b>	Sim	45	0	85
	Não	55	100	15
<b>Na propriedade há funcionários contratados?</b>	Sim	10	20	0
	Não	90	80	100
<b>Que gêneros agrícolas produzem?</b>	Hortaliças	50	70	70
	Legumes e tubérculos	20	20	10
	Frutas	10	5	10
	Grãos	10	0	5
	Cereais	5	0	5
	Processados	5	5	0
<b>Se há processados a origem é uma agroindústria familiar?</b>	Sim	30	20	0
	Não	70	80	0
<b>Onde comercializa?</b>	Feira	35	50	30
	PAA	55	20	70
	MMOC	5	10	0
	Outros	5	20	0
<b>Enfrentou dificuldade na inserção dos produtos nos mercados?</b>	Sim	75	25	90
	Não	25	85	10
<b>Tem alguma linha de crédito?</b>	PRONAF	70	25	85
<b>A família trabalhou com agrotóxico?</b>	Sim	80	0	65
	Não	20	0	35
<b>Se sim, por quanto tempo?</b>	1 a 5 anos	5	0	0
	5 a 10 anos	10	0	0
	10 a 20 anos	55	0	70
	20 a 30 anos	40	0	30

Fonte: Entrevistas em Trabalho de Campo, 2008/2009/2010

\* Foram entrevistadas 73 famílias associadas/assentadas

Buscamos nos Quadro 4 organizar as informações de modo a compreender as características, a origem e a forma de organização dos associados da AOPA, e o que mais nos chama a atenção é a origem e o vínculo que os grupos tem com a terra, merecendo destaque os camponeses tradicionais.

Um exemplo das diferenças entre os camponeses que observamos na RMC, é que no Assentamento Contestado que é por todos os assentados considerado um território camponês, evidenciam algumas peculiaridades no sentido de identidade com a terra, etc., que já evidenciamos exaustivamente no primeiro capítulo, sobretudo por algumas dificuldades que têm enfrentado e superado no sentido de inserir a produção agrícola nos mercados camponeses. Seja por falta de conhecimento, organização, logística ou até mesmo em alguns casos dificuldades com a certificação e adequação dos lotes para efetivamente aderirem às práticas agroecológicas.

Especificamente no caso dos “Sem-Terra”, a maior particularidade é a opção política e ideológica realizado como forma de enfrentamento à lógica do capital no campo, à expropriação camponesa, à concentração de terras, os latifúndios, etc., que pudemos apreender nas entrevistas, visitas e depoimentos durante o trabalho de campo.

Embora tenhamos realizado apenas 73 entrevistas durante a pesquisa, pudemos observar através dos relatos que como os camponeses se conhecem e mantêm algum tipo de relação seja parceria, identificação, solidariedade na comercialização, os casos são muito próximos com realidades muito parecidas, embora cada qual tenha uma peculiaridade em sua história.

No caso do assentamento sem-terra, embora os pais e avós da maioria dos assentados fossem agricultores, não detinham a terra necessária para sua produção e subsistência, alguns eram/tornaram-se posseiros, outros tornaram-se assalariados rurais. Mas uma pequena parcela, 25% dos assentados, em algum momento da sua vida deixou o campo para realizar atividades remuneradas nas cidades.

Observando o Quadro 4, percebemos que os camponeses tradicionais, na maioria sempre esteve vinculado ao campo. Em 80% dos casos descendentes de migrantes, alemães, poloneses e italianos; mas dos quais 100% tinham vínculo com a terra. Neste grupo, os aspectos da cultura camponesa se sobressaem pois mantêm muito vivas algumas formas da cultura, além das solidariedade camponesa

(expressa por exemplo nos mutirões), sobretudo com as festas religiosas nas quais as comidas e danças típicas são lembradas.

No caso dos neo-rurais<sup>52</sup> o que percebemos nas entrevistas é que embora não tivessem em 100% dos casos vínculos com a terra, e o mesmo foi identificado com seus ancestrais; houve uma grande vontade de compreender o “tempo” do camponês, seu modo de vida, sua cultura e a eles aderir. A questão propriamente com a terra no caso específico deste grupo vem com a idéia da vida no campo, da tranqüilidade e da qualidade de vida que o espaço urbano deixa de proporcionar.

Para eles a atividade agrícola serve como modo de ‘ganhar’ a vida e de se reproduzir socialmente, mas acaba os diferenciando, pois trazem consigo uma bagagem da vida urbana grande, que vão para além do modo de viver, mas conhecimentos técnicos e acadêmicos (muitos desses neo-camponeses tem alguma formação superior, geralmente vinculada às ciências agrônômicas), e ainda de bens de consumo facilitadores da vida no campo (carros, eletrodomésticos, etc.), além de estarem munidos de capital para se organizarem no campo (construindo suas casa, galpões, estufas e sem dificuldades grandes para iniciar a produção, inclusive assalariando outras pessoas), bem como sendo conhecedores de políticas públicas das quais podem se beneficiar.

Para Marcelo Passos, diretor da AOPA, que também pode ser considerado um neo-rural, a experiência que teve com a vida na cidade, faz com que não haja um deslumbramento por essa forma de viver, e com isso a escolha, a opção de ter resolvido viver no campo. Ele ressalta:

No sítio produzo para viver, algum excedente que comercializo. Quando preciso venho até a cidade, mas geralmente para alguma atividade da Associação, mas gosto de estar no sítio, é uma opção, e quando os compromissos, reuniões são indispensáveis e tenho que estar na cidade, penso em tudo que poderia estar fazendo, produzindo.(Entrevista cedida por Marcelo Passos que é o atual diretor da AOPA e neo-rural – Trabalho de Campo, 2008.)

No Assentamento Contestado identificamos ainda dois grupos com práticas muito distintas, porém coesos com seus pares: os assentados que praticam a Agroecologia e os assentados que optaram pela matriz convencional (ver figura 17).

---

<sup>52</sup> No caso dos neo-rurais tivemos contato com eles principalmente através da associação e percebemos sua identidade e seu histórico através das entrevista realizadas principalmente nas feiras.

No entanto, nestes dois grupos também existem diferenças, na origem, na maneira de compreender o campo, de transformá-lo, bem como sua identificação e relação com a terra.



**Figura 17 – Propriedade Convencional no Assentamento Contestado**

Foto: Alessandra Souza - Trabalho de Campo, 2009.

Para Roni Borges, a maior dificuldade é ter um lote no PA Contestado, pois tem sua produção convencional e iniciou a produção orgânica auto-consumo. Ele não se sente a vontade para participar do processo coletivo de debate e produção na matriz agroecológica, pois não quer se sentir “refém” dos compromissos que a Agroecologia traz, mas também não quer consumir os produtos contaminados. Ele destaca:

“Tem duas coisas que são ‘pra’ nós muito difícil. Primeiro não quero ninguém dando palpite no que vou fazer e como vou fazer, depois eu não gosto muito dessas reuniões porque parece que a gente tá sendo mandado. Nosso filho tá estudando, mas nós não ‘temo

'quase nenhum estudo, e ai pra fazer os projeto e tudo a gente acaba dependendo dos outros. Já 'dependemo' porque também 'tamo' entregando pra CONAB. Além do que, tem a certificação, associação e pra mim isso é muita dor de cabeça. Eu gosto de 'tá' no meu canto. Se você olhar a propriedade já tá mais de meio caminho andado pra conversão. 'Tamo' preservando a nascente, em volta da casa já é tudo sem veneno, com adubação orgânica...O que a gente come em casa já tá sem veneno. Mas só eu, com a mulher e um menino pequeno não dá pra cuidar da roça de milho, de feijão e de soja orgânica não. É muito trabalho e por isso a gente paga o trator pra 'ponhar' veneno em tudo pra não perder a colheita." (Depoimento de Roni Borges, assentado do PA Contestado, com produção convencional – Trabalho de Campo, 2009)

Com exceção dos associados que identificamos como neo-rurais, os demais associados tiveram muita dificuldade de inserir os produtos nos mercados camponeses, participar de editais, elaborar projetos.

Segundo Paulo Brizzola, sem-terra, que faz parte da Associação Terra Livre, a maior dificuldade foi no início para compreender como funcionava o Programa de Aquisição de Alimentos:

"A gente teve que se organizar e conversar bastante sobre o PAA, porque tinha que ver como iam ser as entregas, como a gente ia receber. Lidar com dinheiro e com pessoas embora seja boa a relação nunca é fácil. Aos poucos a gente foi se organizando e quem tava de fora do PAA começou a ver como a gente se organizava e começaram a se animar." (Depoimento de Paulo Brizzola, o Paulinho, do PA Contestado)

Para Luciano Escher, filho de Adelmo Escher – associado da AOPA, a associação não ajuda muito, embora seja importante para ampliar o debate acerca da Agroecologia. Formado em Desenvolvimento Rural na UFRGS, e trabalhando na propriedade da família, na qual aplica seus conhecimentos obtidos na graduação, demonstra certa criticidade sobre como a associação conduz os projetos.

"Para nós o mais importante não é associação no sentido de esperar que eles façam os projetos. A gente sabe que eles não vão fazer. A associação é muito importante porque nas reuniões dos núcleos a gente troca experiências, vê como os outros agricultores estão trabalhando, quais técnicas e que está dando certo, e isso engrandece a gente, porque é muito bom aprender mais sobre a Agroecologia. Mas quando eu falava que a associação não é importante por conta dos projetos, é porque a gente sabe que o pessoal lá do Vale (do Ribeira) precisa muito mais da ajuda, e que embora muitos não tenham estudado, os filhos estudaram e podem

ajudar a preencher os formulários pro pais, essas coisas. Lá (no Vale do Ribeira) a coisa é bem mais complicada pro pessoal.” (Depoimento de Luciano Escher, cujos pais Adelmo Escher e Maria Salete são vinculados ao Grupo Cheiro da Terra)

Em diversos depoimentos dos camponeses tradicionais, percebemos que a questão da mudança de matriz produtiva se tornou uma questão de sobrevivência, de necessidade. Ou mudavam ou deixariam o campo. Para 80% deles o uso do agrotóxico pelo período médio de 20 anos foi a pior herança que os pais e avós poderiam ter a eles legado.

“[...] Teve um momento que a gente se viu sozinho...nós não ‘queria’ mais plantar com veneno porque a gente viu muita gente até da família ficando doente, mas era difícil parar. Primeiro ‘paramo’ de colocar veneno no que era pra casa e com tempo conseguimos mudar tudo na roça. Quando conseguimos converter toda a produção foi um alívio, mas o melhor mesmo foi quando a gente conseguiu a certificação da produção, pra poder colocar nas feiras e mandar pro PAA e conseguir um dinheirinho melhor. Não foi o principal motivo, mas com certeza ajuda muito a gente, é pouco, mas ajuda.”(Depoimento de Eduardo Costa Pandolf, associado e vinculado ao Grupo Terra Nobre de Tijucas do Sul)

Para Vanuza Stival e Lorival de Jesus, camponeses tradicionais, a idéia de migrar do convencional para o Agroecológico, surgiu quando perceberam que ou mudavam ou ficariam doentes, já que pessoas da família já estavam sofrendo com os efeitos dos agrotóxicos, que utilizaram por mais de 20 anos.

A idéia surgiu assim de mudar do convencional porque é usada muita química no convencional, um exemplo é que meu marido planta uns mil pés de tomate, e no meio daquelas muitas carreiras ele deixava uma fila pra gente consumir, entendeu? Aí ele começou a ficar chateado, porque ele pensava, porque pra ele tinha sem veneno e pros outros só com veneno. Mas aí o patrão vinha com o veneno e mandava colocar,e ele começou a pensar , pensar nele e pensar no próximo, assim, poxa daqui alguns anos quantas pessoas vão estar doentes por causa desses tomate, quantas pessoas vão ter câncer vão morrer, quantas crianças tão comendo e isso é grave, daí foi quando ele pegou e desistiu de plantar, foi em 2000 mais ou menos. Ai ele ouviu falar de orgânicos e de agroecologia, a gente foi atrás de cursos, né?, fez curso, ai plantamos uns lote, uns lote perdia, a primeira coisa que nós plantamos foi os morangos, aí a produção de morango foi bem boa, saiu bem a produção de morango, daí surgiu a Feira do Passeio, o rapaz deu pra nós a Feira do Passeio, e ai foi assim foi indo, surgiu mais as outras feiras que nós tamo fazendo, foi

essa maneira que a gente achou de viver a vida de um jeito saudável e a vida do próximo como diz na Bíblia de um jeito saudável, e assim a gente coopera com o próximo também. (Depoimento de Vanuza Stival de Jesus, associada e vinculada ao Grupo Manancial de Almirante Tamandaré)

Para outros, o que mais atrapalha para que muitos camponeses larguem o pacote da Revolução Verde, é além da falta de incentivo, a dificuldade da conversão para se obter o selo de certificação e assim inserir a produção nos mercados. Para Leonardo Kmiecik:

O difícil na Agroecologia, principalmente no caso da certificação participativa é estar de olho no que você faz e olhar ainda o vizinho. Mas é importante, porque todos os agricultores que estão envolvidos não querem perder a certificação e querem produzir um alimento de qualidade. É da horta até chegar na mão de quem vai consumir, com a gente sabendo o que fez, poder olhar na cara do consumidor de cabeça erguida, sem enganar ninguém, e dormir com a consciência tranqüila de que não ‘tamo’ envenenando ninguém. Isso nada paga, e pra minha família embora todo mundo fale por ai que aumenta o valor, a gente sabe que é muito pouco a diferença, e quem ganha de verdade é nos mercados grandes, que colocam os preços lá em cima as custas de quem sofre pra plantar e pra colher. (Depoimento de Leonardo Kmiecik, associado ao Grupo Prodorgam de Campo Largo – Trabalho de Campo, 2009)

Para Luiz Carlos Schmidt Bueno, associado vinculado ao Grupo Beija-Flor da Lapa e estudante da ELAA no assentamento Contestado, o maior avanço dos produtores agroecológicos é além da certificação participativa ou solidária, a questão de se inserirem nos mercados sem perder a principal característica que é não deixar de lado o debate políticos sobre a produção e sobre o modo de vida. Ressalta:

A gente sabe bem quem são nossos inimigos nessa difícil luta que a gente tem travado. Muitos grupos começaram devagar, a associação começou devagar, mas ao poucos fomos inserindo a produção, criando mercados e nos fortalecendo. Hoje quando olho pra trás e lembro do início, vejo que esses anos de luta valeram a pena, principalmente porque sei quem somos e o que produzimos, e além disso posso dormir sossegado porque o que produzo não vai fazer mal nem para mim, nem pra minha família e nem pra família de quem comprar minha produção nas feiras ou pelo PAA.” (Depoimento de Luiz Carlos Schmidt Bueno, associado da AOPA, e estudante da ELAA)

A identificação das diferentes territorialidades na RMC e a relevância que a comercialização da produção agrícola tem para estes grupos (pois é uma das formas de se reproduzirem socialmente dentro da lógica capitalista), que além de conquistar territórios no sentido que incorpora outros atores sociais quem vem trabalhando com a Agroecologia ao debate, por soberania alimentar, pela questão agrária, etc.; de modo a respaldar o que consideramos a consolidação dos mercados camponeses como veremos no próximo ponto.

### **3.1.2 – Avanços a partir da consolidação dos mercados camponeses**

Como vimos no ponto anterior são muitos diversos os atores sociais na RMC, bem como diversos são os intuitos que os levaram à mudança de matriz produtiva. Neste ponto buscaremos nos aprofundar ainda mais nos mercados camponeses que já abordamos no Capítulo 1, levando em consideração que as práticas agroecológicas, são como já debatemos no início do capítulo, instrumentos de transformação que além de criar soberania, criam também autonomia. Autonomia sobre os meios de produção, sobre o modo de vida camponês e ainda sobre a comercialização, com inúmeras táticas e alternativas para a consolidação desses mercados.

Para Fernandes (2008) debater a questão da identidade camponesa está intrinsecamente relacionada à questão territorial, que ao mesmo tempo é libertária no sentido que os camponeses podem se organizar, mas também representa uma forma de subordinação ao agronegócio, mas que podem ser superadas com a construção de modelos/mercados alternativos, ressaltando que:

A escala do território camponês garante a identidade territorial a partir da produção familiar, mas ao mesmo tempo representa uma forma de subordinação ao agronegócio – que pode dominar o espaço, dominar o tempo e trabalhar em grande escala com o uso do trabalho assalariado, a explosão e a territorialização do agronegócio cria um nível de conflitos permanente. A criação dos chamados *fair trades*, mercados justos, de economia solidária, são experiências de construção contra-territoriais ao capital. Tanto na cidade como no campo, se as organizações que lutam contra o capital não constroem mercados alternativos aos capitalistas, não vamos conseguir desenvolver uma forma força capaz de enfrentar de uma forma mais dura. (FERNANDES, 2008, p.74)

Giarracca (2008) nos remete a uma interessante indagação: existem espaços para “os mercados” fora “do mercado”?

Este questionamento feito sobre a ótica do mercado neoliberal, no qual muitas vezes os projetos emancipadores são submetidos a espaços onde prevalecem relações de dominação entre as pessoas, acaba por ser a mola propulsora de projetos alternativos, que apesar de serem criados durante todo um século de lutas de massas, se subordinam ao projeto neoliberal. Giarracca (2008) ressalta:

“[...]? Existe un espacio que no este baseado em la dominación? ?Se puede pensar esse espacio? O, como nos desean hacer creer desde la ideologia del discurso hegemónico, esos espacios son impossibles de pensar porque la lógica capitalista los integra a todos subordinandolos y convirtiéndolos en partes subalternas, marginales, explotadas de su propio funcionamiento.[...]La gra pregunta que se hacen las personas que tienen una mentalidad neoliberal es por qué siguen existiendo formas de producción y mercados no capitalistas. Por qué siguen existiendo los campesinos si las leyes del mercado, deberían estar fuera de él.” (GIARRACCA,2008, p-39)

As provocações que Giarracca (2008) nos coloca, vão no sentido de nos fazer pensar porque motivos, apesar de toda a lógica dominante nos querem fazer crer que os camponeses não poderiam se recriar ou se reproduzir dentro desta lógica neoliberal. Eles continuam resistindo e criando espaços para sua reprodução social, como são, por exemplo, os mercados camponeses.

Especificamente no caso da RMC, tem sido observado o crescimento do debate acerca da produção da produção e da produção da consciência – indagada por Graziano da Silva (1997) – pois além do crescimento da produção agrícola temos observado o crescente número de projetos acadêmicos voltados a esta temática, além evidentemente dos eventos nos quais além dos acadêmicos a comunidade tem participado - e debatido formas mais justas de produção e comercialização agroecológica, etc.

Um exemplo disso foi o VI Congresso Brasileiro de Agroecologia e II Congresso Latinoamericano de Agroecologia que aconteceu em Novembro de 2009 em Curitiba. Em cinco dias de debate foi possível perceber o fortalecimento das práticas agroecológicas na América Latina como forma de contestação ao agronegócio, mas sobretudo, como uma racionalidade que permita aos

camponeses, bem como as populações urbanas preservarem a vida no planeta através do uso racional dos recursos naturais, bem como a partir da alimentação saudável.

Em diversos painéis foram debatidos as políticas públicas e a criação/conquista/inserção da produção agroecológica em mercados específicos contrariando a lógica capitalista na qual apenas a agregação de valor, exploração do trabalho e obtenção de lucro justificariam a produção agrícola.

No caso dos assentados e dos associados da AOPA, percebemos sua inserção nesses mercados (conforme Anexo F - Mercados Camponeses e Políticas Públicas) é muito diversa e isso colabora para que questões como a autonomia camponesa, de logística, de construção e mercados locais e regionais, etc.

Especificamente no caso das feiras, segundo as SMAB's dos municípios nos quais se realizam, a média de público é de cerca de 60 famílias. Isso representa, calculando todas as feiras de Curitiba (08), Lapa (02), Campo Largo (02) e Quatro Barras (01) - (ver Anexo D- Permissionários das feiras agroecológicas/orgânicas de Curitiba) - uma média de 780 pessoas atendidas por uma produção agrícola saudável comercializada só nas feiras.

Embora este número pareça muito pequeno, temos que levar em consideração que a feira não é o único mercado no qual a produção agroecológica se insere. No caso do MMOC, são 22 estandes, mas temos 10% dos associados, que não expõem diretamente nos estandes do mercado, mas que destinam sua produção os seus proprietário.

A justificativa para não serem os expositores está na questão da documentação necessária e os altos custos para locação dos espaços dos estandes; além do que apesar de estar numa região central da cidade de Curitiba, observamos em diversas visitas e em conversa com os proprietários dos estandes e da administração geral do MMOC, que embora ainda seja pequeno o movimento, devendo circular pelo espaço semanalmente cerca de 400 pessoas.

Através dos dados da CONAB, pudemos verificar que 55% dos associados têm projetos aprovados e entregam sua produção para o PAA, no entanto, segundo os dirigentes da AOPA 90% dos associados destinam a produção ao PAA. Em diálogo com os associados descobrimos que isso acontece, pois muitos não conseguiram anexar documentações e se articular para elaboração de projetos e destinam sua produção junto com a produção de outros associados.

Quando observamos o Quadro 5 (página 123), percebemos que nos anos de 2008/2009 apenas os produtores dos municípios de Lapa, Contenda e Cerro Azul tiveram projetos agroecológicos aprovados. No entanto, segundo as entrevistas realizadas (Ver Anexo E) 55% dos associados destinaram nesse período a produção para o PAA, e não eram apenas de origem destes três municípios. Investigando mais a fundo, foi possível chegar a conclusão que muitos destes produtores não tiveram sua produção considerada agroecológica e ainda destinaram via PAA a partir dos projetos dos seus vizinhos produtores.

Embora no Anexo F apareçam, segundo as entrevistas, sete municípios (Lapa, Quatro Barras, Almirante Tamandaré, Campo Largo, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul e Rio Branco do Sul), nos quais os associados relataram que estão vinculados no PAA, no Quadro 6 (p.125), percebemos (grifados em cinza) que apenas três municípios segundo a CONAB têm projetos cadastrados como agroecológicos. São eles: Cerro Azul, Contenda e Lapa; como também podemos observar no Quadro 5 (p.123).

Segundo entrevista cedida pela CONAB, referente ao PAA Agroecológico, tem crescido muito a procura nos últimos anos, mas muitas vezes os agricultores os procuram sem saber ao certo o que é esta política pública e também sem ter completado a conversão, ou ainda sem estar de posse de toda documentação necessária além do projeto.

A produção proveniente dos municípios de Cerro Azul, Contenda e Lapa, são destinadas a nove municípios. São eles: Adrianópolis, Campo Largo, Cerro Azul, Contenda, Curitiba, Doutor Ulysses, Lapa, Piraquara e Quitandinha. Nesses municípios são atendidas 83 diferentes associações assistenciais e beneficentes que atendem um total de 88.205 pessoas. Destacam-se o Programa Ação Social do SESC, Pastoral da Criança e Idoso, e renomados hospitais da região, como por exemplo, o Hospital Erasto Gaettner e o Pequeno Príncipe.

Apesar da confiabilidade dos dados, no quadro 5 temos uma noção da geração de renda para os camponeses envolvidos com as práticas agroecológicas na RMC. Segundo Rosana de Melo da CONAB/PR, esses dados ainda são muito preliminares já que alguns deles ainda não foram formatados e sistematizados em planilhas, e que existem produtores que fazem a entrega coletiva da produção, mas há apenas um projeto cadastrado.

### QUADRO 5 – Programa de Aquisição de Alimentos com Doação Simultânea na RMC em 2008/2009

Municípios	Nº CPR	Nº Total de Produtores	Produtores Associados	Variedade Convencional	Variedade Agroecológica	Kg. (1)	R\$	Kg.(2)	R\$	Entidades Beneficiadas	Nº de pessoas atendidas
São José dos Pinhais	41.1.0270	41	00	27	00	281.191	145.320,00	00	0,00	01	3.064
Itaperuçu	41.1.0302	93	00	14	00	395.362	279.994,10	00	00	21	57.101
Piraquara	41.1.0304	25	00	13	00	56.313	59.443,60	00	00	06	718
Itaperuçu	41.1.0306	44	00	13	00	198.845	153.985,45	00	00	05	90.532
Rio Bco. do Sul	41.1.0307	150	06	15	00	622.278	449.110,00	00	00	22	87.775
Tunas do Paraná	41.1.0311	20	00	20	00	77.868	73.376,50	00	00	06	3.518
Quatro Barras	41.1.0319	26	02	34	00	70.902	90.990,50	00	00	13	5.888
Almirante Tamandaré	41.1.0344	46	03	23	00	71.860	101.474,25	00	00	02	55.730
Cerro Azul	41.1.0377	206	14	34	13	690.825	593.560,65	20.328	24.043,12	30	29.685
Cerro Azul	41.1.0378	163	00	40	00	549.518	524.990,45	00	00	30	35.144
São José dos Pinhais	41.1.0387	64	00	31	00	232.831	216.831,85	00	00	01	7520
Cerro Azul / Doutor Ulysses	41.1.0390	346	07	01	00	2.290.200	1.145.100,00	00	00	05	242.778
Contenda	41.1.0392	20	00	00	09	00	0,00	52.118	70.952,64	08	10.864
Contenda	41.1.0393	127	00	34	00	401.620	448.000,00	00	0,00	02	7.670
Campo Largo	41.1.0398	09	00	01	00	56.000	28.000,00	00	0,00	12	4.118
Lapa	41.1.0402	123	48	49	36	358.971	316.069,01	102.795	117.890,99	12	4442

Fonte: CONAB/PR, 2009.

Organização: Alessandra S. Souza

**QUADRO 6 - Programa de Aquisição de Alimentos na RMC – Municípios Produtores, Município de Destino, Beneficiários atendidos.**

<b>Município de Origem</b>	<b>Município de Destino</b>	<b>Nº de Associações beneficiárias</b>	<b>Total de pessoas atendidas</b>
Almirante Tamandaré	Almirante Tamandaré	26	<b>4500</b>
Campo Largo	Campo Largo	11	<b>4118</b>
	Lapa	01	
Cerro Azul	• Curitiba	43	<b>65.229</b>
	• Doutor Ulysses	03	
	• Adrianópolis	06	
	• Cerro Azul	08	
	• Piraquara	01	
Doutor Ulysses	Curitiba	03	<b>242.778</b>
	Paranaguá	01	
	Ponta Grossa	01	
Contenda	• Curitiba	07	<b>18.534</b>
	• Contenda	02	
	• Quitandinha	01	
Itaperuçu	Curitiba	01	<b>57.101</b>
	Itaperuçu	20	
Bocaiúva do Sul	• Curitiba	02	<b>90.532</b>
	• Bocaiúva do Sul	03	
Lapa	• Curitiba	04	<b>4.442</b>
	• Lapa	01	
	• Campo Largo	07	
Piraquara	Piraquara	06	<b>718</b>
Rio Branco do Sul	Curitiba	03	<b>143.505</b>
	Rio Branco do Sul	20	
	Colombo	01	
São José dos Pinhais	Curitiba	02	<b>10.584</b>
Tunas do Paraná	Tunas do Paraná	06	<b>3518</b>

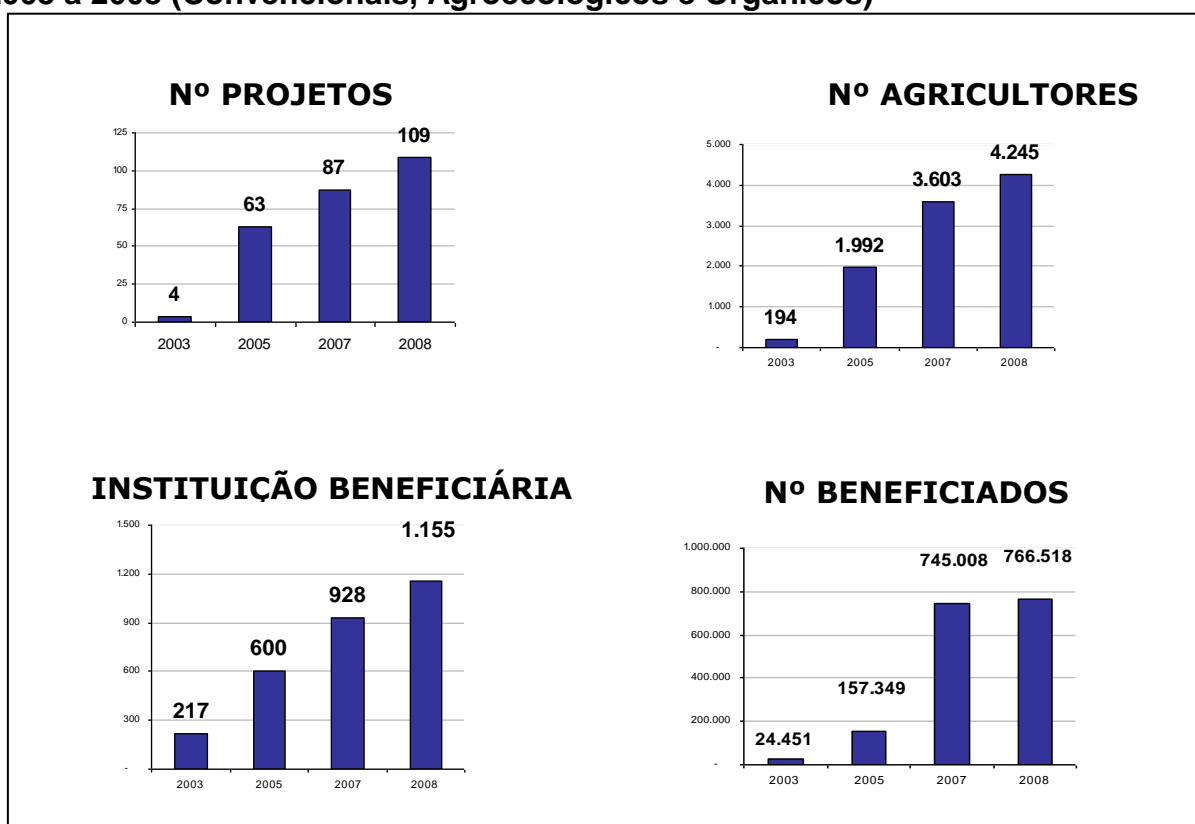
Fonte: CONAB/PR, 2009

Organização: Alessandra Silva de Souza.

Embora estejam mesclados dados da produção convencional, orgânica e agroecológica nos dados sistematizados no Gráfico 2, podemos ter uma noção de como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, enquanto política pública está consolidando-se casa vez mais. Conforme debatemos no capítulo anterior, item 2.2, isso gera certo desconforto aos camponeses, já que embora mercado venha se consolidando, por se tratar de uma política pública, pode ser a qualquer troca de governo ou projeto político extinta, o que gera uma incerteza quanto a considerarmos o PAA não apenas como política pública, mas compreendendo-o como uma forma de mercado camponês.

Isto porque, tratando de uma opção política, e podendo ser extinta enquanto política pública submete os camponeses aos interesses políticos; e como consideramos os mercados camponeses, espaços de autonomia, isso gera uma certa contradição. No entanto, não temos como não considerá-lo em nosso debate pois a geração de renda que proporciona tem transformado a vida desses camponeses, das suas comunidades, e das entidades e pessoas atendidas como beneficiários do programa.

**GRÁFICO 3 - Expansão do Projeto PAA na Região Metropolitana de Curitiba – 2003 a 2008 (Convencionais, Agroecológicos e Orgânicos)**

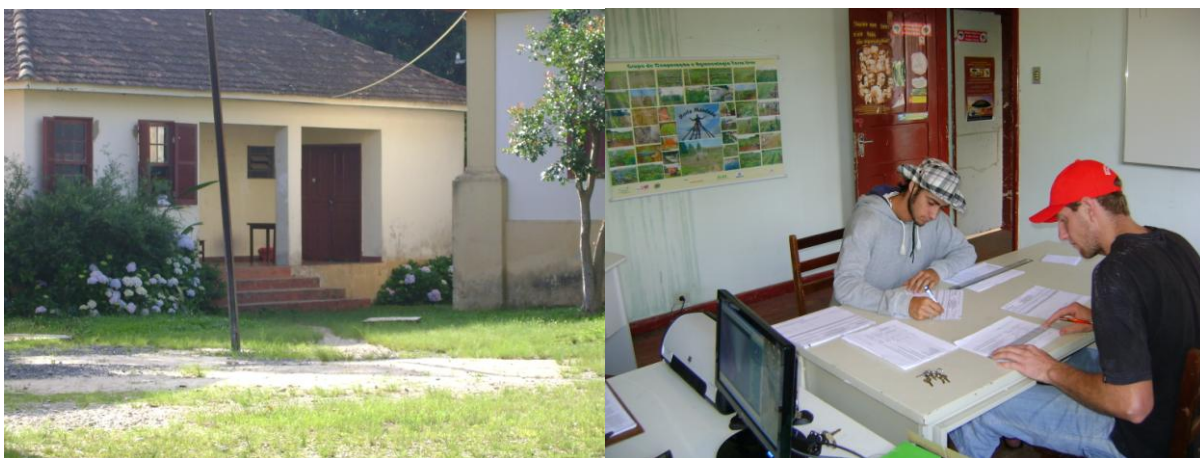


Fonte: CONAB/PR, 2009.  
Organização: Rosana Melo

A partir da verificação de que se trata de transformações que aconteceram a partir da inserção do PAA, no caso dos assentados do PA Contestado organizados na Associação Terra Livre e vinculados à AOPA, a comercialização passa pela associação, como forma de gerir e controlar a produção agrícola dos camponeses com práticas agroecológicas dentro do assentamento, mas com funcionários que também são assentados capacitados para cuidar de toda a

documentação/burocracia que a comercialização exige, desde a certificação até aos programas de políticas públicas.

Segundo Igor, funcionário da Associação Terra Livre, trazer a juventude do assentamento para trabalhar na associação e até para elaboração dos projetos é uma forma de inseri-los ao debate, mas fazendo coisas com as quais muitos têm mais afinidade sem que seja necessário sair do campo (refere-se aqui ao uso de tecnologias, trabalhos administrativos e mais burocráticos, bem como na coleta da produção, controle da comercialização,etc.).



**Figura 18 – Sede da Associação Terra Livre no Assentamento Contestado.**

Foto: Alessandra Souza – Trabalho de Campo, 2009.

Buscaremos nos próximos pontos demonstrar como todos os avanços que observamos na consolidação das práticas agroecológicas se consolidam pela RMC, através de mapeamento das informações que tivemos a possibilidade de verificar até aqui.

### **3.1.3 – Territorialização das práticas agroecológicas na RMC – o caso AOPA e Assentamento Contestado**

Partindo do debate que iniciamos anteriormente, aqui vamos buscar compreender como as práticas agroecológicas vêm configurando os territórios, que Fernandes (2005) considera territórios em movimento, partindo da questão da conflitualidade entre diferentes paradigmas, no qual o capital subordina as populações camponesas.

Para Fernandes (2005, p. 42), o conceito de território pode significar, para além do espaço geográfico em diversas escalas; espaços sociais em suas diversas

dimensões – culturais, políticas, econômicas, histórica – com sua complexidade, espacialidade e temporalidade, com sentido relacional, subjetivos, abstrato, representável e indeterminado; que colidem, são destruídos e recriados por relações de poder.

Identificamos na RMC, a partir das entrevistas e trabalhos de campo realizados, que a questão da Agroecologia perpassa territórios e territorialidades específicas. Isto porque formam redes solidárias para comercialização da produção (como debatemos no ponto anterior), e apesar das distintas culturas camponesas observadas ou das distintas formas de vinculação ao campo; a troca de experiências e o debate político como forma de neutralizar nessas comunidades a ação devastadora que o capital promove no campo. Assim acabam por criar alternativas e territorializações muito específicas.




Apresentamos aqui dois mapas que nos permitem ter uma noção mais precisa de como as práticas agroecológicas na RMC vem se territorializando, e com isso buscamos compreender a abrangência dessas práticas a partir dos 191 associados da AOPA, de modo a vislumbrar o poder de alcance desses mercados camponeses.



**Legenda**

Origem e Destino

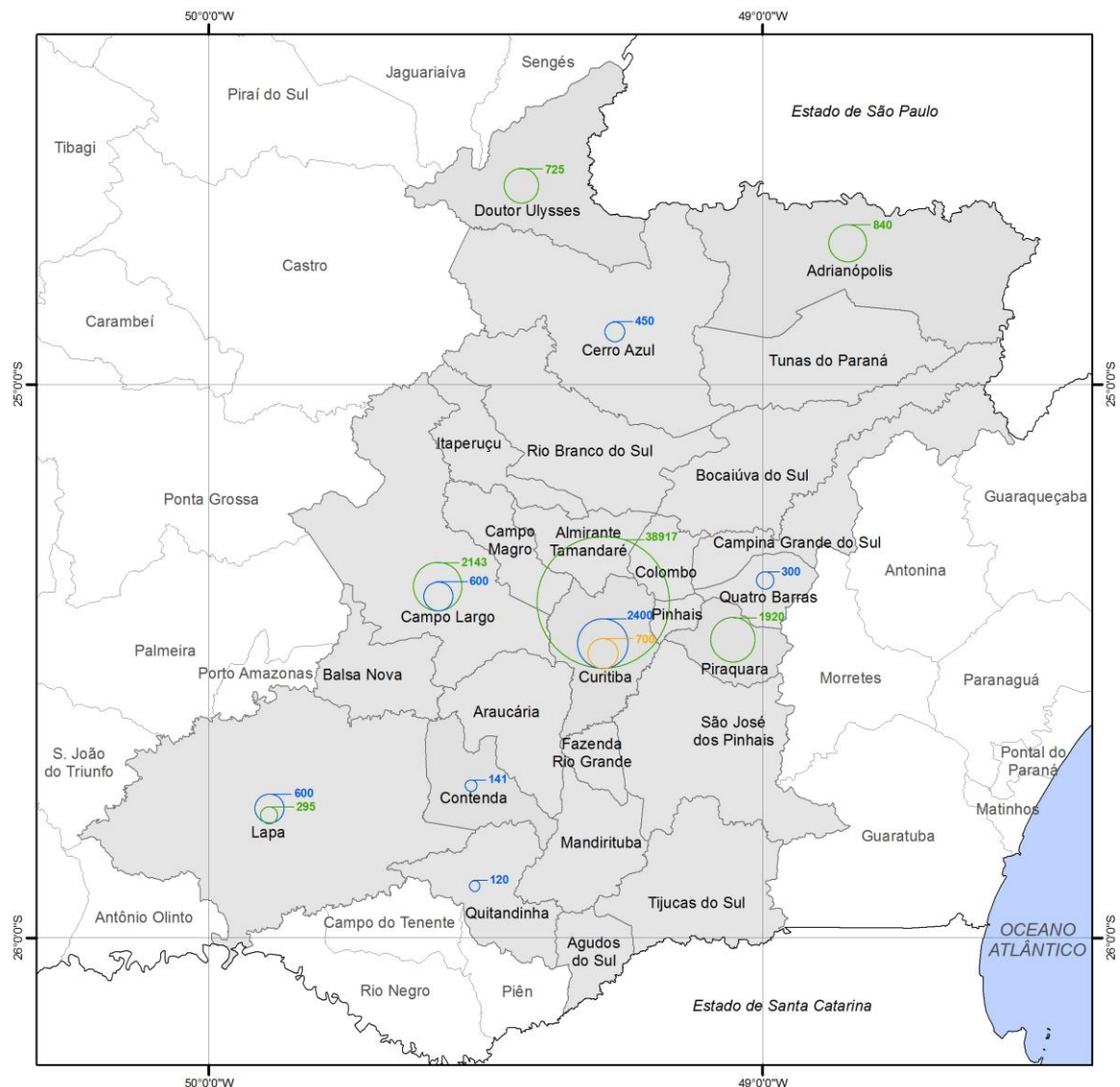
-  PAA Agroecológico
-  Feiras Orgânicas
-  MMOC

-  Região Metropolitana de Curitiba
-  Municípios vizinhos / PR
-  Limites estaduais



Base Cartográfica: IBGE  
 Elaboração: Patricia Baliski, 2009  
 Organização: Alessandra S. de Souza, 2009

**MAPA 5 – Territorialização dos mercados camponeses**

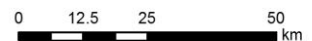


**Legenda**

Pessoas atendidas

- 123 PAA Agroecológico
- 123 Feiras Orgânicas
- 123 MMOC

- Região Metropolitana de Curitiba
- Municípios vizinhos / PR
- Limites estaduais



Base Cartográfica: IBGE  
 Elaboração: Patricia Baliski, 2009  
 Organização: Alessandra S. de Souza, 2009

**MAPA 6 – Alcance da produção agroecológica – Nº de pessoas beneficiadas por município.**

De modo geral os mapas nos permitem verificar que foi criada uma logística muito própria, e pelos depoimentos pudemos verificar que se consolidou uma rede de solidariedade, na qual a produção transpõe o limite do município produtor e permite aos camponeses produtores, inserir sua produção em mercados diferenciados.

Devemos destacar no Mapa 4 – como as práticas agroecológicas tem se espalhado pelo território da RMC, com a circulação da produção entre municípios distintos, que além de uma logística muito própria criada e gerida pelos camponeses, muita vezes depende do poder público local.

No caso do Mapa 5, ele nos permite ver a abrangência de todos os mercados camponeses (PAA, MMOC, Feiras e outras atividades) na RMC, que demonstra que embora seja um processo que vem se desenvolvendo/crescendo nas duas últimas décadas, tende a se fortalecer e incorporar outros atores sociais e outros territórios às práticas e ao debate por um campo vivo.

Essas informações nos permitem compreender como vêm se consolidando as práticas agroecológicas entre os associados da AOPA, nos diferentes municípios da RMC e os próximos itens nos proporcionarão maior entendimento sobre as questões que permeiam essa comercialização, da qual daremos destaque a questão das certificações.

### **3.2- Os desafios da comercialização da produção agroecológica – os processos de certificação**

No intuito de analisarmos os desafios da comercialização da produção agroecológica, nos ateremos agora às questões relacionadas aos processos de certificação. O intuito é compreender a inserção da produção agroecológica, e o processo de aceitação desse tipo de produção no mercado que se dá de modo geral através de selos e certificações.

Partiremos do debate promovido pela necessidade de certificar a produção, como foi criada, quais as instruções e normas a serem seguidas para que no próximo item do nosso debate possamos compreender/questionar/debater esse sistema. Vale ressaltar, que com exceção da certificação concedida pela Rede Ecovida, todas as demais certificam a produção como orgânica, e isso acaba também por evidenciar nichos de mercado, como veremos mais adiante.

Schmidt (2001) revela que os selos e certificações são concedidos pelas certificadoras, e que no Brasil foi normatizado pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento através da Instrução Normativa (IN)007 em 17/05/1999. Essa normativa determina as normas de produção, tipificação, processamento, envase, distribuição e certificação dos produtos orgânicos de origem vegetal ou animal, que

processados ou *in natura* para serem reconhecidos como orgânicos devem ser certificados por pessoa jurídica e sem fins lucrativos, com sede no território nacional e credenciada no Órgão Colegiado Nacional.

Assim, Schmidt (2001) ressalta ainda que a denominação “produto orgânico” deverá ser mencionada no rótulo e deve constar da embalagem um “selo de qualidade” da entidade certificadora credenciada.

Pela Normativa 007 criou-se também a certificação por auditoria, a mais comumente encontrada, na qual as empresas certificadoras não se envolvem diretamente no processo de formação, organização ou assessoria aos agricultores envolvidos na produção orgânica, que oferecem gratuitamente seus serviços mas que atuam geralmente nos mercados para exportações e em grandes empreendimentos.

Costa Neto *apud* Neves 2005 revela que no ano de 2002 uma outra Instrução Normativa- IN, a IN 006 reafirmou o processo de auditoria como o que vinha sendo desenvolvido para a certificação de produtos orgânicos, conforme a IN 007. Em dezembro de 2003, o Congresso Nacional sancionou a Lei 10.831, que define os produtos orgânicos e dispõe sobre sua comercialização e certificação e que deu forças à IN 007.

Esta normatização do mercado de orgânicos gerou uma confiabilidade nos mercados da produção a partir de práticas ecológicas, como é o caso da agricultura orgânica, mas principalmente, cria um nicho de mercado muito específico, pois como ressalta Fonseca e Nobre (2005), grande parte das exportações dos produtos orgânicos advém de países de baixa renda, mas que são certificados por certificadoras do sistema IFOAM.

Um aspecto muito relevante que vai de encontro ao debate dos nichos de mercado, ao associativismo, e aos mercados camponeses neste aspecto da certificação da produção agrícola, é que a produção em matrizes consideradas ecológicas acaba para muitos produtores representando unicamente uma inserção de sua produção em nichos de mercado específicos, criados a partir de uma particularidade da produção.

Costa Neto (2005), adverte que com a certificação, a “agroecologia fraca”<sup>53</sup>, acaba não levando em consideração os múltiplos fatores que compõem o debate da

---

<sup>53</sup>Sevilla Guzmán (2005) evidencia a existência de uma “agroecologia forte” e uma “agroecologia fraca” e diferencia as duas considerando que a primeira possui dimensão integral, na qual as

agroecologia voltando-se somente para uma agricultura ecológica de mercado que se confunde com os modelos de agricultura convencional, dando maior relevância ao aspecto econômico.

Segundo Feliconio (2002), outros elementos se agregam a esta discussão dos nichos de mercado, pois considerando, por exemplo, a criação da Associação do Agronegócio Certificado Orgânico – AECO, e assim com sua participação em 50% no quadros colegiados de comercialização em escala estadual e nacional, a inserção destes novos atores em instâncias de decisão política sugere mudanças na imagem do movimento das agriculturas ecológicas no sentido de promover a agricultura orgânica como ramo do agronegócio.

Quando ocorre a certificação geralmente esta está relacionada à agricultura orgânica, o que remete aos produtores e a sociedade de modo geral a um erro conceitual, em que agricultura orgânica é confundida muitas vezes com Agroecologia. Altieri (1997) adverte a Agroecologia é uma ciência, com inúmeras técnicas para a produção agrícola, mas levando em consideração um debate político, econômico, social, e cultural com as premissas de sustentabilidade, e que a agricultura orgânica é apenas uma das técnicas passíveis de serem utilizadas para que uma propriedade ou comunidade viva em conformidade agroecológica.

Assim, quando conversamos com os produtores agroecológicos sobre a produção e a comercialização da produção temos em 100% dos casos uma forte aproximação à certificação solidária (que veremos no próximo subitem), que leva em consideração além dos aspectos econômicos, aspectos sócias, ambientais e políticos.

Para estes camponeses o debate promovido por esta rede de solidariedade os aproxima desde o debate, passando pela esfera da produção e até mesmo a comercialização, que conforme vimos anteriormente muitas vezes se dá através de parcerias em projetos ou até mesmo na logística da comercialização da produção.

---

variáveis sociais ocupam um papel relevante e que parte da dimensão técnica na análise da propriedade, mas também os impactos da atual política e da economia que provocam dependência aos agricultores, mas passando para a matriz sociocultural que proporciona uma práxis intelectual e política à sua identidade local e à sua rede de relações sociais. A “agroecologia fraca” é então o enfoque reducionista técnico-agronômico da agroecologia social se confunde não só com os modelos de agricultura convencional, como também com a agricultura ecológica de mercado, que consideramos e optamos por chamar de agroeconegócio.

Veremos nos próximos subitens as diferenças entre os dois modelos de pensar a certificação, os nichos de mercado, bem como a proximidade entre atores sociais a partir das práticas agroecológicas.

### **3.2.1 – Certificações convencionais x certificações solidárias – quem é quem nesse processo?**

A certificação traz à tona alguns embates que observamos no campo, sobre uma confusão acerca do quê e como produzir, mas deixa explícito que a certificação trará um benefício econômico imediato com a agregação de valor aos produtos, já que os selos criam nichos de mercado e subordinação camponesa aos interesses capitalistas. Evidente que a agregação de valor é importante, já que para subsistir há outras necessidades que não apenas a alimentação, e, portanto é necessário agregar valor ao trabalho na propriedade.

No entanto, a produção deixa de ser debatida como opção de enfrentamento ao modelo hegemônico no campo, e passa a ser nicho de mercado, sem que haja em muitos casos um debate sobre autonomia camponesa e soberania alimentar, entrando deste modo numa discussão estritamente capitalista de nichos de mercado.

Podemos observar estes nichos, tanto nas cadeias de supermercados, como nas feiras, que trazem a produção orgânica certificada, nas quais grandes parcelas da população não conseguem acessar os alimentos saudáveis devido a essa agregação de valor.

Contudo, apesar das críticas ao modelo de certificação, como temos acompanhado em diversos âmbitos, mas considerando muito relevante o debate proposto pelo Grupo ETC <sup>54</sup>, o que se observa é uma demasiada importância à certificação dos produtos orgânicos, já que as certificadoras não conseguem analisar a Agroecologia como ciência e modo de vida, cultura, tradição, opção política e embate econômico.

---

<sup>54</sup> O Grupo ETC traz um debate muito interessante em seus artigos quando questiona as formas de certificação e a demasiada importância que estas vêm ganhando, sobretudo quando se criam nichos de mercado a partir do associativismo para obtenção de selos. Outro ponto interessante abordado pela cientista Sílvia Ribeiro que é membro do grupo é um debate que quem deve certificar seus produtos são aqueles que não produzem em matrizes limpas, agredindo o meio ambiente e ainda gerando uma situação de insegurança alimentar às populações de todo o mundo. Ver [www.etcgroup.org/es](http://www.etcgroup.org/es)

Assim as certificadoras partem única e exclusivamente da premissa da produção “ecológica” sem a utilização de insumos artificiais e não propõe um debate muito maior, de que com a territorialização das transnacionais no campo, essas é que deveriam nos certificar que sua produção obtida com o uso de agrotóxicos, ou sementes transgênicas é aceitável pelos padrões da Organização Mundial de Saúde – OMS e Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO, etc.

Quanto à certificação específica sobre a produção agroecológica devemos ressaltar que surgem a partir do final da década de 1980 grupos organizados de camponeses que passam a ter o controle do que produzem e criam uma rede alternativa de certificação, com isso trazem consigo a retomada dos saberes, tradições e solidariedade camponesa, e que vão de encontro ao que seria uma certificação agroecológica.

Um caso específico na região Sul do país é a Rede Ecovida, que está territorializada em núcleos de famílias, que se autogestionam, no intuito de promover troca de conhecimentos e experiências para um reavivamento do campo, como veremos mais adiante.

No caso da RMC, através do diálogo com os associados, bem como com as SMAB's e CONAB, percebemos que há a ação das duas certificadoras. Apesar de termos o conhecimento da imensidão de empresas certificadoras em todo o território brasileiro<sup>55</sup>, nos ateremos aqui a descrever as relações entre as duas certificadoras que atuam neste território. A primeira é a Rede Ecovida que como falamos anteriormente é uma certificação participativa, e a segunda é uma certificação convencional criada pelo Instituto de Tecnologia do Estado do Paraná – Tecpar; e trataremos as perspectivas que ambas têm desenvolvido, já que ambas têm formas diferentes de se organizar, assim como modos diferentes de pensar o campo.

A Rede Ecovida é uma rede de solidariedade na qual participam camponeses, técnicos e consumidores reunidos em associações, cooperativas e grupos informais com pequenas agroindústrias familiares, comerciantes ecológicos e pessoas comprometidas com o desenvolvimento da Agroecologia, e que está territorializada apenas no sul do país.

---

<sup>55</sup> Como exemplo podemos citar IBD, ECOCERT, IMO, COOLMEIA, ABIO, Minas Orgânica, Chão VIVO, etc.

Segundo a Rede Ecovida (2007), os camponeses se organizam em torno da Rede com o objetivo de desenvolver e multiplicar as iniciativas em Agroecologia, assim como estimular o trabalho associativo na produção e no consumo de produtos ecológicos. Ocorre então uma articulação e disponibilização de informações entre as organizações e pessoas de forma solidária. Desta forma agricultores e consumidores intermediam e estimulam o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular.

Questionamos os associados sobre se consideravam realmente a Rede Ecovida e seu processo de certificação uma rede de solidariedade, e surpreendentemente com exceção de menos de 2% dos associados entrevistados, o restante afirmam que se sentem parte integrante do processo, o trabalho é participativo e não fica cada um no seu cantinho.

Antônio Marfil, associado da AOPA de Bocaiúva do Sul, ressalta:

“Quem é certificado pela Ecovida não é certificado sozinho, é como se formasse uma corrente. Para ser certificado precisamos estar vinculados aos grupos/núcleos, que no nosso caso da metropolitana é o Maurício Burmenster. A gente se autogestiona, eu tenho que estar de olho na minha produção e na minha propriedade pra conquistar o selo, e também na propriedade e na produção do meu vizinho pra que ninguém perca a certificação. Mas isso acontece sem confusão, porque a gente acaba se ajudando, trocando experiências, nos reunindo pra debater a produção, realizar encontros. Além disso, a Rede cria uma cadeia de solidariedade; porque um caminhão da Rede passa recolhendo a produção para que todos os territórios onde há a produção certificada pela Rede Ecovida tenham acesso a diversificação da produção. As vezes mando os meus processados (farinhas, cereais) pelo caminhão da rede, do mesmo jeito que vem pescados do litoral, frutas de Santa Catarina e por ai vai. O encontro da Rede é um momento a parte, momento de festa, de ver como o campo pode ser novamente o que a Revolução Verde fez com que perdêssemos.” (Antônio Marfil, associado da AOPA, vinculado ao grupo Sabugueiro)

Assim, conseguimos perceber que para que os associados da Rede Ecovida obtenham uma marca/selo, têm que expressar durante o processo um compromisso e a qualidade do que se pretende produzir. Há uma organicidade que faz com se construa núcleos descentralizados, e cada núcleo reúne membros de uma região que facilita a troca de informações e a certificação participativa.

A certificação participativa é o processo no qual cada camponês analisa a forma de produzir de outros camponeses do mesmo núcleo de modo a assegurar

que nada há de errado com sua forma de produzir. Deste modo, posteriormente há visitas de camponeses de outros núcleos para certificar segundo uma espécie de rodízio no qual quem certifica nunca é o agricultor do mesmo núcleo, mas de outros, aumentando assim as relações de troca de experiências e confiança.

A certificação participativa é então um sistema solidário de geração de credibilidade, onde a elaboração e a verificação das normas de produção ecológica são realizadas com a participação efetiva de agricultores, buscando o aperfeiçoamento constante e o respeito às características de cada realidade, permitindo o respeito e a valorização da cultura local através da aproximação de agricultores e consumidores e da construção de uma Rede que congrega iniciativas de diferentes regiões dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Assim o selo Ecovida é obtido após uma série de procedimentos desenvolvidos dentro de cada núcleo regional. Ali ocorre a filiação à Rede, a troca de experiências e verificação do Conselho de Ética<sup>56</sup>. Podemos analisar no Anexo G as exigências para a obtenção de certificação da Rede.

A Rede Ecovida tem atualmente 21 núcleos regionais, abrangendo em torno de 170 municípios, e o amplo trabalho reúne cerca de 200 grupos de agricultores, 20 ONG's e 10 cooperativas de consumidores, e ainda ampla área de atuação que conta, por exemplo, com aproximadamente 100 feiras livres ecológicas e outras formas de comercialização.

---

<sup>56</sup> Ver [www.ecovida.org.br/formulario-de-certificacao](http://www.ecovida.org.br/formulario-de-certificacao).

**Figura 19 – Territorialização da Rede Ecovida**



Fonte: [www.redeecovida.com.br](http://www.redeecovida.com.br)

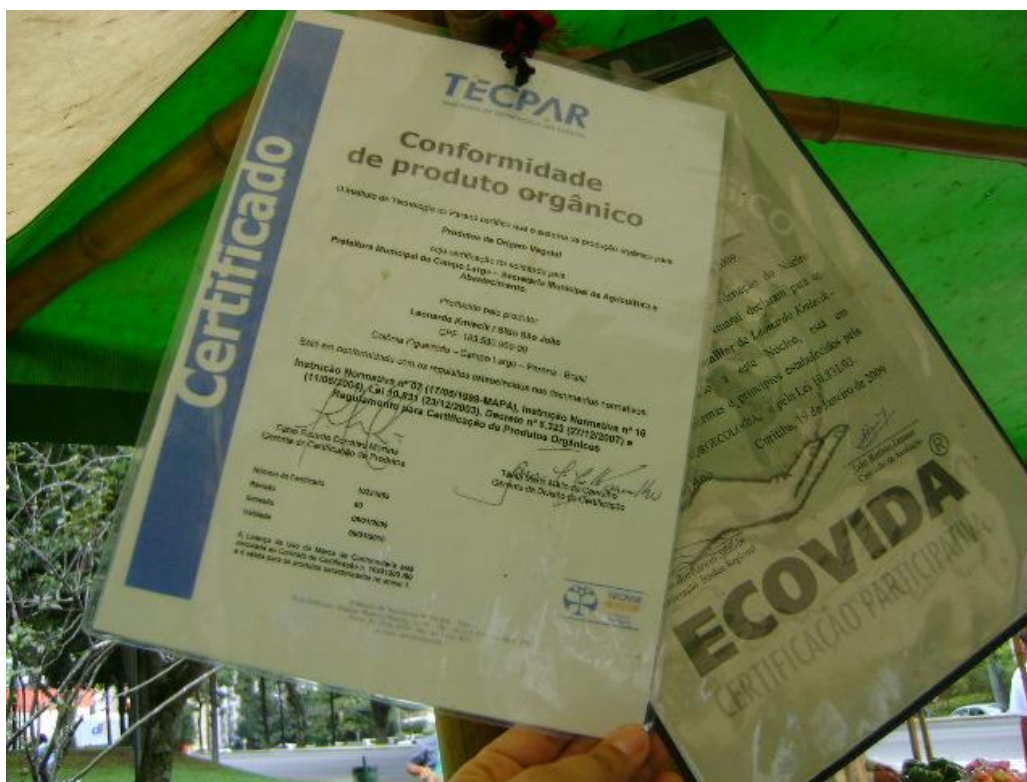
O interessante é que por ser uma certificadora participativa, muitos camponeses a consideram uma boa opção e se mantêm apenas com ela. Outros para assegurarem a inserção dos produtos em feiras e mercados<sup>57</sup> optam por dupla certificação, ou seja, optam pela certificação alternativa e pela convencional tendo uma opção participativa, mas tornando-se reféns de uma exigência de mercado.

Como desafios para a inserção da produção agroecológica, devemos ressaltar, que no caso dos nossos 191 atores sociais pesquisados (embora efetivamente tenham sido entrevistas apenas 73 associados), há o predomínio da certificação participativa em 100% dos camponeses, no entanto em 20% dos casos há a questão da dupla certificação e em 3% dos casos da tripla participação.

Segundo os camponeses entrevistados que têm dupla ou tripla certificação, apesar do sistema de certificações ser muito dispendioso de recursos, cria mercados muito específicos, como por exemplo, hipermercados.

<sup>57</sup> É interessante como isso se torna uma premissa para inserção de produtos em alguns mercados específicos, como no caso do Mercado Municipal de Orgânicos, em que alguns associados relataram ser necessário a certificação da Tecpar, independente de terem ou não outra certificação; embora ao questionarmos aos gestores do mercado a informação não tenha sido confirmada.

“A dupla certificação abre a porta em editais, é garantia que o produto vai ser aceito onde a gente procurar comercializar, e pra certificação participativa da Ecovida ainda tem muita gente que não leva a sério, que torce o nariz.” (Entrevista cedida por Ludovico Charenski, ex- associado da Aopa)



**Figura 20 – Dupla certificação de associado em Curitiba/PR**

Foto: Alessandra Souza- Trabalho de campo, 2009.

Segundo os agricultores filiados à Rede Ecovida, enquanto estratégia de fortalecimento da agricultura familiar<sup>58</sup>, a agricultura ecológica é o começo de um processo de grandes mudanças que deverão acontecer nos próximos anos; mudanças na base produtiva das propriedades, com incorporação de técnicas diferenciadas para correção dos solos, para o controle de "pragas", doenças e ervas "daninhas", etc. Mudanças nas formas de organização dos agricultores para que possam superar as barreiras da comercialização e industrialização e avançar em processos mais autônomos.

Em seu discurso, a Rede Ecovida analisa o mercado dizendo que:

<sup>58</sup> É comum o uso do conceito de “agricultura familiar”, sem a consciência de que este conceito veio junto do pacote do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), o mesmo que traz a idéia de desenvolvimento rural nas décadas de 1980/1990. Ver Schneider(2003) e Abramovay (1992)

“Do ponto de vista do mercado, há uma progressiva tendência da sociedade passar a consumir mais produtos produzidos numa relação de equilíbrio com a natureza e limpos de qualquer resíduos de agroquímicos. Não podemos repetir os erros do passado recente, ou seja, sair da ditadura dos químicos para outra ditadura, a dos orgânicos e nos deixarmos conduzir, apenas pela ótica do mercado. Dessa forma, os mesmos que exploram poluindo e contaminando com os agrotóxicos, continuarão explorando com a venda de insumos orgânicos e comprando produtos em nome do desenvolvimento sustentável. Sair dessa ciranda, significa construir um caminho próprio e fazer dele um projeto de vida para agora e para as próximas gerações.” (Rede Ecovida, 2009)

Ainda há uma avaliação do que representaram as transformações pelas quais o campo passou nas últimas décadas:

“Quando todos viviam a falsa ilusão do milagre econômico, incorporando em seu processo produtivo tecnologias desenvolvidas em outros países, não adaptadas à nossa realidade e voltadas para interesses puramente econômicos, os membros da Rede Ecovida, entidades com 10, 20, 30 ou mais anos, alertavam para as possíveis conseqüências negativas desta forma de produzir. Ao mesmo tempo que criticavam este modelo, também apontavam para alternativas que foram, ao longo dos anos, gestadas pelos agricultores e reconhecidas como viáveis do ponto de vista econômico, social e ambiental. “ (Rede Ecovida, 2009)

É assim que com programas de formação, que foram desenvolvidos em parceria com organizações populares, sindicais e instituições de ensino e pesquisa, que a idéia de se criar uma rede de solidariedade foi tomando corpo, com tecnologias e métodos para construção de uma agricultura ecológica foi sendo difundida.

Com isso foi crescente o número de entidades que se tornaram referência desse reconfigurado jeito de produzir na agricultura; com incentivo nos programas de formação, valorizando mais a mão de obra do que o capital territorializado na forma de complexos agroindustriais, mas sim com formas organizativas e de cooperação descentralizadas e sob o controle dos agricultores com processos produtivos que não degradem o meio ambiente e que todos os membros da família sejam sujeitos do processo.

Em contraposição temos outro modelo de certificação, a certificação convencional. Destacaremos o TECPAR por ser após a Rede Ecovida a segunda

opção à qual os associados recorrem. O TECPAR embora seja uma empresa vinculada ao governo segue padrões comerciais de certificação que dificultam uma proximidade entre si e os atores sociais.

O Instituto de Tecnologia do Paraná – Tecpar é uma empresa pública vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. É uma instituição de pesquisa, desenvolvimento, produção e prestação de serviços. O Tecpar é uma empresa pública com sede em Curitiba, PR, teve sua primeira acreditação pelo Inmetro em 1997.

O Tecpar é um organismo para certificação de sistemas da qualidade que no ano de 1999 conquistou a autorização para ser um organismo para certificação de sistema de gestão ambiental e para a certificação de produtos. Desde esta autorização o Tecpar vem ampliando a abrangência das suas atividades na área de certificação e auxiliando as empresas a se tornarem mais competitivas. Atuando como organismo independente da relação comercial, atesta que sistemas, produtos, processos e/ou serviços estão em conformidade com requisitos nacionais, estrangeiros ou internacionais.

Verificamos junto aos técnicos do TECPAR como se dão as relações junto aos camponeses com quem atuam e conseguimos verificar que na verdade eles trabalham com programas de avaliação e certificação da conformidade ( que estão estruturados segundo padrões internacionais) nos quais acreditam garantir um processo reconhecido e seguro.

O discurso do TECPAR já demonstra certa austeridade profissional que intimida os camponeses, pois traz consigo um discurso muito próprio de corporações capitalistas, no sentido de que a credibilidade está no resultado e não no processo como percebemos com a Rede Ecovida. No site da Tecpar, verificamos também como propagandeado esse discurso uniformizador que descaracterizam o que pensamos ser processos participativos de transformação do/no campo:

“Contando com a força de uma equipe especializada e direcionada para satisfação de seus clientes, o Tecpar marca sua presença no mercado brasileiro da avaliação da conformidade, diferenciada pela credibilidade e atendimento personalizado. Clientes aprovados têm o direito de utilizar as marcas Tecpar Cert, símbolo reconhecido de qualidade e importante fator de competitividade e credibilidade para sistemas, produtos, processos e serviços.” (TECPAR, 2008)

Assim como as demais certificadoras espalhada por todo território nacional e vinculadas à IFOAM, a Tecpar também realiza inúmeras exigências para que o agricultor consiga sua certificação (ver Anexo G), e de modo geral na avaliação todos os produtores são colocados “no mesmo balaio”, sendo desconsideradas as suas particularidades e sem uma aproximação entre os funcionários da Tecpar e os camponeses envolvidos no processo de produção.

São inúmeros os serviços prestados pela Tecpar e a certificação é apenas um entre eles, o que percebemos que a descaracteriza pois faz com que sejam fragmentadas suas atividades e acaba por gerir homogeneamente atores sociais distintos. Isso fica bem claro quando experimentamos comparar como são cadastradas e como a propriedade é certificada tanto pela Rede Ecovida como pela TECPAR, através dos documentos que anexamos (E e F), no qual a vida camponesa parece ser para a certificadora Tecpar apenas mais um elemento burocrático, e não uma peculiaridade que deva ser levada em consideração que para além da produção se possa respeitar o tempo do homem do campo, suas limitações e aspirações quanto à sua produção.

Na página de apresentação da empresa, podemos observar como são diversas suas atividades:

“A modernização de seu padrão tecnológico, a diversificação de suas linhas de produção de imunobiológicos e de antígenos, os avanços na área da biologia molecular e do biodiesel, a ampliação e difusão dos serviços de tecnologias sociais e industriais básicas (metrologia, ensaios e certificação), a expansão e consolidação de suas atividades de extensão tecnológica às pequenas e médias empresas paranaenses, colocam o instituto em compasso com as novas exigências e demandas de diversos segmentos da sociedade. Na área administrativa, além de manter um Sistema de Gestão da Qualidade, utiliza um Sistema de Gestão Empresarial, importante ferramenta de apoio às decisões, que possibilita o acompanhamento gerencial com informações em tempo real.” (TECPAR, 2009)

Apesar de termos dito anteriormente que existem debates muito interessantes sobre o que são os processos de certificação, modelos solidários e modelos convencionais, eles acabam por engessar os camponeses, no sentido que onde quer que queiram comercializar a produção, sejam espaços conquistados por eles – os mercados camponeses – sejam em espaços nos quais se inserem por outras mediações – mercados capitalistas – o que podemos observar é que as certificações

tornaram-se grades que aprisionam sobretudo os menos favorecidos e que estão em áreas onde ainda a certificação participativa não criou núcleos.

No caso específico da RMC, os camponeses conseguiram se inserir no núcleo Maurício Burmenster, mas observamos em campos por outras regiões do Estado do Paraná que a submissão às empresas certificadoras (não estamos nos referindo especificamente à Tecpar, mas as certificadoras vinculadas à IFOAM) são imensas e que acabam por criar grupos e associações com a única finalidade de conquistar e promover nichos de mercado específicos.

Quando falamos que os camponeses recorrem às empresas certificadoras pela falta de possibilidade de se inserirem em grupos da Rede Ecovida, estamos falando de um problema que ocorre no Sul do país, quando na verdade “o buraco é mais embaixo”.

Afinal a criação de nichos de mercados, geralmente orgânicos, são positivos? Ou podemos nos questionar de outras formas: que produz alimentos saudáveis devem ter todo o ônus, ou seja, pagar para obtenção de selos que permitam comercializar a produção? Em quanto a produção de alimentos convencionais, e até geneticamente modificados não têm essa obrigatoriedade ou consegue burlá-la como no caso dos transgênicos?

Os processos de certificação por serem tão distintos e tão desiguais nos causam certa repulsa, sobretudo porque impulsiona cada vez mais atividades capitalistas no campo. A comercialização dos selos e a certificação<sup>59</sup>, passam por um viés desestruturador dos camponeses pois os subordinam às práticas capitalistas, quando na verdade acreditamos que deveriam ser políticas governamentais voltadas para o campo de modo a integrarem os camponeses que trabalham com práticas ecológicas, com respeito a biodiversidade e a sustentabilidade no planeta, certificando-os, e respaldando as suas produções e taxando a produção convencional ou advinda da transgenia como uma questão inclusive de saúde pública.

No entanto, com a pressão que as empresas transnacionais exercem no campo, dificulta ainda mais a consolidação das práticas agroecológicas, frente a atual conjuntura brasileira e ao modelo político que no campo se configura num

---

<sup>59</sup> A principal diferença entre os selos e as certificações é que os selos permitem a comercialização de um produto específico produzido em conformidade com inúmeras regras dos órgãos fiscalizadores. Já as certificações são concedidas às propriedades que adequam toda a produção às regras para se obter a certificação de conformidade ecológica da propriedade.

modelo agroexportador - resquício da nossa cultura de “eternos colonizados” e exportadores de matérias-primas. Isso no sentido de que o embate com o capital no campo, somente se consolida com experiências de resistência como é o caso dos movimentos camponeses de luta pela terra, ou em práticas ainda muito pontuais e silenciosas de agriculturas alternativas como já expomos anteriormente.

Mas voltando ao aspecto da certificação, o que queremos dizer quando falamos da pressão do capital, é que suas novas formas de se consolidar, de criar mecanismos para o domínio do campo, está também criando de formas menos visíveis mais tão violentas quanto formas de expropriar o homem não apenas da terra, de sua autonomia e da sua identidade, num debate ampliado sobre a questão agrária ao qual pretendemos trazer alguns elementos no próximo capítulo.

## **Capítulo 4 – Agroecologia em questão: entraves e avanços na compreensão do movimento contra-hegemônico de transformação do/no campo**

No intuito de melhor analisar a realidade apreendida e o debate que estudiosos de diferentes áreas do conhecimento vêm desenvolvendo (sobre a transformação do campo, através de embates ou de práticas alternativas), vamos agora retomar alguns elementos sobre o debate da consolidação das práticas agroecológicas bem como do debate acerca da soberania alimentar, sobretudo da questão agrária e das transformações que vem ocorrendo no campo (a expropriação do homem da terra, a tomada do campo pelo capital com o agronegócio, etc.).

Em alguns momentos da elaboração deste trabalho, tivemos a sensação que as descrições se faziam exaustivas no intuito de buscar o permanente diálogo com os atores sociais da RMC. No entanto eram necessárias para respaldar algumas indagações para compreendermos os novos elementos que compõem a questão agrária e dos quais buscaremos nos aprofundar neste capítulo, e que acreditamos que por opções de paradigma, fizeram parte deste trabalho, mas que queremos destacar nos próximos pontos.

O elemento fundante deste capítulo é a busca por um diálogo para compreender os avanços e entraves no campo no sentido de como as práticas agroecológicas se configuram em um sólido debate político e ideológico, incorporado ao paradigma da questão agrária. Nesse sentido, entendemos as práticas agroecológicas como um movimento crescente de fortalecimento dos camponeses envolvidos, chegando ao ponto de pensar a Agroecologia como paradigma de transformação do/no campo.

### **4.1 – Avanços e entraves: qual o debate político-ideológico dos diferentes sujeitos diante de suas opções e das práticas agroecológicas?**

No final dos anos de 1940 quando escreveu a obra “A Agricultura Camponesa no Brasil” Ariovaldo Umbelino já nos alertava sobre a transformação dos camponeses em capitalistas a partir da chegada da tecnologia no campo, com a inserção de máquinas, fertilizantes e agrotóxicos, que permitem ao camponês ampliar a produção através do seu trabalho, sem ampliar suas terras. Era este o

primeiro alerta de que as transformações que posteriormente seriam consideradas como Revolução Verde na década de 1970, mudariam completamente as relações do homem com o campo. O que historicamente já havia se consolidado numa terra de expropriação, se consolidaria em terra de exploração, do homem pelo homem, da natureza pelo homem, da natureza pelo capital, considerando as contradições que o próprio capital gera.

Levando em conta o que Oliveira (2001) já ressaltava na década de 1940, percebemos que embora muitas das relações por ele expostas tenham de fato se consolidado apenas décadas depois, e deixado um legado histórico, foi possível neste trabalho também perceber que existem inúmeros casos de resistência (e aqui nos referimos as experiências camponesas que observamos em diferentes regiões do Estado do Paraná e que elencamos na introdução deste trabalho) a estes processos que foram imensamente difundidos ao longo de meio século.

No caso da RMC, por exemplo, conseguimos verificar que um número bem elevado de famílias não passaram pelo pacote tecnológico<sup>60</sup>, ou seja, não converteram sua produção/propriedade para a agroecológica a partir da matriz convencional, pelo contrário, muitos desconheciam que na verdade é a Agroecologia que se apropriou dos seus conhecimentos tradicionais e racionais de pensar o campo, a biodiversidade, a racionalidade no uso dos recursos naturais, entre tantos outros aspectos que os camponeses tradicionais nos permitem identificar.

Ao encontro do que Oliveira nos trouxe, Gonçalves (2008) revisita historicamente as relações no campo e resalta um fato importante, o de que o campesinato nunca efetivamente figurou no debate por políticas públicas no Brasil, e resalta que o processo de recriação do campesinato redundou na promoção de atores sociais que tornam ou passam por processos socioeconômico adverso já que os mecanismos de destruição e de empobrecimento do campesinato persistem. Assim, resalta:

Isto ocorre porque o capital não se estrutura controlando somente a propriedade da terra, mas porque o capital cada vez mais busca exercer o controle sobre a circulação da mercadoria e das trocas que acontecem antes, durante e depois da produção agropecuária realizada no campo, seja através da oferta de produtos (máquinas, implementos), insumos (sementes, adubos, pesticidas, combustíveis), serviços (armazenagem, comercialização), negócios

---

<sup>60</sup> Entre os associados da AOPA, pudemos verificar que entre os camponeses tradicionais e sem-terra, 40% não tiveram contato com o pacote tecnológico, conforme Quadro 4 (página 112)

(compra e venda da produção) e novas tecnologias (produtos de engenharia e da biotecnologia) aos produtores rurais, seja comprando a produção e realizando o processo agroindustrial, impondo o regime de trabalho e o preço das mercadorias agrícolas. (Gonçalves, 2008, p.45)

E isto nos torna ainda mais próxima a afirmação de Shanin(2008) em relação a que os camponeses tendem a se recriar na adversidade, solucionando questões e buscando alternativas que os permitam persistir na condição de camponeses:

[...] A vida e existência camponesa é sob um grau considerável definida por não-camponeses, pelo governo e decisões governamentais, pelo movimento de fronteiras, pela mudança da natureza de regimes políticos etc. Ao mesmo tempo, podemos concluir que a resposta do campesinato às situações de crise nas quais eles são submetidos é sobretudo complexa e eles não ficam esperando que alguém traga a solução. As soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis e, inventivas e criativas (SHANIN, 2008)

No caso dos camponeses que trabalham na matriz agroecológica mais especificamente, o que percebemos é que as adversidades são na verdade heranças relegadas aos camponeses, geralmente por escolhas dos antepassados que cederam à pressão do capital (já amplamente discutido neste trabalho e evidenciado agora por Oliveira e por Gonçalves, e que por uma correlação desigual de forças foram submetidos aos processos de expropriação e dominação.

Com tudo isso ao nos aprofundarmos no debate sobre a Agroecologia, percebemos que há elementos que são premissas para esses camponeses recuperarem além da sua autonomia, o respeito histórico que estes sujeitos têm em suas relações com a apropriação da natureza, evidenciada em Carvalho (2004).

Para Paulino (2006), a racionalidade camponesa não pode ser comparada ou colocada em oposição entre o moderno e o arcaico, pois nela está estruturada a lógica de reprodução familiar, ou seja, o saber camponês alimenta-se de práticas que possibilitam a sua recriação, tratando-se de um conjunto de referências inscritas na história familiar e comunitária, que normatizam o presente e orienta ações futuras com estratégias registradas em sua trajetória.

Neste sentido, percebemos que para os camponeses da RMC, inclusive considerando seus diferentes graus de camponesidade (Shanin, 2008), o que fica evidente é que mesmo aqueles que os pais nunca tiveram ligação com a terra, eles

incorporam à sua vida e às suas práticas essas históricas significações e em muitos casos despertam em seus pares a necessidade de se pensar mais racionalmente os recursos naturais, a vida e os mercados.

Em todas as entrevistas percebemos que a autonomia é o carro-chefe do posicionamento dos camponeses. Para Luiz Bueno, associado à AOPA e estudante da ELAA, essa autonomia é consolidada na qualidade de vida, e ressalta:

Nossa preocupação hoje é produzir um alimento de qualidade, primeiro pra família e depois para comercializar. Nossa vida não tem a regra, a ditadura do relógio, que faz com que a gente se escravize e produza de olho nas cifras. Aprendemos que o mais importante é valorizar o que a gente tem, mesmo com as dificuldades e ter respeito pela natureza, porque aí ela dá pra gente de volta tudo que a gente precisa. Com isso melhorou a nossa vida, com a família, com os vizinhos e até com os colegas da associação. O que eu sinto é que passei até a ter mais respeito por mim mesmo, tempo pro trabalho, pro lazer, pra família, pro descanso. (Luiz Bueno – Aluno do curso de Agroecologia da ELAA, associado à AOPA)

A Agroecologia para os camponeses neo-rurais da RMC aparece como a forma mais palpável de consolidar-se na terra, sentir-se camponês e logo pertencente ao meio. Para este grupo é uma forma também de ampliar o debate que muito deles (quando viviam no meio urbano, e desenvolviam atividades acadêmicas e extensionistas) realizavam acerca da sustentabilidade da agrobiodiversidade, e ainda alternativas para o campo.

Altieri (1998) destaca que para os camponeses a sustentabilidade incorpora novas significações e que é difícil de conquistar e de reproduzir:

A verdadeira sustentabilidade somente será obtida quando os camponeses incrementarem seu acesso a terra, aos recursos e a uma tecnologia adequada para manejá-la adequadamente, e se organizem para assegurar o controle dos recursos, um justo acesso aos mercados de insumos e produtos e rendimentos dignos derivados de suas colheitas. (ALTIERI, 1998)

Neste sentido, ao observarmos na RMC os camponeses envolvidos com a Agroecologia, no debate já realizado por Sevilla Guzmán sobre a “sustentabilidade fraca ou forte”, Alier (2007) no seu livro *Ecologia dos Pobres*, destaca formas de resistência como caminho para sustentabilidade, evidencia que os movimentos

sociais e ambientalistas de resistência incorporam no seu interior os debates alternativos. Um exemplo disso, apresentado pelo autor é que nos países industrializados a Agroecologia é vista como um movimento tipicamente neo-rural, e nos países do sul diferencialmente é um movimento camponês (em todas as suas formas) e contra as empresas transnacionais de sementes – ao menos por enquanto- e que é minoritária, mas potencialmente relevante para centenas de milhões de famílias camponesas; e é esta racionalidade ecológico-econômica dos sistemas camponeses que proporcionam um ponto de partida para uma forma alternativa.

Alier (2007) evidencia algo que em nossa pesquisa ficou evidente, e que embora não tenhamos nos aprofundado neste trabalho foi percebido em todo o processo de pesquisa; que destaca em seu debate que as sociedades camponesas são ainda patriarcais; o que de fato se confirma na RMC, pois 95% das famílias são ‘chefiadas’ por homens independente de serem camponeses tradicionais, neo-rurais ou sem-terra.<sup>61</sup>

Retomando o debate sobre as classes populares<sup>62</sup>, Carvalho (2004) no campo do Brasil estão vivenciando crise de identidade de classe e uma correlação de força desfavorável devido a alguns fatores dos quais destaca:

[...] a insuficiente percepção de quem são as classes dominantes no campo e como elas se colocam como adversárias da realização de interesses das classes populares no campo; a precária unidade

---

<sup>61</sup> Em depoimentos diversos, e também avaliando o que os camponeses tem produzido em maior quantidade, percebemos que as hortaliças tem se tornado o carro-chefe na produção da RMC, e que a horta que era antes o espaço da mulher na lógica da produção familiar, primeiro por estar acerca da casa e segundo por ser muitas vezes um trabalho mais delicado era relegado as mulheres. Nos remetendo à história da humanidade é possível lembrarmos que as sociedades eram nômades, e os homens e mulheres viviam da caça, até que as mulheres passaram a desenvolver a agricultura e as comunidades passaram a se assentar já que não era mais necessário sair em busca do alimento, mas produzi-lo à sua necessidade. Contudo, o que percebemos que agora o trabalho que era relegado e chefiado pelas mulheres passou ao comando dos homens que definem o que produzir nas hortas, ordenam e estabelecem metas, além de claro comandar as mulheres, filhos e em alguns casos os funcionários; ficando as ‘roças’ maiores a cargo deles e dos filhos, mas geralmente para consumo na propriedade, e algum excedente para comercialização nos mercados camponeses. No entanto, não vamos aqui nos aprofundar nas questões de gênero no campo, pois certamente seriam motivo de maior cautela e empenho, e também para não correremos o risco de deixar um tema tão rico relegado a segundo plano. Vamos retomar a questão do campesinato enquanto classe que já debatemos timidamente anteriormente e que necessitam de certa atenção para que possamos compreender o campo em suas múltiplas determinantes.

<sup>62</sup> Como classes populares, Carvalho(2004) informa que leva em consideração os pequenos agricultores, proprietários de terras, os posseiros de terras públicas ou devolutas, os arrendatários não capitalistas, os parceiros, os assalariados rurais, os agroextrativistas, os ribeirinhos e os quilombolas.

política entre as classes e frações de classes populares em função da ausência consensuada de objetivo estratégico de classe de médio e longo prazos; esses dois fatores anteriores têm como uma das causas principais o espontaneísmo na direção das lutas táticas da maioria dos movimentos e organizações sociais e sindicais que aglutinam e organizam as forças sociais concretas das classes populares nas lutas sociais no campo para uma suposta transformação da realidade; o espontaneísmo nas lutas táticas nega a luta de classes e favorece o afloramento do oportunismo nas lutas sociais de massa.(CARVALHO, 2004)

No entanto sintetiza a correlação de forças políticas nas lutas sociais no campo com os seguintes aspectos:

[...] as classes dominantes no campo têm conseguido alcançar o seu objetivo estratégico de classe que é a concentração e centralização da renda e da riqueza rurais; as ofensivas políticas e ideológicas, portanto a direção tática das lutas das classes dominantes no campo, apoiadas por governos que são orgânicos aos seus interesses de classe, tem alcançado resultados táticos importantes na desagregação da unidade das classes populares no campo e na limitação da abrangência das lutas populares, com exceção das iniciativas de luta pela terra; a luta pela terra através das ocupações de latifúndios têm sido as únicas ações táticas com caráter de luta de classes a partir das classes populares no campo [...] (CARVALHO, 2004)

Neste mesmo sentido, Oliveira (2004) destaca que há controvérsias no campo brasileiro de quem de fato tem participado da produção agropecuária, já que em muitos casos (entre desavisados e acadêmicos) se repete que não há sentido no interior da lógica capitalista que distribuir terra através de reforma agrária, já que uma reforma agrária massiva poderia desestabilizar o setor competitivo no campo deixando este mais vulnerável. E ironicamente isso acaba se destacando como a “política vitoriosa de exportações de *commodities* do agronegócio”, lógica pela qual os latifúndios se legitimam, tornando-se terras produtivas.

Partindo deste debate, é possível ainda na década de 2000 lembrarmos a crise dos alimentos que sofremos no ano de 2008 e a qual Oliveira (2008) relaciona com o agronegócio e com a exportação de *commodities* negando soberania alimentar aos povos do campo e da cidade.

Em relação a este debate, o que temos percebido no Estado do Paraná é que apesar do agronegócio ter tomado para si uma vasta área de produção (convencional, transgênica e orgânica), as experiências com distintas práticas ecológicas e pontuais por todo Estado tem provocado e ampliado o debate no

âmbito governamental na esfera estadual e federal, no sentido que os órgãos públicos através de seus funcionários (como no caso da Emater), volte a atenção para a assistência técnica aos camponeses.

No entanto, nos órgãos governamentais existem funcionários que ainda resistem aos processos alternativos e se atêm ao modelo convencional prejudicando o debate; mas existem as secretarias de meio-ambiente, desenvolvimento social, agriculturas, além da Conab e tantos outros órgãos que voltam sua atenção para estas práticas como forma também de propagandear um estado com mais justiça social e com um campo menos conflituoso.

Sylvia Ribeiro do ETC Group, ressalta que existe uma questão muito relevante para refletirmos sobre os processos de dominação no campo, já o avanço das transnacionais e a diversificação de suas atividades têm provocado mudanças estruturais no mundo, empregando números cada vez mais reduzidos de trabalhadores, mas tendo participação em quase 50% do produto bruto do planeta.

Considerando que os camponeses são mais de 25% da população mundial e alimentam diretamente a metade do mundo e indiretamente uma porcentagem muito maior, fica evidenciado que os tratados comerciais não referem-se somente ao comércio, mas a projetos de dominação econômica, política, social e cultural do grande capital. Isso torna a necessidade de resistência a este modelo maior para efetivamente se criarem espaços de autonomia, como por exemplo através de redes solidárias de produção e consumo.

Acreditamos que estas redes solidárias de produção e consumo às quais Silvia Ribeiro nos remete, são o que chamamos de mercados camponeses, no sentido de se reproduzir socialmente dentro do capitalismo que é o sistema ao qual se subordinam, mas de modo a resistirem através da identidade e das alternativas para produção e reprodução da cultura e autonomia camponesa.

Para José Maria Tardin articulador da Via Campesina no Estado do Paraná, a implementação/retomada da matriz produtiva agroecológica é um processo lento, e no âmbito dos movimentos sociais os desafios se tornam ainda maiores, no sentido que o avanço da Agroecologia está posto para os movimentos sociais como alcançar a capacidade de ampliar e aprofundar um intenso trabalho de base com as famílias nas comunidades e nos assentamentos. Então essa capacidade operativa tem sido um grande desafio:

[...] Temos buscado outros métodos para realizar além da produção um debate amplo sobre a Agroecologia, uma vez que nós não contamos como movimento camponês com o aporte de políticas do Estado para realizar esse tipo de trabalho de base de construção de conhecimento agroecológico. Outro desafio grande é não só esse em particular, mas é cada vez mais a ausência do Estado na política de reforma agrária, então bloquear a reforma agrária, significa colocar um grande obstáculo no avanço da Agroecologia. E o bloqueio da reforma agrária significa apoiar o avanço do agronegócio e da toma de terras em nível de país e do continente, isso infelizmente é um processo continental. (Entrevista cedida por José Maria Tardin, representante da Via Campesina no Estado do Paraná e coordenado pedagógico da ELAA, durante a 8ª Jornada de Agroecologia Maio de 2009 em Francisco Beltrão/PR)

É neste sentido da capacidade operativa que não se dá apenas no âmbito dos assentamentos de sem-terra, mas em diversas comunidades camponesas, que concordamos com Marques (2008), que há um processo de recriação e territorialização camponesa em curso, que tem transformado os territórios e impondo novos conteúdos que decorrem das diferentes maneiras como se organizam e se autodefinem os grupos de camponeses em diferentes localidades.

Apesar de não termos entrado na questão do impacto urbano, salvo pequenos detalhes quanto à comercialização da produção e entidades no espaço urbano beneficiadas, o articulador da Via Campesina José Maria Tardin, nos lembra que o debate no âmbito das populações que estão na cidade são interessantes dão força e argumentos, no sentido de alcançar o grande público; e evidencia:

[...] a importância de despertá-los a consciência ecológica em relação aos alimentos, mas também sobre seu comportamento cotidiano, quer dizer, sua postura como pessoa no dia-a-dia quando lida com sua casa, com a água, com aquilo que ela consome para a sua sobrevivência. Então são macro desafios, e é claro, o grande desafio que é fazer frente do ponto de vista político da resistência e da luta, ao avanço do agronegócio, quer dizer, ao avanço desse grande movimento do capital sobre a agricultura. (Entrevista realizada com José Maria Tardin, em Maio de 2009 durante a 8ª Jornada de Agroecologia em Francisco Beltrão/PR)

Tomando também para nós o desafio que é do meio rural como urbano, promovendo o debate no sentido de ampliar as discussões e trabalhar no sentido de evidenciar a possibilidade de um campo vivo, com autonomia e soberania (popular e alimentar) para todos, passamos a nos questionar se o movimento agroecológico é

um movimento social contra-hegemônico ou se é um paradigma de transformação; que buscaremos debater no próximo ponto.

#### **4.2- Movimento social contra-hegemônico ou paradigma de transformação?**

Inicialmente, indagamos o que representava o movimento agroecológico, que tem modificado o campo, mas não tínhamos a dimensão do que poderia ser este movimento.

Após termos experimentado as sensações de estranhamento e admiração, fomos tomados por um sentimento de curiosidade, o apelo científico, que nos remeteu à necessidade de compreender como o campo tem se transformado, se reconfigurado a partir das práticas agroecológicas.

Nesse sentido, passamos a compreender as práticas agroecológicas como um movimento ou mecanismo que fortalece as relações sociais entre os camponeses a fim de sobreviverem às crises, já evidenciados em Shanin (2007):

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises.( Shanin, 2007)

Embora seja um movimento lento, pois como já abordamos passa por uma tomada de consciência para posteriormente se efetivar na transformação/recuperação de solos, e assim efetivamente se aderir às práticas ecológicas na agricultura; o que temos percebido é que os espaços de diálogo são fundamentais para a tomada de consciência e por uma solidariedade política. Sim, solidariedade política, já que quando tomados pelo anseio de transformarem o campo e suas relações sociais, os camponeses tem a necessidade de respaldo em suas intencionalidades, ou seja, de ter com quem dialogar acerca do modelo produtivo, das relações sociais, do meio ambiente, enfim das diversas esferas que conduzem o debate e efetivamente as transformações no campo.

De modo geral, percebemos que o primeiro passo que os camponeses dão no sentido de modificar sua produção, de transformar a propriedade está no sentido de

que há a necessidade de diálogo com seus pares, posteriormente ao debate, se organizam e formam associações ou redes de solidariedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Pablo Neruda, escrever é um processo fácil, no qual você começa com uma maiúscula e termina com um ponto final, e no meio, coloca as idéias. Apesar do inegável brilhantismo de Neruda, ousarei discordar. Escrever não é fácil, sobretudo quando escrevemos sobre pessoas e processos com intencionalidades políticas, econômicas ambientais e sociais; e como não “acredito” em neutralidade científica (este é primeiro momento que me coloco na primeira pessoa neste trabalho que é coletivo, pois as orientações foram extremamente preciosas), tenho plena convicção que este não é um trabalho neutro.

Buscamos trazer alguns elementos que acreditamos que contribuem para o debate que propusemos até aqui, no Capítulo 1 descrever os atores sociais da RMC bem como os mercados camponeses, no Capítulo 2 propor um debate sobre as questões de segurança e soberania alimentar à luz das práticas agroecológicas na RMC, bem como no capítulo 3 evidenciar as essas práticas tendo como debate central a Agroecologia, e ainda o quarto capítulo no qual buscamos ainda que timidamente debater os entraves e os avanços dessas práticas no campo; e que acreditamos contribuir para o contínuo processo de compreensão das relações e transformações no campo.

Nosso intuito com este trabalho foi a princípio conhecer mais profundamente o debate acerca da Agroecologia e mais pontualmente sobre as práticas agroecológicas na RMC, analisar como os camponeses se organizaram e perceberam a necessidade de mudança de matriz produtiva. No entanto, no percurso percebemos que os debates são mais profundos e estão intrinsecamente relacionados, de modo que em alguns momentos nos vimos “indo e vindo” como se estivéssemos patinando sobre o mesmo lugar.

Ao finalizamos as etapas de coletas de dados e trabalhos de campo e ao sistematizarmos os dados percebemos que não foi isso que aconteceu, e que embora ainda tenhamos muitos elementos sobre a discussão de Soberania Alimentar e da Agroecologia que a cada debate se fortalecem ou se modificam, temos a certeza ao concluir este trabalho que ele não é neutro, como já dissemos, e também não é definitivo, assim como não são definitivos os processos pelos quais o campo e os camponeses são submetidos.

O principal elemento deste trabalho com certeza são os camponeses, pois é através deles que nos atentamos as questões conflituosas que no campo se acentuam. A Agroecologia e a Soberania Alimentar são elementos que nos permitem compreender como os camponeses resistem e tendem a criar alternativas para sua reprodução social, mutando temporalmente.

Tivemos oportunidade de ouvir, em trabalho de campo, o depoimento de sem-terra a seguinte frase:

A gente é raiz profunda, as pessoas tentam arrancar a gente da terra, e a gente resiste, cria ramas; e quando por força maior a gente é arrancado da terra, é como se arrancassem da terra sua ordem, a gente deixa marcas, feridas pra que a terra sinta saudade e como se chamasse a gente de volta nos fizesse resistir. Essa é nossa luta: resistir. (Pedro Sem-Terra assentado no PA Contestado – Trabalho de Campo - 2009)

Essa frase foi dita por um sem-terra no Assentamento Contestado durante o Seminário da Biodiversidade que aconteceu ao final do Congresso de Agroecologia que era realizado em Curitiba, e esta frase nos permite compreender o que para este grupo significa estar na terra e nela se reproduzir, já que passa a representar não apenas a luta pela terra, mas a luta pela dignidade camponesa que é conquistada a cada dia.

No caso dos camponeses da RMC para além de territórios conquistados e produzidos, as territorialidades camponesas se destacam, pois nos permite materializar o que as teorias sobre formas alternativas de reprodução social no campo, bem como os debates acerca do Paradigma da Questão Agrária, nos mostravam sobre os diferentes atores sociais, sobre sua identidade e autonomia, que é conquista e também resgate na maioria dos casos.

No primeiro capítulo, embora tenham sido exaustivas as descrições nos permitiram compreender em que “chão estávamos pisando”, de conhecer os atores sociais envolvidos e saber que a pesquisa partiria das suas práticas na agricultura, forma de organização, identidade (que retomamos no terceiro capítulo) para posteriormente compreendermos a complexidade que os novos elementos que compõem a questão agrária evidenciam.

A partir disso buscamos debater no segundo capítulo dois dos principais novos elementos que compõem a questão agrária – a Soberania Alimentar e a Segurança Alimentar.

Tanto o debate sobre a Segurança Alimentar como sobre a Soberania Alimentar nos mostraram de que maneiras e com quais alternativas os camponeses da RMC têm enfrentado e/ou se organizado frente ao poder devastador do agronegócio. Neste aspecto acreditamos que merecem destaque a questão das crises alimentares e dos eventos com grande participação dos grupos envolvidos neste debate, em busca de um consenso sobre o tema.

Nosso terceiro capítulo evidencia o movimento agroecológico de modo a nos permitir compreender o avanço e a territorialização das práticas agroecológicas e os principais desafios dos camponeses frente ao capital.

Merece nosso destaque, os diferentes graus de camponesidade que observamos na RMC, entre os associados da AOPA, que de diferentes formas foram se inserindo no debate e nas práticas agroecológicas. Outro aspecto relevante é a formação de mercados camponeses que vêm se consolidando e expandindo pela metropolitana de modo a gerar maior autonomia entre os camponeses e que pudemos verificar através de depoimentos, e elaboração de quadros e mapas.

No nosso último capítulo, nos aventuramos a dialogar com alguns autores que vêm debatendo a questão agrária (embora não tenhamos nos aprofundado neste tema), tentando compreender os avanços e entraves diante das práticas agroecológica, buscando compreendê-las como contra-movimento ou como paradigma de transformação.

Vale ressaltar que nas diferentes etapas que compuseram esta pesquisa, o permanente diálogo com os camponeses nos permitiu compreender na prática o que as teorias apenas sinalizavam, e tentamos descrever esta experiência do modo mais fiel possível.

Merecem destaque os camponeses que comercializam sua produção nas feiras, pois de modo expressivo nos mostraram os caminhos das pedras, nos indicaram o funcionamento de praticamente todas as formas de comercialização que consideramos neste trabalho como mercados camponeses.

Decidimos então para concluirmos este trabalho elencar alguns aspectos positivos e negativos que pudemos observar ao longo da pesquisa/coleta de dados e dos diálogos que conseguimos desenvolver com os atores sociais envolvidos.

Começando pelos aspectos positivos precisamos destacar a rede de solidariedade e os vínculos estabelecidos entre os camponeses que comercializam a produção agroecológica e como se organizam para que a produção possa chegar nas feiras, mercados e via PAA. Embora tratem-se de mercados, não há uma competição pelo “cliente”, mas uma parceria para que a produção atinja as pessoas e para que a Agroecologia se fortaleça. Isso ocorre quando um produz e o outro insere a produção nas barracas das feiras orgânicas e MMOC que ocorrem na RMC, mas principalmente em Curitiba.

Outro aspecto muito positivo é o debate sendo ampliado em diferentes fóruns e com diferentes segmentos da sociedade o que nos permite compreender a Agroecologia como um movimento crescente; para não dizer paradigma já que estamos iniciando os debates ainda muito timidamente sobre se ela o é, mas evidenciando-a como um forte instrumento de contraposição ao modelo imposto pela agricultura convencional.

Além disso, também merece nosso destaque os centros de formação em Agroecologia que multiplicam os saberes obtidos, no tempo-escola na ELAA e no tempo comunidade, momento este que percebemos a alternância como instrumento de propagação dos conhecimentos e inserção dos mesmos nas comunidades das quais os estudantes são provenientes, e permite a ampliação do diálogo entre os camponeses agroecologistas com os que se mantêm na perspectiva tradicional de produção agrícola.

Ao nosso ver, a Rede Ecovida tem papel vital para os camponeses envolvidos pois estabelecem uma certificação solidária entre seus associados e fortalece os vínculos de parceria e ajuda mútua entre eles. Por isso, é uma forma tão importante de certificação, pois além da formação, dos debates e da comercialização são fortalecidos os vínculos camponeses entre eles.

Um ponto negativo que evidenciamos no início do trabalho de campo foi a comercialização da produção agroecológica ocorrendo principalmente em áreas centrais, o que dificulta que seja mais amplamente consumida por grande parcela da população. No caso específico do MMOC os preços praticados também são um pouco diferenciados dos praticados no mercado de modo geral, e isso acaba afastando a população deste centro de comercialização que é fixo e que deveria ser uma opção às feiras.

A certificação é uma questão ainda maior a ser debatida, pois embora compreendamos a necessidade de garantia sobre a forma com que a produção agrícola foi desenvolvida, as inúmeras agências certificadoras estabelecem valores altos para emissão de selos, e assim afasta parte dos produtores ou acaba forçando alguns grupos a criarem associações para poderem pagar a certificação e assim inserir a produção nos mercados.

O PAA embora seja uma política pública muito interessante, para compra de produção agroecológica ocorre de modo muito tímido, e percebemos que por ser uma política pública, com uma intencionalidade e com tempo de mandato, pode não ser ampliada ou permanecer nas próximas gestões. Isto nos remete a preocupação expressa pelos camponeses que se veem 'reféns' pois teriam maior dificuldade de inserir, ao menos neste momento, a produção em feiras ou MMOC, já que demandariam de mais capital para conseguirem os estandes ou as barracas.

Após realizarmos uma espécie de balanço, analisando os atores sociais, certificações, mercados e políticas públicas, definiríamos as práticas agroecológicas pelo que presenciamos e apreendemos como uma continua 'superação'. No caso dos camponeses tradicionais que não converteram suas produções para a matriz convencional se deu como forma de resistência e de conquista de mercados; no caso dos neo-rurais se deu como valorização da vida camponesa e a busca por um campo mais humanizado e vivo; e no caso dos sem-terra como luta; e de construção de modelo sem imposição ou aos convencionais do assentamento, mas na busca do permanente diálogo a fim de se formarem pares.

E temos a partir de todas as esferas que analisamos a necessidade de continuarmos a nos aprofundar, e buscamos compreender ainda mais a Agroecologia.

Quando iniciamos as considerações finais, com a frase de Neruda falando sobre o processo de escrever que é fácil que termina quando se coloca um ponto final, temos ainda a acrescentar que após dois anos a frase "Um rio nunca é o mesmo" se aplica como uma luva a nós, já que este trabalho – que sempre consideraremos embora terminado, inacabado- nos fará cada vez mais buscar reflexões sobre o campo, não apenas da RMC, mas o campo em sua grandiosidade e complexidade. E é com esta sensação do anseio por saber mais e compreender mais que finalizamos esta etapa.

## BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 2ª edição. São Paulo: Hucitec/Edunicamp, 1992.

ALMEIDA, Jalcione. **Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável**. In: ALMEIDA, J e NAVARRO, Z. (orgs.) **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 2ª edição. Porto Alegre. Editora UFRGS, 1997, p. 33-56.

\_\_\_\_\_. **A Agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado**. Porto Alegre: Mimeo, 2002, 25pag.

ALTIERI, Miguel. A e MASERA, Omar. **Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima**. In: ALMEIDA, J e NAVARRO, Z. (orgs.) **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 2ª edição. Porto Alegre. Editora UFRGS, 1997, p. 72-105

\_\_\_\_\_. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 1ª edição. Porto Alegre. Editora UFRGS, 1998.

BEZERRA, Islândia. **A sustentabilidade da segurança alimentar e nutricional a partir da Agroecologia**. Caderno de Estudos da 8ª Jornada de Agroecologia: Construindo um projeto popular e soberano para a agricultura. 27 a 30 de maio de 2009. Francisco Beltrão/PR.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BRANDENBURG, Alfio. **Movimento Agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, volume nº 06, p. 11-28, 2003.

\_\_\_\_\_. **Movimento agroecológico: trajetória ,contradições e perspectivas**. Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR), Curitiba, v. N.6, p. 11-28, 2002.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns princípios e conceitos**. EMBRAPA, Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. e HERNÁNDEZ, Jaime Morales. **La Agroecología desde Latinoamérica: avances y perspectivas**. Mimeo, 2008, 09 pag.

CARVALHO, Horácio Martins. **Comunidade de resistência e de superação**. Curitiba: Peres, 2004.

\_\_\_\_\_. **Transgênicas: sementes do Império**. Disponível em: <<http://latinoamericana.org/2005/textos/portugues/Martins2.htm>>. Acessado em 16 jun. 2008.

\_\_\_\_\_. **Contexto atual da correlação de forças e das lutas sociais no campo**. 1ª edição. Caderno de Formação da Via Campesina. 2004.

CECEÑA, Ana Ester. Autonomia no es aislamiento. Reflexiones de la situación actual de los movimientos sociales. *In*: GIARRACCA, Norma e MASSUH, Gabriela orgs. **El trabajo por venir: autogestión y emancipación social**. 1ª edição. Buenos Aires: Editorial Antropogafia, 2008.

CERVEIRA, Ricardo. **Agroecologia & Desenvolvimento**: Estudo de Caso do Grupo Curupira, Jaboti-PR. Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

CHONCHOL, Jacques. **Soberania Alimentar**. São Paulo, Estudos Avançados, v.19, nº55, set/dez. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340142005000300003&lng-pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142005000300003&lng-pt&nrm=iso). Acessado em 15 abr 2008

COSTA NETO, Canrobert. **Relações entre agronegócio e agroecologia no contexto do desenvolvimento rural brasileiro**. Mimeo, 2005.

DAROLT, Moacir Roberto. Agricultura orgânica: um estudo de sustentabilidade na Região Metropolitana de Curitiba, Paraná. *In*: MENDONÇA, Francisco org. **Cidade, Ambiente e Desenvolvimento: Abordagem interdisciplinar de problemáticas socioambientais urbanas de Curitiba e RMC**. 1ª edição. Curitiba. Editora UFPR, 2004, p. 199-206.

DE MARCOS, Valéria. Agricultura e mercado: impasses e perspectivas para o agronegócio e a produção camponesa no campo latino-americano. *In*: PAULINO, Eliane Tomiasi e FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª edição. São Paulo. Editora Expressão Popular, 2008, p. 49- 78.

EMATER – Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão rural. **Projeto Mundo do Campo** – CPRA. Curitiba, 2004.

ESCOBAR, Arturo. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. *In*: MATO, Daniel (coord.). **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2005. pp.17-31.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época, V. 92).

\_\_\_\_\_. *In*: Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo, 1ª edição. Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In*: BUAINAIN, Antônio Márcio. Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. 1ª edição. Campinas. Editora Unicamp, 2005.

\_\_\_\_\_. **Agronegócios y campesinado: dos sistemas en conflicto**. *In*: GIARRACCA, Norma e MASSUH, Gabriela orgs. **El trabajo por venir: autogestión y emancipación social**. 1ª edição. Buenos Aires: Editorial Antropogafia, 2008.

FELICONIO, Ana Elisa G. **Certificação de sistemas de produção não convencionais da agricultura orgânica à agroecologia**. Dissertação de Mestrado, CPDA/UFRRJ, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Editora Graal. 2ª edição. Rio de Janeiro, 1984.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRITZ, Nilton Luiz. **Agroecologia: o desenvolvimento no sudoeste do Paraná**. ALVES, Adilson F., CARRIJO, Beatriz C., CANDIOTTO, Luciano Z. P.orgs. In: Desenvolvimento territorial e agroecologia. Expressão popular. 1ª edição. São Paulo, 2008.

GARCÍA GUERREIRO, Luciana. Autogestión y mercados. In: GIARRACCA, Norma y MASSUH, Gabriela. **El trabajo por venir- Autogestión y emancipación social**. 1ª edição. Buenos Aires. Editorial Antropofagia, 2008.

GIARRACCA, Norma. Producción y mercados para La vida: uma possibilidade emancipadora para el siglo XX. In: GIARRACCA, Norma e MASSUH, Gabriela orgs. **El trabajo por venir: autogestión y emancipación social**. 1ª edição. Buenos Aires: Editorial Antropofagia, 2008.

GIPI FERNÁNDEZ, Juan Carlos. Recuperar la autonomía es recuperar el Estado. In: GIARRACCA, Norma e MASSUH, Gabriela orgs. **El trabajo por venir: autogestión y emancipación social**. 1ª edição. Buenos Aires: Editorial Antropofagia, 2008.

GLIESMAN, Stephen R. **Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável**. 3ª edição. Rio Grande do Sul. Editora UFRGS, 2005, 653p.

GONÇALVES, Sérgio. **Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná**. Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista – UNESP Presidente Prudente, Tese de Doutorado, 2008.

GUTERRES, Enio et al. **A motivação dos camponeses para o desenvolvimento rural sustentável (a partir do conhecimento local)**. In: GUTERRES, I. Agroecologia militante. 1ª edição. São Paulo. Editora Expressão Popular, 2006, p-25-76.

GRAZIANO DA SILVA, José. Agricultura Sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social? In: ALMEIDA, J e NAVARRO, Z. (orgs.) **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 2ª edição. Porto Alegre. Editora UFRGS, 1997, p. 106-127

GARCÍA GUERREIRO, Luciana. **Autogestión y mercados**. IN: GIARRACCA, Norma y MASSUH, Gabriela. El trabajo por venir- Autogestión y emancipación social. 1ª edição. Buenos Aires. Editorial Antropofagia, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 3ª edição revista. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, 2007, 400p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Área Territorial Oficial**. Resolução nº 5 de 10 de outubro de 2002. Acessado em 16 de junho de 2009.

KARAM, Karen Folador. **Agricultura Orgânica: estratégia para uma nova ruralidade**. In: Francisco Mendonça org. Cidade, Ambiente e Desenvolvimento: Abordagem interdisciplinar de problemáticas socioambientais urbanas de Curitiba e RMC. 1ª edição. Curitiba:Revista MADE, 2004.

LEFÈBVRE, Henri. **A produção do espaço**. 4ª edição. São Paulo: Antropos, 1979.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, Eliane Tomiasi e FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª edição. São Paulo. Editora Expressão Popular, 2008, p. 49- 78.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. **O Ecologismo dos Pobres**. 1ª edição. São Paulo. Editora Contexto, 2007, p.379.

MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso**. 1ª edição. São Paulo. Editora Hucitec, 1994.

MAZZEI, Umberto. Diferencias entre seguridad y soberania alimentaria. **Territórios**. Guatemala, Soberania alimentaria 2, p. 50-53, out.2007.

MDS. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Visualizado em: [www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/programas](http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/programas). Acessado em 16/06/2009.

MMA. **Agenda 21 Brasileira**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=908&idMenu=374>. Acessado em 10/02/2009.

MONTENEGRO GOMÉZ, Jorge Ramón. **Desenvolvimento em (Des)construção – Narrativas Escalares sobre o Desenvolvimento Territorial Rural**. Universidade Estadual Paulista – UNESP, Presidente Prudente/SP, 2006

NYELENI 2007. **Fórum para a Soberania Alimentar**, 23 a 27 de fevereiro de 2007, Selingué, Mali.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Os mitos sobre o agronegócio no Brasil**. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=1971>>. Acessado em: 04/nov./2008.

\_\_\_\_\_. **Crise Alimentar é o resultado do livre mercado e do abandono da política agrária**. Correio da Cidadania. São Paulo, 30 abr. 2008. Disponível em: <[www.andes.org.br/imprensa%5Cultimas%5Ccontatoview.asp?key](http://www.andes.org.br/imprensa%5Cultimas%5Ccontatoview.asp?key)>. Acessado em 06/maio/2008

\_\_\_\_\_. **Bárbarie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo**. 1ª edição. Caderno de Formação da Via Campesina. 2004.

\_\_\_\_\_. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4ª edição. São Paulo. Editora Contexto, 2001, 163 p.

\_\_\_\_\_. **A Geografia das Lutas no Campo**. 1ª edição. São Paulo. Editora Contexto, 2003.

\_\_\_\_\_. Agricultura Brasileira: Desenvolvimento e Contradições. In: Bertha Koifmann Becker. (Org.). **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. SÃO PAULO: HUCITEC, 1995.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. 1ª edição. São Paulo. Editora da UNESP, 2006, p.428)

PEET, Richard. **Imaginários do desenvolvimento**. In: FERNANDES, Bernardo Mançano ET AL. Geografia Agrária: território e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 19-37.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Ranking Decrescente do IDH das regiões metropolitanas do Brasil (2000)**. Acessada em 16 de junho de 2009.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter Porto, **A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha**. In: CECEÑA, AnaEsther (coord.) Los desafíos de las emancipaciones en un contextomilitarizado. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

\_\_\_\_\_. **De Saberes e de Territórios – diversidade e emancipação a partir da experiencia latino-americana**. Niteroi: 2006.

QUAINI, Máximo. **Marxismo e geografia**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. 4ª edição. São Paulo. Editora Ática, 1983, 270p.

RIBEIRO, Silvia. Quem como e quem nos come. In: **A situação Internacional da Agricultura**. Cartilha da Via Campesina. São Paulo, 2004. p. 87-90.

ROSSET, Peter. **Alternativa à política fundiária de mercado: Reforma Agrária e Soberania Alimentar**. In: Capturando a terra. SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Mendes (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2006, p- 315-342.

\_\_\_\_\_. **Soberania Alimentar: manifesto global dos movimentos camponeses**. Institute for Food and Development Policy, Food First Backgrounder, 2003. Tradução Livre.

SCHMIDT, Wilson. **Agricultura orgânica: entre a ética e mercado**. In: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, vol. 2, nº 1, jan/mar.2001.

SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: v.18, nº51, p.99-122 , fev. 2003.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Origem, evolução e perspectiva do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J e NAVARRO, Z. (orgs.) **Reconstruindo a agricultura:**

**idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável.** 2ª edição. Porto Alegre. Editora UFRGS, 1997, p. 19-33.

\_\_\_\_\_. Uma estratégia a partir da Agroecologia. Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural sustentável, Porto Alegre, v.2, n.1. 2001, p.43.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo e MOLINA, Manuel González. **Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato.** 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2005

SHANIN, Teodor. **Lições Camponesas.** In: In: PAULINO, Eliane Tomiasi e FABRINI, João Edmilson. Campesinato e territórios em disputa. 1ª edição. São Paulo. Editora Expressão Popular, 2008, p. 23-48.

\_\_\_\_\_. **Campesinos y sociedades campesinas.** México: FCE, 1979.

SILIPRANDI, Emma. **É possível garantir a soberania alimentar a todos os povos no mundo de hoje?** Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 2, 2001, p.18.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** 1ª edição. São Paulo. Editora da UNESP, 2004.

TARDIN, José Maria *et all*, **A semente que caiu em terra boa:** a trajetória de um movimento social em defesa da agrobiodiversidade. Dia do campo – avaliação de variedades crioulas. Cruz Machado/PR. Acessado em: [www.ilea.org/index.php?url=getblob.php&o\\_id=70217&a\\_id=211&a\\_seq=0](http://www.ilea.org/index.php?url=getblob.php&o_id=70217&a_id=211&a_seq=0) em 10/03/2009.

TARDIN, José Maria e MOREIRA, Silvana dos Santos. **Cooperação, agroecologia e transformação da sociedade.** Cartilha da 6ª Jornada de Agroecologia. Cascavel/PR, 2007.

ZIEGLER, Jean. **Por que os preços dos alimentos dispararam no mercado Internacional e em alguns países se grava a crise alimentícia?** In: Subsídios para Compreender o Significado da elevação dos preços dos produtos agrícolas. Secretaria Nacional do MST – Textos de estudo sobre agricultura – 7ª Jornada de Agroecologia, 13 a 26/07/2008 – Paraná.

VIA CAMPESINA. Cartilha de Textos de Estudo Sobre Agricultura: **Cuidando da Terra, Cultivando Biodiversidade, Colhendo Soberania Popular;** da 7ª Jornada de Agroecologia promovida de 23 a 26 de Julho de 2008 em Cascavel/PR pelos movimentos que compõem a Via Campesina.

## ANEXOS

### ANEXO A – Portaria 30/2005 – Regulamenta as atividades das feiras orgânicas



1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DO ABASTECIMENTO**

**PORTARIA nº 30/2005**

**Regulamenta as atividades das  
Feiras Orgânicas**

O Secretário Municipal do Abastecimento, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo 2º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 992, de 15 de outubro de 2003, resolve:

Art. 1º – As Feiras Orgânicas, anteriormente denominadas Feiras Verdes, são Unidades de Abastecimento destinadas à comercialização, no varejo, de produtos orgânicos, sendo hortifrutigranjeiros, gêneros alimentícios e outros artigos de consumo produzidos pelo sistema orgânico de produção agropecuária.

Parágrafo único – Por Produto Orgânico entende-se aquele obtido pelo sistema orgânico de produção agropecuária, conforme conceito estabelecido pela Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003.

Art. 2º. - A ocupação de cada uma das Unidades, constituídas por bancas, dar-se-á através da outorga de licença a título precário, de acordo com o Regulamento das Unidades de Abastecimento de Curitiba.

Art. 3º. - A Secretaria Municipal do Abastecimento - SMAB poderá permitir a utilização de uma mesma banca por dois ou mais usuários.

Art. 4º. - As bancas deverão obedecer ao padrão determinado pela SMAB, respeitando as seguintes dimensões:

- a) 1,5 m de frente por 2,5 m de profundidade;
- b) 3,0 m de frente por 2,5 m de profundidade;
- c) 4,5 m de frente por 2,5 m de profundidade;
- d) 6,0 m de frente por 2,5 m de profundidade.

Art. 5º. - As bancas deverão conservar ideais condições de uso de forma a proteger os gêneros alimentícios comercializados.



2

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DO ABASTECIMENTO**

Art. 6º - As Feiras Orgânicas serão constituídas por usuários produtores rurais orgânicos e usuários não produtores rurais.

§ 1º - Os usuários do Programa Feira Orgânica, se produtores rurais, deverão, obrigatoriamente, apresentar Certificado de Produção Orgânica emitido por entidade certificadora.

§ 2º - Os usuários não produtores rurais deverão, obrigatoriamente, apresentar o selo de identificação de produto orgânico para todos os produtos comercializados na feira.

§ 3º - Os certificados de produção orgânica e os selos dos produtos orgânicos deverão ser renovados anualmente, para efeito de comprovação de origem.

§ 4º - O usuário que tiver o seu Certificado de Produção Orgânica cassado, não apresentar a renovação anual do mesmo ou não possuir o selo de produto orgânico, ficará impedido de comercializar os seus produtos no Programa Feira Orgânica e terá no máximo 60 (sessenta) dias para a sua regularização, sendo que, após este prazo, será instaurado procedimento para a aplicação de penalidade de cassação da licença.

§ 5º - A inspeção de campo poderá ser solicitada a qualquer tempo e será realizada por órgão competente designado pela SMAB.

§ 6º - A SMAB poderá efetuar a vistoria da propriedade, bem como recolher amostras de solo e produtos para análise multiresidual, sempre que considerar necessário para a credibilidade do Programa.

Art. 7º - A SMAB publicará Edital de Inscrição específico para o cadastramento de interessados em participar do Programa.

§ 1º - O edital será afixado no prédio sede da SMAB e terá validade de 30 (trinta) dias após a data da divulgação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DO ABASTECIMENTO**

§ 2º – A inscrição será efetivada por meio do preenchimento de uma ficha no prédio sede da SMAB ou em órgão oficial designado por ela.

§ 3º – Os órgãos oficiais autorizados a preencher as fichas de inscrição deverão encaminhá-las à SMAB no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a data de encerramento do prazo previsto no edital.

§ 4º – A inscrição será válida por 01 (um) ano para efeito de seleção de usuários para novas unidades de comercialização, ou para a ocupação de vagas resultantes de desistências de usuários do Programa.

Art. 8º – A seleção de inscritos para receber a licença de comercialização para novas unidades, ou para a ocupação de desistência de usuários do Programa, será realizada a partir da análise da ficha de inscrição obedecidos os seguintes critérios:

I - Por ordem de preferência, será classificado o inscrito que tiver o menor número de licenças de comercialização para o Programa objeto da classificação, ou o menor número de licenças de comercialização em nome de cônjuge, companheiro ou parentes de primeiro grau, a ser aferido na data de publicação do Edital de Inscrição;

II - Critérios de classificação definidos no Edital de Inscrição.

Parágrafo único. Em caso de empate nos critérios estabelecidos e os casos omissos serão analisados e resolvidos pela Comissão de Estudos e Auxílio Técnico – CEAT, após manifestação do Departamento de Unidades de Abastecimento da SMAB, cabendo ao Secretário Municipal do Abastecimento a decisão final.

Art. 9º. É expressamente proibida a transferência, cessão ou sub-rogação da licença para terceiros.

Art. 10 - Os demais direitos e deveres dos usuários, bem como as penalidades aplicáveis às eventuais infrações seguirão as disposições gerais da regulamentação das Unidades de Abastecimento de Curitiba.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DO ABASTECIMENTO**

4

Art. 11 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 096/2003.

Gabinete da Secretaria Municipal do Abastecimento, em 05 de maio de 2005.

**ANTONIO LEONEL POLONI**  
Secretário Municipal

## ANEXO B –



### PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA SECRETARIA MUNICIPAL DO ABASTECIMENTO

PORTARIA nº48/2007

#### **Regulamenta a comercialização de produtos e serviços orgânicos no Mercado Municipal de Curitiba.**

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DO ABASTECIMENTO**, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 2º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº. 992, de 15 de outubro de 2003, bem como a necessidade de disciplinar a comercialização de produtos e serviços orgânicos no Mercado Municipal de Curitiba, em observância às disposições da Lei nº10.831, de 23 de dezembro de 2003, assegurando harmonia ao processo e promovendo o equilíbrio dos interesses dos produtores, usuários, consumidores e da municipalidade,

#### **RESOLVE:**

**Art.1º.** A comercialização de produtos e serviços orgânicos no Mercado Municipal de Curitiba poderá ser realizada por todos os usuários, desde que previamente autorizados pela Administração e obedecidas as condições estabelecidas nesta Portaria e em seus Anexos I, II e III, integrantes da mesma.

**Art.2º.** Na área destinada ao Setor de Orgânicos do Mercado Municipal será permitida, prioritariamente, a comercialização de produtos orgânicos, além de outras categorias atestadas por organismos de avaliação da conformidade.

**§1º.** Entende-se por Setor de Orgânicos o edifício anexo e integrado ao Mercado Municipal, com entrada principal na Rua da Paz, nº 608 e composto pelas seguintes unidades:

a) Bancas nºs: 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514 e 515;

b) Boxes nºs: 516, 517, 518; 519, 520, 521 e 522.

**§2º.** Por se tratar de um segmento comercial em desenvolvimento, excepcionalmente, a critério do Secretário Municipal do Abastecimento, com prévia consulta a Comissão de Estudos e Auxílio técnico – CEAT, poderá ser autorizada a comercialização de outras categorias de produtos atestados por organismos de avaliação da conformidade, previamente credenciadas na SMAB, em acordo ao disposto no Anexo I desta Portaria.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DO ABASTECIMENTO**

**Art.3º.** São obrigações comuns a todos os usuários autorizados a comercializar produtos e serviços dentro do conceito de orgânicos, além daquelas dispostas na Lei nº 10.831/2003, no Regulamento do Decreto Municipal nº 992/2003 e na Portaria nº100/2003:

- I. Promover a certificação da unidade comercial para o escopo de comercialização das categorias de produtos previamente credenciadas pela SMAB, conforme previsto no Anexo I;
- II. Cadastrar junto à SMAB as categorias de produtos e respectivos organismos de avaliação da conformidade responsáveis, conforme previsto no Anexo I;
- III. Atender integralmente os critérios para comercialização das categorias de produtos credenciadas em conformidade com o Anexo I;
- IV. Promover a identificação dos produtos comercializados nas respectivas áreas de venda da unidade, em conformidade ao Anexo I;
- V. Manter na unidade comercial documentos atualizados e registros pertinentes ao processo de certificação da unidade, para fins de auditoria e fiscalização pelos órgãos competentes.

**Art.4º.** Caberá à Administração a contratação da prestação de serviços para certificação do Mercado Municipal, para escopo de comercialização de produtos orgânicos em conformidade com esta Portaria a qualquer tempo, sendo os custos rateados e repassados aos usuários das unidades que comercializam produtos orgânicos.

**Art.5º.** Serão realizadas, sem prévio aviso ou agendamento, a qualquer tempo, ações de fiscalização, aplicáveis a todas as unidades que comercializam produtos orgânicos.

**Parágrafo único.** As ações de fiscalização definidas neste artigo serão realizadas dos seguintes modos:

- a. Através do Sistema de Controle Interno - SCI, definido como um sistema de monitoramento e aferição das conformidades, atribuição e competência da Gerência de Controle de Qualidade da SMAB - Departamento de Unidades de Abastecimento, conforme previsto no Anexo II;
- b. Através de procedimento de auditoria contratada para a certificação do Mercado Municipal, conforme previsto no Anexo III.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DO ABASTECIMENTO**

**Art.6º.** Caberá a Comissão de Estudos e Auxílio técnico – CEAT, conforme previsto no artigo 29 do Regulamento do Decreto 992/03, emitir pareceres de caráter técnicos pertinentes as disposições previstas nesta Portaria.

**Parágrafo único.** A CEAT além das disposições previstas, manifestar-se-á nas seguintes situações:

- a. Mediante a formalização por escrito, do interessado, protocolada na SMAB;
- b. Mediante a necessidade de adequação a situações inerentes às relações mercadológicas e legislação vigente;
- c. Mediante o atendimento, adequação, proposição ou posicionamento necessário por ocasião dos laudos técnicos do organismo de avaliação da conformidade do Mercado Municipal.

**Art.7º.** Os demais direitos e obrigações dos usuários, bem como as penalidades aplicáveis às eventuais infrações, seguirão as disposições gerais que regulamentam as Unidades de Abastecimento de Curitiba.

**Art.8º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Gabinete da Secretaria Municipal do Abastecimento, em 20 de novembro de 2007.**

**NORBERTO ANACLETO ORTIGARA  
Secretario Municipal**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DO ABASTECIMENTO

**ANEXO I**

**TÍTULO I - DAS DEFINIÇÕES**

**CERTIFICAÇÃO:** procedimento pelo qual organismos de avaliação da conformidade fornecem segurança por escrito ou equivalente que os produtos ou processos estão em conformidade com as exigências regulamentadas.

**ORGANISMO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE:** entidade juridicamente constituída de modo a responder civilmente pela qualidade dos produtos por ela atestados. Quando se tratar de avaliação da conformidade orgânica, esta entidade deverá ser oficialmente reconhecida por meio de credenciamento, a partir da regulamentação da Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003.

**CONFORMIDADES:** referem-se aos requisitos aplicáveis, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela certificadora, organismos de avaliação da conformidade ou pelo regulamento do mercado de orgânicos.

**AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE:** qualquer atividade com objetivo de determinar, direta ou indiretamente, o atendimento a requisitos aplicáveis e pré-determinados.

**INTEGRIDADE ORGÂNICA:** condição de um produto em que estão preservadas todas as características inerentes a um produto orgânico.

**ESCOPO DE CERTIFICAÇÃO:** conjunto de produtos e/ou processos pertencentes à determinada pessoa física ou jurídica e cuja conformidade é atestada pelo organismo de avaliação da conformidade.

**CHECK-LIST:** formulário de avaliação de conformidades previamente definidas pela certificadora responsável pela unidade comercial.

**CATEGORIAS DE PRODUTOS CERTIFICADOS:** grupos de produtos reconhecidos pelo seu processo de avaliação da conformidade. Exemplo: maçã orgânica (certificação orgânica); maçã com PIF (certificação pelo programa de Produção Integrada de Frutas).

**RAMO DE ATIVIDADE:** entende-se como a natureza do comércio da unidade comercial. Exemplo: lanchonete; açougue; frutas, verduras e legumes.

**ESPÉCIES DE PRODUTOS:** grupo de produtos pertencentes à mesma classe ou natureza. Exemplo: produtos derivados de leite; carne de aves; frutas de caroço.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DO ABASTECIMENTO**

**RASTREABILIDADE:** procedimento de registro (informatizado ou escrito) suficiente para determinar a fonte, transferência de propriedade, estocagem, manipulação e transporte de qualquer produto comercializado como produto com atestado de avaliação da conformidade.

**STATUS DA CARGA:** conjunto de valores inerentes à carga, tais como os previstos em caderno de normas de Conformidade (Orgânica, PIF, FairTrade, EcoSocial, etc.), procedência e integridade do produto segundo avaliação da conformidade.

**TÍTULO II - DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS**

**COMPETE À GERÊNCIA DO MERCADO MUNICIPAL**

Realizar a gestão administrativa e operacional do Mercado Municipal, assim como aplicar sanções administrativas.

**COMPETE À GERÊNCIA DE CONTROLE DE QUALIDADE**

Implementar e operacionalizar o Sistema de Controle Interno, credenciar os organismos de avaliação da conformidade para atuarem na certificação das unidades comerciais, credenciar as categorias de produtos com atestado de avaliação da conformidade para comercialização no Mercado Municipal, proceder ao monitoramento e fiscalização das unidades comerciais certificadas que comercializam produtos das categorias credenciadas pela SMAB.

**COMPETE À COMISSÃO DE ESTUDOS E AUXÍLIO TÉCNICO -  
CEAT**

Emitir parecer técnico, avaliar documentos e recomendar procedimentos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DO ABASTECIMENTO**

**COMPETE AO ORGANISMO DE AVALIAÇÃO DA  
CONFORMIDADE DA UNIDADE COMERCIAL**

Cadastrar-se na SMAB e emitir atestado de avaliação da conformidade da unidade comercial, conforme ramo de atividade, em cumprimento as conformidades estabelecidas para o escopo de comercialização das categorias de produtos credenciadas.

**COMPETE AO ORGANISMO DE AVALIAÇÃO DA  
CONFORMIDADE DO MERCADO MUNICIPAL**

Emitir atestado de avaliação da conformidade do Mercado Municipal, para o escopo de comercialização de produtos orgânicos, conforme condições estabelecidas neste regulamento, checar através de auditoria a conformidade dos procedimentos previstos no Sistema de Controle Interno.

**TÍTULO III - DO CREDENCIAMENTO DOS ORGANISMOS DE  
AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE**

Os Organismos de Avaliação da Conformidade que atuarão no Mercado Municipal deverão se credenciar na SMAB para promover a certificação das Unidades Comerciais.

**I)** Os Organismos de Avaliação da Conformidade credenciados na SMAB que irão atuar na certificação das unidades comerciais, obrigatoriamente, deverão declarar e apresentar oficialmente para cada escopo de sua atuação, os seguintes instrumentos utilizados nos seus procedimentos de avaliação da conformidade:

1. Caderno de normas de avaliação da conformidade para o escopo de sua atuação;
2. Documentos comprobatórios de avaliação da conformidade dos produtos e serviços que deverão permanecer arquivados na unidade comercial, para efeito de fiscalização e auditoragem;
3. Check-list a aplicar nas unidades certificadas, para verificação das conformidades, estabelecidas para cada escopo de certificação que atua.

**II)** Os instrumentos apresentados, solicitados no item I deste Título, deverão ser validados pela Gerência de Controle de Qualidade, mediante parecer do CEAT, tendo como critérios de avaliação o atendimento às seguintes premissas:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DO ABASTECIMENTO**

- a) Consistência metodológica e regulamentar dos procedimentos de rastreabilidade apresentados dos produtos certificados;
- b) Atestar o status da carga dos produtos comercializados;
- c) Comprovar a conformidade dos produtos quanto a sua integridade orgânica ou das categorias com atestado de avaliação da conformidade.

**TÍTULO IV - DO CREDENCIAMENTO DAS CATEGORIAS DE  
PRODUTOS**

Caberá aos usuários solicitar o credenciamento das categorias de produtos com atestado de conformidade e respectivos organismos de avaliação da conformidade destas categorias, habilitando-as a serem comercializadas no Mercado Municipal.

**I.** Para efeito de credenciamento das categorias, devem ser atendidas as seguintes premissas básicas:

- a) As categorias de produtos devem ser oriundas de sistemas produtivos baseados em diretrizes que incorporem princípios, objetivos e métodos reconhecidos mundialmente, como fundamentais para a construção de um modelo de desenvolvimento mais sustentável do ponto de vista social, econômico e ambiental;
- b) As diretrizes dos sistemas produtivos ou normas de avaliação da conformidade devem ser de domínio e conhecimento público, ou seja, mesmo que sejam diretrizes privadas de alguma entidade, devem estar disponíveis para acesso e consulta pelos consumidores e agentes fiscalizadores;
- c) Os produtos deverão apresentar instrumento de identidade (selo, rótulo, certificado, marca registrada e outros), que ateste que os produtos comercializados estejam efetivamente em conformidade com o sistema de certificação segundo as diretrizes pré-estabelecidas pelo organismo de avaliação da conformidade responsável;
- d) Os Organismos de Avaliação da Conformidade deverão estar formalmente constituídos e em conformidade com a legislação vigente e pertinente, responsabilizando-se jurídica e civilmente pelos produtos e serviços sob sua competência;
- e) O Credenciamento de Categorias de produtos não pertencentes à Categoria dos Orgânicos será em caráter provisório, sendo este renovado após parecer favorável do CEAT;

**II.** O credenciamento das categorias de produtos será realizado em conformidade com os seguintes critérios:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DO ABASTECIMENTO**

- a) Serão credenciados prioritariamente produtos pertencentes à categoria de orgânicos;
- b) Não havendo oferta, abastecimento regular e suficiente no mercado nacional de determinados produtos orgânicos, será aceito em caráter provisório e subsidiário o credenciamento de produtos de outras categorias;
- c) Os produtos para efeito de credenciamento serão classificados por ramo de atividade e espécie;
- d) Será de responsabilidade do proponente apresentar documentos e informações solicitadas para efetivar o processo de Credenciamento das categorias de produtos.

**TÍTULO V - DOS CRITÉRIOS PARA COMERCIALIZAÇÃO DAS  
CATEGORIAS DE PRODUTOS**

I. Serão aceitos produtos oriundos de sistemas produtivos orgânicos devidamente certificados e em conformidade com a Lei nº 10.831, de dezembro de 2003.

II. Poderá ser liberada, excepcionalmente, para o Setor de Orgânicos a comercialização de produtos de outras categorias com avaliação da conformidade, mediante prévia consulta e parecer do CEAT, de acordo com o interesse e aprovação do Secretário Municipal.

- a) Serão aceitos produtos de outras categorias, oriundos de sistemas produtivos (Extrativista; Comércio Solidário; Fair-Trade; PIF-Produção Integrada de Frutas, e outros) que apresentem alguma modalidade sistemática de avaliação da conformidade, emitida por organismo público ou privado que esteja em acordo com o disposto neste regulamento e com a legislação pertinente e vigente;
- b) Através de ordem de serviço, mediante parecer do CEAT, serão determinados de forma discricionária, a porcentagem de produtos de outras categorias não pertencentes aos orgânicos, sendo definida por ramo de atividade e espécie;

**TÍTULO VI - DA IDENTIFICAÇÃO DOS PRODUTOS NO PONTO DE  
VENDA (PDV)**

As categorias de produtos comercializados disciplinados por esta portaria deverão atender critérios de identificação nos seguintes níveis: na unidade comercial, nos



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DO ABASTECIMENTO**

produtos e serviços comercializados e nas prateleiras ou gôndolas, conforme orientação descrita abaixo:

I. Os Boxes ou Bancas que comercializam produtos ou serviços orgânicos deverão identificar em local visível, o certificado de conformidade da Unidade comercial, conforme padrão definido pela Administração.

II. Os produtos embalados deverão conter rotulagem conforme dispositivo legal regulamentar competente e selo de avaliação de conformidade da categoria.

III. Os produtos que sofrem processamento ou transformação agroindustrial e que são comercializados a granel devem estar em exposição para venda na embalagem original ou em outra embalagem desde que a rotulagem original seja mantida. Quando da impossibilidade de se manter o rótulo no produto, esta rotulagem pode ser transcrita, constando minimamente as seguintes informações: nome, endereço e CNPJ do fabricante, denominação do produto, validade, lote, ingredientes e nome do organismo de avaliação da conformidade responsável pelo produto;

IV. Os produtos '*in natura*' a granel devem estar identificados no respectivo espaço de venda, com o uso de etiqueta afixada no compartimento, recipiente ou embalagem da mercadoria, conforme modelo definido pela Gerência de Controle de Qualidade, com no mínimo as seguintes informações de origem:

- a) Produto e variedade;
- b) Nome ou razão social do produtor ou fornecedor;
- c) Endereço do produtor ou fornecedor do produto;
- d) CNPJ ou CPF;
- e) Lote quando aplicável;
- f) Identificação do Organismo de Avaliação da Conformidade, responsável pelo produto.

V. Os restaurantes, lanchonetes e similares que anunciarem em seus cardápios refeições preparadas com ingredientes orgânicos deverão:

- a) Manter a disposição dos consumidores lista atualizada dos itens orgânicos ofertados ou que possuem ingredientes orgânicos e seus fornecedores;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DO ABASTECIMENTO**

- b) Fornecer, quando solicitado pelos órgãos fiscalizadores, o cadastro dos seus fornecedores de produtos orgânicos e as quantidades adquiridas.

**ANEXO II**

**TÍTULO I - SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

I. O Sistema de Controle Interno - SCI, definido como um sistema de monitoramento e aferição das conformidades estabelecidas neste regulamento, será levado a efeito no Mercado Municipal, aplicável às unidades que comercializam produtos orgânicos.

II. Será de atribuição e competência da Gerência de Controle de Qualidade a implementação e gestão do SCI, determinando através de ordem de serviço autorizada pelo Secretário do Abastecimento, instrumentos e procedimentos que se fizerem necessários para aplicação deste sistema ou para adequação a legislação vigente e pertinente.

**TÍTULO II - DOCUMENTOS E REGISTROS OBRIGATÓRIOS**

I. Os documentos e registros abaixo relacionados deverão permanecer arquivados na unidade comercial por um período de 01 (um) ano, contado após a data do fato gerador, devendo ser disponibilizados para consulta ou recolhimento pela fiscalização da SMAB e do Organismo de Avaliação da Conformidade do Mercado, a qualquer tempo ou quando da realização de auditoria:

- a) Certificado de avaliação da conformidade atualizado da unidade comercial, segundo seu escopo de atividades;
- b) Check-list e Documentos declarados e apresentados pelo Organismo de Avaliação da Conformidade da unidade comercial, quando do seu processo de credenciamento, previsto no Anexo I;
- c) Poderão ser solicitados documentos fiscais ou cópias destes, que comprovem a transação comercial de produtos, assim como outros, necessários para atestar a origem dos produtos, sejam estes utilizados nas atividades de processamento ou manipulação de alimentos e na exposição de produtos para comercialização.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DO ABASTECIMENTO**

**II.** Caberá a Gerência de Controle de Qualidade, mediante parecer do CEAT, validar as Declarações emitidas pelos Organismos de Avaliação da Conformidade, bem como definir outros documentos e comprovantes, necessários para atestar a conformidade de origem dos produtos pertencentes às diversas categorias credenciadas, em função da necessidade de adequação a legislação vigente e pertinente.

**TÍTULO III - DAS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO**

- I.** As ações de fiscalização se efetivarão em caráter permanente e se constituirão em atividades de rotina, levadas a efeito sem prévio aviso ou agendamento;
- II.** A fiscalização de que trata o presente Regulamento, será levada a efeito nos estabelecimentos comerciais e quaisquer outros ambientes sem qualquer impedimento ou restrição de acesso, onde se verifique a produção, beneficiamento, manipulação, embalagem, acondicionamento, comercialização, transporte e armazenamento de produtos;
- III.** As pessoas físicas ou jurídicas envolvidas com a produção, beneficiamento, transformação, embalagem, armazenamento, transporte, distribuição e comércio de produtos, quando solicitados pelos agentes de fiscalização, são obrigadas a prestar informações e esclarecimentos sobre os produtos, fornecer documentos e facilitar a coleta de amostras.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DO ABASTECIMENTO**

**ANEXO III**

**TÍTULO I - CERTIFICAÇÃO DO MERCADO**

**I.** Será estabelecido um sistema de monitoramento e avaliação dos procedimentos adotados pela Administração do Mercado, em conformidade com este regulamento e serão auditados pelo Organismo de Avaliação da Conformidade, a ser contratada pela Secretaria Municipal do Abastecimento – SMAB, conforme previsto no Art.4º.

**II.** A efetivação deste sistema se dará por meio de auditorias programadas, auditorias surpresas e por outros mecanismos definidos pelo Organismo de Avaliação da Conformidade contratado.

**III.** As auditorias poderão ser levadas a efeito tanto na Administração do Mercado assim como nas unidades comerciais certificadas, tendo como base a avaliação das conformidades previstas no escopo de Certificação do Mercado.

## ANEXO C – Grupos AOPA - Núcleo Maurício Burmester (Rede Ecovida)



Grupo	Nome dos Grupo	Município	Nº Famílias	Nº Pessoas	Área (Ha)
1	Apep	Palmeira	10	35	149,1
2	Beija-Flor	Lapa	5	18	41,7
3	Conceição	Castro	5	41	140,1
4	Fruto Caipira	Quitandinha	22	49	45,2
5	Graciosa	Quatro Barras	12	57	62,0
6	Gralha Azul	Lapa	5	18	14,4
7	Cheiro da Terra	Campo Magro	5	21	93,1
8	Manancial	Almirante Tamandaré	5	21	28,7
9	Mandassaia	Campina Grande do Sul	4	27	127,1
10	GRUPO DESFEITO	CERRO AZUL	0	0	0,0
11	GRUPO DESFEITO	CERRO AZUL	0	0	0,0
12	Prodorgan	Campo Largo	12	60	123,2
13	Sabugueiro	Bocaiúva	13	54	225,0
14	Saúde e Vida	Mandirituba	8	34	97,5
15	Sertaneja	Cerro Azul	10	42	165,5
16	Solo Vivo	Campo Magro	7	26	116,0
17	Terra Livre	Lapa	40	164	314,8
18	Terra Nobre	Tijucas do Sul	10	33	179,3
19	GRUPO DESFEITO	CASTRO	0	0	0,0
20	Amigos	Cerro Azul	7	25	68,7
21	Dois Pinheiros	Rio Branco do Sul	5	25	27,5
22	4S	Castro	6	31	44,1
Fonte: AOPA Org.: Autora		<b>TOTAL</b>	<b>191</b>	<b>781</b>	<b>2063,0</b>

## ANEXO D - Permissionários das Feiras de Curitiba/PR associados à AOPA

<b>Feira: Campina do Siqueira</b>			
<b>Dia: Terças-feiras</b>			
<b>Horário: 07:00 às 12:00h</b>			
<b>Nome do Permissionário</b>	<b>Grupo Aopa</b>	<b>Município Origem</b>	<b>Tipo Produtos</b>
Eduardo Cost Pandolfo	Terra Nobre	Tijucas do Sul	Aves Abatidas
José First	Prodorgam	Campo Largo	Hortifruti
Antônio Osvaldo Ripka	Saúde e Vida	Mandirituba	Hortifruti
Valdir Ribas Machado	Solo Vivo	Campo Magro	Hortifruti
Leonardo Kmiecik	Prodorgam	Campo Largo	Hortifruti
Emerson Moura Schnorr	Terra Nobre	Tijucas do Sul	Hortifruti
<b>Feira: Cabral</b>			
<b>Dia: Quartas-feiras</b>			
<b>Horário: 07:00 às 12:00h</b>			
<b>Nome do Permissionário</b>	<b>Grupo Aopa</b>	<b>Município Origem</b>	<b>Tipo Produtos</b>
Lourival Vieira de Jesus	Manancial	Almirante Tamandaré	Hortifruti
Leonardo Kmiecik	Prodorgam	Campo Largo	Hortifruti
Maria Célia Kmiecik	Prodorgam	Campo Largo	Hortifruti
<b>Feira: Pça.Expedicionários</b>			
<b>Dia: Quartas-feiras</b>			
<b>Horário: 07:00 às 12:00h</b>			
<b>Nome do Permissionário</b>	<b>Grupo Aopa</b>	<b>Município Origem</b>	<b>Tipo Produtos</b>
Lourival Vieira de Jesus	Manancial	Almirante Tamandaré	Hortifruti
Antônio Osvaldo Ripka	Saúde e Vida	Mandirituba	Hortifruti
Adelmo Escher	Cheiro da Terra	Campo Magro	Hortifruti
Emerson Moura Schnorr	Terra Nobre	Tijucas do Sul	Hortifruti
<b>Feira: Pça São Paulo da Cruz</b>			
<b>Dia: Quintas-feiras</b>			
<b>Horário: 07:00 às 12:00h</b>			
<b>Nome do Permissionário</b>	<b>Grupo Aopa</b>	<b>Município Origem</b>	<b>Tipo Produtos</b>
Associação Sertaneja	Sertaneja	Cerro Azul	Hortifruti
Idete Josefina F. Gomes	Prodorgam	Balsa Nova	Hortifruti
<b>Feira: Pça Japão</b>			
<b>Dia: Quintas-feiras</b>			
<b>Horário: 15:00 às 20:00h</b>			
<b>Nome do Permissionário</b>	<b>Grupo Aopa</b>	<b>Município Origem</b>	<b>Tipo Produtos</b>
José Antônio Marfil	Sabugueiro	Bocaiúva do Sul	Hortifruti
Olívio Tozatti	Prodorgam	Campo Largo	Hortifruti
Cristiane Kmiecik	Prodorgam	Campo Largo	Hortifruti
Associação Sertaneja	Sertaneja	Cerro Azul	Hortifruti
<b>Feira: Jardim Botânico</b>			
<b>Dia: Sábados</b>			
<b>Horário: 07:00 às 12:00h</b>			

<b>Nome do Permissionário</b>	<b>Grupo Aopa</b>	<b>Município Origem</b>	<b>Tipo Produtos</b>
Leonardo Kmiecik	Prodorgam	Campo Largo	Hortifruti
Maria Célia Kmiecik	Prodorgam	Campo Largo	Hortifruti
Adelmo Escher	Cheiro da Terra	Campo Magro	Hortifruti
Elizabeth Borgo	Manancial	Almirante Tamandaré	Hortifruti

**Feira: Passeio Público**

**Dia: Sábados**

**Horário: 07:00 às 12:00h**

<b>Nome do Permissionário</b>	<b>Grupo Aopa</b>	<b>Município Origem</b>	<b>Tipo Produtos</b>
Rosemaril Ribas Darant	Solo Vivo	Campo Magro	Hortifruti
Gabriel Andrey Konzen	Sabugueiro	Colombo	Cereais
Eduardo Cost Pandolfo	Terra Nobre	Tijucas do Sul	Aves Abatidas
Lourival Vieira de Jesus	Manancial	Almirante Tamandaré	Hortifruti
José Antônio Marfil	Sabugueiro	Bocaiúva do Sul	Hortifruti
José First	Prodorgam	Campo Largo	Hortifruti
Antônio Osvaldo Ripka	Saúde e Vida	Mandirituba	Hortifruti
Luciana Ávila Machado	Solo Vivo	Campo Magro	Hortifruti
Maria Salete Escher	Cheiro da Terra	Campo Magro	Hortifruti
Dario Delgado Gracia	Sabugueiro	Bocaiúva do Sul	Hortifruti

**Feira: Pça. Ucrânia**

**Dia: Sábados**

**Horário: 07:00 às 12:00h**

<b>Nome do Permissionário</b>	<b>Grupo Aopa</b>	<b>Município Origem</b>	<b>Tipo Produtos</b>
Olivio Tozatti	Prodorgam	Campo Largo	Hortifruti
Associação Sertaneja	Sertaneja	Cerro Azul	Hortifruti
Mario Krzyzanoski	Prodorgam	Campo Largo	Hortifruti
Marcos Kmiecik	Prodorgam	Campo Largo	Hortifruti

Fonte: SMAB Cuririba/PR, 2009.

Organização: Alessandra Silva de Souza

**ANEXO E – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS ENTRE 2008 E 2009 COM OS ASSOCIADOS DA AOPA E ASSENTADOS DO PA CONTESTADO**

<p><b>Nome do Entrevistado:</b> _____</p> <p><b>Município de Origem:</b> _____</p> <p><b>Roteiro de Entrevistas</b></p> <p><b><u>Família</u></b></p> <p><b>Nº de integrantes:</b>          1 a 5 <input type="checkbox"/> 5 a 10 <input type="checkbox"/> 11 a 15 <input type="checkbox"/> 15 a 20 <input type="checkbox"/> Mais de 20 <input type="checkbox"/></p> <p><b>Trabalham no sítio:</b>          1 a 5 <input type="checkbox"/> 5 a 10 <input type="checkbox"/> 11 a 15 <input type="checkbox"/> 15 a 20 <input type="checkbox"/> Mais de 20 <input type="checkbox"/></p> <p><b>Origem</b>          Campo <input type="checkbox"/> Cidade <input type="checkbox"/></p> <p><b>Pais eram agricultores?</b>          Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p><b>Avós eram agricultores?</b>          Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p><b>As terras eram da família de origem?</b>          Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p><b>As terras foram adquiridas a quanto tempo?</b>          1 a 5 anos <input type="checkbox"/> 5 a 10 anos <input type="checkbox"/> 11 a 15 anos <input type="checkbox"/> 15 a 20 anos <input type="checkbox"/> Mais <input type="checkbox"/></p> <p><b>Já morou na cidade?</b>          Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Quanto tempo? _____</p>	<p><b>Exerceu atividade remunerada na cidade?</b>          Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Qual? _____</p> <p><b>Exerceu atividade remunerada no campo?</b>          Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Qual? _____</p> <p><b>Há funcionários contratados?</b>          Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Quantos?          1 a 5 <input type="checkbox"/> 5 a 10 <input type="checkbox"/> 11 a 15 <input type="checkbox"/> 15 a 20 <input type="checkbox"/> Mais de 20 <input type="checkbox"/></p> <p><b><u>Produção</u></b></p> <p><b>Que gêneros produz?</b>          Hortaliças <input type="checkbox"/> Legumes e tuberculos <input type="checkbox"/> Frutas <input type="checkbox"/>          Grãos <input type="checkbox"/> Cereais <input type="checkbox"/> Processados <input type="checkbox"/></p> <p><b>Se há processados, a origem é uma agroindústria familiar?</b>          Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Qual a capacidade de produção e tipo? _____</p> <p><b>Onde comercializa?</b>          Feira <input type="checkbox"/> MMOC <input type="checkbox"/> PAA <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/>          Qual? _____</p> <p><b>Enfrentou dificuldade de inserção da produção nos mercados?</b>          Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Qual? _____</p> <p><b>Tem alguma linha de crédito?</b>          Pronaf <input type="checkbox"/> Linha? _____ Valor R\$ _____          CRESOL <input type="checkbox"/> Linha? _____ Valor R\$ _____</p> <p><b>A família já trabalhou com agrotóxico?</b>          Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Qual? _____</p> <p><b>Se sim, por quanto tempo?(anos)</b>          1 a 5 <input type="checkbox"/> 5 a 10 <input type="checkbox"/> 10 a 20 <input type="checkbox"/> 20 a 30 <input type="checkbox"/> Mais de 30 <input type="checkbox"/></p>
--	--

### **Roteiro para Entrevistas (Perguntas padrões, porém deixando o entrevistado livre para dar seu depoimento)**

- O que mudou na vida de vocês depois de começar a trabalhar com Agroecologia?
- Como é a relação entre sua família e os outros vizinhos produtores? Há integração, festas, ajuda mútua? Fale um pouco mais sobre isso?
- Como surgiu a idéia de mudar do convencional para o agroecológico?
- Alguém da família ficou com algum problema de saúde durante o tempo que foi utilizado agrotóxico?Qual?
- Em relação ao tempo com a família(para lazer), houve melhora/aumento?
- Fale um pouco sobre a qualidade e vida de vocês antes e depois de mudar para a matriz agroecológica.
- Como você vê a relação entre a produção ecológica e o agronegócio?
- Você percebe algum incentivo do governo ou de alguma instituição para a produção limpa?
- Já existe um agronegócio de orgânicos, como vocês vêem isso?

**ANEXO F - Relação de Famílias da Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia - AOPA vinculadas à Rede Ecovida “Núcleo Maurício Burmester do Amaral” – Mercados Camponeses e Políticas Públicas**

**Grupo 1 - APEP**

**Palmeiras/PR\***

**Mercados**

			FEIRA	PAA	MMOC	OUTROS**	PRONAF	PAA (R\$)	CERTIFICAÇÃO
1	Adão Jorge Gross	Luciane Aparecida Rogalski Gross	S.I	S.I	S.I	S.I	S.I	S.I	ECOVIDA
2	Balbina Gurski Iantas	Orlando Iantas	S.I	S.I	S.I	S.I	S.I	S.I	ECOVIDA
3	Edenilson Szaluf	Sondramir R. Szaluf	S.I	S.I	S.I	S.I	S.I	S.I	ECOVIDA
4	Helio Hoina Tski	S.I.	S.I	S.I	S.I	S.I	S.I	S.I	ECOVIDA
5	Luiz Alfredo Slusarz	Maria Alice Freitas Slusarz	S.I	S.I	S.I	S.I	S.I	S.I	ECOVIDA
6	Neuza Ana Barchaki Gielinski	Feliz Gielinski	S.I	S.I	S.I	S.I	S.I	S.I	ECOVIDA
7	Roberto Gurski	Nilce K. Gurski	S.I	S.I	S.I	S.I	S.I	S.I	ECOVIDA
8	Silvio Lucas Slusarz	Cleonice Freitas Slusarz	S.I	S.I	S.I	S.I	S.I	S.I	ECOVIDA
9	Rogério Golor	S.I.	S.I	S.I	S.I	S.I	S.I	S.I	ECOVIDA
10	Aroldo Bastos Junior	S.I.	S.I	S.I	S.I	S.I	S.I	S.I	ECOVIDA

**Grupo 2 - Beija-Flor**

**Lapa/PR**

**Mercados**

			FEIRA	PAA	MMOC	OUTROS**	PRONAF	PAA (R\$)	CERTIFICAÇÃO
1	Acir Antonio Fiori Murbach	Rosa Gomes Murbach	0	0	1	1	S.I.	N.C.	ECOVIDA
2	Leonardo Vadeira Pinto	Dirlei Maria Silveira Pinto	1	0	0	1	S.I.	N.C.	ECOVIDA
3	Luiz Carlos Schmidt Bueno	Luci Maria Hoffmann Coelho	1	1	0	1	S.I.	S.I	ECOVIDA
4	Luiz Carlos Walger	Rita Camargo Walger	0	1	0	1	S.I.	S.I	ECOVIDA
5	Marcelo Valdeira Pinto	Simone Klemba Pinto	1	0	0	1	S.I.	N.C.	ECOVIDA

**Grupo 3 - Conceição**

**Castro/PR\***

**Mercados**

			FEIRA	PAA	MMOC	OUTROS**	PRONAF	PAA (R\$)	CERTIFICAÇÃO
1	Alice Siuta	Nilton Agner Junior	0	0	0	1	S.I	N.C.	ECOVIDA
2	Erci de Oliveira Silva	José Cardoso da Silva	0	0	0	1	S.I	N.C.	ECOVIDA

3	José Airton Pedroso	Emília Rodrigues	0	0	0	1	S.I	N.C.	ECOVIDA
4	Josélia Eunice de Araújo	Cléo Melo da Luz	0	0	0	1	S.I	N.C.	ECOVIDA
5	Patrícia do Rocio Nichetti	Odair Lopes de Souza	0	0	0	1	S.I	N.C.	ECOVIDA

**Grupo 4- Fruto Caipira**

**Quitandinha/PR\*\*\***

**Mercados**

			FEIRA	PAA	MMOC	OUTROS**	PRONAF	PAA (R\$)	CERTIFICAÇÃO
1	Adão Ferreira de Lima	S.I.	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
2	Antônio Valter de Oliveira	S.I.	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
3	Ataides José de Souza	S.I.	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
4	Belmiro Lopes dos Reis	S.I.	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
5	Carlos Alberto Kruk	S.I.	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
6	Claudir Piovezani	S.I.	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
7	Dionísio Mordaski	S.I.	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
8	Eson Nunes Campos	S.I.	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
9	Eduardo Piovezani	S.I.	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
10	Genésio Jungles	S.I.	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
11	Isabel Gomes da Silva	S.I.	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
12	Jakeline Honório Bozza	S.I.	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
13	João Ricardo Cardoso	S.I.	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
14	Joele Regiane Pinheiro	S.I.	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
15	José Francisco Klemann	S.I.	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
16	José Nelson Fernandes	S.I.	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
17	José Roberto Wadouski	S.I.	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
18	Luiz Carlos Gonçalves Padilha	S.I.	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
19	Mariza Aparecida Araújo	S.I.	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
20	Moisés Jungles	S.I.	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
21	Silvia Kanayama Wadouski	S.I.	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
22	Silvia Sonia Ferreira	S.I.	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA

**Grupo 5 - Graciosa**

**Quatro Barras/PR**

**Mercados**

			FEIRA	PAA	MMOC	OUTROS**	PRONAF	PAA (R\$)	CERTIFICAÇÃO
1	Ari Zacheta	S.I.	0	0	1	1	S.I	S.I.	ECOVIDA
2	Beatriz Melim Cunha Narciso	Gilberto Pavan Narciso	0	1	0	1	S.I	S.I.	ECOVIDA
3	Bernardete de F. C. Schmidt	Alceu Schmidt	0	1	0	1	S.I	S.I.	ECOVIDA
4	Eduardo da Silva Porto Ramos	Maria de Lourdes Dias Ramos	0	1	0	1	D	3.500,00	ECOVIDA
5	Euclides Dias	Maria Jessi Flores Dias	0	0	0	1	S.I	S.I.	ECOVIDA
6	Horto Municipal de Quatro Barras	S.I.	1	0	0	0	S.I	S.I.	ECOVIDA
7	João Batista de Araújo	Jussara Bueno de Araujo	1	0	0	1	S.I	S.I.	ECOVIDA
8	Mario Barbarioli Sfalsin	S.I.	1	0	0	0	S.I	S.I.	ECOVIDA
9	Nei Plavlak	Maria Angela Moscato	1	0	0	0	S.I	S.I.	ECOVIDA
10	Odete Trentino Leite	S.I.	1	0	0	1	S.I	S.I.	ECOVIDA
11	Rosemary Correia	Rogério Correia	1	0	0	0	S.I	S.I.	ECOVIDA
12	Sidney Galvão Ciffoni	Maria Amélia Galvão de Camargo	0	1	0	0	C	3.500,00	ECOVIDA

**Grupo 6 - Gralha Azul**

**Lapa/PR**

**Mercados**

			FEIRA	PAA	MMOC	OUTROS**	PRONAF	PAA (R\$)	CERTIFICAÇÃO
1	Antônio Everaldo Del Ponte da Silva	Darcioly Kukla Rodrigues	1	1	0	1	S.I	S.I.	ECOVIDA
2	Bianor Zbonick	S.I.	1	1	0	0	S.I	S.I.	ECOVIDA
3	Claudinei Opolis	Terezinha Cordeiro Opolis	1	1	0	0	S.I	S.I.	ECOVIDA
4	Dirlei L. Lechinski	Flavio Lechinski	1	1	0	0	S.I	S.I.	ECOVIDA
5	Helcio Wille Vidal	S.I.	1	1	0	0	S.I	S.I.	ECOVIDA

**Grupo 7 - Cheiro da Terra**

**Campo Magro/PR**

**Mercados**

			FEIRA	PAA	MMOC	OUTROS**	PRONAF	PAA (R\$)	CERTIFICAÇÃO
1	Adelmo Escher	Maria Salete Escher	1	0	1	1	S.I	S.I.	ECOVIDA
2	Alceu Both	Rosilena Biernaski	0	0	1	0	S.I	S.I.	ECOVIDA
3	Cirinei Costa	Rosa dos Santos Costa	1	0	0	1	S.I	S.I.	ECOVIDA
4	Fernando Antônio Danrat	Salete Aparecida dos Santos Sanrat	1	0	0	1	S.I	S.I.	ECOVIDA

5	Osmar Geraldo Saragiotto	Maria de Lourdes J. Cavalheiro	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
---	--------------------------	--------------------------------	---	---	---	---	-----	-----	---------

**Grupo 8 - Manancial**

**Almirante Tamandaré/PR**

**Mercados**

			FEIRA	PAA	MMOC	OUTROS**	PRONAF	PAA (R\$)	CERTIFICAÇÃO
1	Carlos Dario Alvim	Dilma Maria Oliveira Alvim	0	0	0	0	S.I	S.I	ECOVIDA
2	Dirlei de Fátima Drula Mukoski	Luiz Borges Mukoski	0	1	0	0	C	3.060,67	ECOVIDA
3	Elisabeth Borgo	Jorge Luiz Borgo	1	0	1	0	S.I	S.I	ECOVIDA
4	Lourival Vieira de Jesus	Vanuza Stival de Jesus	1	0	1	1	S.I	S.I	ECOVIDA
5	Rosilene do Rocio Vieira Martins	Jorge Alves Martins	0	1	0	1	D	3.122,80	ECOVIDA

**Grupo 9 - Mandassaia**

**Campina Grande do Sul/PR**

**Mercados**

			FEIRA	PAA	MMOC	OUTROS**	PRONAF	PAA (R\$)	CERTIFICAÇÃO
1	Adilson de Freitas Santos	Tania Regina Ielen Santos	0	0	0	0	S.I	S.I	ECOVIDA
2	Elzo Antonio Griz	Marinês Maria Martins Griz	0	0	1	0	S.I	S.I	ECOVIDA
3	Gabriel Antonio Berton	Maria Ceccon Berton	0	0	1	0	S.I	S.I	ECOVIDA
4	Marcelo Passos	S.I.	0	0	0	0	S.I	S.I	ECOVIDA

**Grupo 12\*\*\*\*- Prodorgam**

**Campo Largo/PR**

**Mercados**

			FEIRA	PAA	MMOC	OUTROS**	PRONAF	PAA (R\$)	CERTIFICAÇÃO
1	Adair Andrade de Souza	Lenisa dos Santos de Souza	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA e TECPAR
2	Agostinho Gogola	Maria de Lourdes Ramos Gogola	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA e TECPAR
3	Idete Josefina F. Gomes	S.I.	1	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA e TECPAR
4	José First	Irene Z. First	1	0	1	0	S.I	S.I	ECOVIDA e TECPAR
5	Leniro Stoco	Maria Terezinha Slompo Stoco	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA e TECPAR
6	Leonardo Kmiecik	Celestina k. Kmiecik	1	0	1	1	S.I	S.I	ECOVIDA e

									TECPAR
7	Mario Kryzanoski	S.I.	1	1	0	0	S.I	S.I	ECOVIDA e TECPAR
8	Marilda do Rocio Pianaro	S.I.	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
9	Marcos Kmiecik	Maria Célia Kmiecik	1	0	1	0	S.I	S.I	ECOVIDA e TECPAR
10	Miguel Kryzanoski	Iracema Kryzanoski	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA e TECPAR
11	Olívio Tozatti	Roseli T. Tozatti	1	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
12	Silvestre Haiduke Joanin Belote	Margarida Nalepo Haiduke	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA e TECPAR

**Grupo 13 - Sabugueiro**

**Boc.doSul, R.B.doSul e Colombo**

**Mercados**

			FEIRA	PAA	MMOC	OUTROS**	PRONAF	PAA (R\$)	CERTIFICAÇÃO
1	Dario Delgado Gracia	Angela Rikumoto Gracia	1	0	1	1	S.I	S.I	ECOVIDA
2	Edilson Ronald Ceccon	Eliane Perin Ceccon	0	0	1	0	S.I	S.I	ECOVIDA e TECPAR
3	Elke Tanto	João Tanto	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
4	Aparecida de Fátima Bianchini	Valter Bianchini	0	0	1	1	S.I	S.I	ECOVIDA
5	Gabriel Konzen	Cláudia Capeletti	1	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
6	Joana S. T. Correa	Pedro de Moraes Correa	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
7	José Antônio da Silva Marfil	Darli Benghi	1	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
8	Lucimara Aparecida Budel	S.I.	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
9	Mario Angelo Gasparin	Eleadir dos Santos Kora	0	1	1	0	D	2.990,00	ECOVIDA e TECPAR
10	Vitor Mocelin	S.I.	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA e TECPAR
11	Welaine Polli Todesco	Arnaldo Jocelito Todesco	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
12	Werner Fuchs	S.I.	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
13	Fernanda Benghi	S.I.	1	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA

**Grupo 14 - Saúde e Vida**

**Mandirituba/PR**

**Mercados**

			FEIRA	PAA	MMOC	OUTROS**	PRONAF	PAA (R\$)	CERTIFICAÇÃO
1	Antonio Osvaldo Ripka	Celia Maria Machado Ripka	1	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
2	Hynon Braz dos Santos	Maria da Glória dos Santos	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
3	João Batista Dantas	Luzia Vargas Dantas	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
4	Miguel Alves da Silva	Isaura de Souza da Silva	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
5	Neusa Laureano Messagi	Mario Antônio Martins	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
6	Odalto Marcondes	Joana da Silva Marcondes	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
7	Pedro Ziomek	Eva Ziomek	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
8	Roberto Albano da Silva Filho	Josiani Marcondes	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA

**Grupo 15 - Sertaneja**

**Cerro Azul/PR**

**Mercados**

			FEIRA	PAA	MMOC	OUTROS**	PRONAF	PAA (R\$)	CERTIFICAÇÃO
1	Carleonai de Jesus Hillmann	Mercedes Schmeider Hillmann	1	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
2	João Carlos dos Santos Florêncio	Marlene F. Faria Florencio	1	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
3	João Vaz dos Santos	S.I.	1	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
4	José Maria dos Santos	S.I.	1	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
5	Juvenal Scheneider	Julia Matias Scheneider	1	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
6	Leonide Cordeiro dos Santos	Nair do Carmo Matias dos Santos	1	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
7	Olivirde Artigs Machado	Maria C. de Souza Rosner	1	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
8	Renato Hillmann	Luceli do Rocio Faria Hillmann	1	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
9	Sebastião Cropolato	S.I.	1	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
10	Sidnei de Jesus Torcate	Elicéia Alexander Torcate	1	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA

**Grupo 16 - Solo Vivo**

**Campo Magro/PR**

**Mercados**

			FEIRA	PAA	MMOC	OUTROS**	PRONAF	PAA (R\$)	CERTIFICAÇÃO
1	Augusto Sczanoski	Alexandrina Matoso Sczanoski	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
2	Josélia Machado de Jesus	José Antônio Costa	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
3	Julio Bittencourt Veiga	S.I.	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
4	Maria Eloina dos Santos Freitas	Divonzir José de Freitas	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA

5	Osmair Danrat	Rosemari Ribas Danrat	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
6	Ozir Natal dos Santos	Sandra Maria Ribas Machado Santos	1	0	0	0	S.I	S.I	ECOVIDA
7	Valdir Ribas Machado	Luciana de Avila Machado	1	0	0	0	S.I	S.I	ECOVIDA

**Grupo 17 - Terra Livre**

**Lapa/PR**

**Mercados**

			FEIRA	PAA	MMOC	OUTROS**	PRONAF	PAA (R\$)	CERTIFICAÇÃO
1	Adair da Luz	S.I.	1	0	0	0	S.I	S.I	ECOVIDA
2	Alício Santana	Rosa Santana	1	1	0	0	A	3.499,42	ECOVIDA
3	Antônio Capitani	Antônia Capitani	1	1	0	0	A	3.499,08	ECOVIDA
4	Antônio Deocleciano dos Santos	Roseni Moresco	1	1	0	0	A	3.499,99	ECOVIDA
5	Antônio Orlando Lourenço	Lurdes Lourenço	1	1	0	0	DAPPAA	3.499,60	ECOVIDA
6	Benedito Gonçalves Barbosa	Alice Barbosa	1	1	0	0	C	3.499,79	ECOVIDA
7	Benedito de Lima	Tereza Estevão de Lima	1	1	0	0	C	3.499,10	ECOVIDA
8	Carlos Neudi Finhler	Edi Maria Baggio	1	1	0	0	C	3.499,91	ECOVIDA
9	Celso José Chagas	Rosenilda DE maTOS Ortiz Chagas	1	1	0	0	C	3.499,44	ECOVIDA
10	Dalvan Joel Petry Mallmann	Tania Maria Bagnara	1	1	0	0	C	3.499,86	ECOVIDA
11	Edson Marcos Bagnara	Jenioni Bagnara	1	1	0	0	C	3.499,61	ECOVIDA
12	Edson de Oliveira Chagas	Zenilisa de Matos Ortiz Chagas	1	1	0	0	C	3.499,60	ECOVIDA
13	Erondi Martins dos Santos	Eubertina de Almeida Duarte	1	1	0	0	DAPPAA	3.499,66	ECOVIDA
14	Henrique dos Santos Lourenço	Izabel Ferreira dos Santos	1	1	0	0	C	3.499,34	ECOVIDA
15	Ivanir Pazinato	Marinês Fátima Trombrta Pazinato	1	1	0	0	C	3.498,69	ECOVIDA
16	Ivonete Aparecida Ramos	Jacir Benedito Pagnussatti	1	1	0	0	A/C	3.499,08	ECOVIDA
17	João Aparecido dos Santos	Eliane Brunheira	1	1	0	0	C	3.499,99	ECOVIDA
18	José Lourenço	S.I.	1	1	0	0	C	3.498,97	ECOVIDA
19	José Luiz da Silva	S.I.	1	1	0	0	C	3.499,60	ECOVIDA
20	Luis Clóvis Schons	Eliane Aparecida Veiga Schons	1	1	0	0	C	3.499,60	ECOVIDA
21	Mario Sérgio Leandro Padilha	Alice Steklain Padilha	1	1	0	0	C	3.499,60	ECOVIDA
22	Marta Lourenço	Elias de Souza	1	1	0	0	A	3.499,86	ECOVIDA
23	Odair Trizote Saldanha	Julia Marigold	1	1	0	0	C	3.499,40	ECOVIDA

24	Ovídio Steklain	Marizete das Graças Padilha Steklain	1	1	0	0	C	3.498,86	ECOVIDA
25	Paulo Cesar Rodrigues Brizzola	Sandra Mara Maier	1	1	0	0	C	3.499,22	ECOVIDA
26	Pedro de Oliveira Chagas	S.I.	1	1	0	0	C	3.499,46	ECOVIDA
27	Roque Rogério Rockenbach	Ana Paula Pandolfi Rockenbach	1	1	0	0	C	3.498,86	ECOVIDA
28	Sebastião da Silva	S.I.	1	1	0	0	C	3.499,60	ECOVIDA
29	Sebastião Gonçalves de Lima	Maria Natividade de Lima	1	1	0	0	C	3.499,78	ECOVIDA

**Grupo 18 - Terra Nobre**

**Tijucas do Sul/PR**

**Mercados**

			FEIRA	PAA	MMOC	OUTROS**	PRONAF	PAA (R\$)	CERTIFICAÇÃO
1	Amélia Ferreira da Rocha	S.I.	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
2	Cezira Aparecida Catenacci	S.I.	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
3	Eduardo Costi Pandolfo	Kunieunoe Wimmer Pandolfo	1	0	0	0	S.I	S.I	ECOVIDA
4	Emerson Moura Schnorr	Marizete Soares	1	0	0	0	S.I	S.I	ECOVIDA
5	Fábio Alessandro Bonkoski	Marta Bonkoski	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
6	Lícia Barbosa Nicolau	S.I.	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
7	Helison Hertz Girardello	S.I.	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
8	José Gaigner	Maria Inês Ambiel Gaigner	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
9	João Carlos Carvalho Jaques	S.I.	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
10	Maria Inês Setin	S.I.	0	0	1	1	S.I	S.I	ECOVIDA

**Grupo 20 - Amigos**

**Cerro Azul/PR**

**Mercados**

			FEIRA	PAA	MMOC	OUTROS**	PRONAF	PAA (R\$)	CERTIFICAÇÃO
1	Ademir de Jesus Coutinho	Rosi Cordeiro Coutinho	0	1	0	0	D	3.222,50	ECOVIDA
2	Dirço Scheneider	Maria da Silva Scheneider	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
3	Erondi José de Faria	Eliane Scheneider de Faria	0	1	0	0	C	3.409,00	ECOVIDA
4	José Matias	Maria de Jesus Matias	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
5	Salvador do Vale	Brasília de Matos Vale	0	1	0	0	C+50%	3.300,00	ECOVIDA
6	Cideclei Foquetti	S.I.	0	0	0	1	S.I	S.I	ECOVIDA
7	Otacir de Matos	S.I.	0	1	0	0	B	3.258,00	ECOVIDA

**Grupo 21 - Dois Pinheiros****Rio Branco do Sul/PR****Mercados**

			<b>FEIRA</b>	<b>PAA</b>	<b>MMOC</b>	<b>OUTROS</b>	<b>PRONAF</b>	<b>PAA (R\$)</b>	<b>CERTIFICAÇÃO</b>
1	Adyr Antônio Fioreze	Célia Regina Yanbrshi Fioreze	0	1	0	0	C	2.990,00	ECOVIDA
2	Alirio Ediomar Gasparin	Lucimara Machado do Rocio	0	1	1	0	D	2.990,00	ECOVIDA
3	Elizete do Rocio Gasparin	José Ademair Gasparin	0	1	1	0	D	2.990,00	ECOVIDA e TECPAR
4	Gilmar dos Santos Faria	Maria de Lurdes S. Faria	0	1	0	0	C	2.990,00	ECOVIDA
5	Mario Angelo Gasparin	Eeldir dos Santos Kora	0	1	1	0	D	2.990,00	ECOVIDA e TECPAR

**Grupo 22 - 4S****Castro/PR\*****Mercados**

			<b>FEIRA</b>	<b>PAA</b>	<b>MMOC</b>	<b>OUTROS</b>	<b>PRONAF</b>	<b>PAA (R\$)</b>	<b>CERTIFICAÇÃO</b>
1	Carlos Roberto Batista	Lucia Kremer	0	0	0	0	S.I	S.I	ECOVIDA
2	Eduardo Soares	Celia Maria Alves Soares	0	0	0	0	S.I	S.I	ECOVIDA
3	Eduíno Kremer	Vélia Paula Kremer	0	0	0	0	S.I	S.I	ECOVIDA
4	José Cajico Oliveira	Deione da Conceição Nunes	0	0	0	0	S.I	S.I	ECOVIDA
5	José Valdecir dos Santos	Joselma Soares	0	0	0	0	S.I	S.I	ECOVIDA
6	Melania Kremer Almeida	Erotides de Almeida	0	0	0	0	S.I	S.I	ECOVIDA

**Fontes:**

Dados cedidos pela **AOPA**(Out/2009), **CONAB** (Nov/2009), **SMAB's** Curitiba,Quatro Barras,Lapa, Campo Largo/PR (2009)

**Organização - Alessandra****S.Souza**

\* - Município não pertence à RMC

\*\* - Referente à atividades Agroindustriais e Turismo Rural.

\*\*\* - Referente ao Grupo 4 não foram informados os dados completos das famílias e por isso só consta o nome do chefe da família

\*\*\*\* - Os Grupos 10,11 e 19 foram desfeitos e novos membros da associação tem organizado os novos núcleos nos municípios de Cerro Azul, Pinhais e São José dos Pinhais

S.I. - Sem Informação

N.C. - Nada Consta

## ANEXO G – Diferentes modelos de questionários para certificação (Ecovida e Tecpar)



### CADASTRO DAS UNIDADES PRODUTIVAS

<b>1. IDENTIFICAÇÃO DOS ENTES SOCIAIS</b>	
1.1 Nome do grupo, associação, cooperativa:	
1.2 Nome do núcleo: MAURICIO BURMESTER DO AMARAL	
<b>2. IDENTIFICAÇÃO DO AGRICULTOR</b>	
2.1 Nome:	
2.2 CPF:	
2.3 RG:	
2.4 Endereço:	
2.5 Bairro:	
2.6 Município:	
2.7 Estado:	
2.8 CEP:	
2.9 Número de identificação:	
<b>3. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO</b>	
3.1 Nome (opcional):	
3.2 Endereço:	
3.3 Bairro:	
3.4 Município:	
3.5 Estado:	
3.6 CEP:	
3.7 Georeferenciamento (opcional): Latitude:	Longitude:
3.8 Área total (ha):	
3.9 Área de produção orgânica (ha):	
3.10 Culturas/Criações/Produtos orgânicos:	
<b>4. RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES</b>	
4.1 Nome:	
4.2 Endereço:	
4.3 Bairro:	
4.4 Município:	
4.5 Estado:	
4.6 CEP:	
4.7 Assinatura:	



## Associação Ecovida de Agroecologia

Rua José Rolim de Matos, 59 – Sala 01, Três Cachoeiras-RS

CEP: 95580-000

Fone: (51) 3664-0220

NÚCLEO: Mauricio Burmester do Amaral Município: Curitiba e RM Estado: Paraná

Aprovação do Atestado: ( ) SIM ( ) NÃO

Considerações gerais: .....

### PLANO DE MANEJO ORGÂNICO

Solicitante à Certificação: ..... Grupo: .....

Projeto N°: .....

Coordenador do Conselho de Ética do Núcleo: .....

Representantes do Conselho de Ética do Núcleo: .....  
.....

**Data e local:** ..... / ..... / .....

Preenchimento dos dados: .....

Parecer final do Conselho de Ética do Núcleo Regional: .....

1

#### I. CADASTRO DO PRODUTOR

Nome do agricultor: .....

Data de nascimento: ...../...../..... RG: ..... CPF: .....

Cadastro Nacional de Produtor Rural: .....

Nome do cônjuge: .....

Data de nascimento: ..... / ..... / ..... Número de filhos: .....

Endereço: .....

Linha ou Comunidade: .....

Município: ..... CEP: ..... Estado: .....

Fone: ..... Fax: ..... E-mail: .....

Grupo/associação/cooperativa a que pertence: .....

## II. DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE:

### 1. Descreva a sua propriedade ( histórico, localização, produção, solo, mata, vento, )

.....

.....

.....

.....

.....

### 2. Faça um desenho (mapa/croqui) de sua propriedade.

Observações a respeito deste desenho:

- a) Separe as áreas de acordo com o tipo e manejo de cultivo/atividade, dando um número para cada uma delas;
- b) Pinte de verde se o manejo for ecológica (**em área com prática agroecológica há mais de 18 meses**), de azul se for área em transição (**áreas com práticas agroecológicas há menos de 18 meses**);
- c) Neste mapa é importante que você tente localizar a sua propriedade em relação à de seus vizinhos. Assim, desenhe as áreas localizadas ao redor da sua propriedade e indique (pinte) se elas são produção convencional, elas devem ser indicadas, bem como o isolamento das mesmas (**pinte de vermelho**);
- d) Marque neste mapa qual a área/talhão que você cultiva e as áreas em torno deste cultivo/talhão. Se ao redor desta área houver produção convencional, elas devem ser indicadas, bem como o isolamento das mesmas (**pinte de vermelho**);
- e) Se você tem mais de uma propriedade faça o croqui de cada uma delas (use um formulário para cada);
- f) Se você tem cultivo em parte de outra propriedade (por exemplo: área arrendada) esta propriedade também deve ser desenhada (pode ser em outra folha e depois anexar a esse formulário).



C) Especifique o tipo de animal e o percentual de alimentação e medicamentos que são dados:

Bovinos ( ) Caprinos ( ) Suínos ( ) Aves ( ) Abelhas ( ) Outros:.....

Tipo de insumo	Ecológica (os) %	Convencional (is) %
Alimentação		
Medicamentos		

**5.3 Produtos e insumos adquiridos de fora da propriedade:**

1: ..... 4: ..... 7: ..... 10: .....  
 2: ..... 5: ..... 8: ..... 11: .....  
 3: ..... 6: ..... 9: ..... 12: .....

**5.4 Depósito de insumos e ferramentas:**

Sementes ( ) Esterco ( ) Adubos minerais ( ) Calcário ( ) Sais p/ Biofertilizantes ( )  
 Medicamentos para animais ( )  
 Outros? ..... Quais? .....

**5.5 Beneficiamento da Produção na agroindústria** (preencher somente se possui agroindústria):

( Caso haja processamento de produtos não agroecológicos, estes devem ser especificados )

A) Quais produtos são beneficiados na agroindústria?

1: ..... 2: ..... 3: ..... 4: .....

B) Na agroindústria ocorre o processamento de produtos **não** ecológicos? Sim ( ) Não ( )

Como é feita a separação dos produtos ecológicos e dos convencionais na fabricação?  
 .....

E a limpeza dos equipamentos entre o processamento de convencionais e ecológicos, como é feita?  
 .....

C) Na fabricação de produtos ecológicos é utilizado algum ingrediente não ecológico?

Sim ? ( ) Qual ? .....

D) Quais os tipos de embalagens utilizadas (plásticos, vidros, etc.?)

E) Quais produtos são utilizados para a limpeza? .....

Algum dos produtos não são biodegradáveis, ou causam algum prejuízo ao meio ambiente ou a saúde do manipulador?

Sim ( ) Não ( ) Qual a porcentagem? ( )

F) Como é feito o tratamento e qual o destino dos efluentes? .....

G) Qual o tratamento e qual o destino do lixo orgânico? .....

Com relação ao uso do selo de orgânico no rótulo:

1. Mais de 95% de ingredientes agroecológicos (     )
2. De 70 a 95% de ingredientes agroecológicos: (     )
3. Com menos de 70% de ingredientes agroecológicos: (     )

Preenchido pelo Conselho de Ética do Núcleo:

Pode usar o selo Ecovida (     )

Pode colocar no rótulo os seguintes dizeres:

*Produto com Ingredientes Ecológicos* (     )

*Produto com ingredientes convencionais* (     )

**5.6 Manejo da vegetação nativa e proteção das águas**

- A) Quanto da área da propriedade é coberta por vegetação nativa? (     ) %
- B) Como as fontes e nascentes estão protegidas? .....
- C) Qual o plano de recuperação da vegetação nativa do entorno das fontes e nascentes?  
.....
- D) A família usa água para irrigar a produção? .....
- E) De onde vem a água para irrigação e como ela é usada? .....

**5.7 Manejo do Lixo na Propriedade**

- A) Qual o tratamento/destino do lixo seco produzido na propriedade? .....
- B) Qual o tratamento/destino dos **efluentes líquidos** (esgoto da cozinha e do banheiro) na propriedade?  
.....

**5.8 Relações de Trabalho**

- A) Quem trabalha nas atividades da propriedade? .....
- B) No caso de contratação de mão-de-obra, os trabalhadores possuem boas condições de trabalho? Estes são remunerados de forma adequada?  
.....
- C) No caso de acidentes de que forma a família se responsabiliza pelo trabalhador?  
.....
- D) As crianças e adolescentes estão na escola?  
.....
- E) O trabalho na propriedade compromete de alguma forma o desempenho e a permanência destes na escola?  
.....

**6**

**VI- ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA:**

- A) Liste os principais tipos, quantidades aproximadas e época de colheita dos produtos produzidos **ECOLOGICAMENTE** em sua propriedade/empreendimento que é comercializado.  
( **NÃO PRECISA** listar o que é consumido pela família ).

<b>Tipos de produto</b>	<b>Quantidade aproximada</b>	<b>Época do Ano/ Mês</b>
Olerícolas ( hortaliças, raízes, tubérculos, tomate, cebola, flores, etc ) kg, maço, unidade, etc.		
01.		
02.		
03.		
04.		
05.		
06.		
07.		
08.		
09.		
10.		
11.		
12.		
13.		
14.		
15.		
16.		
17.		
18.		
19.		
20.		
21.		
22.		
23.		
24.		

<b>Frutas (quantidade em kg, caixa)</b>		
1.		
2.		
3.		
4.		

<b>Grãos (quantidades em kg, sacos)</b>		
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		

<b>Produtos de origem animal (quantidades em kg, litro, dúzia)</b>		
1.		
2.		
3.		

Produtos processados (quantidade em unidades)		
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		

7

## VII- COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGROECOLÓGICOS:

A) Qual o percentual de venda dos produtos nos mercados listados abaixo: %

Tipos de mercado	Percentual
Mercado	%
Feiras Livres ( direto ao consumidor)	%
Cestas ou sacolas	%
Como matéria-prima para agroindústria ecológica	%
Para intermediários	%
Para outros agricultores	%
Supermercados	%
Mercado Institucional ( creches, hospitais, escolas, PAA, Alimentação Escolar )	%
Exportação	%
Outros mercados	%
<b>TOTAL</b>	100 %

B) Outras questões (dê outras informações que você julga importante).

.....  
 .....

### **TERMO DE COMPROMISSO DO AGRICULTOR e/ou AGRICULTORA**

Eu, \_\_\_\_\_, afirmo que as informações acima são verdadeiras e me comprometo a cumprir o acima e o abaixo proposto, reconhecendo que posso perder o Certificado de Conformidade Orgânica e o direito ao uso do **Selo do SISORG** de acordo com as normas.

Declaro que conheço e atendo as regras de funcionamento do **SPG Rede Ecovida de Agroecologia**. Comprometo-me, também, a buscar esclarecimentos quanto às técnicas e produtos duvidosos ou proibidos junto à **Conselho de Ética** do Núcleo Regional antes de praticá-las.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

### VIII - PLANO DE MANEJO DAS ÁREAS QUE ESTÃO SENDO USADAS PARA CULTIVO

Área/Talhão*	Ano 1		Ano 2		Ano 3	
	Inverno	Verão	Inverno	Verão	Inverno	Verão

\*Numeração conforme desenho do croqui.





## QUESTIONÁRIO

CERTIFICAÇÃO DE SISTEMA DE PRODUÇÃO ORGÂNICA

### PREZADO CLIENTE,

PARA QUE POSSAMOS ELABORAR UMA PROPOSTA DA FORMA MAIS ADEQUADA À SUA NECESSIDADE, É FUNDAMENTAL O CORRETO PREENCHIMENTO DE TODAS AS QUESTÕES PERTINENTES.

EM CASO DE DÚVIDA PEDIMOS A GENTILEZA DE ENTRAR EM CONTATO CONOSCO (41 3316-3162).

RETORNE ESTE QUESTIONÁRIO PREENCHIDO POR E-MAIL PARA [cert@tecpa.br](mailto:cert@tecpa.br) OU POR fax (41)3316-3061.

ACESSE NOSSO REGULAMENTO DE CERTIFICAÇÃO NO SITE: [WWW.TECPAR.BR/CERT](http://WWW.TECPAR.BR/CERT)

### 1 IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE

RAZÃO SOCIAL/NOME DO PRODUTOR \_\_\_\_\_

NOME DA PROPRIEDADE: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO COMPLETO)

(RUA/CIDADE/ESTADO/CEP) \_\_\_\_\_

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

(SE DIFERENTE DO ACIMA MENCIONADO) \_\_\_\_\_

CNPJ/MF ou CPF \_\_\_\_\_ INSCRIÇÃO ESTADUAL \_\_\_\_\_

FONE \_\_\_\_\_ FAX \_\_\_\_\_ E-MAIL \_\_\_\_\_

RESPONSÁVEL TÉCNICO \_\_\_\_\_

FONE \_\_\_\_\_ E-MAIL \_\_\_\_\_

### 2 CERTIFICAÇÃO(ÕES) PRETENDIDAS

PRODUÇÃO VEGETAL  PRODUÇÃO ANIMAL  UNIDADE DE PROCESSAMENTO

SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO  UNIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO

POSSUI ALGUMA CERTIFICAÇÃO?

NÃO

SIM

QUAL CERTIFICAÇÃO? \_\_\_\_\_

QUAL ORGANISMO DE CERTIFICAÇÃO? \_\_\_\_\_

QUAL MERCADO DESEJADO?

INTERNO

EXTERNO – QUAL PAÍS? \_\_\_\_\_

HÁ LOCAIS DISTINTOS DA SEDE PRINCIPAL QUE SERÃO AUDITADOS DENTRO DO ESCOPO DE CERTIFICAÇÃO?

DESCREVA-OS: (ÁREAS PRETENDIDAS, ATIVIDADES TERCEIRIZADAS, LOCALIZAÇÃO, DISTÂNCIA DA SEDE, ETC.)

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

TRABALHAM COM PRODUTOS CONVENCIONAIS?

NÃO

SIM

QUAIS? \_\_\_\_\_

### 3 ESCOPO DE CERTIFICAÇÃO

ESCOPO DE CERTIFICAÇÃO	PRODUTOS	ÁREA (m <sup>2</sup> )	VOLUME (ton.)
PRODUÇÃO VEGETAL			
PRODUÇÃO ANIMAL			
UNIDADES DE PROCESSAMENTO			
SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO			
UNIDADES DE COMERCIALIZAÇÃO			

LOCAL E DATA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA ORGANIZAÇÃO

FCER P40/17 REV B PAG. 1

INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ

Rua Professor Algacyr Munhoz Mader, 3775 CIC CEP 81350-010 Curitiba Paraná Brasil

Fone (41) 3316-3062 / 3070 Fax (41) 3316-3061 <http://www.tecpa.br> email: [cert@tecpa.br](mailto:cert@tecpa.br)

